

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Vol. II - Arqueologias Históricas e Patrimônios

Leandro Mageste
Alencar de Miranda Amaral
Rosemary Aparecida Cardoso
(Org.)

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Vol. II - Arqueologias Históricas e Patrimônios

Leandro Mageste
Alencar de Miranda Amaral
Rosemary Aparecida Cardoso
(Org.)

SÃO RAIMUNDO NONATO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Gabinete da Reitoria

Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)

Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Campus Universitário – Centro CEP 56304-917
Caixa Postal 252, Petrolina-PE, Fone: (87) 2101- 6760, biblioteca@univasf.edu.br



Revisão

Leandro Mageste

Alencar de Miranda Amaral

Rosemary Aparecida Cardoso



Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Daniela Santana de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

A772 Arqueologia e Patrimônio: arqueologias históricas e patrimônios / Leandro Mageste, Alencar de Miranda Amaral, Rosemary Aparecida Cardoso (organizadores). – São Raimundo Nonato: Univasf, 2021.

160 p. : il. color.

Conteúdo: v. 1 - Arqueologia e Patrimônio: experiência, métodos e teorias; v. 2 - Arqueologia e Patrimônio: arqueologias históricas e patrimônios.

ISBN 978-65-88648-71-1

1. Arqueologia histórica. 2. Preservação patrimonial. 3. Patrimônio cultural. 4. Patrimônio histórico. I. Mageste, Leandro. II. Amaral, Alencar de Miranda. III. Cardoso, Rosemary Aparecida. IV. Título.

CDD 930.1

SUMÁRIO

- 5 **PREFÁCIO**
Rosemary Aparecida Cardoso
- 9 **PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO PATRIMÔNIO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: O PODER DA IGREJA PARA A FORMAÇÃO DA CIDADE**
Maria Eduarda de Lima Coutinho, Tamyres Cristina Lemos e Silva, Vanessa Matos Cabral, Isis Meireles Rodrigues Sampaio
- 25 **DOCUMENTAÇÃO COMO ELEMENTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE TERESINA – PI: O CASO DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS**
Thamires de Sousa Luz, Maiara de Carvalho Pottmeir, Isis Meireles Rodrigues Sampaio
- 37 **“OS ANOS DE CHUMBO” E A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS ESCOLARES DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PIAUI**
Shilton Paes Ribeiro Alves, Alessandra Rocha da Silva Ribeiro, Mauro Alexandre Farias Fontes, Waldimir Maia Leite Neto
- 50 **IGREJA MATRIZ DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA**
Ana Raquel Neves Maia, Alencar de Miranda Amaral
- 67 **ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL: A FÁBRICA DE CERÂMICA CASTANHEIRO EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PIAUI**
Alan Alves Ribeiro, Alencar de Miranda Amaral, Rosemary Aparecida Cardoso
- 85 **SÃO FÉLIX DO PARAGUASSÚ: UM OLHAR DA ARQUEOLOGIA PARA UMA CIDADE INDUSTRIAL**
Fabiana Comerlato
- 99 **CONSERVAÇÃO DE BENS TUMULARES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MURITIBA – BA**
Jaqueline Albano de Jesus, Fabiana Comerlato
- 113 **UM OLHAR ARQUEOLÓGICO SOBRE A MORTE NO BRASIL COLONIAL: ESPAÇOS CEMITERIAIS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO DOMÍNIO NEERLANDÊS (1630-1654)**
Izabela Pereira de Lima, Lucas Alves da Rocha
- 129 **PATRIMÔNIO FUNERÁRIO DOS IMIGRANTES ITALIANOS: NO CEMITÉRIO DE SÃO FRANCISCO DE MOMBAÇA - CONCEIÇÃO DO ALMEIDA – BA**
Taiane Moreira de Jesus, Fabiana Comerlato, Henry Luydy Abraham Fernandes, Sabrina Damasceno Silva
- 144 **CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DOS ALEMÃES NA CIDADE DE CACHOEIRA - BAHIA**
Fabiane Lopes Pereira de Lima, Fabiana Comerlato

PREFÁCIO

Durante todo o *I Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco: Arqueologia Brasileira em Contexto Contemporâneo: Desafios Políticos, Teóricos e Metodológicos*, realizado em 2019, a Arqueologia Histórica destacou-se como o caminho por onde cada vez mais arqueólogas e arqueólogos vêm prospectando. Adentrando neste campo, as pesquisas aqui apresentadas demonstram o interesse por diversos contextos, objetos arqueológicos, temáticas, teorias e metodologias. Contudo, é notória a repercussão ímpar das discussões com relação às ações de Preservação do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, sendo talvez, o tema norteador de todos os trabalhos por ora expostos.

Este segundo livro, intitulado “Arqueologias Históricas e Patrimônios”, compõe a série de publicações dedicada à divulgação das discussões fomentadas neste simpósio, reunindo dez capítulos oriundos das pesquisas e experimentações conduzidas por estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores (as), que visam debater temas correlatos às abordagens teóricas e metodológicas da Arqueologia Histórica, perpassando principalmente por temáticas associadas diretamente às discussões relativas ao Patrimônio Cultural, focando nos invéses da preservação, conservação, salvaguarda e da memória.

Nos dois primeiros capítulos, as autoras utilizam abordagens teóricas e metodológicas semelhantes. Abordam edificações como documentos e como cultura material, que entrelaçam histórias e memórias pessoais, individuais e coletivas, onde os significados e ressignificados destes prédios são constantemente redefinidos pela sociedade.

No primeiro capítulo, Maria Eduarda Coutinho, Tamyres Silva, Vanessa Cabral e Isis Sampaio, relatam a história da Igreja Matriz Nossa Senhora das Mercês, do município de Jaicós/PI, de 1607. Com a finalidade de investigar a história do desenvolvimento da cidade a partir desse patrimônio, a pesquisa abrangeu discussões desde o século XVII até os dias atuais, perpassando pelos primeiros aldeamentos na região do Cajueiro e finalizando com as reflexões sobre a importância da preservação deste patrimônio. Embasados em documentos pertencentes ao arquivo da Paróquia e fontes orais de moradores da região, constatou-se que a Matriz teve um papel relevante para o desenvolvimento da cidade.

No segundo capítulo, Thamires Luz, Maiara Pottmeir e Isis Sampaio, com o intuito de contribuir com a preservação e conservação do edifício histórico “Academia Piauiense de Letras”, analisaram, a partir de documentos e relatos, aspectos históricos e arquitetônico deste edifício, destacando suas peculiaridades, modificações e acréscimos ocorridos ao longo dos últimos séculos. Instalada em Teresina, a Academia foi construída no estilo eclético nos meados do

século XIX, representando a modernidade cultural e econômica do estado. As autoras defendem o inventário como um instrumento de preservação que se adapta à dinâmica das manifestações tangíveis e intangíveis, registrando assim, seu surgimento, história, elementos, características e trajetória. Trata-se de um mecanismo de manutenção da memória coletiva, bem como um modo de direcionar a visão do poder público para tal patrimônio histórico.

Tendo como foco a Arqueologia da Arquitetura e a Arqueologia Industrial, os próximos capítulos abordam o patrimônio a partir de suas características arquitetônicas e de suas tecnologias. Além disto, os (as) autores (as) discutem as relações estabelecidas entre a população que habita e/ou frequenta o entorno onde estes sítios históricos estão inseridos.

Um dos estudos refere-se à industrialização no município de São Félix/BA, os outros três capítulos têm dois elos em comum, a saber, os sítios históricos estarem em São Raimundo Nonato/PI e ter são-raimundenses compondo a equipe de pesquisa. Estes fatos merecem ser mencionados, pois o sentimento de pertencimento e o desejo de preservar e conservar é inerente aos (as) estudiosos (as) que convivem com estes patrimônios culturais como parte efetiva de suas vidas.

Momentos marcantes da história brasileira são rememorados a todo momento nos estudos arqueológicos, demonstrando como são inesquecíveis as cicatrizes deixadas nos objetos e nas pessoas. É exatamente desta temática que o terceiro capítulo trata. Propondo reflexões a respeito da época da Ditadura Militar em São Raimundo Nonato-PI, os pesquisadores Shilton Alves, Alessandra Ribeiro, Mauro Farias e Waldimir Neto, embasados nas correntes teóricas-metodológicas da Arqueologia da Arquitetura, Arqueologia da Repressão e da Resistência, se debruçaram em um estudo de caso, na Escola Normal de Gercílio de Castro Macedo, pesquisando o espaço escolar, a metodologia de ensino e a grade curricular, para explanar sobre as vivências dos estudantes e educadores expostos às ações repressivas daquela época. Foram analisadas questões relevantes deste período, que impactaram as relações de poder, influenciando assim, aspectos políticos, sociais, educacionais e religiosos.

Prosseguindo nas discussões acerca das edificações, no quarto capítulo, Ana Maia e Alencar Amaral adentram na Arqueologia da Arquitetura, ao estudar a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI. Maia e Amaral pesquisam este edifício histórico construído em 1876, perquirindo as características arquitetônicas e construtivas presentes na fachada da Igreja. Um longo tempo se passou desde a sua fundação e, mesmo assim, as análises confirmam que esta Igreja possui similaridades com as características coloniais, ou seja, elementos arquitetônicos de estilo colonial que formam a sua fachada. A edificação possui características coloniais que a enquadram no estilo arquitetônico denominado Arquitetura Chã. A Igreja não é uma construção singular, mas faz parte de um conjunto/padrão que foi executado em vários municípios da região.

O quinto capítulo aborda um outro tipo de edificação: utilizando os aportes teóricos e metodológicos da Arqueologia Industrial, Alan Ribeiro, Alencar Amaral e Rosemary Cardoso analisam a Fábrica de Cerâmica Castanheiro, em São Raimundo Nonato-PI, focando nos remanescentes arquitetônicos e na organização espacial do bairro onde a fábrica está inserida, investigam como a fábrica influenciou na urbanização do bairro, no processo de industrialização e no desenvolvimento econômico do município. As pesquisas revelaram informações e dados referentes ao processo de produção, estrutura da fábrica, matéria prima e funcionários. Em pleno funcionamento, a fábrica contribuiu para o crescimento urbano do bairro e do município, fornecendo material construtivo para construção de casas, atraindo pessoas para trabalharem e residirem no bairro, ocasionando assim, uma expansão geográfica e demográfica, que incentivou também o

desenvolvimento socioeconômico. O estudo inferiu ainda outras questões, como a inserção do município no cenário industrial, que até então se limitava aos setores de serviço e agropastoril.

O sexto capítulo é uma reflexão a partir da Arqueologia Industrial, atinente à preservação do patrimônio cultural da cidade industrial São Félix/BA, considerada como um polo industrial e republicano. Neste município, foi implantado no final do século XIX, um projeto que evocava a modernidade a partir de investimentos na indústria do fumo, no transporte ferroviário e fluvial, na geração hidrelétrica e nas comunicações. Foram construídas a Barragem Bananeiras, a Ponte Dom Pedro II, o Porto de São Félix, as fábricas de charutos, a Estação Ferroviária e a linha férrea Central do Brasil de São Félix. Apesar de São Félix ser reconhecida historicamente por sua importância no âmbito industrial, o que Fabiana Comerlato observa e visa discutir neste trabalho é o abandono destas estruturas. A autora relata como a ausência de um projeto de conservação e preservação tem propiciado o desmantelamento destes patrimônios, bem como o alheamento da história local e da herança cultural.

Incumbidos dos estudos correlatos à Arqueologia da Morte, os quatro últimos capítulos versam majoritariamente sobre os cemitérios históricos; sendo estes compreendidos como espaços repletos de histórias e memórias. As autoras e os autores focaram no próprio patrimônio cemiterial para analisar e fomentar discussões em relação às Arqueologias Históricas, Preservação, Conservação, Cemitério Colonial, Brasil Holandês, Imigração Italiana, Cemitérios dos Alemães, História Regional, Patrimônio Cultural e Lugar de Memória.

Determinadas a colaborar com a conservação e preservação do patrimônio cemiterial, no sétimo capítulo, Jaqueline Jesus e Fabiana Comerlato apresentam o Cemitério Municipal de Muritiba da Bahia, fundado em 1891, objetivando identificar e analisar os agentes de alteração que incidem nas estruturas sepulcrais. Para tanto, as autoras selecionaram os quatro túmulos mais antigos, pretendendo avaliar as ações das intempéries, o que permitiu inventariar três agentes (químico, biológico e antrópico) de degradação que incidem em tais sepulturas. O estudo viabilizou a delimitação de um panorama geral das condições de conservação deste cemitério. Ademais, as autoras propuseram medidas de conservação para este patrimônio. Indo um pouco além, este trabalho impetrou um objetivo ainda maior, que foi contribuir com a preservação da história e da memória da cidade em que a necrópole está inserida.

No oitavo capítulo, fica evidente como cada vez mais pesquisadoras (res) se dedicam à Arqueologia da Morte, possibilitando o surgimento de novos dados e informações e sínteses. Nesse sentido, Izabela Lima e Lucas Rocha, motivados a sistematizar alguns dados e resultados, aprofundaram suas pesquisas almejando contribuir com as análises mortuárias. Emerge, assim, um trabalho dedicado ao levantamento de dados arqueológicos e históricos, apresentado as principais características dos sepultamentos de três maiores grupos religiosos, Judaico, Católico e Protestante (calvinista) presentes no Brasil durante o século XVII. As principais características observadas foram divididas em categorias, sendo elas: enxoval funerário, preparação e tratamento do corpo, organização espacial e orientação, ritos e costumes. Analisando contexto sepultais nacionais e internacionais, os autores constatam que elementos culturais e religiosos foram mantidos, independente do país onde os mortos foram enterrados.

O nono capítulo é a pesquisa desenvolvida por Taiane Jesus, Fabiana Comerlato, Henry Fernandes e Sabrina Silva, cujo o objetivo é perquirir a cultura, a morte e, por consequência, a vida dos imigrantes italianos dos séculos XIX e XX, que viveram no município de Conceição do Almeida-BA. Tal estudo focou nas características arquitetônicas das sepulturas do Cemitério de São Francisco de Mombaça, sendo identificadas três campas e um mausoléu, com elementos,

estilos artísticos, epitáfios e lápides distintas. Conjuntamente, o estudo é uma oportunidade de divulgar os diversos fatores da imigração italiana, não somente em Conceição do Almeida, mas no interior baiano.

Por fim, no décimo capítulo, Fabiane Lima e Fabiana Comerlato apresentam a pesquisa realizada no Cemitério dos Alemães, em Cachoeira/BA. No século XIX não era permitido o sepultamento de pessoas acatólicas em cemitérios católicos. Por isso, foi construído o cemitério protestante, instituído para os sepultamentos dos imigrantes alemães, ingleses e suíços que chegaram ao Recôncavo Baiano no período da construção da estrada de ferro e no auge da implantação da indústria Fumageira Dannemann, em 1873, em São Félix. Buscando compreender o processo de construção, desconstrução, reconstrução e arruinamento deste conjunto cemiterial, o estudo possibilitou observar as transformações ocorridas neste espaço. Hodiernamente, o Cemitério dos Alemães não exerce mais a sua função primária de local de enterramento. Porém, o espaço se transformou em um lugar de perpetuação de memórias e herança cultural desses imigrantes. É um espaço consagrado como um lugar de memória e repleto de simbologia ritualística, que refletem os contextos socioculturais dos imigrantes.

Concernente ao eixo temático proposto, Arqueologias Históricas e Patrimônios, neste volume as autoras e os autores analisaram sítios arqueológicos, vestígios, lugares, espaços, edificações e cemitérios que representam momentos importantes da história, principalmente da história local. De fato, os temas preservação, conservação, salvaguarda, cultura material, patrimônio cultural, patrimônio histórico e patrimônio arqueológico estão intrinsecamente correlacionados com diversas temáticas discutidas neste livro. É notório que estas pesquisas ressaltam a relevância que cada um destes patrimônios têm tanto para as (os) pesquisadoras (res) quanto para as pessoas que, de uma forma ou de outra, se relacionam com os objetos e com as áreas pesquisadas; pessoas que na interface do passado e do presente atribuem valores e sentimentos a essas heranças culturais.

Dra. Rosemary Aparecida Cardoso
Colaboradora do LAPA-UNIVASF

CAPÍTULO 1

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO PATRIMÔNIO PARA O ESTADO DO PIAUÍ: O PODER DA IGREJA PARA A FORMAÇÃO DA CIDADE

Maria Eduarda de Lima Coutinho¹

Tamyres Cristina Lemos e Silva²

Vanessa Matos Cabral³

Isis Meireles Rodrigues Sampaio⁴

INTRODUÇÃO

A história da humanidade não cabe somente a grandes palácios, castelos e casarões, cabe também a singelos templos religiosos erguidos no centro de uma pequena cidade interiorana. Os monumentos históricos de posse do Estado, são de suma importância, visto que a arquitetura representa aspectos da história que são palpáveis, advindos de períodos e acontecimentos históricos antecedentes. São parte da identidade de um povo, bem como muitas vezes são também pontos de partida para a formação de uma sociedade, como as edificações religiosas que impulsionaram a formação das cidades provinciais em seus arredores.

Diante disso, o teor deste trabalho associa-se ao conceito de que o presente não é explicado por si, estando diretamente ligado ao passado, logo, é notória a importância do conhecimento e da difusão acerca das origens daquilo que compõe o lugar onde vivemos. Através do entendimento da história e dos laços longevos que contornam a origem de um povo, surgem relações de maior afeição da sociedade para com as edificações que compõem suas cercanias; e de tal forma esse afeto torna-se inerente ao desejo de preservar, volta-se maior atenção para o bem histórico e esse pode passar a receber a devida valorização. Quando um vínculo se torna afetivo, possibilita que a população passe a se enxergar como sujeitos da história, possuindo assim direitos, como também deveres para com a sua localidade. Um povo que não conhece a história, é um povo sem presente.

Nesta pesquisa é possível compreender a história do surgimento da cidade de Jaicós-PI (Figura 01), da construção de sua Igreja Matriz e como esta teve notabilidade no que se relaciona com os traços culturais e identitários da sociedade jaicoense. A busca pelo conhecimento das origens da Paróquia levaram a contornos temporais anteriores; como o Piauí Colonial, a história das Povoações Índigenas que foram catequizadas na região em Missões Jesuíticas – povos esses que inclusive deram nome à cidade – o entendimento de uma figura que teve grande influência na região, o Padre Marcos de Araújo Costa; para que assim houvesse maior compressão no que tangencia as raízes daquela cidade e obra arquitetônica em estudo.



Figura 01 – Localização de Jaicós no estado do Piauí

Fonte: Wikipédia, 2018

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita uma avaliação presencial na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês e uma análise qualitativa, pois visa o estudo de problemas que envolvem relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Logo, foram averiguados seus aspectos arquitetônicos e o seu atual estado de conservação – a partir do contato pessoal, foi possível um melhor entendimento e interpretação do patrimônio. Também foram exploradas fontes e registros concedidos por moradores, além de depoimentos orais dos mesmos. Consequente, realizou-se uma consulta a artigos científicos e livros que continham os assuntos em questão.

Essa pesquisa objetiva entender e conhecer a trajetória da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês na transformação de um aldeamento, no âmbito cultural deste local e a importância do conhecimento de sua história por parte dos habitantes da cidade e do estado do Piauí. É necessário que essa igreja seja lembrada, cuidada e jamais esquecida, pois ela faz parte do conjunto das obras que caracterizam as raízes da história piauiense. Além da exposição de fatos sobre a origem da Paróquia e da cidade, objetivou-se gerar uma discussão acerca da importância do patrimônio e a conscientização de que não foge a uma nação, a responsabilidade sobre a valorização e a preservação de seu acervo histórico.

PIAUI COLONIAL E POVOS INDÍGENAS NO SUL DO PIAUI

Considerada por muito tempo uma “terra de ninguém” pelo colonizador, a atual região que corresponde ao estado do Piauí foi intensamente povoada por povos indígenas e pertenceu a diversas capitanias durante a época do Brasil Colônia (OLIVEIRA, 2004). O Piauí foi o único estado do Nordeste a ser ocupado do interior para o litoral, em decorrência do povoamento de seu território, que começou nas fazendas de gado instaladas no sul da região – no resto do Nordeste, predominavam as plantações de cana-de-açúcar nas proximidades do litoral. Por meio da ação administrativa do império português no Piauí colonial, foram lançadas as bases do processo de colonização do solo piauiense (SOUSA, 2010).

Desde o primeiro estágio de currais disseminados nesse sertão hostil, o cristianismo sempre esteve presente, através dos próprios desbravadores que carregavam no peito rosários e escapulários milagrosos (SILVA FILHO, 2007, p.82).

Em meados do século XVI, deu-se início às invasões dos homens brancos no estado do Piauí. Até o século XIX, múltiplas expedições foram realizadas, com o intuito de expulsar os nativos de suas terras (OLIVEIRA, 2004). Os padres da Companhia de Jesus eram os responsáveis pela evangelização e catequização dos povos gentios do sul do estado. A primeira missão jesuíta no Piauí ocorreu em 1607 - nessa época, o estado era chefiado pela capitania de Pernambuco –, com a vinda dos padres jesuítas portugueses Francisco Pinto e Luís Figueira, que se fixaram na região do Delta do atual rio Parnaíba, o maior do estado. Mesmo com o fracasso de sua missão, esses padres possibilitaram a abertura das primeiras capelas e a construção dos primeiros trilhos do estado (SOUSA, 2010).

Em 1656 veio a missão de São Francisco Xavier; foi nessa época que ocorreu a criação dos primeiros aldeamentos, devido ao estreito e corriqueiro contato entre os missionários e os povos indígenas (SOUSA, 2010). Se conhece muito pouco sobre a cultura e modo de vida dos povos indígenas advindos do sul do Piauí, pois as documentações encontradas relativas a esses povos, estão dispersas em profusos documentos, que em sua maioria tratam-se de cartas e ofícios contendo denúncias de governadores às autoridades ou a corte a respeito de ações desses povos. Sabe-se que entre o século XVII e XIX, o Piauí chegou a ter cerca de 17 grupos indígenas (SOUSA, 2010).

Os indígenas Icó (o Cacique se chamava Jaicó – daí o topônimo do município), pertenciam ao tronco Tupi (CRUZ, 2019). Também conhecidos como Jaicós, foram localizados primeiramente por Martius em Juazeiro, Bahia. Eles tinham parentesco linguístico com os Acoroá (SOUSA, 2010). Relata-se que o primeiro contato dos indígenas Jaicó com o homem branco foi no ano de 1674, nas redondezas do rio Gurguéia (OLIVEIRA, 2004). Os Jaicó conheciam como ninguém os áridos solos do sertão, costumavam percorrer caminhos de difícil locomoção, onde geralmente havia escassez de água e alimentos. Por essas características, foram usados como soldados nas expedições contra outros povos indígenas (SOUSA, 2010). As primeiras reclamações sobre o comportamento dos Jaicós “apareceram no ano de 1711, em uma propriedade da família Rocha Pita, na ribeira do Canindé, ou seja, os fazendeiros mataram barbaramente quatro Jaicós, rebelando vivamente aqueles gentios que, desesperados, [...] causaram imensos prejuízos aos fazendeiros” (OLIVEIRA, 2007, p.89).

Os missionários religiosos, então, criam uma nova estratégia para livrarem os povos “gentios” da exploração dos colonizadores. Essa estratégia consistia na instalação de novas reduções indígenas longe do litoral, que de início seguiam o curso do Rio São Francisco, entrando pelo sertão dos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia (SOUSA, 2010). No Piauí, ocuparam a região centro-sul e estiveram nas localidades de Cajueiro, atual cidade de Jaicós-PI, onde a maior parte foi em determinado momento aldeada (OLIVEIRA, 2004). Depois da instalação de aldeamentos, dava-se início a missão de catequização. A missão se processava da seguinte maneira:

A política básica dos Jesuítas foi a mesma em todo o Nordeste. Opondo-se à escravidão do gentio, eles realizavam um programa de catequização nos pequenos povoados ou aldeias, onde tanto os grupos tribais quanto os índios trazidos do sertão pudessem receber instrução e orientação espiritual. Os índios eram educados para viver como cristãos, conceito que incluía não só a moralidade, mas também os hábitos de trabalho dos europeus. Como os jesuítas concordavam com os colonos quanto aos barbarismos da cultura indígena, pouco se fez para adaptar ou preservar o modo de vida dos nativos. Os padres usavam da cultura Tupi que pudessem facilitar a conversão [...]. Nos limites do possível, instituiu-se nas aldeias uma vida religiosa plenamente católica. Os nativos aceitavam a nova fé seletivamente (SCHWARTZ, 1998, p.49).

Entre os anos de 1660 e 1670, se aventuraram pelo Piauí bandeirantes paulistas, com intuito de caçar indígenas, introduzindo assim a economia pecuária no sertão. Domingos Jorge Velho teria chefiado uma dessas expedições próxima ao rio Parnaíba e teria sido ele a batizar o rio com esse nome, em homenagem a sua cidade natal.

A partir de 1671, criadores de gado da Bahia sobem o rio São Francisco e se instalam em fazendas de gado no sul do estado, em busca de mão de obra e metais preciosos, mesmo com a resistência dos grupos indígenas da região. O Piauí nesse período era considerado uma área de refúgio de índios vindo da Bahia, Maranhão e Goiás (OLIVEIRA, 2004).

No final do século XVII, o Piauí se desmembra de Pernambuco e passa a ser ligado a Capitania da Bahia. Com a fundação da sede do governo em Oeiras – no centro do estado – em 1712, confirma-se a tendência do desenvolvimento do estado do Piauí a partir de seu interior (SOUSA, 2010).

Em 13 de junho de 1714, instalou-se definitivamente o aldeamento de Nossa Senhora das Mercês, a partir de Renato de Carvalho e Aguiar, um mestre de campo, que requisitou ao coronel Antônio Borges Leal Marim – rico pernambucano de origem portuguesa com muitas terras no Piauí – um pedido para ocupar um arraial em suas terras para o aldeamento dos índios dispersos da região. Mas foi só após uma longa marcha de seis meses que se conseguiu pouco mais de cem índios da tribo Jaicós para serem aldeados em tais terras (SOUSA, 2010).

Em 1718 foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas foi só no ano de 1758 que ela foi instalada, embora ainda houvesse poucas vilas em seu território e ele tenha continuado a ser dominado e comandado pelas fazendas de gado e seus senhores. Por volta do ano de 1759, os grupos que se concentravam no sul do Piauí, eram os Pimenteiras, os Acoroás, os Jaicós e os Gueguês, todos aldeados. A maioria dos povos identificados que habitavam a região sudeste do estado pertenciam ao tronco Tupi, com exceção dos Pimenteiras que são considerados como sendo da família Karib (OLIVEIRA, 2004).

No diário do tenente-coronel Antônio do Rego Castelo Branco, sobre a entrada do ano de 1776, onde começa a guerra contra os Pimenteiras, marchou da cidade de Oeiras, uma forte expedição militar composta de militares colonos e índios recrutados nos principais aldeamentos da Província. Em que “[...] estes índios Jaicós têm merecido nesta conquista o nome dos melhores soldados dela, pela verdade, valor e diligência, acompanhado tudo de boa vontade com que no pouco, e no muito os havemos experimentados” (OLIVEIRA, 2007, p.134). Na entrada de 1779, havia cento e trinta e dois soldados no território do atual estado do Piauí, noventa e quatro deles eram índios tirados dos aldeamentos: doze Jaicós, trinta e sete Acoroás e quarenta e cinco Gueguês. “Na

capitania do Piauí, os pedidos eram feitos diretamente aos diretores dos aldeamentos, sendo que todos os índios solicitados já tinham nomes cristãos” (OLIVEIRA, 2007, p.124).

Dessa forma, a freguesia de Nossa Senhora das Mercês se constituiu como uma importante região do sertão piauiense, que abrigou núcleos indígenas, presenciando a formação dos núcleos familiares clássicos que representariam as persistências coloniais do Piauí, seja nas relações de poder ou na tradição religiosa (SOUSA, 2010).

A topografia do sertão piauiense contribuiu para o surgimento de núcleos urbanos na primeira metade do século XIX. Caminhos naturais eram formados, que além das povoações, também geravam rotas de acesso comercial aos territórios do Nordeste e Norte brasileiros, o território hoje ocupado pelo Piauí ficava localizado num ponto estratégico que ligava as principais regiões administrativas da coroa Portuguesa (SOUSA, 2010). De tal forma, justifica-se como foi dado início ao processo de conquista das terras piauienses, onde a religião atrelada à economia do gado consolidou o crescimento urbano, que por sua vez gerou o processo das primeiras construções lusas de caráter religioso, que em parte permanecem existentes até os dias atuais, e foram impactantes, tendo grande papel de balizadoras das configurações iniciais da arquitetura do estado do Piauí.

PADRE MARCOS E A FAZENDA BOA ESPERANÇA

Marcos de Araújo Costa nasceu no arraial de Paulista (atual cidade de Paulistana) no ano de 1780. O primeiro professor do menino Marcos foi o próprio pai, o português Marcos Francisco de Araújo Costa, que lhe ensinou letras e noções de latim numa escola gratuita que mantinha na fazenda Boa Esperança (região da atual cidade de Jaicós), onde ensinava parentes e amigos a ler e contar (JORNAL DE PICOS, 1999).

Marcos frequentou o Colégio de Roma, com a finalidade de seguir o curso de Teologia no Seminário Romano. Ele passou tempos em Coimbra, Portugal e pouco antes de se ordenar padre, recebeu a notícia da morte de seu pai. Contava ele, que desde criança, sempre teve o desejo de se tornar padre e fundar uma escola na fazenda de seu pai (CRUZ, 2019). Na sua volta ao Brasil, trabalhou no interior de alguns estados, sempre visitando a fazenda Boa Esperança, com o mesmo velho anseio de firmar sua vida lá e fundar uma escola cujo o ensino ultrapassasse o nível elementar. Ele foi muitas vezes descrito como uma pessoa de poucas ambições, considerando seu nível acadêmico, intelectual e cultural (CRUZ, 2019).

Em 1820, aos 40 anos, finalmente o padre Marcos se estabeleceu na fazenda Boa Esperança, adaptando à Casa Grande para um colégio e dedicou-se intensamente à educação de jovens piauienses. Ele era poliglota, falava português, francês e latim (JORNAL DE PICOS, 1999).

O Padre Marcos de Araújo Costa se tornou conhecido em todo o norte do Brasil, não só pela sua inteligência e saber, mas também pelo seu excelente caráter moral, seu prezar pela educação, zelo pela difusão do ensino e sua benevolência, qualidades que o naturalista escocês George Gardner confirma em seu livro – Viagem ao Interior do Brasil –, quando o mesmo ficou oito dias hospedado nos aposentos do padre Marcos, na fazenda Boa Esperança, durante o século XIX, fazendo também uma ligeira descrição do vasto local onde o padre residia:

A fazenda Boa Esperança era das maiores que eu já visitara no Brasil e nela pastavam mais de 5.000 cabeças de gado e centenas de carneiros. Embora sujeita esporadicamente a grandes secas, como todas as outras do sertão, há, todavia, nesta fazenda água abundante durante o ano todo, mesmo quando não chove por mais de doze meses. O rio corre a pouca distância da casa e conquanto apenas tenha água na estação da chuva, dele se obtém em todo tempo abundante suprimento de líquido, graças a uma sólida represa nele construída em lugares onde as margens são elevadas e rochosas dos dois lados (GARDNER, 1975, p.117).

Os meios de educação estavam ao alcance de muita pouca gente pertencente a escassa população da região naquela época. Diante desta realidade, o padre Marcos desempenhava há muitos anos o hábito de educar e sustentar em sua casa, livre de despesas, vinte meninos até que eles possuíssem conhecimentos suficientes sobre latim, elementos da filosofia e matemática. A instalação da escola na fazenda assinala o início da educação piauiense. Ele não fazia da igreja seu meio de vida, se contentando muitas vezes com o sossego da vida na fazenda, como um simples educador e criador de gado (CRUZ, 2019).

Os movimentos que resultariam na independência do Piauí em 1822, tiveram a orientação dele, que também lutou pela anexação do Delta do Parnaíba ao Piauí. É inegável que a vida do Padre Marcos está diretamente ligada à história da província e esta ligação não pode jamais ser ignorada (JORNAL DE PICOS, 1999). Dos vários cargos políticos aos quais foi indicado, assumiu o papel de deputado provincial (1835 a 1839). Acabou recusando o mandato de vice-presidente do Conselho Geral da Província, pois acreditava que sua missão era outra e tais cargos deveriam ficar para militares mais preparados que ele para exercê-los, nem cargos eclesiásticos ele aceitou – foi convidado pelo bispo D. Marcos Antônio de Sousa para ser o vigário geral forense do Piauí –, ele preferia exercer sua função de padre e educador voluntário (CRUZ, 2019). Sempre atento à situação política do país, o padre Marcos, atuava não só como um chefe espiritual, mas também como um homem do povo. E deve-se a este homem de tantos princípios e conhecimentos, a fundação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em substituição à antiga capelinha edificada pelos Padres Jesuítas – no local onde atualmente foi construída a Quadra Poliesportiva Geraldo Silveira, no município de Jaicós-PI –, que teve sua construção iniciada em 1833 e concluída em 1839. Ele foi o vigário de sua paróquia por anos (DA SILVA, 2018).

No dia 4 de novembro de 1850, aos 70 anos, o Padre Marcos de Araújo Costa faleceu, na Casa Grande da fazenda Boa Esperança, onde foi sepultado. Seus restos mortais se encontram enterrados dentro da sua obra prima, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês (CRUZ, 2019).

Pode-se afirmar que o Padre Marcos de Araújo Costa foi um dos mais importantes e respeitados intelectuais piauienses durante o século XIX. Que embora tenha escolhido viver uma vida simples, era inegável naquela época e até os dias atuais, seu prestígio social e político (DA SILVA, 2018). É correto dizer também que a contribuição de Padre Marcos para a fundação do então município de Jaicós, antes vila, foi fundamental para o desenvolvimento da mesma, devido a sua influência política e educacional na região, tendo ele sido muitas vezes referenciado como o “homem que construiu Jaicós”. Além disso, Padre Marcos também teve grande importância para as construções da época, no caso esta que é objeto de estudo, trata-se da Paróquia de Nossa Senhora dos Mercês.

A FORMAÇÃO DA VILA DE JAICÓS

As ordens jesuíticas, uma vez que não sofriam com a autoridade direta da administração real e com seu governo independente situado em Roma, obtiveram grande força e influência nas regiões onde atuavam, estabelecendo relações de domínio para com os nativos e a população rural, devido à grande poder de persuasão. Que justifica a presença do clero secular nessas localidades, que impossibilitado de deter bens materiais próprios, mantinha-se através de recursos financeiros reais. “Os jesuítas expandiram núcleos de catequese, pregando o Evangelho nas fazendas e povoados e buscando o gentio para uma aculturação portuguesa e cristã” (SILVA FILHO, 2007, p.298).

A vila de Jaicós se originou de uma missão jesuítica, conhecida até então como aldeia do Cajueiro. Juntamente aos jesuítas, alguns mercedários consagraram a aldeia a Nossa Senhora das Mercês e construíram a capela a ela dedicada e inaugurada em 05 de março de 1723, sendo o padre Tomé de Carvalho o responsável pela construção desta (PASCUM, 2011). Segundo os relatos do Padre Aires de Casal, sacerdote, geógrafo e historiador Português, que viveu durante muitos anos no Brasil, escrevendo o primeiro livro de edição brasileira, em 1817 (p.293):

A freguesia de Nossa Senhora das Mercês, cujos primeiros habitantes eram pela maior parte de índios Jaicós, fica entre o Rio Itaim e a Ribeira das Guaribas. Todos os fregueses vivem dispersos: o vigário é quase o único vizinho da matriz, que fica mais de vinte léguas afastada da capital.

Cerca de 64 anos após a consagração da primeira capela do aldeamento dos Jaicós, este viria a ascender ao posto de freguesia, por conta de características fisiográficas, segundo Sousa Neto (2018, p.243):

Por suas terras férteis e em razão do potencial ao criatório, em 1787, a aldeia tinha 285 habitantes, entre descendentes indígenas da antiga redução jesuíta e colonos interessados em explorar a região. Desta forma, logo no princípio do século XIX, seus habitantes obtiveram autorização da Coroa Portuguesa para a elevação da aldeia à condição de freguesia, sob o nome de Nossa Senhora das Mercês de Jaicós, que, instalada em 1806, teve como primeiro pároco o padre Antônio Delfino da Cunha.

Capelas e Igrejas eram construídas por todo o sertão em aldeias para a catequização dos povos gentios, ou em curatos, onde residiam padres com ampla autonomia para atenderem às populações das fazendas de gado carentes de sacramento. Portanto, a população era atraída pelo edifício religioso, que justificava a formação das vilas. “Ausente a Câmara, a Igreja controla a organização do espaço físico” (SILVA FILHO, 2007, p.33).

Muitos oratórios eram instalados nas próprias fazendas como forma de soberania, mas com o aumento dessas populações, esse tipo de edificação deu lugar às capelas e igrejas de campo. Dessa forma, houve um processo de exteriorização, onde as mesmas eram dimensionadas para um pequeno número de fiéis, sendo acessíveis a devotos externos (escravos) mas não eliminando totalmente os oratórios privados (SILVA FILHO, 2007).

As vilas do período eram caracterizadas por uma hierarquia espacial seguida pelas “habitações individualizadas e perfiladas no lugar da maloca coletiva”, que seguiam os princípios cristãos. As cabanas de palha preservavam uma relação material e simbólica com a cultura indígena, ao mesmo tempo que traziam ideal de organização e disciplina pelo traçado onde essas construções eram dispostas de forma segregada à capela em alvenaria, fator que também resultou no cultivo da língua Tupi, e na configuração onde se preservava a centralização dos terreiros, que mais tarde resultaria na praça retangular cristã – configuração que se faz presente na atual cidade de Jaicós, onde a vila teve início a partir da Paróquia locada em uma quadra retangular, adjacente à Praça Padre Marcos . Também se faz importante característica das comunidades paroquiais da época, o surgimento destas nas proximidades de recursos hídricos, onde suas matrizes eram locadas em pontos altos da área, acima das inclinações que descem às águas. Na até então Vila de Jaicós, a paróquia de Nossa Senhora das Mercês fora assentada nas redondezas das fontes Gameleira e Paraíso (SILVA FILHO, 2007).

Por conseguinte, o feitiço das igrejas então existentes na Capitania, eminentemente as de Oeiras, Piracuruca, Jerumenha e Jaicós, ainda que bastante singelas quando comparadas aos imponentes monumentos do barroco mineiro e das capitanias litorâneas, mereciam destaque consoante a uma prévia autonomia urbanística. As construções religiosas já não se tratavam de meros componentes dos “currais de gado para sufrágio dos comboios de tropeiros, ou dos já distanciados arraiais militares, mas obras de arte, arrojados empreendimentos do clero alimentados pelo direito de estola”. Em todas as igrejas do período, a liturgia de fundação fora celebrada anteriormente ao governo civil e a uma estruturação política, e juntamente a elas, foram consagradas as primeiras definições de natureza urbanística (SILVA FILHO, 2007).

As vilas eram fundadas em regiões de produção predominantemente rural, onde o gado era pilar da economia local; fator que não favorecia a migração das pessoas do campo para as áreas de adensamento populacional, que iam à vila somente para trocar produtos da fazenda e para os festejos da Igreja (SILVA FILHO, 2007). Por isso alguns benefícios eram concedidos aos moradores das vilas, como a “concessão de aforamentos, isenção de tributos e emolumentos por doze anos e até à não execução de dívidas contraídas fora delas, nos primeiros três anos de residências nas mesmas”, que se mostravam grandes atrativos, incentivadores à construção de habitações e povoamento das vilas (SILVA FILHO, 2007, p.35). A Igreja ainda oferecia moradias a vaqueiros dispersos, tementes a Deus, exercendo sua principal função, uma vez que definira o espaço físico do povoado.

De tal forma se fez a escala hierárquica da localização de prédios públicos e de residências da classe influente, ainda comum em cidades interioranas, que se relaciona com o traçado urbano onde a obra religiosa é disposta como núcleo dos assentamentos. À medida que ocorre o afastamento dessas nucleações, é perceptível o enfraquecimento dos rígidos traçados, e o decaimento da qualidade construtiva das moradias, evidenciando a precariedade presente nos subúrbios (SILVA FILHO, 2007).

A vila de Santana das Mercês ou Jaicós, como é mais geralmente chamada, [...] contém setenta a oitenta casas edificadas em uma grande praça quadrada. Os arredores têm muitas choças da gente mais pobre, feitas principalmente de tronco e folhas de carnaubeira, abundante nas vizinhanças. Uns poucos vendeiros e comerciantes, como alfaiates, sapateiros etc. residem permanentemente na vila; mas a maioria das casas pertence a fazendeiros vizinhos, que só as ocupam durante o natal e outros festivais (GARDNER, 1975, p.118).

Assim foi originada a paisagem das primeiras vilas, regidas por essas influências e condicionantes de residências sem recuos laterais, coladas umas às outras, “por um mesmo objetivo, como que agregando forças para enfrentar o agreste abrasivo, pungente, sobrenatural”. Os telhados em cumeeiras de mesma altura, podendo-se dizer, contínuas; águas voltadas para as frentes e fundos, onde se encontravam quintais, além de beirais de dupla bica. Não possuíam forros, deixando à mostra, em todos os cômodos, a telha vã. As fachadas conjugadas, transmitindo grande essencial de unidade – organização espacial que é perceptível até os dias atuais na cidade de Jaicós, onde essas residências do período colonial foram preservadas nas proximidades da matriz (SILVA FILHO, 2007). O estudo e compreensão de como eram formadas as vilas da época faz-se fundamental para o entendimento do impacto que a Paróquia teve para a formação da cidade, sendo um local de atração e, tendo em suas origens, definido relações dos habitantes da até então vila, que perduram aos dias atuais, tendo a freguesia se desenvolvido ao posto de município.

BARROCO NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NO PIAUÍ

O barroco foi um estilo que surgiu entre os anos de 1580, como uma forma de protesto a Contrarreforma, que tinha como objetivo ratificar os dogmas da Igreja. Emergiu na Itália e espalhou-se por toda a Europa Central e América Latina, estava diretamente ligado à Igreja Católica, por esse motivo não se propagou nos países protestantes. Em vários segmentos da arte (arquitetura, escultura, pintura, música, literatura), o barroco se manifestou e possuía seus principais representantes. Em relação à arquitetura nesse período, tiveram como características os contrastes de luz e sombra, buscava um movimento e fantasia, fugindo assim da simetria, além de uma grande quantidade de ornamentos nas fachadas (VIVA DECORA, 2018).

No Brasil, esse estilo foi introduzido no século XVII e perdurou até primeira metade do século XVIII (apogeu durante a exploração de ouro e diamante), tendo algumas influências europeias, mas possuindo suas características próprias, devido a restrições da época no que se relaciona à obtenção de materiais e técnicas específicas. O estado com maior acervo de arquitetura barroca no país é Minas Gerais, e o maior expoente do estilo foi Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho. Os materiais utilizados pelos artistas brasileiros para fabricar os ornamentos foram a madeira e a pedra-sabão, tornando-os mais especiais por sua originalidade. Além da presença do ouro em muitos elementos, os tetos das igrejas eram formados por pinturas (todas de cunho religioso, obedecendo a sociedade da época). Nas capelas, a simplicidade dos materiais utilizados na construção das paredes (taipa, adobe, alvenaria) escondia no seu interior, por muitas vezes, sua beleza e grandiosidade (VIVA DECORA, 2018).

No período colonial, no estado do Piauí, com a chegada dos bandeirantes paulistas, a arquitetura barroca se categoriza como arquitetura colonial ou arquitetura sacra. Os principais materiais construtivos utilizados para as edificações nessa época eram a pedra e o barro, por serem locais e de fácil aquisição. Nas igrejas e capelas, a planta era de caráter simples, na maioria das vezes, sendo composta apenas pela nave central e o altar-mor (BURY, 2006). Desse modo, elucida-se o caráter sóbrio do exterior da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês; sendo maior profusão de ornamentos reservada para o interior, no altar-mor e em locais pontuais nas laterais da entrada principal onde se concentram imagens, seguindo assim os ideais do estilo Barroco difundido na região.

CONSTRUÇÃO, TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E REFORMAS DA MATRIZ

Ao que se diz respeito à arquitetura religiosa no Brasil, pode-se afirmar que tais edificações não poderiam ter sido construídas, sem o mínimo de conhecimento sobre arquitetura. Sabe-se que alguns padres, principalmente os jesuítas, tinham bastante conhecimento técnico e científico (SILVA FILHO, 2007). Em Jaicós, o Padre responsável pela fundação da matriz – concluída no ano de 1839 – tinha apuro técnico em construção e arquitetura, tendo sido sua obra considerada uma das melhores da província. O estilo trazido para o Brasil, pelos jesuítas, foi o da Contrarreforma, possuindo um estilo limpo de ornamentação, pesada, fechada e discreta. Na Matriz, a nave central e capela-mor são separadas por um arco-cruzeiro, com capelas laterais, sacristia, transepto e coro, caracterizando o formato de cruz latina (Figura 02) (SILVA FILHO, 2007).

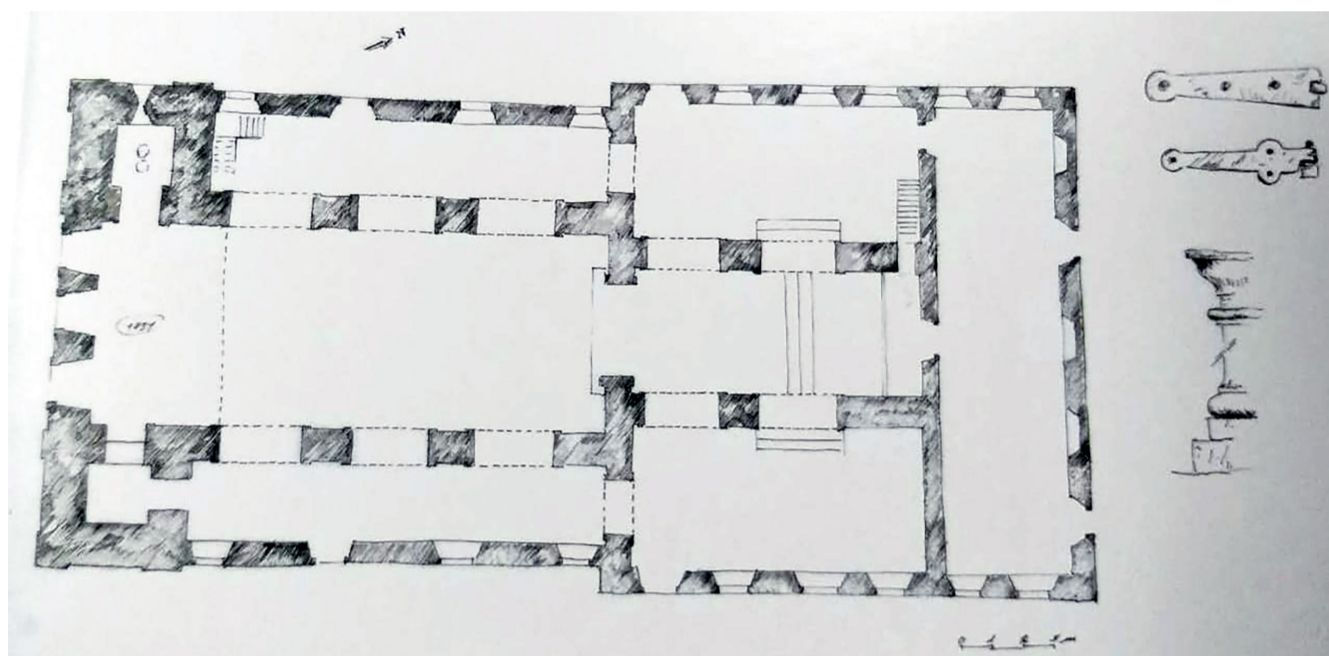


Figura 02 – Planta baixa da Matriz

Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Entre os anos de 1914 e 1915, foram feitas reformas na matriz pelo então vigário, Cônego Miguel dos Reis Mello, compreendendo a construção da torre lateral esquerda (com o relógio) já prevista por Pe. Marcos, além da capela na lateral esquerda. Transformou-se também o depósito anexado ao corpo central na lateral direita em capela, pela abertura de arcos de comunicação com a nave central e abertura de esquadrias na fachada, da mesma forma que foi executada na ala lateral esquerda. Em 1937 foi concluída pelo Pe. José Limmermam a cúpula da nova torre para a celebração do 1º centenário da igreja. Esta festa teve uma grande repercussão na região, tendo sido anotado no livro do tomo, a participação de 10.000 fiéis. Em 1953, é construída a sacristia, pelo aforamento de 5m na parte inferior da igreja. Já em 1954, o teto da igreja é substituído por um telhado contínuo de duas águas, em lugar do desnível existente anteriormente entre o teto da nave central e das capelas laterais. Em 1955, é feita uma reforma onde se executam o estuque e forro da nave central, além da platibanda; são abertos arcos sobre as portas e janelas das fachadas laterais; é feita a pintura externa. Sabe-se ainda que o piso em ladrilhos existentes atualmente na igreja foi colocado na década de 1950. O piso original, executado em tijoleira, pode ser observado ainda em seus vestígios remanescentes, no piso da torre lateral direita, ao nível do coro e sob a torre lateral esquerda, ao nível da nave central (CRUZ, 2019).

Em todo o interior da Igreja, fez-se uso do ladrilho hidráulico, que possui uma maior resistência

(Figura 03). Na parte superior, referente a torre lateral direita, foi utilizado o ladrilho artesanal de barro cozido, bastante utilizado nas casas urbanas. Além disso, no que se refere ao lugar destinado ao coro e à sacristia, confere o piso de madeira – tabuados corridos (SILVA FILHO, 2007).



Figura 03 – Ladrilho hidráulico utilizado na Matriz, com destaque na nave central
Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Quanto à imaginaria existente na igreja, tem-se como peça de maior interesse a antiga imagem de N. Sra. Das Mercês, trazida pelos jesuítas. Esta imagem mede 43cm de altura, é esculpida em madeira e se encontra guardada em bom estado de conservação. Calcula-se mais de 200 anos de idade. Atualmente, a imagem que se encontra na igreja foi trazida da Bahia, há 100 anos, doada pela esposa de um rico fazendeiro por uma graça alcançada. Ainda como indicador da importância da igreja, pode-se considerar o seu arquivo, onde estão registrados todos os batizados ocorridos até o início do século no vasto território que abrangia a paróquia de Jaicós, compreendendo as cidades de Picos, Pio IX e Paulistana (CRUZ, 2019).

Devido às dificuldades do meio rural, a aquisição de ferragens era limitada. Na Matriz de Jaicós as dobradiças utilizadas nas portas e janelas, remanescentes da era colonial, são do tipo leme e cachimbo, além de frágeis ferrolhos de madeira (SILVA FILHO, 2007).

Pode-se observar também na fachada da Igreja, a presença de guarda-corpo de ferro forjado (Figura 04), protegendo as sacadas avançadas nas janelas rasgadas por inteiro na parte superior à entrada principal e as janelas que ladeiam a mesma (SILVA FILHO, 2007).

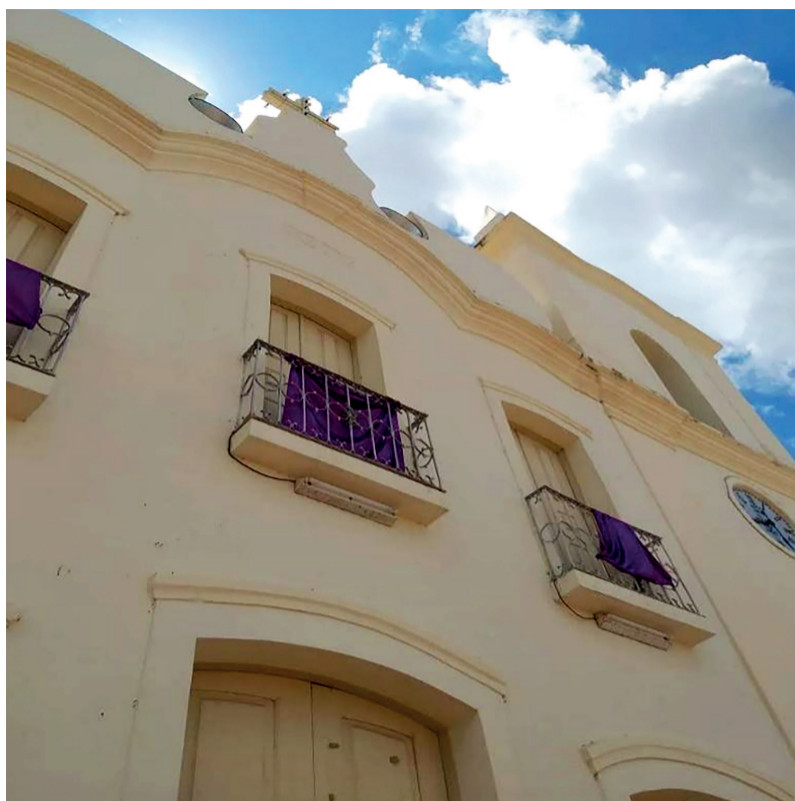


Figura 04 – Guarda-corpo de ferro forjado na fachada frontal

Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO PATRIMÔNIO

O espaço arquitetônico é modificado constantemente e teme-se o esquecimento, que certos bens quando analisados em um recorte empresarial sejam vistos como obsoletos. Portanto, faz-se importante que sejam levantadas discussões acerca da história, do patrimônio e das memórias coletivas e individuais, pois há certa preocupação sobre os danos causados à memória e identidade histórica que conservam informações para que o passado continue a ser lembrado e conhecido (SOUSA, 2018).

A relevância da Preservação do Patrimônio Histórico associa-se à memória coletiva e individual, levando em conta que a memória é o meio pelo qual a sociedade se orienta para compreender não só o passado, como sua preservação contribui para a formação de identidade, resgate de raízes, está ligada à formação cultural e econômica de um povo (SOUSA, 2018). Portanto, a proteção do patrimônio histórico “é a garantia de que a história local continuará a ser conhecida e, com a atuação dos poderes governamentais, esta poderá ser valorizada e divulgada, para gerações futuras” (FERREIRA, 2006, p.1782).

No Piauí, as construções do meio rural remontam a precariedade existente da época da construção, o que gerou monumentos perenes, que não resistiram ao passar dos séculos, de acordo com Silva Filho (2007, p.145): a maioria das casas de fazenda, convertida em ranchos agregados, segue o destino irreparável da ruína. Edificações, que foram vítimas de abandono, livres de função nos dias atuais, passam a ser vistas como bens desprovidos de valor, onde dispensadas de relações afetivas, vulneráveis perante a falta de políticas públicas que as protejam, passam a cumprir o papel de espaços inertes, meros vestígios de acontecimentos seculares já consumados (SILVA FILHO, 2007).

A história da Fazenda Boa Esperança (Figura 05) não se viu livre do descaso, tendo em vista as condições de uma habitação da localidade originária do século XVII, que funcionava como sede da Fazenda, depois sendo adaptada por Pe. Marcos à função de um colégio internato, uma

das primeiras construções educacionais do Piauí Província. Quando mesmo inscrita no Livro do Tombo, em 05 de setembro de 1992, era notório o descaso com o bem (FUNDAC, 2019). A exaustão dos materiais construtivos empregados é um fator adjacente a não perduração de tais imóveis, onde pela natureza orgânica dos insumos faz-se necessária manutenção para que ocorra maior permanência (SILVA FILHO, 2007).

A antiga escola encontra-se atualmente um pouco descaracterizada de seu partido original, uma vez que passou por reforma e um trecho caiu por falta de reparo, trecho que abrigava a antiga varanda. A edificação retrata através de sua simplicidade construtiva e plástica a arquitetura produzida no século XVIII no Piauí, onde predominam na volumetria os cheios sobre os vazios, soluções técnicas empregando carnaúba e tijolos em adobe (FUNDAC, 2019).



Figura 05 – Casa do Padre Marcos de Araújo, na sede da Fazenda Boa Esperança
Fonte: Fundac, 2019.

Diferentemente do meio rural, no meio urbano as edificações não são reféns diretas apenas da precariedade das técnicas construtivas, mas também da renovação de traçados e de um aceleração no ritmo do crescimento das cidades. Segundo Silva Filho (2007), em todo o Estado, a homogeneidade urbanística foi notadamente afetada na primeira metade do século XX, através do ajustamento de novos modelos que se consolidavam na arquitetura da nova capital.

Com os investimentos agora direcionados para Teresina, cidades de maior idade estancavam o seu já arrastado desenvolvimento mergulhando no ostracismo; o que decerto gerou maior permanência das construções provinciais (SILVA FILHO, 2001, p.149). Após o estabelecimento de uma nova ordem econômica, os terrenos passam a ter maior valorização que os edifícios do passado neles locados, o que resultou e uma indiscriminada renovação construtiva, uma grande perda de edificações rurais e urbanas de interesse histórico, quando não descaracterizadas, carentes de referências de sua tipicidade local, sumariamente eliminadas. Na localidade atual da cidade de Jaicós, enquadram-se nessas perdas duas importantes edificações, uma delas é A Casa do Padre Marcos de Araújo Costa, por ele construída em 1839 (Figura 06), localizada nos arredores da Praça Matriz; posteriormente servindo de residência a outros proprietários da casa paroquial. Foi completamente demolida, atualmente em seu antigo local consta uma construção de tipologia comercial (SILVA FILHO, 2007).



Figura 06 – Residência do Pe. Marcos em Jaicós

Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Outra grande perda foi o Sobrado Rosa dos Peixes, assim conhecido por possuir na fachada 2 peixes entrelaçados em relevo de massa. Constava como o sobrado mais antigo da cidade. Tendo pertencido ao irmão do Visconde de Parnaíba Manoel Clementino de Souza Martins. A construção em alvenaria de tijolo, dotada de sacadas com balcões de ferro forjado que possui o monograma de José Rafael Leal Lelis. Mesmo tombado pelo Estado no ano de 1992, o sobrado fora posteriormente demolido (SILVA FILHO, 2007).

De tal forma é possível que se estabeleça um paralelo entre patrimônio e os vínculos pessoais que se relacionam com este. As edificações anteriormente citadas, mesmo sendo de importante valor para a história da cidade, eram de uso privado. Esse fator provavelmente justifica a despreocupação em preservá-las. Na contramão disso, observa-se a valorização da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, que atravessou séculos, sempre servindo ao povo, com sua imponência através da liturgia. Esse cuidado e a atribuição desses laços para com a Igreja Matriz, decerto são os motivos que a mantiveram em constante preservação. O monumento faz parte do cotidiano da população, atravessando gerações (Figura 07); mesmo que vago, há um maior conhecimento acerca da valorização do patrimônio, não apenas pelos caminhos da fé daqueles que habitam a urbe, como também por seu significado histórico, figurando como ponto inicial da formação da cidade. Portanto, até os dias atuais, a Paróquia permanece na incumbência de nucleação da cidade, de ponto de encontro para a sociedade e de cartão postal para os visitantes.

O patrimônio histórico, materializado na forma de construções, vem manter vivo todo esse cabedal intelectual e cultural de civilizações anteriores, porque é o testemunho vivo e tangível de épocas passadas, e faz com que se possa entender os fatos mediante um “mergulho” no contexto físico da época, dos costumes, pensamentos e o próprio cotidiano dessas gerações anteriores (FERREIRA, 2006, p.1782).



Figura 07 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês no encerramento da procissão do Sesquicentenário, no ano de 1987.

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco das Chagas Cruz, 2019.

Conclui-se que, é necessária a preservação do acervo que perdura nesses logradouros, que protagonizam como os principais representantes da identidade de um povo; se faz essencial sensibilidade para que seja mensurada sua relevância social, cultural e histórica. “Não basta simplesmente cuidar do físico. É preciso levar em conta a existência do ser. Portanto, apreensão e compromisso de continuidade com os programas oficiais, geralmente interrompidos nas mudanças políticas” (SILVA FILHO, 2007, p.153).

REFERÊNCIAS

- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Organizadora: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília: Iphan/Monumenta, 2006.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CRUZ, Francisco das Chagas. *Depoimento Oral*. Entrevista concedida as pesquisadoras Maria Eduarda de Lima Coutinho, Tamyres Cristina Lemos e Silva e Vanessa Matos Cabral. Jaicós, abril, 2019.
- DA SILVA, Valdo Benedito. *Raízes de Padre Marcos: Memórias e Legados dos que Sonharam e Construíram*. Teresina: Ed. do autor, 2018.
- FERREIRA, Cláudio José Pinto et al. “A Importância do Patrimônio Histórico Joseense”. *Revista Univap*. São José dos Campos, v. 13, n. 24, out. 2006.
- FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí. *Casa do Padre Marcos*. Disponível em: < <http://www.ipatrimonio.org/?p=46451>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.
- GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil: Principalmente nas Províncias do Norte e Nos Distritos do Ouro e do Diamante Durante os Anos de 1836-1841*. São Paulo: Ed. da USP, 1957.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JORNAL DE PICOS. “*Quem foi o Padre Marcos*” Picos: Ed.do jornal, março de 1999, p.4.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Povos Indígenas do Sudeste do Piauí: Conflitos e Resistência nos Séculos XVII e XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

PASCOM – Pastoral da Comunicação. *Histórico de Nossa Senhora das Mercês*. Jaicós (PI). Disponível em: < http://paroquiadejaicos.blogspot.com/p/pascom_05.html>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume I – Estabelecimentos Rurais. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume II – Arquitetura Urbana. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume III – Urbanismo. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SOUSA NETO, Marcelo de. “O padre, a vila e o galo da torre: padre Marcos de Araújo Costa e a vila de Jaicós (Piauí, 1832-1850)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, mai./ago. 2018.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SOUSA, Lourenilson Leal. *História da Educação Jaicoense. Dos Primeiros Aldeamentos ao Ginásio Padre Marcos*. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

SOUSA, Priscila Carvalho Mendes de. *A Importância do Patrimônio Histórico como Instrumento de Preservação da Memória*. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

VIVADecora, *Arquitetura barroca: o estilo no mundo e também no Brasil*, 2018. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/arquitetura-barroca/>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

NOTAS

¹ Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário UNINOVAFAPI. E-mail: eduarda.c.lima@hotmail.com

² Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário UNINOVAFAPI. E-mail: myres.cris@gmail.com

³ Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Centro Universitário UNINOVAFAPI. E-mail: vanessacabral80@gmail.com

⁴ Mestre em História do Brasil – PPGHB - UFPI. E-mail: isis_meireles@hotmail.com

CAPÍTULO 2

DOCUMENTAÇÃO COMO ELEMENTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE TERESINA – PI: O CASO DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS

Thamires de Sousa Luz¹

Maiara de Carvalho Pottmeir²

Isis Meireles Rodrigues Sampaio³

INTRODUÇÃO

A história de um bem, assim como sua conservação, pode ser preservada com a sua documentação, aferindo proteção ao valor histórico e cultural daquela edificação. De acordo com Carsadale (2014), o conceito de bem pode se confundir em dois termos: o bem, que advém da cultura patrimonial, é o alvo de preservação. Já o bem como indivíduo, de acordo com o autor, é aquilo concreto que tem significado para um povo e a capacidade de integrar o patrimônio, como uma substância concreta e dotada de significado patrimonial que integre o rol do patrimônio coletivo. Para a proteção de um bem, além do tombamento, temos o inventário e o registro através de análises e discussões. Essas formas preveem tanto a preservação como a valorização da memória e identidade de um povo, abordando suas principais características. Em meio ao eixo patrimonial teresinense, o objeto de estudo escolhido é o da atual sede da Academia Piauiense de Letras, cuja edificação possui caráter de documentação escasso, principalmente quanto à sua historicidade como de suas informações técnicas.

Apartir disso, o resgate da memória do prédio é discutido a partir do registro da documentação como forma de preservação e sustentabilidade associada ao patrimônio cultural, quando o uso consegue garantir a interação social a partir de intervenções. Segundo Sant'Anna (2005), o registro é um instrumento de preservação que se adapta à dinâmica das manifestações intangíveis e, através dos dossiês, se volta principalmente para a produção de conhecimento. Analisando-os de forma bastante ideal, tem-se que os dossiês de registro devem apresentar toda a vida do bem cultural a ser registrado, de forma que seus elementos, características, seu surgimento, história e trajetória devem ser abarcados. Realiza-se a juntada de documentos fotográficos, iconográficos, audiovisual e bibliográficos a respeito do bem, para que haja todas as informações sobre o contexto em que ele se insere, assim como as transformações sofridas com o tempo, como ações de vândalos, acréscimos e retiradas de elementos com a interferência de outros processos culturais, sociais ou econômicos.

Apesar do Brasil ter implantado a ideia referente à necessidade de preservação do bem, além do ponto de vista material e físico, o seu elemento concreto, apenas na década de 1930, nas últimas décadas, algumas instituições públicas estão cada vez mais conscientes da importância de preservação para com o patrimônio e o seu legado para instituições futuras. A falta de recursos

financeiros por parte das políticas pública, além de inviabilizar melhorias para sua conservação, também deixa de contribuir com a memória da identidade, no que diz respeito à sua documentação ou catalogação ao longo dos anos para as gerações futuras. No entanto, há ausência de técnicas sistematizadas adequadas ao patrimônio histórico e aos bens, sem toda extensão de documentação exigida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atualmente, assim como pelos órgãos de preservação estaduais e municipais. Este artigo encarrega-se da análise da documentação da Academia Piauiense de Letras, utilizando como metodologia medição direta *in loco*, visto a ausência de plantas da edificação atual, assim como da original, logo a documentação é realizada por meio de plantas desenvolvidas com o uso do *AutoCad*, mapas e referencial a partir de artigos. Dessa forma, procura-se catalogar as alterações sofridas e acrescentadas, para que se obtenha um controle sob o estado da edificação. No livro “A Documentação como ferramenta de preservação da memória”, Oliveira (2008) alerta para a importância desse registro iconográfico nos processos recentes, assim como também nos históricos, para a preservação da memória, na qual a imagem quando substituta parcial do objeto, garante o contato com o que já se foi preservado. Também foram necessárias entrevistas com acadêmicos e colaboradores da instituição, para melhor compreender as necessidades das modificações ao longo do tempo, inclusive com levantamentos em documentos e arquivos do próprio acervo local, na qual buscou-se documentar e datar desde o seu início, até as mais recentes modificações arquitetônicas e estruturais.

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS

Situada na Av. Miguel Rosa, 3300 - centro sul da cidade de Teresina-PI, a Academia Piauiense de Letras tem o entorno bastante movimentado pelo fato de que a mesma está localizada em uma das avenidas mais importantes da capital piauiense (Figura 01).

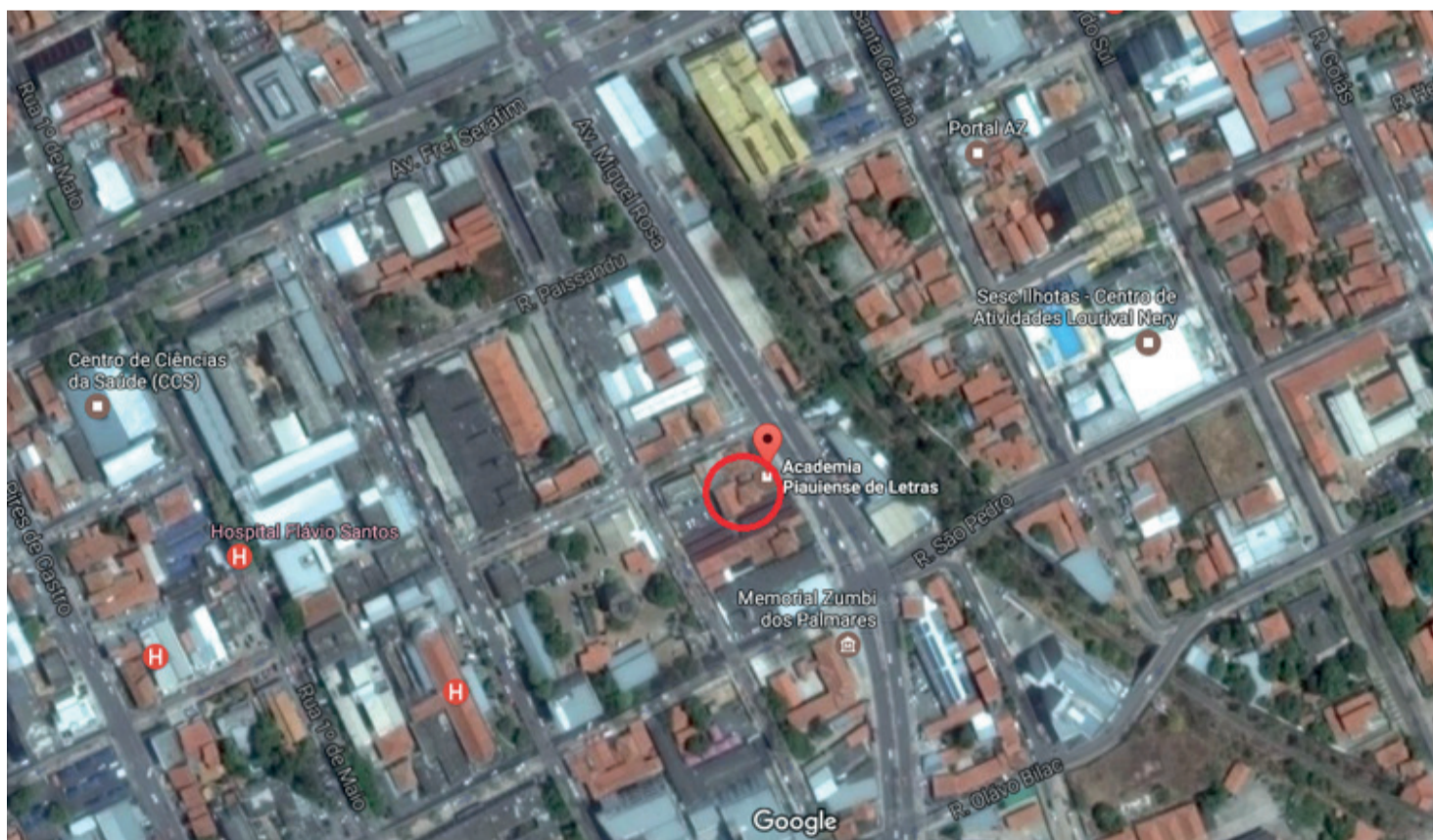


Figura 01: Localização e entorno da edificação. Fonte: (Google Maps, 2018, modificado pelas autoras)

Ao norte da fachada da edificação, temos alguns pontos comerciais das mais variadas

tipologias. Já ao sul, está localizada a região conhecida como polo da saúde, com vários hospitais, clínicas, farmácias e comércios afins. À leste, além do mercado comercial, possui a locação de algumas escolas estudantis. No lado oeste, há prédios dos mais variados estilos arquitetônicos, como a edificação modernista sede da SEPLAN, Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, o DER/PI - Departamento de estradas e rodagem do Piauí; o eclétismo presente na Estação Ferroviária de Teresina e a sede central do Banco do Brasil na capital. É importante ressaltar a significância do Theatro Quatro de Setembro e do Museu do Piauí, ambos ecléticos e da mesma época da edificação da Academia, que envolvem o contexto do mesmo.

No aspecto cultural, a tendência na época não se prendia muito ao modelo atual de disseminação da leitura. O anseio de mudança uniu-se com a difusão da literatura e cultura do Piauí, às nove horas do dia 30 de dezembro do ano de 1917, no Salão Nobre do Conselho Municipal de Teresina, quando o então juiz, delegado e historiador, o jovem Lucídio Freitas (1894-1921) lidera a fundação da Academia Piauiense de Letras, uma associação literária com sede em Teresina, para o cultivo da língua e para o desenvolvimento da literatura piauiense. Inicialmente, contavam-se com 30 cadeiras de acadêmicos, hoje em dia são 40 cadeiras, que juntas, mantêm as tradições vigentes, dentre elas a publicação anual da revista e outorgação de medalhas a pessoas influentes da mesma (APL, 2017).

Homenageada como Casa de Lucídio Freitas, a Academia trata-se de uma instituição pública civil mantida pela parceria do Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura Municipal de Teresina, cuja fundação teve por finalidade iniciar um grêmio literário na capital piauiense, tomando como exemplo outras capitais do país. Para compor parte desta ideia, tiveram a participação de vários nomes expressivos da intelectualidade piauiense da época. Até o ano de 1986, a Academia não possuiu uma sede própria. As reuniões ordinárias ocorriam nas casas dos sócios da Academia e já as extraordinárias, nas dependências de prédios públicos e, algumas vezes, até alugavam locais para as mesmas⁴.

A primeira estadia fixa foi na Fundação Wall Ferraz (prédio ao lado da prefeitura de Teresina), onde foi conseguida uma pequena sala na referida repartição pública. Foi a partir de esforços do secretário de cultura da época, Jesualdo Cavalcanti Barros, que a Academia consegue uma sede própria para a sua atuação, com o auxílio do governador do estado na época e futuro cadeirante da Academia, Hugo Napoleão. Em 1942, na edição de jubileu de prata da revista da Academia Piauiense de Letras, foi solicitada pelos acadêmicos ao até então Interventor Federal Leônidas de Castro Melo (1935/1945), o pedido formal por uma sede:

Ao desempenho de suas finalidades, que a tornam assim, não já uma sociedade estática, mas um instrumento ativo e intenso de trabalho e cultura, têm minguido os indispensáveis recursos materiais. Dentre eles, avulta, com certeza, o da falta de uma sede, pois em 24 anos de existência, a APL, viveu a odisséia das casas de empréstimos, das sedes temporárias de favor. [...]. Para o Estado, a quem, constitucionalmente, está cometido o dever de patrocinar as iniciativas de cultura, vem, agora, a APL, por intermédio de V. Excia., apelar, também e resolutamente, no sentido de lhe possibilitar a aquisição definitiva de sua sede, aspiração justa de quantos, lavrando em chão fecundo, têm dado valiosas colheitas, que enriquecem e ilustram o patrimônio espiritual da terra-berço. (NAPOLEÃO, 1942, p. 114).⁴

SILVA, C. L. et al (2017) certifica que a futura sede, em sua primeira concepção por volta da década de 1940, era uma casa pertencente à Claudio Pacheco⁶. Alguns anos depois, em 1952, Luiz Gonzaga Gonçalves Fortes compra o lote que acaba sendo dividido em dois terrenos, que então passaria a pertencer à futura viúva do mesmo, Nildes Fortes. De acordo com entrevistas colhidas na própria sede, o imóvel, por volta da década de 1950, tem como seu último proprietário, um conhecido médico psiquiatra da época na cidade, João Marques, que termina repassando a mesma para o governo estadual. Foi feita então a transferência para belo palacete residencial de linhas clássicas, na qual pode-se acomodar todos os serviços da Academia⁷.

Para aprimorar as sessões solenes e cerimônias de posse, anos depois, foi edificado pelo então presidente Wilson Brandão, um auditório, que notoriamente leva o seu nome, em terreno contíguo com a Academia localizado aos fundos, facilitando debates e celebrações na sede. O prédio da Academia apresenta, em suas, linhas marcas do ecletismo brasileiro, notada por elementos do renascimento, neogótico, regionalismo etc., com a presença de frontispício, trabalhado com elementos decorativos como a presença de balaustrada sacada em um gradil um tanto rebuscada, o uso de frontão com curvas e o gótico dos pináculos arrematados. Por ter sido implantada em uma parte elevada do terreno, a edificação ganha imponência volumétrica que marca bastante a paisagem local com a qual se contrasta.

ARQUITETURA INICIAL DA EDIFICAÇÃO

A partir de pesquisas iconográficas e entrevistas, verifica-se que a edificação original se tratava de uma residência comum até a década de 1980, quando ocorreu sua doação para a o palacete. Segundo Pedone (2003), o ecletismo em arquitetura pode ser considerado como o procedimento que buscou inventar uma arquitetura adaptada aos novos tempos, por meio do uso de elementos e de sistemas escolhidos na história da arquitetura, com o objetivo de criar novas composições. Logo, por se tratar de um edifício eclético, a estrutura conta com a presença de vários estilos arquitetônicos, como pináculos do estilo gótico, telhados secundários interceptando segmentos de fachadas, janelas com venezianas, assim como gradis de ferro trabalhados em portas e janelas e nos guarda-corpos de balcões, sendo referências do estilo neocolonial. A edificação conta também com outros elementos que compõe a arquitetura eclética, como o óculo, balaústre e arcadas de arco pleno. Na sua estrutura, o prédio possui dois pavimentos com as paredes baseadas na técnica construtiva de tijolo comum dobrado, podendo perceber em visitas *in loco*, uma espessura maior do que as demais, e na sua cobertura, as telhas eram compostas da época neocolonial, assim com seu forro de gesso comum. O piso e a escadaria de acesso ao pavimento superior são em tablados de madeira, este último, da década de 1940/1950 possui balaústres (elementos de ornamentação). Em relação às portas e janelas de madeira, algumas são compostas por gradeados de ferro fundido, ainda possuindo algumas janelas basculantes em vitral. Na coberta, são utilizados beirais curtos, possuindo quatro águas na parte de cima da cobertura do pavimento superior e, no pavimento térreo, são apenas três águas. A pressão superior é descarregada através dos arcos (presentes em boa parte da edificação), pilares e colunas que dão sustentação à estrutura do edifício. Na fachada, que originalmente possuía a cor bege, havia um jardim que se estendia até a calçada, com o acesso composto por uma escadaria construída com cimento queimado, pó de mármore granito (Figura 02).



Figura 02: Fachada da década de 1990. Fonte: (Portal Ritissima, 2011)

MODIFICAÇÕES E REFORMAS

Com o passar dos anos, o edifício que sedia a Academia Piauiense de Letras passou por modificações que se referem à manutenção de suas condições de uso. Algumas reformas foram feitas em suas repartições, sendo que a primeira modificação ocorreu no jardim, que foi todo recuado para mais próximo da edificação em virtude da necessidade por um estacionamento. As escadas, apesar do formato da escadaria principal não ter sido alterado, foi refeita em cimento devido algumas rachaduras e, para garantir acessibilidade no local, foram inseridos corrimãos de aço inox. Com relação à sua pintura, a mesma vem sendo modificada durante suas reformas: originalmente de cor bege, foi modificada para tons róseos e, então, no ano de 2017 estava em tons de azul esverdeado. Na fachada, que atualmente está de cor amarelada (Figuras 03, 04 e 05), havia um monumento em bronze, que de acordo com informações concedidas em entrevista com o acadêmico Fritz Moura, era datado de 30/12/1992 e fazia parte de uma homenagem ao então governador do estado, A. Tito Filho pelos 75 anos da Academia. Esse importante monumento, entretanto, foi furtado e não se encontra mais no local. Devido a ação de intempéries naturais, houve a extração dos pináculos laterais e alteração do piso interior na maioria de seus cômodos, que passou a ter revestimento cerâmico. Por se tratar de materiais resistentes, não houve alterações consideráveis em alguns elementos, como as portas, janelas, forro e na escadaria interior de madeira.



Figura 03: Fachada em tons róseos. Fonte: (Piauí Agora, 2019)



Figura 04: Fachada em tons de azul esverdeado. Fonte: (Autoras, 2017)



Figura 05: Fachada em tom amarelado. Fonte: (Autoras, 2019)

Na década de 1990, o então diretor da Academia na época, Wilson Brandão, conseguiu recursos suficientes para a implantação de um auditório na parte posterior da edificação, que se tratava de um quintal sem utilização, tendo a entrada principal pela lateral onde está localizada a garagem e foyer (ambiente 09 e 10 da Figura 06). A estrutura do auditório é composta por pilares e vigas metálicas, possuindo forro de gesso. Com o passar dos anos e das necessidades, também houve a criação de uma pequena cozinha na lateral esquerda (Figura 06).

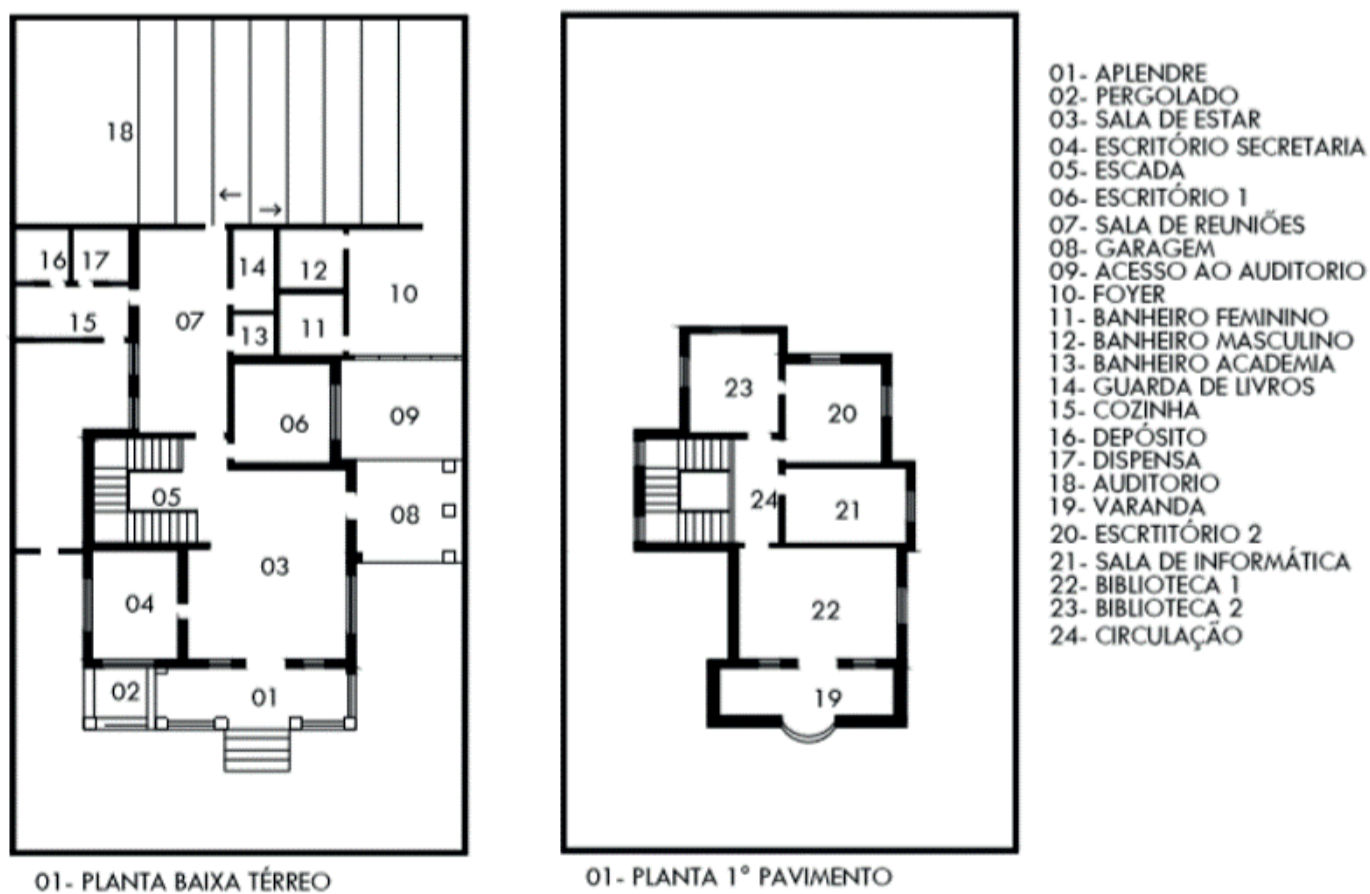


Figura 06: Planta baixa do edifício no ano de 2017. Fonte: (Autoras, 2018)

A situação atual da edificação evidencia mudanças tanto na planta-baixa em relação à estrutura (demolição e construção de algumas paredes), como alterações estéticas, na pintura de paredes, portas e janelas (Figura 07) em sua fachada, sendo novamente pintada em tons de amarelo.

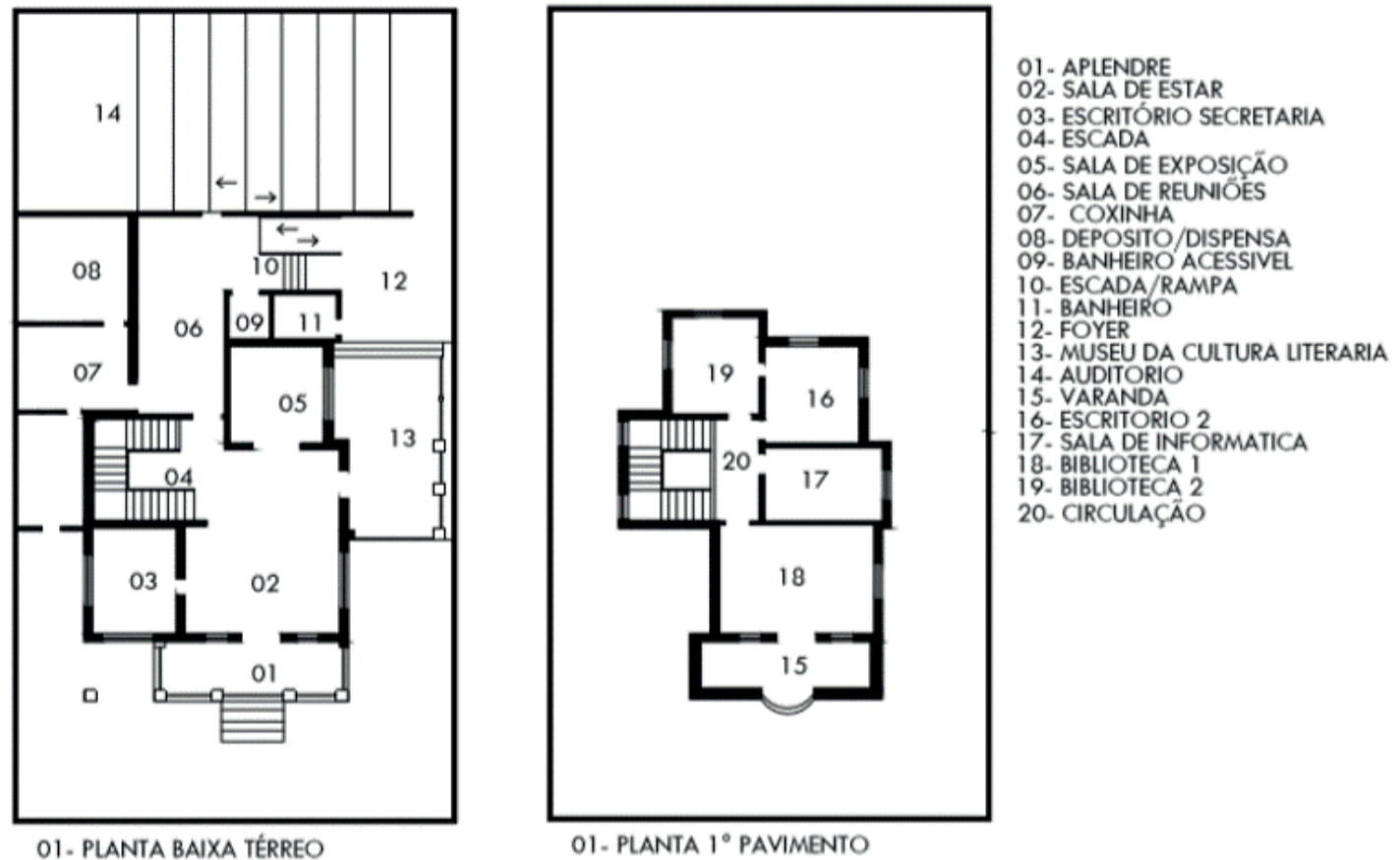


Figura 07: Planta baixa atual da edificação. Fonte: (Autoras, 2018)

Os arcos foram fechados com vidros, tanto no térreo quanto no pavimento superior, e o pergolado que havia na lateral, foi retirado na última reforma pela inutilização (Figura 08). Durante a reforma do ano de 2018 em virtude do centenário da Academia, houve a implantação do Museu da Cultura Literária Piauiense no local onde se localizavam a garagem e acesso ao auditório. A segregação destes espaços foi feita com uma estrutura metálica e fechamento em vidro, para deixar o ambiente com iluminação natural e, conseqüentemente, o tornou mais amplo para exposição de acessórios antigos da Academia. Na mesma reforma, a cozinha foi ampliada, onde o acesso para o depósito e despensa passaram a ser por dentro dela. No interior da edificação, logo de entrada, notamos a abertura de uma sala, que se tornou uma sala de exposições. Ainda sobre as alterações, também foi retirada uma sala, que servia como depósito de livros, deixando acesso livre ao foyer do auditório através de uma rampa e de pequenos degraus. O banheiro do auditório também foi reformado para torná-los acessíveis.



Figura 08: Fachada da edificação no ano de 2018. Fonte: (Autoras, 2018)

A DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

A preservação arquitetônica tem como objetivo conservar a imagem e a história de um bem através do cadastro, entretanto boa parte desses bens não conseguem ser documentados, apesar das técnicas existentes. Os sistemas digitais existentes atualmente, não se adequam totalmente à forma intitulada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelos órgãos de preservação estaduais. Estes problemas devem persistir devido à falta de normas que efetivem no uso de tecnologias para o cadastramento de bens históricos. Ainda em fase de testes O SIGC - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - está sendo desenvolvido pelo IPHAN como um meio mais amplo que abranja várias entidades de todo país. Este sistema, ainda em teste, consiste em um futuro georreferenciamento dos patrimônios e uma classificação de categorias do mesmo (IPHAN, 2013). Para isso, vem sendo usados programas básicos como *Word* e *Excel*, de forma que garanta a permanência das informações originais no sistema compartilhado. Outro sistema tecnológico digital de preservação dos bens que vem sendo desenvolvido para aprimorar e facilitar

o registro documental de bens arquitetônicos é o do Laboratório de Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura e ao Desenho (LCAD), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), apoiado com parcerias de outros países.

Dessa forma, não se sabe ainda a melhor técnica e tecnologia digital de levantamentos de registro a serem aplicados. Diante dos variados modelos modernos, tecnológicos e informativos, é preciso aprofundar nos estudos desses métodos de dados para que se obtenha produtos e acervos confiáveis, além dos métodos tradicionais de registro utilizadas, como a medição direta (*in loco*) e fotos do local. É importante salientar que o levantamento leva alguns fatores em questão para o cadastro, como a localização, dimensão e precisão do bem. A medição direta utiliza além destes fatores, a elaboração de croquis e esboços dos bens a serem levantados a partir de medições lineares em trenas, escalas ou outros instrumentos de função semelhantes, porém mais ágeis e precisos como os automatizados. Portanto, os registros em sua documentação não são coletados artificialmente, para Duranti (1994), eles são acumulados em função dos seus elementos de objetivo e ligados por um elo em sua produção e existência.

No contexto menos tecnológico e mais tradicional de documentação, a salvaguarda do patrimônio cultural tem a conservação como principal ação, trazendo a documentação com ferramenta fundamental para a preservação (OLIVEIRA, 2008). Para Lerner (2009), a memória coletiva é alcançada quando a valorização é fruto de atualizações do registro através de levantamentos técnicos, narrativas ou fotografias. Contudo, é importante frisar o papel da documentação na arquitetura, visto sua justificativa de conservação:

A documentação não atua como um certificado que abre caminho para modificações nos edifícios, muito menos para sua destruição; pelo contrário, um inventário, por exemplo, garante o direcionamento da visão do poder público para aquele bem patrimonial. Além disso, o registro de exemplares com feições estilísticas semelhantes não pode nem deve abrir precedente para a destruição de um ou outro bem de acordo com sua excepcionalidade (SILVA, C. L. E. et al 2017).

Com isso, o acréscimo de dados no projeto de pesquisa a partir de fotos e imagens permite diversas futuras análises através da documentação. O uso iconográfico permite pesquisas detalhadas de vários pontos. Para Silva (2014), a documentação por meio da fotografia na arquitetura permite visões opostas, como a fachada exterior e o interior da edificação, onde as pesquisas precedentes influenciam e enfocam no melhor conhecimento do pesquisador.

A documentação não visa garantir alterações nas edificações, muito menos abrir caminhos para sua destruição. O direcionamento da documentação de uma obra, é feito com a intenção da guarda e proteção da memória, visto a possibilidade de maior visibilidade do patrimônio ao público. A Academia Piauiense de Letras atualmente vem se beneficiando e ganhando reconhecimento pelos serviços à comunidade, assim como da importância ao patrimônio arquitetônico estadual. Além da conservação, a documentação é capaz de construir valor arquitetônico, a partir da difusão do valor de um bem para a sociedade. Logo, a integridade adquirida pela catalogação tem poder de perpetuação de informações, visto à memória coletiva difundida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou a documentação da Academia Piauiense de Letras, tendo como embasamento a importância da catalogação em favor da conservação da memória de um bem patrimonial, através de levantamentos de metodologias capazes de analisar diferentes aspectos históricos, materiais e técnicos da edificação. Diante do escasso acervo técnico e escritos referente à Academia, o trabalho foi realizado baseado em entrevistas e levantamentos *in loco*, na qual foram subtraídas informações referentes à história da referida associação. As entrevistas com colaboradores, cadeirantes da própria Academia, realizadas na própria sede, permitiu que tivéssemos acesso a toda edificação, assim como compreender sua evolução na cidade. Felizmente, a obra que já esteve em estado precário e perdeu alguns de seus elementos por conta de alterações na planta e por furtos, hoje encontra-se em boas condições arquitetônicas, visto sua recente reforma no ano de 2018 em comemoração ao Centenário da Academia na capital piauiense e pela implantação do Museu da Cultura Literária Piauiense. No acervo foi verificado, em visitas *in loco*, quadros, fotografias, obras literárias antigas, além de objetos pessoais pertencentes a imortais que foram membros da entidade, equipamentos estes que foram instituídos na associação graças a recursos provenientes da Prefeitura Municipal de Teresina e do Governo do Estado, em parceria com o Grupo das Farmácias Globo.

As modificações realizadas em favor da manutenção, terminam alterando a concepção técnica do projeto original e anexando elementos modernos em sua composição muitas vezes em virtudes de concepção estética, e não pela usual do edifício. Dessa forma, é notória a importância da documentação nos acervos arquitetônicos, principalmente daqueles patrimônios mais antigos que possuem vasto acervo histórico sem documentação histórica alguma. Foi possível também verificar que a Academia Piauiense de Letras constitui um marco para o ecletismo e neocolonialismo piauiense, tanto na sua arquitetura como para a cultura do estado, espelhando assim sua história de forma abrangente.

REFERÊNCIAS

Academia Piauiense de letras elege novo membro. Piauí Agora, 2018. Disponível em: <http://piauiagora.com.br/index.php/2018/05/19/academia-piauiense-de-letras-elege-novo-membro/>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

AFONSO, Alcília. *Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem a contemporaneidade.* Teresina: Halley, 2002.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A pedra e o tempo. Arquitetura como patrimônio cultural.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p. 49-64, 1994. .

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia.* Brasília: Iphan, 2008. 144 p. (Cadernos Técnicos, v. 7).

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. *O Espírito Eclético.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 2002. 250 p.

SILVA, C. L.; SOUSA, T. V. N.; MOREIRA, A. C. *Documentação da arquitetura neocolonial teresinense através da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, 2017.

SILVA, Jari Vieira. *O uso da fotografia como instrumento de documentação e pesquisa em arquitetura: estudo de caso dos TFGs dos alunos de arquitetura da UNIFOR*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fortaleza, 2015.

TOUTAIN, Lidia Brandão; LIMA, Ana Maria Cerqueira; RIBEIRO, Maria Alice Santos. Política de preservação, conservação e restauração: patrimônio artístico e literário da UFBA. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 14, n. 3, p.368-386, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8646334>>. Acesso em: 18 out. 2018.

NOTAS

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UNINOVAFAPI (Teresina-PI). E-mail: thamires-luz@hotmail.com

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UNINOVAFAPI (Teresina-PI). E-mail: maiara_pottmeir@hotmail.com

³ Mestre em História do Brasil (PPGHB-PI), professora mestre do Centro Universitário UNINOVAFAPI (Teresina-PI). E-mail: Isis_meireles@hotmail.com.br

⁴ Trecho disponível no site da Academia Piauiense de Letras. Disponível em <<https://www.academiapiuiensedeletras.org.br/a-sede/>>.

⁵ Informação adquirida em entrevista concedida à Fritz Miguel Moraes Moura (2017).

⁶ Certidão de Registro de Imóveis: inteiro teor – fls. 196v/197 do livro de Transcrição das Transmissões, nr. 3-Q sob nr. 17.160

⁷ Informação adquirida em entrevista concedida a Herculano Moraes da Silva Filho (2017).

CAPÍTULO 3

“OS ANOS DE CHUMBO” E A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS ESCOLARES DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PIAUI

Shilton Paes Ribeiro Alves¹

Alessandra Rocha da Silva Ribeiro²

Mauro Alexandre Farias Fontes³

Waldimir Maia Leite Neto⁴

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se debruça sobre os espaços e lugares das escolas, e na metodologia de ensino, utilizada no período da Ditadura Militar em São Raimundo Nonato no Piauí. Estes lugares ou espaços foram identificados com base nas memórias de estudantes e educadores que vivenciaram e sentiram as ações repressivas do período. Isto possibilitou o estudo das relações destas com a cultura material da repressão, sob a perspectiva da Arqueologia da Repressão e da Resistência. Partindo dessa premissa, elaborou-se um estudo de caso na Escola Normal Gercílio de Castro Macedo, no qual foi possível desenvolver análises pertinentes à Arqueologia da Arquitetura.

Esta pesquisa visa colaborar para a construção de memórias materiais sobre a Ditadura Civil-Militar, revelando o potencial da Arqueologia em contar histórias sobre contextos na área da educação. Buscando compreender através da Arqueologia aspectos relevantes ao período abordado, visto que o mesmo teve seu impacto nas relações de poder que muito influenciou nos aspectos políticos, sociais, educacionais e religiosos. Esse assunto possibilita o entendimento de uma Arqueologia do Passado Recente, com temas que ganham novas abordagens, os estudos dos conflitos e lutas sociais, a Arqueologia da Repressão e da Resistência.

Não só no campo da Arqueologia, como nas diversas áreas do conhecimento científico, uma vez definidos os objetivos e destacada a importância do objeto ou tema de estudo, o pesquisador deve definir os caminhos teóricos e metodológicos a serem seguidos. Cabe ao arqueólogo refletir sobre qual a teoria e quais métodos que melhor se adaptem ao tema estudado. É nesse instante que a pesquisa arqueológica procura desviar de modismos teóricos e de convenções de opinião.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Procura-se usar as seguintes fontes e contextos para esse trabalho: discussão das principais correntes teóricas da Arqueologia e a inclusão de questões sociais e políticas na Arqueologia contemporânea e no Brasil; Arqueologia da Repressão e o estudo dos conflitos e lutas sociais; e o Regime Militar Brasileiro, ações de repressão e resistência no Piauí.

A questão da relevância e a importância da Arqueologia, enquanto ciência do contemporâneo,

contribui com o estudo das memórias, que é tão fundamental quanto à materialidade em si, na busca desse passado silenciado. Procura-se produzir breves considerações sobre o regime militar brasileiro e piauiense, a fim de uma contextualização sobre passagens importantes desse recorte historiográfico. Realizar-se-á um estudo de caso dos lugares ou espaços tidos como significativos no processo de repressão e resistência do Regime Ditatorial no Piauí.

Para esse trabalho, o propósito é levar os estudos arqueológicos a permitir a desvendar as práticas da repressão dos regimes militares às pessoas comuns. Assim, a Arqueologia pode contribuir, junto à sociedade civil, na busca dos desaparecidos e das histórias que permanecem até hoje escondidas nas linhas do tempo. Este problema é abordado partindo da concepção de que e para que um estudo arqueológico possa ser realizado, o pesquisador não necessita, obrigatoriamente, de intervenções em campo. Um estudo arqueológico pode ser feito também através de pesquisas já realizadas, como é o caso do objetivo desse estudo. Tratando de uma Arqueologia Social e sua relação entre política, poder e memória, pretendesse trabalhar sobre as práticas da Arqueologia da Repressão iniciadas a partir dos anos 1980, a importância da disciplina nos estudos sobre a repressão militar na América Latina.

O foco do trabalho foi reunir informações cruciais para o desenvolvimento de estudos na área em questão. Como as formas de controle do Estado, sendo estes a arquitetura das escolas e seus conteúdos que são abordados em sala de aula. Porém, muitas análises se fazem necessárias para compreender a totalidade das ações de repressão e resistência. No que diz respeito à Arqueologia, a concepção dos estudos de um passado recente reforça as estruturas teóricas que firmam a Arqueologia como uma área que vai muito além dos modelos tradicionalistas que a disciplina adquiriu desde o seu surgimento. As novas perspectivas da Arqueologia permitiram a construção de múltiplas visões e o surgimento de várias subáreas, como é o caso da Arqueologia da Repressão e da Resistência, que tem como foco os estudos dos atos arbitrários cometidos nos períodos ditatoriais latino-americanos.

Realizou-se o presente trabalho com a adoção dos fundamentos da Arqueologia da Repressão. Contudo, para enriquecer a pesquisa, adotaram-se tecnologias e procedimentos, tais como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), que viabilizou a localização mais detalhada da escola, possibilitando estudar o contexto na qual está inserida.

Entender a conformação espacial, sob a luz da Arqueologia e da História Oral, permitiu-nos adentrar os discursos elaborados para moldar determinado grupo. Assim, analisamos a cultura material, aqui compreendida por meio da arquitetura, como elemento moldado pelos pressupostos que a idealizaram (LIMA, 2010, p.155). A arquitetura, pensada como elemento cultural da interação humana com o ambiente, de acordo com os arqueólogos Michael Pearson e Colin Richards (1994), torna-se perfeitamente passível de estudos por meios arqueológicos. Os autores discutem a arquitetura simbólica a partir da maneira com que pessoas de diferentes culturas concebem e organizam os espaços, ou seja, demonstram como distintas culturas nomeiam e caracterizam o mundo de acordo com seus conceitos e experiências. Na análise realizada, não se considerou apenas a análise dos espaços físicos de forma geral, o espaço também foi observado levando em consideração a estrutura simbólica da hierarquia.

Para a análise dos espaços é necessária também a observação da planta baixa do imóvel, elaborada para aplicação do Modelo Gamma. Esta foi confeccionada a partir da visita ao campo durante a realização deste trabalho. O método proposto por Hillier e Hanson (apud ZARANKIN, 2001), entre outros, é utilizado como ferramenta para processar as plantas arquitetônicas e decompor as diferentes partes da escola, para assim estabelecer as comunicações entre estes.

Possibilitando, assim, conhecer a circulação dentro do edifício.

Foi necessário segregar os espaços da escola em nós e ligá-los por conexões, a fim de proporcionar uma maior visualização da profundidade dos espaços. Para formar a representação gráfica a partir da planta da escola foi preciso organizar os nós conforme sua profundidade e suas conexões com os demais, como foi feito, a partir da planta baixa da escola. Após isso, obtivemos um gráfico gamma como resultado da decomposição da planta.

Com os dados obtidos por meio da decomposição da planta tornou-se possível a aplicação dos índices propostos por Blanton (1994). Esses permitiram fazer interpretações sobre os espaços da escola. A escola, possui uma distribuição espacial simples, planta simétrica e um índice de escala pequeno, visto sua pequena proporção. A circulação na escola é marcada por poucos nós, que dariam uma maior possibilidade de espaços a serem percorridos. Os espaços são evidenciados por meio dos índices como não-distributivos, refletindo assim o nível restrito de ligação entre os espaços internos da estrutura.

Outra ferramenta de grande importância foi a História Oral. Segundo Matos (2011, p. 95):

“[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”.

As vertentes da Arqueologia: Arqueologia Social, Arqueologia do Passado Contemporâneo, Arqueologia da Repressão

A Arqueologia do Passado Recente, como coloca González-Ruibal (2008), significa um fazer arqueológico sobre fatos que ocorreram a partir da Primeira Guerra Mundial. Esse período é denominado pelo autor como “supermoderno”, onde “super” é entendido como sinônimo de exagero e não de superação, isto é, a “supermodernidade”. Compreende um período de excessos nefastos para a população mundial, como guerras, regimes ditatoriais, crise ambiental e consumo desenfreado. A Arqueologia da “supermodernidade” explora a natureza material desses excessos como uma proposta alternativa para a tradução dos remanescentes, os quais são capazes de revelar informações que ficaram registradas apenas na materialidade. O autor argumenta que “archaeology, the science of ruins and the abandoned, of fragments and death (Pearson and Shanks 2001, p.91-93) seems especially well suited to working with destruction: the realm of abjection (Buchli and Lucas 2001a, p. 10-11)” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p.248). Portanto, os estudos dos vestígios da destruição no período “supermoderno” podem fornecer importantes lições políticas e, ainda, servir de contraponto às pesquisas desenvolvidas por outras disciplinas das ciências sociais.

O desejo de esboçar uma paisagem urbana gerou o desafio de construir uma narrativa sobre o contexto da Ditadura na cidade, visualizando seus lugares e espaços. Estes últimos configuram dois elementos chave da paisagem urbana. Para compreendê-los recorreremos aos escritos de Michel de Certeau (1994) em “A invenção do cotidiano”, que afirma que um “lugar” tem indicação de estabilidade, é como um “estar aí” de um corpo inerte, onde duas coisas não conseguem ocupar o mesmo lugar. Enquanto que “espaço” tem relação com movimento, com ação e pode ser demarcado por “operações” que podem ser atribuídas aos seres humanos, a uma pedra ou a uma árvore. O

“espaço” é conformado pela capacidade de ação, ou seja, sinônimo de “lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 201-203). Estes conceitos possibilitam interpretar, através da Arqueologia, os significados dos lugares e espaços da cidade, a partir das relações entre as pessoas que sofreram as ações da Ditadura, sendo estes lugares e espaços entendidos aqui como a cultura material da repressão.

Portanto, o trabalho tem entre outros propósitos, como já foi dito anteriormente, buscar uma conexão entre a interpretação da cultura material, que neste caso será a análise da espacialidade das instituições de educação, sua arquitetura e a modificação desta com relação a implantação do Regime Militar e suas alterações na percepção histórica; as variações na disciplina de História e suas graduações, a grade de horários, as chamadas horas-aulas, o seu impacto a longo e curto prazo no ensino-aprendizagem e a conscientização nacional-regional sobre essa história recente da cultura política contemporânea; e, se possível, a sua manifestação na Arqueologia Brasileira, sabendo-se que esta disciplina sempre esteve articulada com outras áreas científicas, ora auxiliando ou sendo a fonte primária, como já foi mencionado anteriormente.

Como a Arqueologia pode contribuir com a História do Golpe Militar de 1964?

Partindo da premissa que a possibilidade das ideias se materializarem por meio da escrita, as lembranças e a memória também podem ser materializadas na forma de um texto, de objetos ou mesmo monumentos, os quais podem exercer a função de lembrar. Sendo capaz de demonstrar a importância da materialidade como uma via de mão dupla, no sentido da relevância dos objetos para evocação do passado, bem como o lugar que a materialidade ocupa na imaginação das sociedades.

Começamos relatando a trajetória da Arqueologia, ressaltando sua forte ligação com as questões sociais dos povos, chegando até uma Arqueologia preocupada com as histórias relativas aos atos repressivos dos militares durante as ditaduras. No Brasil, os estudos arqueológicos só tiveram maiores aberturas em meados da década de 1980, com o fim do regime militar que dominou o país. Na década de 1990, a Arqueologia Brasileira passou a estudar os grupos subalternos e marginalizados e que sempre ficaram à mercê dos discursos oficiais. Já neste início de Século XXI, a Arqueologia se mostra um importante instrumento, assim como outras áreas de estudo, na busca das consequências sociais do regime militar brasileiro, integrando-se na busca de histórias relativas à tortura e ao desaparecimento de pessoas.

Nesse sentido, entendendo as memórias como um rico caminho para lidar com passado, buscamos demonstrar como a Arqueologia é capaz de produzir novos conhecimentos. Empregamos as memórias como fonte para identificar os lugares utilizados pelo aparato repressivo e para interpretá-los como lugares praticados (CERTEAU, 1994). Assim, a partir das relações entre pessoas e a cultura material da repressão, apresentamos a possibilidade da construção de memórias materiais da Ditadura Militar.

Pesquisas desta natureza, em especial na América Latina, assumiram um caráter singular, tanto no sentido da produção de conhecimento sobre a Ditadura quanto no que diz respeito à produção de provas judiciais e de relacionamento com áreas forenses (SALERNO, 2009). Entretanto, o desenvolvimento deste tipo de pesquisa no Brasil, para além do mencionado pela autora, possibilita a ampliação de horizontes, tornando possível conhecer a dinâmica repressiva e sua atuação contra seus opositores, elaborar reflexões sobre a produção intelectual, uma vez que a Arqueologia é capaz de trazer à luz elementos até então desconhecidos e, ainda, elaborar uma “autoarqueologia” como forma de realizar uma imersão na “genealogia material da nossa própria identidade”, isto é, repensar nosso papel social enquanto “filhos” (políticos e, por vezes, biológicos) das lutas pela democracia e

das resistências à Ditadura Militar (ABREU e SOUZA, 2014, p. 06).

Assim, realizamos alguns estudos arqueológicos sobre os processos de repressão militar, que se destinam a relatar fatos ocorridos em várias escolas públicas e privadas em São Raimundo Nonato e relatos de ex-professoras e diretoras são-aimundenses, para mostrar essa relação de fatos e lugares de memória.

Abordaremos a possibilidade de uma utilização das práticas arqueológicas na reconstrução das memórias dos processos repressivos ocorridos nas escolas públicas de São Raimundo, durante o regime do período militar. Essa abordagem consiste em relacionar as ações repressivas da referida educação e aulas de História nesse período, mostrando assim a importância dos estudos arqueológicos nos processos sociais e políticos da sociedade contemporânea, sobretudo nos processos de repressão e resistência da Ditadura Militar.

O Piauí e o Golpe Militar: As Ferramentas Simbólicas da Educação

Segundo Alves (2012), o golpe militar teve alguma influência política em São Raimundo Nonato. Segundo fontes orais levantadas pelo autor, uma delas foi a ascensão política de uma família, como iremos perceber no relato de Inácio Paes Ribeiro:

Quais as influência...? No meu alcance... Foi moralizar a coisa publica... moralizar... acabar com a corrupção com a roubalheira.. naquela época.. pra mim foi esta. Acabar com a robalheira...naquela época. O Regime Militar... o Regime Ditatorial quem ficou do lado do poder foi os Macedo... em São Raimundo Nonato, Valdemar Macedo e Newton Macedo. A saúde era péssima... não existia naquela época em 1964... não existia em São Raimundo. Saúde publica não existia nada. Existia o poder para ele e quem ficasse do lado da revolução (RIBEIRO, 2012 in ALVES, 2012).

Para o entrevistando, que é adepto desta família, a família Macêdo, foi somente na gestão deste prefeito que se modificou a cidade em diversos meios, como a educação, a segurança e as estradas. Segundo relato de Inácio Paes Ribeiro:

Naquela época o Newton Macedo fez alguma coisa, no regime militar...inclusive o Gaspar tomou posse em 1964 e foi “cassado” em 1965, ficou dois anos sem prefeito, quando veio o novo prefeito foi Newton Macedo, e que fez as coisas. E foi só ele e mais ninguém. Ele fez basicamente tudo o que em São Raimundo ainda hoje tem, só que algumas coisas acabaram, como a Praça do Relógio foi demolida, e foi reformada por outro estilo, reformou o mercado de carne, fez a cadeia publica, fez três pontes muito grande, que é a de São Raimundo e a de São Lourenço e do Bom Jardim e aquela pequena do Paraíso, fez tudo isso na mesma época. Em 1968 para 1969. Fez à rodoviária... Aquela antiga rodoviária que ainda existe e não é mais rodoviária, mas era a primeira do Piauí, fez calçamento, fez o Abrigo, fez a cadeia, fez prédio, fez as coisa em São Raimundo, foi só ele que fez os outros não puderam (RIBEIRO, 2012 in ALVES 2012).

Essas artimanhas e narrativas que os homens de ofício político usam para manipular seus eleitores causa uma indigestão familiar. Mas o que é realmente a política? Do que ela trata?

Com esse sistema implantado em 1964 houveram várias amputações, tanto sociais, educacionais e na nossa cultura política de fechar os olhos e “perdoar” os crimes desse período obscuro de nossa História.

A implantação de um Estado autoritário, a partir de 1964, teve como consequência algumas transformações na área educacional. Instalou-se a educação tecnicista, atendendo às necessidades advindas com a crescente industrialização, fruto da influência do capital estrangeiro.

O modelo político econômico tinha como característica fundamental um projeto desenvolvimentista que busca acelerar o crescimento sócio econômico do país. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos necessários à incrementação do crescimento econômico e tecnológico da sociedade de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p. 34).

Entre os anos de 1964 a 1968, os presidentes militares: Humberto Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, junto aos americanos, estabeleceram uma parceria, através do MEC, realizando doze acordos com a *United States International for Development* (USAID). Realizados os acordos, fizeram com que esta parceria fosse significativa, influenciando reformas e leis na área educacional brasileira. Os acordos MEC/USAID visavam o fortalecimento do ensino primário, a assessoria técnica dos americanos para o aperfeiçoamento de melhorias no ensino médio, modernização administrativa, universitária, entre outros setores incluídos nas ideologias (sendo uma delas o combate ao comunismo) e o impacto delas na educação e principalmente no estudo da história previsto pelos acordos MEC/USAID (ROSA, 2006).

A primeira característica do ensino formal de História era ter disciplinas ou temáticas afins, e neste caso podem-se elucidar alguns exemplos, tendo como referência principalmente a análise de Fonseca (2006), que revela que o ensino jesuítico no período da colonização, ao tratar historiadores da Antiguidade greco-romana, diluía as temáticas históricas em outras disciplinas, como a Retórica ou a Filosofia, ou as temáticas que eram discutidas no período imperial através da disciplina intitulada “Princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica”, e até mesmo a disciplina “Instrução moral e cívica”, que foi determinante para se discutir o nacionalismo a partir da década de 50 do século XX. Podemos observar as disciplinas ministradas na Escola no período da ditadura (Figura 1).

FORMAÇÃO GERAL													FORMAÇÃO ESPECIAL												
DISCIPLINAS													DISCIPLINAS												
Português	Inglês	História	Geografia	E. M. C.	D. S. P. B.	Matemática	Física	Biologia	RÚTMICA	Ed. Artística	Literatura	Comp. Mat.	Português	Inglês	História	Geografia	E. M. C.	D. S. P. B.	Matemática	Física	Biologia	RÚTMICA	Ed. Artística	Literatura	Comp. Mat.
1981													1982												
1983													1984												
1985													1986												
1987													1988												
1989													1990												
1991													1992												
1993													1994												
1995													1996												
1997													1998												
1999													2000												
2001													2002												
2003													2004												
2005													2006												
2007													2008												
2009													2010												
2011													2012												
2013													2014												
2015													2016												
2017													2018												
2019													2020												
2021													2022												
2023													2024												
2025													2026												
2027													2028												
2029													2030												

Figura 1: Disciplinas ministradas na Escola Gercílio de Castro Macedo no período da ditadura. Fonte: Acervo dos autores.

No entanto, algo de grande valor ao longo dos séculos sempre foi à parafernália arquitetônica de modificar o meio ambiente em que a sociedade está inserida, que transformam os próprios homens no curso de tempo histórico. Em momentos oportunos a educação e sua arquitetura estiveram à mercê da Igreja ou do Estado quando este veio a livrar-se dos seus grilhões por meio das Revoluções Burguesas e está instituição milenar já não supria às necessidades correspondentes as indagações capitalistas dos novos tempos.

O gráfico abaixo (Figura 2) representa, a distribuição em porcentagens de horas-aulas da Grade Curricular do Regime Civil-Militar que vigorou até 1997. Ressaltando que as disciplinas que mais sofreram com essas modificações foram História e Geografia, Sociologia e Filosofia, que perderam em conteúdos para a criação de outras matérias como Estudos Sociais, OSPB - Organização Social e Política Brasileira e Moral e Cívica.

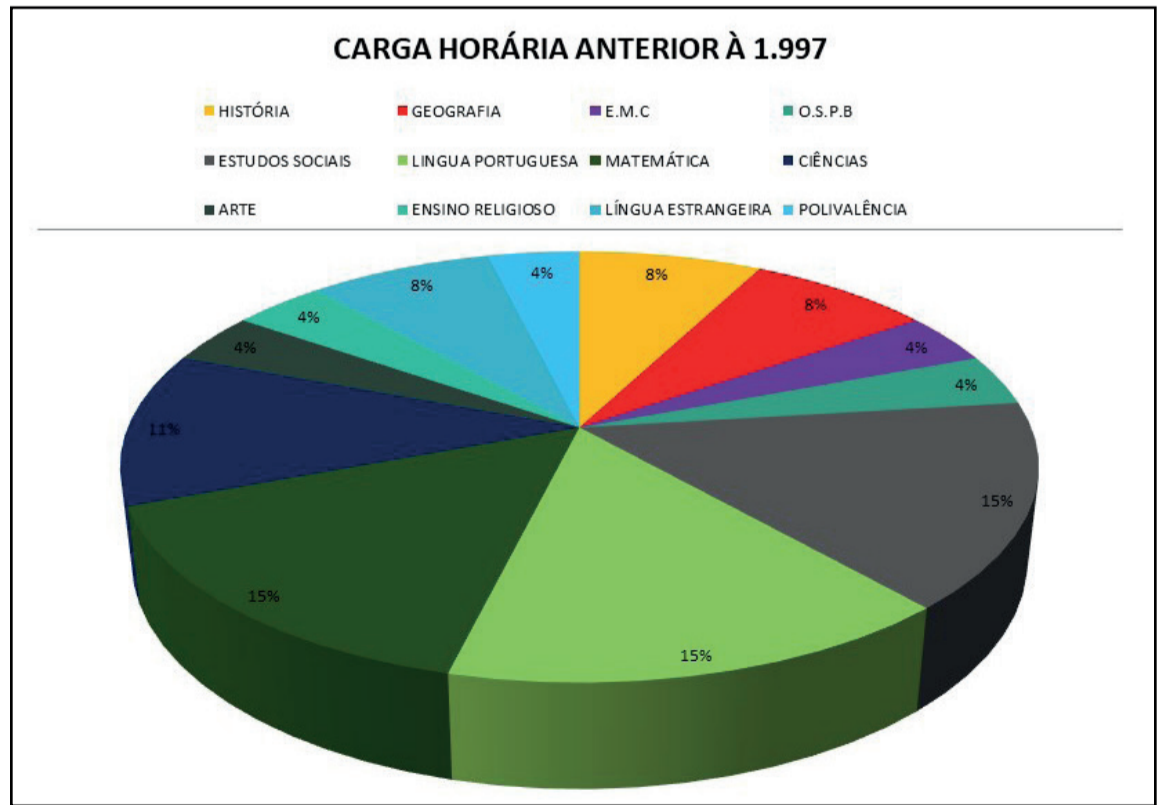


Figura 2: Gráfico Representando a distribuição das horas-aulas e suas porcentagens nos anos do Regime Militar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ESCOLA GERCÍLIO DE CASTRO MACÊDO

A Arqueologia da Arquitetura é considerada uma vertente da Arqueologia que começou a ser desenvolvida entre as décadas de 1970 e 1980 do século XX no mundo europeu, em especial nos estudos da Arqueologia Pós-Clássica e Medieval desenvolvidos em igrejas da Itália. Estas pesquisas trouxeram um olhar arqueológico para as edificações, julgando-as como elementos materiais presentes também acima da superfície (cota positiva), como observa Ayán Vila et al. (2002 p.20), tratando o “edifício como um documento histórico de caráter arqueológico”, portanto compreendido como um elemento da cultura material pertencente ao sítio arqueológico.

A escola Gercílio de Castro Macedo esta localizada na cidade de São Raimundo Nonato Piauí, no Bairro Aldeia, na Rua Avenida Cel João Dias, Número 1231. O seu ano de fundação é 1984. Apresenta uma arquitetura moderna, que vem sendo modificada no decorrer dos anos, com pinturas em suas paredes na parte interna e externa. A escola tem uma arquitetura típica de escola pública, como grades nos portões de entrada e muro alto. Atende alunos do ensino fundamental maior e do ensino médio. Segue abaixo a figura 3, mostrando a fachada da escola, e a figura 4, com a planta baixa da escola em *Auto Cad*.



Figura 3: Fachada da escola Gercílio de Castro Macedo. Fonte: Autores.

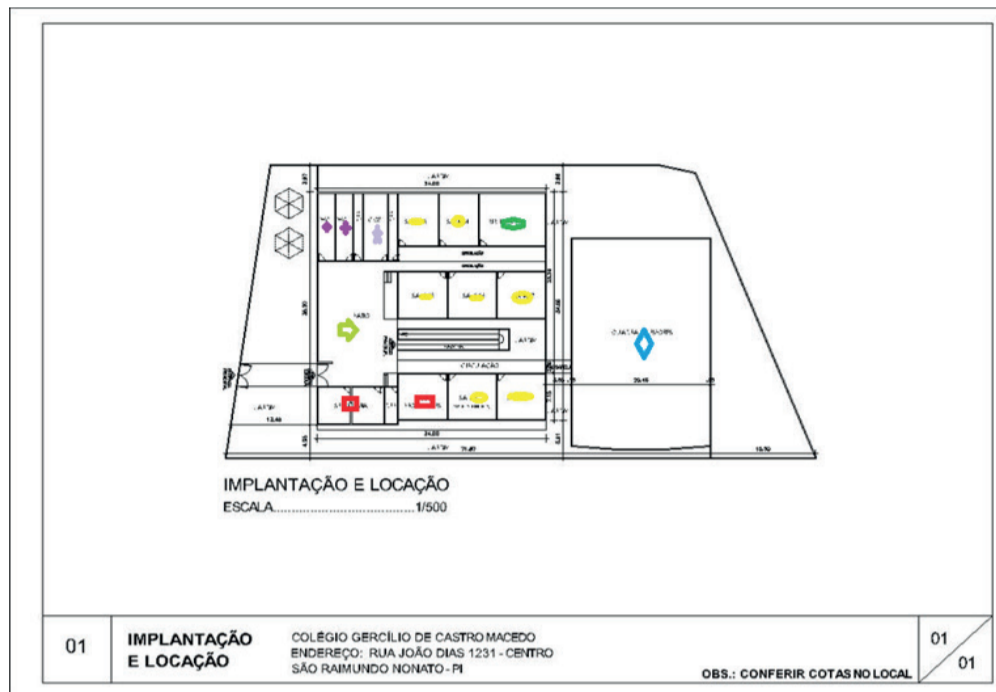


Figura 4: Planta Baixa da Escola Gercílio de Castro Macedo elaborado no Auto Cad. Legenda: ESPAÇOS DA ESCOLA Gercílio de Castro Macedo: VERMELHO: Secretaria e sala dos professores; AMARELO: Salas de aula; VERDE-ESCURO: Biblioteca; CINZA: Corredores; VERDE-LIMA: Pátio; LILÁS: Banheiro; AZUL: Quadra; LAVANDA: Cozinha.

Fonte: Produzida por Camila Leite.

As estruturas não distributivas caracterizam-se por apresentar altos valores de conexões baixas (uma ou duas conexões no máximo por nó), enquanto as distributivas, pelo contrário, apresentam altos valores de conexões altas (três ou mais conexões por nó) (ZARANKIN, 2001). A partir da aplicação desse modelo identificam-se as conexões e comunicações no interior do edifício, facilitando a compreensão do movimento através dos espaços, quantificando as profundidades e permeabilidades que medem as facilidades e dificuldades de acesso. Assim se identificam, também, os espaços de integração e segregação social (BORRAZÁS, 2002; SOUZA, 2007; OLIVEIRA, 2007). Segue abaixo a figura 5, com a Análise Gama da espacialidade do colégio:

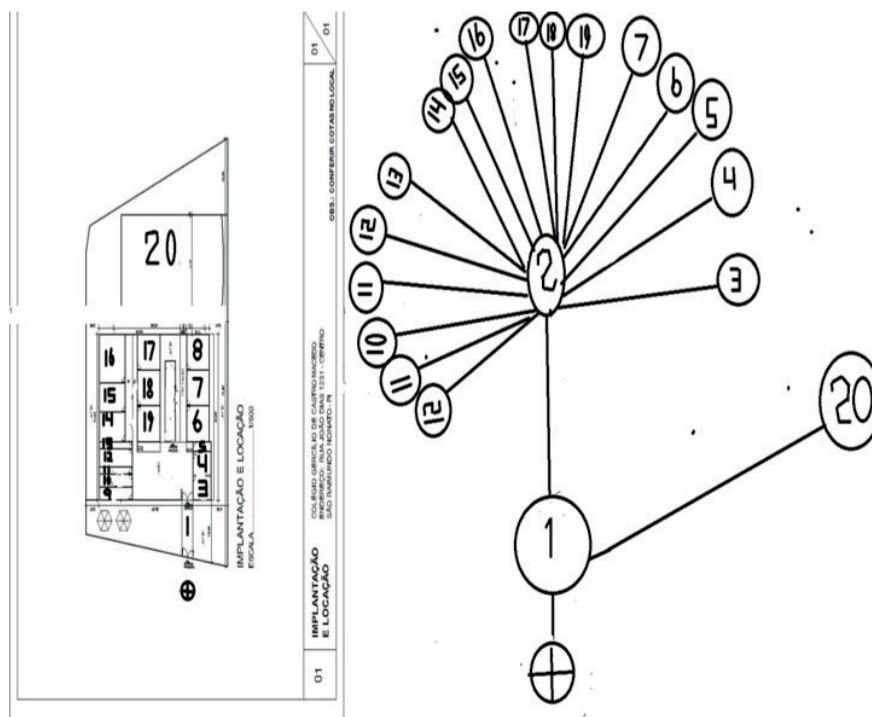


Figura 5: Análise Gama da espacialidade do colégio Gercílio de Castro Macedo. Legenda: 1-Entrada, 2-Pátio, 3-Diretoria, 4-Secretaria, 5-Almoxarifado, 6-Sala dos professores, 7-Sala de aula, 8-Sala de aula, 9-Banheiro masculino, 10-Banheiro feminino, 11-Cozinha, 12-Dispensa, 13-Corredor, 14-Sala de aula, 15-Sala de aula, 16-Biblioteca, 17-Sala de aula, 18-Sala de aula, 19-Sala de aula, 20-Quadra esportiva. Fonte: Autores.

A escola apresenta espaços distributivos, sendo que, o grau de permeabilidade entre os espaços da escola, dá-se primeiramente a partir do portão principal, que dá acesso a secretaria e ao pátio, que conseqüentemente existem duas opções, ir à esquerda (pátio), ou para a direita (secretaria).

Na locomoção o mesmo é considerado distributivo (dois acessos entrada/saída). Desse modo, a relação entre os dois espaços é considerada assimétrica, pois há um grau de dependência entre eles.

Os espaços da escola são vistos como propriedades hierárquicas de utilização do espaço, a Análise da Percepção, no que diz respeito à circulação e movimentos, permite dizer que existe uma relação de assimetria entre o pátio e os corredores. Isto demonstra a dependência do pátio e do corredor, vistos como pontos “chave”.

Em relação às cores das escolas eram sempre cores mais leves (sendo o branco, cinza, gelo que predominavam no momento), pois às escolas eram vistas como locais rígidos.

Como se nota na análise das espacialidades da Escola Gercílio de Castro Macedo, os espaços se caracterizam a princípio por serem distributivos, ou seja, “um dos aspectos que Hiller e Hanson (1984) estão interessados em observar diz respeito às características de circulação que uma determinada estrutura arquitetônica propõe. Desta maneira distinguem dois tipos de configurações espaciais, distributivas e não-distributivas” (ZARANKIN, 2001, p.132).

No entanto a espacialidade da escola apresenta modificações relevantes, levando a refletir seu enquadramento em distributiva, pois em anos passados não apresentava as grades, para uma maior proteção em relação a computadores e outros materiais que possam ser furtados, e após as reformas nota-se uma simbiose de um espaço distributivo e não-distributivo.

Neste caso, algo que é recorrente nas escolas, é a localização da Direção Escolar, que em muitos casos se encontra na entrada da Escola, para monitorar a entrada e saída dos alunos e qualquer pessoa estranha que adentre o local.

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, é notável pelo clima a presença dos ‘cobogós’ nas paredes dos colégios públicos, e pelo poder de observar o que se passa dentro das salas de aulas pelas pessoas que possam vigiar ou punir qualquer indício de indisciplina tanto da parte docente e discente que possa por ventura apresentar no ministrar das aulas. Em seguida, temos a figura 6, mostrando as imagens dos Cobogós:



Figura 6: Cobogós na figura com indicação das setas acima, na Escola Gercílio de Castro Macêdo. Fonte: Autores.

Os cobogós podem ser interpretados como um meio de vigilância daquele período, pois servia para os professores analisar o que se passava fora da sala de aula, e para a coordenação e direção observar o que se passava dentro da classe, e servia até mesmo como um meio de ventilação, como as salas não eram forradas, e não havia ar condicionado, por meio dos cobogós, as salas ficavam mais ventiladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da Ditadura Militar em São Raimundo no que remete aos espaços escolares, nos mostra através das memórias de quem vivenciou e sentiu as ações repressivas do período ditatorial, que este foi um tempo de uma política praticamente no escuro para os brasileiros. Esse período estava ligado aos lugares como as escolas públicas e particulares, e tantos outros setores, resistentes a esse período, pois o ensino é responsável por formar as mentes pensantes, e eram proibidos até debates em aula.

Em relação a arquitetura das escolas, principalmente a pública não mudou muito não haviam reformas nas escolas durante o período.

Analisar a distribuição espacial destes espaços na urbanização é de suma importância, porque salientam e até desvendam esses “lugares praticados” ou “espaços” da ação repressiva, significa mostrar uma dinâmica silenciosa, bem estruturada, com objetivo específico de atuação intensa dispersa pela cidade, que muitas vezes, não era notada pelos seus habitantes, estudantes e educadores.

Os espaços escolares ficavam longe de serem espaços de debates e que expandiam conhecimento de forma geral, em relação á história do próprio país, e que se constituiu em um espaço e tempo onde se vivia a Ditadura.

A Arqueologia da Arquitetura, em relação ao tema abordado nesse trabalho, revela o quanto este espaço escolar serviu de ferramenta do aparelho repressor, com sua arquitetura capaz de exercer ação direta sobre os seus estudantes e educadores. Estas ações se configuraram na limitação e controle de conteúdos e de matriz curricular dos teores escolares. Estas contribuíram para a percepção das relações hierárquicas da organização espacial política e resultaram no reconhecimento destas narrativas, inclusive com relação aos usos dos espaços, sejam na escola, órgãos públicos, privados, sociais e religiosos.

Pois a educação a todo o momento é ameaçada, entre elas a História, uma disciplina que é a porta de entrada para a formação de novos arqueólogos e de cidadãos reflexivos. As disciplinas cunhadas como “humanas” sempre estão a mercê de golpes em suas estruturas curriculares pelos Regimes Militares, já que estas vão formar os conceitos de cidadania, nação, pátria, os mitos originários de cada nação com o auxílio da História, Arqueologia, Geografia e tantas outras ciências, que são operadas pelo Estado para formar o cidadão para cada modo de produção que está subjugado à sua época. Como é notável a perda de horas aulas perante as disciplinas de História em relação à Biologia, que possuía 72 horas aulas na 8ª série e a segunda 108 horas na mesma turma.

Assim, a estrutura física e a grade curricular da Escola Gercílio de Castro Macêdo foi modificada e/ou planejada durante a Ditadura Militar para reafirmar o poder do Estado, pois alunos e professores não debatiam em sala de aula, o ensino de história era apenas “decorativo”, com muita vigilância, propiciada pela organização espacial do prédio.

REFERÊNCIAS

- ABREU e SOUZA, Rafael. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. In: *Revista de Arqueologia Pública*. N°10. Campinas: Unicamp. LAP/NEPAN, 2014.
- ALVES, Shilton Paes Ribeiro. *Os Dispositivos De Poder Do Regime Militar Na Cultura Política Do Município De São Raimundo Nonato (1964-1985)*. 2012. Monografia em Arqueologia. UNIVASF, São Raimundo Nonato-Piauí, 2018.
- AYÁN VILA, et al. Arquitectura 1: Bases teórico metodológicas para uma arqueología de la arquitectura. *TAPA - Trabajos de Arqueología e Patrimonio*. N° 25. Laboratorio de Patromonio, Paleoambiente e Paisaxe – Instituto de Investigacións Tecnolóxicas, Universidade de Santiago de Compostela (IIT, USC), A Coruña, Galicia, novembro, 2002.
- BLANTON, R. *Houses end Households*. Plenum Press, New York, 1994.
- BORRAZÁS, Patrícia Mañana; ROTEA, Rebeca Blanco; VILA, Xurxo Ayán. Arqueotectura 1: Bases Teórico Metodológicas Para Uma Arqueologia de la Arqitetura. *TAPA: Trabajos en Arqueología del Paisaje. Santiago de Compostela: Laboratório de Patrimônio, Paleoambiente e Paisaxe*, nº 25, 2002.
- BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. *Archaeologies of the Contemporary Past*. Londres e Nova York: Routledge, 2001.
- CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- FONSECA, Thaís Nívea de Lima. *História e Ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueologia: diez propuestas. In: *Complutum: Instituto de ciencias del patrimonio (INCIPIT)*. Consejo Superior de Investigaciones científicas. Santiago de Compostela: v. 23, n. 2, 2012.
- HILLER, B. & HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge Universit Press. Cambridge, 1984.
- LIMA, Danielle Raquel. *Entre as Paredes de Deus: Arqueologia da Arquitetura Sacra e do Urbanismo em Vila do Príncipe no século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belo Horizonte, UFMG, 2010.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. *História Oral como fonte: problemas e métodos*. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.
- OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o Martelo: Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma analise a parir do jornal “O DIA”*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.
- PEARSON, Michael & RICHARDS, Colin. *Architecture and order. Aproaches to social space*. Routledge, Londres, 1994.
- ROSA, Juliano de Melo. *As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi*. Dissertação de Mestrado em Educação. Santa Maria:

UFSM, 2006.

SALERNO, Melisa. A construção da categoria “Subversivo” e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983). In: *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis, 2009.

SOUZA, Marcos André Torres. *Uma Outra Escravidão: A Paisagem Social no Engenho de São Joaquim, Goiás*. In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Vol. 1, Nº1, 2007.

ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires*. Tese de Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2001.

VEIGA, Ilma Passos (coord.). *Repensando a Didática*. Campinas: Papirus, 1989.

NOTAS

¹ Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) São Raimundo Nonato-PI. Especialista em História do Brasil, pela Faculdade Latina de Educação (FLATED). Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

² Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial. Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF, Petrolina, Brasil.

³ Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.

⁴ Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil.

CAPÍTULO 4

IGREJA MATRIZ DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA¹

Ana Raquel Neves Maia²

Alencar de Miranda Amaral³

INTRODUÇÃO

A igreja matriz abordada nesta pesquisa se localiza na cidade de São Raimundo Nonato, sudeste do estado do Piauí. Segundo Silva et al. (2015), boa parte das capitais nordestinas tiveram uma igreja como componente determinante na sua formação, ou seja, as igrejas auxiliaram na consolidação, surgimento e povoamento de uma determinada localidade. Ocupando posição de destaque na expansão da malha urbana, geralmente essas igrejas se localizam e deram origem aos centros das cidades.

A partir dessa colocação vemos que essa organização não ocorre somente em capitais, mas também nas cidades interioranas, como é o caso de São Raimundo Nonato. São Raimundo Nonato foi decretado freguesia eclesiástica em 1832, com seu posterior desenvolvimento em 1850 foi elevado à categoria de vila, e em 1912 transformou-se em cidade (DIAS, 2001). Voltando a questão da urbanização e expansão das construções a partir de um centro comum “a igreja”, essa verificação é constatada a partir das edificações mais antigas da cidade, que em sua maioria se localizam no entorno da igreja, essas casas atualmente utilizadas para moradia e comércio tem suas datas de construções entre o início do século XIX e fins do século XX (CADASTRO, 2012), ou seja, algumas destas são contemporâneas cronologicamente a igreja estudada.

A construção da igreja teve início no ano de 1874 e foi terminada e inaugurada em 1876 (CARVALHO et al., 2016), portanto, antes da emancipação política, que como apresentado anteriormente, ocorreu em 1912. Segundo Cavalcante (2008), o padre idealizador de sua construção foi o Frei Henrique José Cavalcante, que foi responsável pela construção de igrejas e outras variadas obras em distintos estados como Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Neste contexto, a presente pesquisa teve o seguinte problema norteador: Quais as características arquitetônicas predominantes na construção da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato? Esta edificação apresenta características singulares ou pode ser enquadrada em um modelo construtivo predominante no século XIX, ou seja, um determinado estilo arquitetônico vigente na época de sua edificação?

Correlacionar uma determinada construção a um estilo arquitetônico específico tem suas limitações (PEREIRA, 2005; BRAZON, 2012), pois no caso brasileiro, o que é verificado é a manutenção de formas de construir e características arquitetônicas além dos períodos estabelecidos, ou também a coexistência de várias características arquitetônicas elencadas como pertencentes a um

determinado estilo ou outro. Apesar disso é inegável a possibilidade de identificar essas similaridades a partir da classificação dos elementos que compõe a edificação. Por meio dessa, na apresentação dos resultados, identificamos ser a construção muito similar a denominada Arquitetura Chã - que é em si, considerado por alguns autores, como um estilo colonial (GUIA, 2000).

Temos ciência da abrangência das variedades das arquiteturas coloniais, quando usamos o termo “colonial” reconhecemos que, segundo a bibliografia especializada, o mesmo corresponderia ao período que vai desde o descobrimento do Brasil no ano de 1500 até a sua independência em 1822. Porém utilizamos não o relacionando a uma data específica, mas a uma forma de construir e características arquitetônicas típicas desse período; mais precisamente a arquitetura implementada nos primórdios da colonização. A edificação estudada, mesmo se situando historicamente e cronologicamente fora do período denominado pela bibliografia especializada como “colonial”, apresenta características arquitetônicas semelhantes às relativas a esse período.

Neste sentido, nossa busca centrou-se na identificação das características arquitetônicas presentes na estrutura e sua adequação à arquitetura colonial, com o intuito de verificar se a edificação seguia um padrão construtivo vigente na época ou se a construção se tratava de um monumento de arquitetura singular, para isso foi estudada sua parte externa (fachada), tendo em vista essa verificação.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A igreja estudada, além de matriz, também é catedral da Diocese de São Raimundo Nonato; essa posição muda expressivamente sua significância hierárquica com relação aos demais templos da região, visto que em uma diocese existe apenas uma única Catedral.

Como dito anteriormente, a Igreja Matriz de São Raimundo Nonato foi edificada em 1876, e segundo Gomes (2015, p. 21) “a fundação da igreja em São Raimundo Nonato teve iniciativa do Padre José Henrique Cavalcante, com contribuição de pessoas com certo poder aquisitivo, e com participação do povo em geral”.

Segundo Aquino & Santos (2014), frei Henrique⁴ foi:

Ordenado em 1862 e foi enviado para a cidade de Missão Velha-CE, onde atuou de 1866 a 1867. Em 1870, ele deixa a paróquia de Missão Velha e se dedica a percorrer o sertão construindo igrejas e benfeitorias. A decisão de percorrer o sertão, frei Henrique atribuía ao chamado de Deus em benefício dos povos, tendo percorrido o interior do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e do Piauí. O trabalho de Frei Henrique Cavalcante teve papel decisivo para o desenvolvimento de algumas regiões, tendo contribuído para o desenvolvimento urbano de algumas áreas, realizando construções, para as quais o frei mobilizava a população (AQUINO & SANTOS, 2014, p. 37).

Segundo Almeida & Kesting (2013), antes da construção do novo templo da atual catedral, existia uma capelinha que havia sido construída em 1836. A mesma foi destruída posteriormente com o início da construção da nova igreja e, em seu local, foi implantado um “belíssimo” cruzeiro (Figura 1). O cruzeiro foi destruído em 1964, pelo então prefeito da cidade Gaspar Dias Ferreira no pretexto de urbanizar a praça.



Figura 1: Fotografia da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato com a presença do cruzeiro a frente, Data da Foto: 19??.
Fonte: (KESTERING, 2013).

Algumas fotos antigas de igrejas nos trazem indícios de uma recorrência de um mesmo padrão arquitetônico⁵ e, provavelmente, construtivo, em várias localidades do interior nordestino. Como é o caso da Igreja Matriz de Petrolina (Figura 2A), representada na foto pertencente ao acervo da Expedição Oswaldo Cruz que passou pela região em 1912; a Igreja de São João do Piauí, construída também pelo Frei José Henrique Cavalcante em 1875 (Figura 2B); a de Remanso (Figura 2C) e Pilão Arcado (Figura 2D) na Bahia, estas últimas já destruídas, com a construção da barragem de Sobradinho, visto que o local onde as mesmas se localizavam foi inundado.



Figura 2: Igreja Matriz de Petrolina-PE (A), São João do Piauí-PI (B), Remanso Velho-BA (C) e Pilão Arcado-BA (D).
Fonte: (Expedição Oswaldo Cruz –Fiocruz; Street View-Google Earth; Pires, 2008; IBGE-1957).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Arqueologia da Arquitetura e os “superartefatos”

A Arqueologia da Arquitetura “pode ser definida de maneira geral como uma corrente de pesquisa que abarca todos aqueles trabalhos direcionados ao estudo da arquitetura de um ponto de vista arqueológico, ou seja, centrados na análise de sua materialidade” (STEADMAN, 1996 apud ZARAKIN, 2001, p. 52). “As construções são vistas como elementos ativos, produtos culturais que interatuam de forma dinâmica com o homem” (KING, 1980 apud ZARAKIN, 2001, p. 51).

Desenvolvemos nossas análises partindo do pressuposto que a edificação se constitui como um superartefato, conceito proposto por Rosana Najjar (2011, p. 1), que propõe que os edifícios sejam estudados como sendo o próprio artefato em si mesmo. E como o objeto de estudo da Arqueologia não é a cultura material em si, mas sim o homem que a manipulou e a produziu, uma construção deve ser encarada como qualquer artefato passível de estudo arqueológico, assim como um fragmento de cerâmica, uma peça lítica, etc.

Segundo Najjar (2002, p. 9-10), um dos objetivos comuns entre as áreas que estudam as edificações é a “necessidade de contar, o mais completamente possível, a história do bem, ou seja, as possíveis alterações físicas e suas respectivas (ou não) mudanças de uso”. Assim, as edificações devem ser estudadas como se fossem, elas próprias, um super-objeto um superartefato e não meramente onde estão localizados os objetos. Desta maneira, a própria edificação ganha “vida”.

Uma edificação é um superartefato, construído pelo homem, que, necessariamente, está inserido num dado tempo e espaço e, deste modo, carregado de valores e simbolismos. As edificações são, assim, produto e produtoras de relações sociais, as quais pretendemos desvelar para melhor conhecermos o bem que temos o dever de preservar (NAJJAR, 2002, p. 11).

Os trabalhos realizados a partir dessa premissa são efetivos “resgate da história do bem e da sociedade que o construiu”. (NAJJAR, 2002, p. 11)

A partir desses pressupostos teóricos salientamos que apesar de nossas análises se focarem nos elementos formais e técnicos que compõe o edifício da Igreja Matriz, estamos cientes que o mesmo está associado e representa o contexto social no qual se encontrava, assim como a cultura material expressa na forma de qualquer artefato arqueológico. Portanto, ao estudar uma edificação do ponto de vista da cultura material (superartefato), estamos estudando nada mais do que o homem e a sociedade que o produziu.

CARACTERÍSTICAS DA ARQUITETURA COLONIAL E ARQUITETURA CHÃ

Ao definir a arquitetura como “construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa” (COSTA, 1952, p. 5-6), Lúcio Costa ressalta que todo projeto arquitetônico “depende ainda, necessariamente, da época da sua ocorrência, do meio físico e social a que pertence, da técnica decorrente dos materiais empregados e, finalmente, dos objetivos visados e dos recursos financeiros disponíveis para a realização da obra, ou seja, do programa proposto” (COSTA, 1952, p. 5). Assim, o autor afirma que:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o “programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente, a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento (COSTA, 2010, p. 130).

Deste modo, nessa etapa da pesquisa, nos dedicamos a análise da bibliografia especializada com o objetivo de conhecer os padrões construtivos e arquitetônicos do período colonial relacionados mais precisamente a arquitetura religiosa. Portanto, através do estudo de igrejas de outras regiões, buscamos o embasamento para a identificação e análise das características arquitetônicas e construtivas da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

Neste sentido, merece destaque a análise sobre “O caráter da arquitetura colonial do Nordeste”, realizada por Robert Smith em 1940, quando o mesmo ressalta a importância dos modelos metropolitanos na ereção das igrejas nordestinas. Segundo Smith, nota-se tanto uma tendência “a imitar o estilo barroco das igrejas rurais das províncias portuguesas”, quanto empréstimos de “pormenores de construção e decoração” da “arquitetura oficial” da corte de Lisboa e dos outros centros lusitanos⁶ (SMITH, 2012, p. 78).

Do mesmo modo, apesar de reconhecer as “diversas tradições que distinguem a arquitetura na Espanha e em Portugal”, Bury (2006, p. 127) argumenta que as igrejas construídas nas colônias americanas ao sul do Equador, geralmente seguiam “os estilos da península Ibérica”, mesmo quando diante das particularidades locais, como a disponibilidade dos materiais construtivos. Segundo Bury (2006, p. 127) “apesar destas e de outras diferenças, nota-se uma certa uniformidade subjacente a todo o conjunto de obras de arquitetura religiosa nas colônias espanholas e portuguesas, graças a um traço básico comum, a utilização universal e conservadora de plantas baixas retangulares”.

Assim, o autor destaca que:

Os dados disponíveis indicam que a grande maioria das igrejas construídas nas possessões portuguesas de além-mar, entre o final do século XVI e o início do XVIII, pelo menos, obedecia a um traçado padrão, quase estereotipado. Seja na América, na África ou na Ásia, encontramos a mesma estrutura elementar, semelhante à de um galpão, com uma única porta de entrada, duas janelas alongadas dispostas de ambos os lados acima e um óculo na empena. Essa composição dos vãos em diagonal pode ser relacionada, tanto em Portugal como na Itália, a precedentes medievais, as janelas laterais correspondendo originalmente a naves laterais (BURY, 2006, p. 131).

A predominância das plantas quadrangulares também é destacada por Smith em seu clássico ensaio de 1955 sobre a “Arquitetura Colonial”, no qual o autor propõe uma periodização para as construções religiosas do país, que como apontado por Lima Toledo (2012, p. 26), se torna referência para os posteriores estudos sobre a arquitetura religiosa do Brasil Colônia.

Segundo Smith (2012, p. 263), é possível observar no decorrer da colonização três períodos com características arquitetônicas próprias. O primeiro é chamado de “missionário”, e vai de 1549

a 1655; sendo inicialmente caracterizado por edificações modestas de madeira e taipa, conhecidas como “igrejas de palha”, essas foram gradativamente substituídas por construções de “pedra e cal”, com coberturas de telhas fabricadas *in loco*. As igrejas deste período compunham-se, via de regra, de uma só nave, retangular, com um retângulo menor em projeção formando a capela-mor, e um cômodo lateral que seria a sacristia.

O segundo período, compreende o intervalo entre 1655 e 1760, sendo designado pelo autor como “monumental”, refletindo a opulência e riqueza gerada, inicialmente, pela economia açucareira. Do ponto de vista arquitetônico, a principal característica das igrejas deste período é a presença de uma grande nave central retangular, conjugada com capelas laterais intercomunicantes, completando o conjunto com uma nave menor, também retangular, servindo de capela-mor (SMITH, 2012, p. 263).

Por fim, no terceiro período, entre 1760 e 1820, designado como “mundano”, as igrejas não apresentariam a mesma grandiosidade presente no período anterior, sendo os templos majoritariamente compostos por uma nave retangular maior, com nichos laterais com altares embutidos, em vez de capelas, e uma retangular nave menor, que seria a capela-mor (SMITH, 2012, p. 263).

Já Lúcio Costa, ao analisar, em 1941, a “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”, aponta a existência de 4 tipos diferentes de plantas. Inicialmente teríamos as “singelas” e “rudimentares” capelas do começo da atuação inaciana, nas quais “a capela-mor e a nave constituem um mesmo corpo de construção dividido convencionalmente em duas partes por um arco cruzeiro” (COSTA, 2010, p. 142).

O segundo tipo, seria composto por “igrejas onde aparecem perfeitamente diferenciadas a nave e a capela-mor propriamente dita, de largura e pé-direito menores, partido claro e franco de composição” (COSTA, 2010, p. 142).

O terceiro tipo reúne igrejas que além dos três altares usuais do modelo, tem como “particularidade, porém, de se criarem, também para os colaterais, pequenas capelas apropriadas, de maior ou menor profundidade, como no caso da igreja de Olinda, onde tais capelas formam conjunto com a capela-mor” (COSTA, 2010, p. 142).

Por fim, o último tipo englobaria as “igrejas maiores seiscentistas”, que “em vez dos três altares – caso mais geral nas igrejas do tipo anterior – contam-se aqui numerosos altares dispostos em capelas laterais, sendo que as duas mais próximas da capela-mor faziam-se quase sempre mais largas e mais altas, quando não também mais profundas, com aquele mesmo objetivo de marcar, em planta, o cruzeiro” (COSTA, 2010, p. 143).

O autor também descreveu o padrão “jesuítico” de frontispício, no qual:

(...) as volutas da empena desenvolvem-se livremente, o frontão que remata o corpo central ficou reduzido a proporções exíguas e as torres, vistas de frente, mal cabem na fachada, parecendo mais sineiras que propriamente torres, a ponto de o conjunto reproduzir, feita abstração dos pormenores e da escala monumental, a silhueta das pequenas capelas de duas sineiras, comuns tanto na metrópole como na colônia (COSTA, 2010, p. 143).

Sendo que se encontram frontispícios tanto de uma porta só, como conjuntos formados por cinco vãos, com portais que poderiam ser de mármore de Lioz, “granito do país” ou de outras matérias primas locais (COSTA, 2010, p. 151).

Por sua vez, Bury chama atenção para a recorrência da orientação diagonal das fachadas das igrejas construídas nas colônias lusitanas ao redor do mundo. Segundo o autor,

(...) a fachada de composição diagonal era um traço provinciano, e como tal teve seu uso generalizado nas colônias portuguesas. Por outro lado, nas capitais coloniais, como Velha Goa e Salvador, as fachadas das igrejas apresentavam uma disposição regular de vãos em carreiras superpostas, seguindo a moda mais sofisticada da metrópole. Da mesma forma, o uso de torres laterais nas fachadas, que se tornara uma prática quase invariável nas cidades principais das colônias durante o século XVIII, vai ficando cada vez mais raro nas povoações mais remotas da periferia. (BURY, 2006, p. 132).

Smith (2012, p. 283) também chama a atenção para o fato da fachada principal ser a única parte externa da igreja colonial que se ornamentava. Os lados e o fundo dos edifícios não apresentavam adorno de espécie alguma, sendo simplesmente rebocados. As portas laterais eram deixadas sem decoração, com raras exceções, como as da antiga catedral de Salvador; e o único relevo existente era dado pelos ocasionais ângulos das pilastras.

Ao analisar as fachadas das igrejas coloniais da Bahia, Smith (2012, p. 269) assegura que é possível perceber certa uniformidade. Todavia, o autor destaca que é possível identificar idiossincrasias que ocorreram ao longo do tempo, e que integram as características dos três períodos estabelecidos pelo autor, como citamos anteriormente. Assim, Smith aponta que apesar das igrejas missionárias, 1549 a 1655, não contarem mais com suas fachadas originais, é possível reconhecer seu padrão através da documentação histórica. Deste modo, o autor afirma que neste período:

O desenho da fachada é de extrema simplicidade, emoldurada por pilastras dóricas arrematada por um frontão acentuadamente pontudo. A portada única e uma modesta moldura de pedra, encimada por uma verga plana que se projeta levemente sobre um friso estreito. Acima, duas janelas quadradas e entre elas um nicho arqueado, havendo no frontão uma abertura circular com o mesmo tipo de moldura de austera simplicidade. A esquerda, uma pequena torre com um campanário baixo (SMITH, 2012, p. 269).

Já entre 1655 e 1760, período monumental, as fachadas tornam-se mais amplas, sendo predominantes os traços essenciais da “frontaria jesuíta, que segundo Smith (2012, p.270) caracteriza-se pela “divisão em duas ordens de colossais pilastras dóricas; aparição de torres gêmeas na fachada; introdução de um frontão central emoldurado por volutas recurvadas a maneira barroca; uso de três portas de entrada em grupo unido, com molduras elaboradamente esculpidas de motivos arquitetônicos”. Além disso, o autor destaca que outro elemento marcante deste período é “a terminação piramidal que, na maior parte das igrejas baianas do estilo monumental, substituiu a forma semiesférica anterior” (SMITH, 2012, p. 271-273).

Por fim, sobre o período mundano, Smith observa que:

As frontarias das igrejas construídas entre 1765 e 1820, se bem que ainda conservem o antigo arcabouço de pilastras simples que se manteve imutável durante todo o período colonial, passam a apresentar uma nova maneira

de usar as linhas ondulantes e chamejantes, menos extravagantes que nas igrejas mineiras e pernambucanas do mesmo tempo, porém sensivelmente mais dinâmica do que em todas as ornamentações precedentes, na Bahia. Esse novo tipo de composição começou a aparecer nos zimbórios das torres que adotaram uma grande variedade de formas plásticas, frequentemente acentuadas por alongadas e flamejantes urnas de pedra nos ângulos. (...). Similarmente, a forma dos frontões alterou-se no sentido de um alongamento pronunciado (...). As antigas volutas comprimiram-se nos lados em moldes mais estreitos, e a superfície central e frequentemente ocupada por uma janela de rebuscada forma rococó, emoldurada por um cinzelado complexo e delicado, sendo o exemplo mais elegante encontrado na Igreja de N. Sra. do Pilar. As molduras das portas e das janelas alongam-se da mesma maneira, rematadas por vergas de motivos paralelos caprichosamente ondulados. Quando estas, ocasionalmente, eram colocadas em posições contíguas, como nas igrejas de N. Sra. da Saúde e Glória e de Conceição do Boqueirão, o efeito obtido é o de um intenso e continuado movimento de adejo. O ornamento consiste em urnas de flores, de fitas e alegres guirlandas, como nas portadas da Ordem Terceira de S. Domingos e de Conceição do Boqueirão, de espírito inteiramente mundano, que oferece o nome apropriado ao estilo do período (SMITH, 2012, p. 280-281).

Nesta breve incursão pela bibliografia especializada, podemos observar que a análise da arquitetura religiosa do período colonial, levou historiadores da arte e arquitetos a identificarem e registrarem diversos elementos destas construções. A partir destes estudos, segundo Pinheiro (2013), também é possível identificar os três centros principais de irradiação da arquitetura religiosa brasileira; quais sejam: Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Isto posto, seja pela proximidade geográfica, ou pela ativa participação baiana na colonização do sudeste do Piauí, podemos observar uma significativa proximidade entre os padrões arquitetônicos de diversas igrejas baianas com a Matriz/Catedral de São Raimundo Nonato.

Para esse panorama de comparação, além das obras anteriormente citadas, merece destaque o trabalho de Mayer (2003), que desenvolveu uma análise de aspectos gerais da arquitetura religiosa colonial da Bahia, que podem ser extrapolados para nossa região. Segundo Mayer (2003), as igrejas da Bahia até o século XVII se caracterizam pela semelhança com o estilo que foi denominado por George Kubler de *Plain architecture*, termo traduzido para “Arquitetura Chã”. No Brasil, este tipo de modelo arquitetônico, caracterizado pela simplicidade e falta de ornamentação, estaria associada a atuação de construtores jesuítas e militares⁷.

Segundo Loewen (2011):

O termo “estilo-chão” tem sido usado pelos historiadores de arte portugueses para descrever sua arquitetura religiosa a partir de 1570; a expressão foi cunhada pelo americano George Kubler, em sua obra de 1972, para uma série de grandes edifícios, em sua maioria igrejas e conventos, construídos em Portugal entre o segundo quartel do século 16 – quando do abandono da decoração manuelina – e o início do século 18, com o regresso à ornamentação exuberante. O autor procura demonstrar que a arquitetura “chã” portuguesa, ainda que motivada tantos por fatores econômicos quanto por uma mudança no “gosto” das cortes

reais que se sucederam, difere significativamente do “estilo desornamentado” espanhol e antecede o mesmo. Em seu entendimento, tal estilo de Espanha foi, em grande medida, influenciado pelas fórmulas acadêmicas de Vignola, ainda que os edifícios realizados não possam ser ditos italianizantes. Em Portugal, ao contrário, a arquitetura-chã se aproximava mais de uma arquitetura vernácula que dos grandes autores do passado (LOEWEN, 2011, p. 66).

Para Teles (2014, p. 66), as igrejas enquadradas nesse padrão, mesmo “diferentes entre si, têm como característica comum a sobriedade da composição e o despojamento decorativo de suas fachadas e interiores”. Já Senos (2012, p. 9) argumenta que esse tipo de construção possuía valores de simplicidade, austeridade, depuramento, numa palavra, chãos. Sua adaptabilidade e economia possibilitou ser implantada nos mais variados locais.

Assim, as construções feitas nos moldes da Arquitetura Chã possuíam tanto facilidade de execução, como predomínio da funcionalidade demonstrada pelo despojamento decorativo, ou seja, a decoração era praticamente deixada de lado, reduzindo o edifício a cumprir somente sua função.

Como destacado por Kubler, as igrejas deste estilo eram caracterizadas por sua:

arquitetura eclesiástica de leitura simples, desprovida de elementos decorativos, e que foi classificada como “chã”. Era uma arquitetura recorrente na metrópole, destacando-se através de edifícios guarnecidos de frontão triangular arrematando fachada provida de portada em pedra com duas aberturas simetricamente dispostas na porção superior (KUBLER, 2005 apud CAVALCANTI FILHO, 2013, p. 2).

Outras características típicas da Arquitetura Chã podem ser observadas na obra de Cavalcanti Filho (2013), que desenvolveu uma análise de painéis (azulejos) que apresentam imagens de igrejas desse período e que ele identifica como pertencentes a Arquitetura Chã.

A partir deste levantamento o autor descreve os elementos que são recorrentes e/ou caracterizadores deste estilo arquitetônico, sendo eles “igreja com frontão clássico, óculo, cunhais e portada centralizada (...), são destacados elementos de morfologia clássica como arcos plenos e cornijas em edifícios civis”; “igreja singela, com cobertura em duas águas, implantada em terreno elevado, e dotada de cunhais, óculo e portada clássica em cantaria”; “fachada simples, com frontão encimado a cornija e disposição de duas aberturas para o coro alto”, segundo o autor a “iconografia da época demonstra que era um modelo geral para qualquer edifício religioso (...)” (CAVALCANTI FILHO, 2013, p. 6).

“As imagens dos referidos monumentos denunciam a natureza chã de sua arquitetura, onde a erudição estampada nos frontões clássicos, nas pilastras e nos entablamentos definia a leitura geral dos edifícios”. (...) O frontão clássico constituiria um dos seus principais indicadores formais, sem contar a cantaria dos cunhais, da portada única e do óculo que compunham a fachada” (CAVALCANTI FILHO, 2013, p. 7-9).

Assim, tendo em consideração os direcionamentos acima apresentados referentes a arquitetura colonial e chã, buscamos identificar quais destas características se encontravam na Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: levantamento historiográfico como forma de contextualizar o objeto estudado, métodos da Arqueologia da Arquitetura baseados na observação, exame da estrutura, com o registro sobre a forma de anotações das características arquitetônicas e desenhos técnicos; foram feitos também registros fotográficos da estrutura e suas características, detalhes, etc. Foram esquematizadas por meio de um programa de edição de imagens (*Inkscape*) de algumas feições arquitetônicas verificadas, como forma de melhor evidenciar seus detalhes, facilitando assim a análise de seus particulares arquitetônicos. Posteriormente, foi feita a identificação de quais as características coloniais apresentadas na bibliografia especializadas puderam ser verificadas na fachada.

RESULTADOS

Por meio das leituras conseguimos definir as características gerais que construções religiosas coloniais / Chã apresentam. Na análise da estrutura externa da Matriz destacamos quais desses elementos coloniais aparecem na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato (Figura 3).



Figura 3: Igreja Matriz de São Raimundo Nonato atualmente. Fonte: (MAIA, 2018)

Como discutido anteriormente, as construções coloniais que seguiam padrões do estilo chã, possuíam caráter sóbrio e austero se comparado a outras construções. As igrejas desse estilo eram construções “simples”, não havendo uso de elementos curvos, o que garantiu certa sobriedade as fachadas. É o que vemos na Igreja Matriz de São Raimundo Nonato, onde podemos verificar que a fachada é composta basicamente por elementos em ângulos retos com o uso de quadrados e

retângulos que formam o corpo e sem o uso de decorações. Mais aspectos típicos do estilo colonial presentes na fachada do edifício são: frontão triangular; sineiras com coroamento piramidal; plano da fachada com duas torres sineiras; a fachada possui tramos e uma faixa horizontal marcada pela presença de pilastras e cornija; portada central de maior destaque com duas colaterais, superiormente possuindo uma linha de janelas, as torres coroadas com coruchéus entre outros.

Todos esses elementos arquitetônicos foram analisados de forma mais ampla no trabalho monográfico e apresentado seu conceito de forma clara e didática possibilitando fácil entendimento. Abaixo apresentaremos as características arquitetônicas e construtivas identificadas na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

A fachada principal possui um frontão⁸ retilíneo que é denominado frontão triangular ou piramidal, existem variadas tipologias de frontão e esse é um dos mais clássicos. É um elemento típico de construções coloniais que foi muito utilizado em fachadas de antigas igrejas. O Frontão tem como elementos componentes a cimalha (base horizontal), empenas (lados inclinados) e tímpano (superfície central limitada pelas outras duas partes).

As cruces localizadas no topo do frontão e das torres sineiras recebem o nome de grimpa⁹, que são elementos feitos em estrutura metálica. As mesmas se diferenciam em tipologia apesar de ambas serem em formato de “cruz”¹⁰. A cruz do topo do frontão em uma tipologia que se assemelha a cruz da Trindade e a cruz Trevo¹¹. E as cruces das torres sineiras possuem similaridade com a denominada cruz de Santiago¹².

No centro do frontão existe um ornato que é denominado medalhão, de formato circular e que emoldura a data da construção do templo (1876).

A configuração da fachada com duas torres sineiras no mesmo plano da composição central configura-se uma típica fachada colonial. As duas torres sineiras/ campanários são arrematadas por um coroamento piramidal ou acabamento piramidal que recebe o nome de flecha.

Sob as torres sineiras ao lado das flechas (coroamento piramidal/triangular) existe outro arremate ornamental, que recebe o nome de coruchéus¹³. Existem um conjunto de 4 estruturas de coruchéus contornando a flecha, em cada torre sineira. A tipologia dos coruchéus é piramidal.

A parte inferior da fachada é composta por três faixas verticais que recebem o nome de tramos. Tramo se configura como o espaço entre dois elementos arquitetônicos verticais, que no caso da igreja estudada são os espaços delimitados pelos cunhais¹⁴ nas extremidades e centralmente pelas pilastras¹⁵.

A distribuição de portas e janelas na fachada se organiza da seguinte forma: a fachada possui uma linha de 5 janelas - três centrais e uma em cada tramo lateral-, uma portada central – que recebe essa denominação por possuir um maior destaque com relação as demais- com duas portas colaterais.

Na parte inferior da fachada um elemento diferenciado se sobressai, delimitando uma linha na fachada, este é o embasamento¹⁶.

Os arcos das janelas e portas também foram analisados e classificados, foram identificadas duas tipologias, uma delas com variação: arco abatido¹⁷, arco pleno¹⁸ (com ou sem imposta¹⁹).

O frontão é adornado por um elemento que recebe o nome de cercadura²⁰, que também é encontrado nas portas e janelas, mas recebendo uma denominação diferenciada, guarnição.

Sobre o retângulo componente da fachada e das torres sineiras existem o elemento cornija e cimalha. A cornija é composta por cimalha, lacrimal e sorto. A cornija é constituída como uma moldura ou conjunto destas salientes que servem de arremate superior a elementos arquitetônicos ou ao edifício. Quando se localiza no alto ou meio da fachada, tem a função principal, desviar as

águas pluviais que descem pelo telhado das paredes externas (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 183).

Todos os elementos arquitetônicos identificados, analisados e classificados na fachada resultaram no seguinte esquema (Tabela 1, Figura 4), que aponta todos os 22 elementos identificados na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

Tabela 1: Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

Tabela 1: Elementos arquitetônicos e construtivos identificados na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI.			
Nº	Elemento	Nº	Elemento
1	Frontão	12	Base (Pilastra)
2	Empena (Frontão)	13	Fuste (Pilastra)
3	Tímpano (Frontão)	14	Capitel (Pilastra)
4	Grimpa	15	Embasamento
5	Medalhão	16	Arco abatido
6	Campanário	17	Arco Pleno
7	Flecha	18	Imposta
8	Coruchéus	19	Cercadura
9	Tramos	20	Guarnição
10	Cunhal	21	Cornija
11	Pilastra	22	Cimalha



Figura 4: Elementos arquitetônicos identificados na fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato. Fonte: (MAIA, 2018, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises permitiram corroborar e confirmar que sim, a Igreja de São Raimundo Nonato possui uma similaridade muito grande com características coloniais, ou seja, elementos arquitetônicos de estilo colonial formam a sua fachada. A igreja não se trata de uma construção singular, mas sim faz parte de um conjunto/ padrão maior, que foi executado em variados locais. Não somente a edificação possui uma fachada com características coloniais como pode ser enquadrado no estilo arquitetônico denominado Arquitetura Chã, com o qual possui muitas similaridades.

Por meio de nossas análises, foi possível identificar a presença de 22 características arquitetônicas coloniais presentes na fachada. A análise externa foi enfocada nesse primeiro momento da pesquisa, sua análise interna juntamente com outras igrejas da região são o foco da pesquisa de mestrado que será desenvolvida no âmbito do Programa de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF (PParque).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume I- A a I*. Proeditores. São Paulo. 1998.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume II- J a Z*. Proeditores, São Paulo. 1998.

ALMEIDA NETA, Maria de Fátima Paes de.; KESTERING, Celito. Os rituais do morro do cruzeiro: atributos da identidade Sanraimundense. In: KESTERING, Celito (Org.). *Anais Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI*, UNIVASF, 2013. P.257-286.

AQUINO, Kelly Patrícia Nunes de.; SANTOS, Raquel da Silva. Cemitério Nossa Senhora de Lourdes: lugar de memória da cidade de São Raimundo Nonato-PI. In: KESTERING, Celito (Org.). *Anais Escavando História: São Raimundo Nonato além dos cem anos: III exposição II ciclo de palestras*, UNIVASF, 2014. P.36-46.

ARRAES, Esdras. Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do Norte. *Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. v. 21. n. 36. São Paulo. 17p. 2014.

BRAZON, Mariela. Aproximação a historiografia da arquitetura colonial brasileira as ideias de John Bury. *DA Pesquisa*. UDESC. Universidade do estado de Santa Catarina. V.7 n.9, 15p. 2012.

BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília: IPHAN / MONUMENTA. 2006.

CADASTRO DE EDIFICAÇÕES DE VALOR HISTORICO E ARQUITETONICO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI. Governo do estado do Piauí. Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC. Coordenação de registro e conservação. 2012.

CARVALHO, Mateus Alves de; LOPES, Nara Fernanda de Sousa; SILVA, Deborah Gonçalves; BITTENCOURT, Antônio Josinaldo Silva.; 140 anos de um patrimônio edificado: Igreja Catedral de São Raimundo Nonato – Piauí (1874-1876). In: KESTERING, Celito (Org.). *Anais Escavando história: São Raimundo Nonato além dos cem anos*. V Exposição IV Ciclo de palestras. 03 de setembro de 2016, UNIVASF, 2016. P.81-87.

CAVALCANTE, Francisco José P. *Pe. Henrique José Cavalcante: o mestre da caridade*. Petrolina. 2008.

CAVALCANTI FILHO, Ivan. Documentando a arquitetura religiosa no Brasil colonial: a linguagem expressa na iconografia azulejar dos conventos franciscanos no Nordeste. 3º *Seminário ibero-americano: Arquitetura e documentação*. 14p. 2013.

COSTA, Lúcio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. *Revista ARS*, v.8. n.16, 2010. p.127-195.

COSTA, Lúcio. *Arquitetura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (Cadernos de Cultura). 1952.

CRUZ SUAS FORMAS E SEUS SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cruz_suas_formas_e_seus_significados.html> Acessado em: 08/2018.

DIAS, William Palha. *São Raimundo Nonato: de distrito freguesia a vila*. 2001.

Expedição Oswaldo Cruz- Fiocruz. Expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Nordeste do Brasil – Parte I. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=289>> acessado em: 09/2019.

GOMES, Jessika Negreiros. *As festividades do padroeiro em São Raimundo Nonato-Piauí (2000-2014)*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) - Universidade Estadual do Piauí, Campus prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato, Piauí. 2015.

GUIA DE ARQUITETURA COLONIAL, NEOCLÁSSICA E ROMÂNTICA DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria municipal de urbanismo. Centro de arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Pilão Arcado – História (Igreja Matriz: Pilão Arcado, BA- 1957. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pilao-arcado/historico>>. Acesso em: 09/2019.

KESTERING, Celito (Org.). *Escavando a história de São Raimundo Nonato-Pi*. Petrolina, PE, UNIVASF. 435 p. 2013.

LOEWEN, Andrea Buchidid. Estilo desornamentado, arquitetura-chã: alguns aspectos do renascimento na Península Ibérica. *PÓS: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP*, v.18 n.30, 2011. p. 56-69.

MAIA, Ana Raquel Neves. *Igreja matriz de São Raimundo Nonato-Pi: Uma análise a partir da Arqueologia da Arquitetura*. (TCC em Bacharelado de Arqueologia e Preservação Patrimonial). Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, São Raimundo Nonato-PI. 2018.

MAIA, A. R. N.; AMARAL, A. M. Igreja Matriz de São Raimundo Nonato/PI: uma análise a partir da arqueologia da arquitetura. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE-USP. Dossiê VI Semana Internacional de Arqueologia Discentes*, n.34, p.72-86, outubro 2020.

MAYER, Vilmar Francisco. Aspectos gerais da arquitetura religiosa colonial baiana. *Arqtexto*, v.3.n.4, p.144-153, 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-4/15_Vilmar%20Francisco%20Mayer.pdf Acessado em: 30/07/2018.

NAJJAR, Rosana. *Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ArqueologiaHistoricaProjetosRestauracao_1edicao_m.pdf Acessado em: março de 2018.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). *Bol. Museu. Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. HUM.* v.6, n. 1, 2011. p. 71-91.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. *Estudos ibero-americanos*. PUCRS, V. XXXI, n.2. 12p. 2005.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Repercussão das ideias de Ricardo Severo e Raulino no debate arquitetônico dos anos de 1920 no Brasil. In: FERNANDES, José Manuel e PINHEIRO, Maria Lucia Bressan (Cords). *Portugal, Brasil, África: Urbanismo e Arquitetura- do ecletismo ao modernismo*. Caleidoscópico Edição e Artes Gráficas S/A. 2013.

PIRES, Tomaz de Aquino Pires. Padre Antônio Joaquim Gomes. 2008 Disponível em: <<http://www.jaguariuna.sp.gov.br/hotsites/casadamemoria/wp-content/uploads/2015/10/Padre-Ant%C3%B4nio-Joaquim-Gomes.pdf>>. Acesso em: 09/2019.

SENOS, NUNO. A arquitectura portuguesa chã antes e depois de George Kubler. *Revista Tritão* v.1, 2012. p. 1-21.

SILVA, Luana; ROCHA, Miréia; MELO, Neuza B. A. L. A arquitetura dos templos católicos erguidos no sítio histórico de Teresina entre meados e final do século XIX. *VII Mestre e Conselheiros. Agentes multiplicadores do Patrimônio- "Patrimônio e cidades"*. 2015.

SMITH, Robert Chester. *Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo*. Brasília: Iphan. 2012.

TELES, Augusto C. da Silva. *Brasil - Arquitetura Religiosa Barroca*. Brasília: IPHAN. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/?C=N;O=Ahttp://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/130>> Acessado em: 30/07/2018.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Esplendor do barroco luso-brasileiro*. São Paulo: Ateliê Editoria. 2012.

ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires*. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. 2001.

NOTAS

¹ Trabalho anteriormente publicado na *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, MAE-USP, n.34, p.72-86, 10/2020.

² Graduada em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Campus Serra da Capivara. E-mail: anaraquel164@hotmail.com

³ Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Campus Serra da Capivara. E-mail: alencar.univasf@gmail.com

⁴ “O Padre José Henrique Cavalcante natural de Saboeiro-CE que foi responsável pela construção de várias obras por onde passou incluindo igrejas, cemitérios, açudes”. (AQUINO & SANTOS, 2014, p. 37).

⁵ O qual estamos tentando desvelar, constatamos que elas possuem muitas similaridades mais não há estudos sobre sua filiação estilística de fato. No mínimo o que ocorre é a correlação a categoria colonial que é em si muito ampla, estudar a Igreja de São Raimundo Nonato e posteriormente compreender a correlação das características arquitetônicas nos traz indícios de um possível estilo que pode ter sido adotado também nas demais construções religiosas da região.

⁶ “Durante todo o século XVIII permaneceu no Nordeste a tendência de imitar a arquitetura oficial portuguesa. O melhor exemplo dessa tradição está, sem dúvida, na Igreja da Conceição da Praia, em Salvador, cuja reforma se iniciou em 1735-1736 e cuja pedraria se importou diretamente da metrópole. A disposição da sua fachada, cerrada entre duas torres salientes, em um edifício em forma de palácio quadrado, compreendendo as sacristias, escadarias monumentais e os apartamentos de serviço subsidiários, lembra o edifício do vasto convento de Mafra, verdadeira obra-prima da arquitetura joanina” (SMITH, 2012, p. 79).

⁷ Os jesuítas estiveram a par dessas questões, adaptando a arquitetura de suas capelas, igrejas, residências e colégios aos condicionantes impostos pelo meio, à técnica disponível, à mão de obra utilizada e aos modelos arquitetônicos produzidos nos principais centros de referência colonial (Salvador da Bahia, Olinda, Recife e São Luís) e da Europa. Como frisado por Wittkower, “os jesuítas, longe de ignorar os sentimentos e tradições populares, normalmente se adequam aos costumes locais na arte e na arquitetura”. (ARRAES, 2014, p. 92).

⁸ “Frontão é um elemento de coroamento da fachada geralmente triangular ou em arco de círculo, situado na parte superior do edifício ou em parte da edificação ou sobre portais, portadas ou portões. Originalmente tinha como função arrematar externamente os telhados de duas águas, decorrendo daí sua forma triangular. No decorrer do tempo tornou-se um elemento essencialmente decorativo” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 276).

⁹ Elemento ornamental metálico usado no alto das torres de edifícios, principalmente igrejas, podendo assumir diversas formas, muitas vezes simbólicas (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 296).

¹⁰ “Elemento ou traçado formado em geral por dois braços que se encontram em ângulo reto (...). Apresenta formas variadas que, nos elementos, comumente expressam o símbolo representado” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 191).

¹¹ Acruz da Trindade possui remates de três círculo interseccionados. Acruz Trevo possui um desenho parecido um trevo que lembra a Santíssima Trindade (Cruz suas formas e seus significados).

¹² Uma insígnia da ordem de São Tiago, fundada em 1160 para defender os peregrinos que se dirigiam ao santo sepulcro, do apóstolo São Tiago de Compostela (Cruz suas formas e seus significados).

¹³ “Arremate ornamentado no coroamento do edifício, pode ser de forma cônica, piramidal ou octogonal. Foi muito utilizado em edificações antigas providas de torres ou frontões, sobretudo igrejas. É também chamado de pináculo” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 188).

¹⁴ “Cunhal é a faixa vertical saliente nas extremidades de paredes ou muros externos do edifício.

Servem de proteção a quina do edifício ou de ornamentação da fachada” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 193).

¹⁵ “Pilastra é um elemento decorativo com a forma de um pilar. Utilizado em fachadas dividindo-as em planos verticais. Em construções antigas é usualmente dividida em partes: base, fuste e capitel” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 470).

¹⁶ Parte inferior da construção. Situado no nível do chão, formando uma base, podendo possuir algum elemento de vedação. Podendo constituir uma base para cunhal, coluna ou pilar, pode se apresentar liso ou emoldurado. Além de possuir por vezes função de proteção da parte inferior desses elementos – feito de material resistente, como pedra-, serviria também em construções antigas para distribuir o peso do edifício em superfície maior (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 211).

¹⁷ Arco formado por círculos de raios diferentes entre si, sendo sua flecha menor que a metade da distância entre seus pontos de origem. Muito usado em vãos de esquadrias de construções influenciadas pelo romantismo em finais do século XIX (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 46).

¹⁸ Arco em forma de semicircunferência foi utilizado na arquitetura brasileira em vãos de portas e janelas a partir do século XIX (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 50).

¹⁹ Ornato com forma de consolo, que serve como moldura (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 313).

²⁰ “Qualquer tipo de moldura ou arremate que contorne a peça ou um elemento construtivo” (ALBERNAZ & LIMA, 1998, p. 139).

CAPÍTULO 5

ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL: A FÁBRICA DE CERÂMICA CASTANHEIRO EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PIAUI¹

Alan Alves Ribeiro²

Alencar de Miranda Amaral³

Rosemary Aparecida Cardoso⁴

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, apresentamos a pesquisa elaborada no município de São Raimundo Nonato-PI, especificadamente no Bairro Santa Luzia, que versa sobre a relação entre a Fábrica de Cerâmica Castanheiro⁵ e o desenvolvimento do bairro, quiçá da cidade, tendo em vista que a fábrica ao gerar empregos, foi importante para o desenvolvimento socioeconômico do município.

Acreditamos que a fábrica de cerâmica é um patrimônio histórico do município, podendo ser considerado um dos espaços/monumentos mais emblemáticos do Bairro Santa Luzia. A fábrica foi um local que influenciou o desenvolvimento econômico do bairro direta e indiretamente, atraindo e fixando várias pessoas que vieram morar nas suas proximidades por causa da oferta de emprego. A partir dessas informações, realizamos uma pesquisa de campo sobre as contribuições que a Fábrica de Cerâmica Castanheiro trouxe para o bairro, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os relatos orais dos moradores mais antigos do bairro, nos ajudaram a obter informações esclarecedoras acerca do nosso objeto de estudo.

Propusemos este tema por acreditarmos que este trabalho pode contribuir e estimular o debate relacionado à identidade cultural que cerca o local, a memória, o patrimônio e a valorização dos bens culturais, bem como gerar informações sobre a história e os espaços de São Raimundo Nonato através da incorporação das narrativas e contribuições dos moradores locais. Desse modo, procuramos salientar a importância de conhecer o nosso passado, para que assim possamos respeitar e preservar esse patrimônio, que tem um grande significado para o Bairro Santa Luzia, considerando-o não apenas um patrimônio, mas sim um catalizador da identidade local.

Neste sentido, a presente pesquisa busca analisar história da Fábrica de Cerâmica Castanheiro e compreender sua correlação com o desenvolvimento econômico da cidade de São Raimundo Nonato. Além disso, a partir do cruzamento das fontes orais, imagética e contexto arqueológico, foi elaborado um modelo 3D da estrutura arquitetônica da fábrica.

APORTES CONCEITUAIS

O desenvolvimento da Arqueologia Urbana, enquanto uma subdisciplina da Arqueologia, ocorreu inicialmente na Europa, especialmente em países como a Inglaterra, França, Itália,

Portugal, entre outros (NOIVO, 2010). Já no contexto português, merece menção os debates em torno da diferenciação entre “Intervenções Arqueológicas Urbanas e Arqueologia Urbana”, ou entre “Arqueologia das cidades vivas ou mortas”, como um dos marcos para definição deste campo de pesquisa.

Neste cenário, a Arqueologia Urbana se estabelece como um ramo de pesquisa específico e com características próprias, como sugere Alarcão (1994:59):

Parece-me pacífico dizer que a Arqueologia Urbana e Arqueologia de cidades antigas, romanas ou medievais, não são sinônimas. Se os termos fossem equivalentes, teríamos que considerar como Arqueologia Urbana as escavações de Conímbriga, Miróbriga ou Troia, sítios hoje desertos ou, para recuperar uma expressão do século XIX, cidades mortas.

Assim, as intervenções arqueológicas empreendidas em cidades e centros urbanos foram fundamentais na formação do conceito de Arqueologia Urbana. Ela se difere, pois atua em contextos correlacionados com o meio urbano, e deste modo, amplia os campos de estudo da Arqueologia, fomentando o desenvolvimento de novos eixos temáticos, teóricos e interdisciplinares (SILVA, 1999, p. 232-233). Dentre os quais merecem destaque a Arqueologia do Urbanismo, a Arqueologia em Meio Urbano e a Arqueologia das Cidades Vivas.

Segundo Silva (1999, p. 233), a Arqueologia do Urbanismo privilegia a abordagem de práticas e métodos desenvolvidos pela Arqueologia para estudar os acontecimentos ocorridos no meio urbano. Estas pesquisas podem ser realizadas tanto em cidades atuais, quanto em cidades “mortas”, onde já não existe mais nenhum tipo de ocupação recente.

Por sua vez, a Arqueologia em Meio Urbano, está associada ao lugar no qual a atividade arqueológica está sendo realizada, ou seja, o meio urbano. Assim, o contexto arqueológico alvo da intervenção não precisa estar relacionado diretamente aos eventos e/ou cultura material associados à realidade urbana atual (SILVA, 1999, p. 234-235).

Por fim, na Arqueologia das Cidades Vivas, os trabalhos arqueológicos estão direcionados a análise de contextos em cidades ainda em “funcionamento”, ou seja, são abordados, espaços, estruturas e materiais que integram a paisagem e o contexto de cidades povoadas atualmente (SILVA, 1999, p. 234-235).

De certo modo, essa última perspectiva é a que mais se aproxima com o estudo de caso de nossa pesquisa. Visto que, ao longo deste trabalho buscaremos problematizar e compreender um local (a Fábrica de Cerâmica Castanheiro) que está inserido e correlacionado, como contexto urbano de São Raimundo Nonato. Assim, essa abordagem tem o potencial de nos ajudar a compreender a história, a criação e o desenvolvimento da Fábrica e sua correlação com o bairro Santa Luzia.

Outro referencial teórico e conceitual importante, e associado a presente pesquisa, é aquele vinculado à Arqueologia Industrial. Em meados da década de 1960, a Arqueologia Industrial se consolidou na Inglaterra devido à necessidade de proteger alguns monumentos erguidos durante a Revolução Industrial. Houve, entre acadêmicos e amadores ingleses, a preocupação com a conservação de locais e edificações que representassem marcos do desenvolvimento industrial do país. Do mesmo modo, nas décadas subsequentes, essa linha de raciocínio foi seguida por pessoas de diferentes países que estavam preocupadas com a preservação de antigos vestígios da industrialização em suas nações. Abrindo-se, assim, um novo campo de investigação para Arqueologia (CLARKE 1999, p. 239-240 apud THIESEN, 2006).

Inicialmente, esta linha de pesquisa foi negligenciada pela comunidade acadêmica, visto que, os pesquisadores da época não reconheciam o caráter arqueológico destes contextos. Pois, consideravam que os objetos de estudos eram “recentes”, e as metodologias empregadas, na maioria das vezes destinada a conservação e descrição das estruturas e contextos fabris, muito distintas dos “métodos tradicionais” da Arqueologia, como as escavações e prospecções (FOLEY, 1968, p. 66-67 apud THIESEN, 2006).

Nos últimos anos, os pesquisadores dedicados a Arqueologia Industrial têm ampliando o escopo de suas investigações, dedicando-se tanto a reconstrução dos espaços fabris e dos meios de produção, quanto às relações sociais e simbólicas inerentes as sociedades industriais e que são materializadas em diferentes aspectos do contexto fabril. Portanto, cada vez mais, a Arqueologia Industrial busca não se limitar à formulação de uma “história da ciência ou das técnicas”, mas dedica-se a problematizar como o fenômeno da industrialização afetou diferentes aspectos (econômicos, sociais, técnicos, simbólicos, etc.) das sociedades em um passado recente, mantendo sua relevância até a contemporaneidade.

Portanto, a Arqueologia Industrial busca documentar, investigar e analisar vestígios de sociedades que participaram do processo fabril. Utilizando-se de métodos arqueológicos, tais como escavação, prospecção, análise documental, classificação, registros fotográficos, registro oral, registro textual, registro filmográfico, análise arquitetônica e elementos que compõem a paisagem e que possam nos ajudar a entender as relações de trabalho e de produção.

Deste modo, os trabalhos em Arqueologia Industrial podem dedicar-se tanto as reflexões sobre os problemas associados ao contexto da expansão do capitalismo; quanto, também, as análises das indústrias como unidades produtivas. Neste mister, considerando os objetivos e especificidade do objeto de estudo dessa pesquisa, a Arqueologia Industrial tem o potencial de nos auxiliar a compreender a organização espacial e a lógica produtiva da Fábrica de Cerâmica Castanheiro. Bem como, em trabalhos futuros, aprofundar as discussões sobre as mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da lógica capitalista na industrialização do município de São Raimundo Nonato, a partir da interpretação de vestígios localizados no bairro Santa Luzia.

Segundo Cerdá (2008), as pesquisas em Arqueologia Industrial estudam a sociedade industrial capitalista por meio de todos os restos materiais deixados por essa sociedade. Nestes contextos, o emprego do método arqueológico tem como finalidade gerar informações e dados que nos auxiliem a interpretar e compreender melhor o desenvolvimento das sociedades industriais.

Coadunando com essa perspectiva, acreditamos que a presente pesquisa possa contribuir, ainda que com reflexões iniciais, sobre a influência que a Cerâmica Castanheiro exerceu no desenvolvimento econômico do bairro Santa Luzia após a instalação da fábrica. E, posteriormente, através de novos estudos neste sítio, poderemos formular análises mais detalhadas sobre o processo de desenvolvimento do bairro Santa Luzia, e até da importância do setor industrial na cidade de São Raimundo Nonato.

Assim, em nossa região, a importância da ampliação de estudos em Arqueologia Industrial, como esta pesquisa, é assegurada pelo potencial destes trabalhos em contribuir para a compreensão e divulgação de um aspecto relevante, mas pouco estudado, da história local. Ou seja, discutir a lógica de funcionamento e o impacto da instalação de empreendimentos industriais (aqui representado pela Fábrica de Cerâmica Castanheiro) em pequenos municípios rurais, como é o caso da cidade de São Raimundo Nonato.

MÉTODOS

Na realização de uma investigação arqueológica histórica é necessário utilizar-se de todas as fontes disponíveis. As fontes usadas nessa pesquisa no registro arqueológico foram: documental, iconográfico/imagética e oral. Desta forma, Cerdá (2008) afirma que:

[...] Cualquier escrito, resto o vestigio del pasado, lejano o próximo, es útil si aporta alguna información. No hayun tipo de datos seleccionables a priori, por lo que cualquier documento es una fuente potencial de información. Todo depende de las cuestiones o los problemas definidos por lainvestigación.... No hayun tipo de fuentes más importante que otro, ninguna tiene preeminencia sobre las demás. Las fuentes escritas no son subsidiarias de las demás [...] (CERDÁ 2008, p. 132).

Assim sendo, realizou-se, em primeiro um momento o levantamento bibliográfico, com objetivo de selecionar pesquisas que trabalharam com Arqueologia Urbana e Arqueologia Industrial, e estudos de casos em contexto fabril para elegermos um arcabouço teórico metodológico que nos auxiliasse na abordagem de nosso objeto de estudo. Portanto, a pesquisa bibliográfica⁶ foi de suma importância, pois forneceu o acesso a informações pertinentes na construção do trabalho.

Em seguida houve a produção de roteiro para realização de entrevistas, com objetivo de coletar informações pertinentes sobre a história da fábrica e do bairro Santa Luzia. A metodologia empregada foi a entrevista semiestruturada⁷, esta técnica de entrevista atende principalmente as finalidades exploratórias, e possibilita obter o maior número possível de informações de forma detalhada sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado (CARDOSO, 2013, p. 36).

Na presente pesquisa fizemos um levantamento de informações orais, com três moradoras do bairro Santa Luzia (a Sr^a. Nidia Helena Alves de Araújo, a Sr^a. Estelita Miranda Damasceno e com a Sr^a. Maria Ducenildes de Negreiros Damasceno) com o proprietário da fábrica (o Sr. Péricles Macário de Castro) e um antigo funcionário da fábrica (o Sr. Raimundo Nunes Ribeiro Junior).

Posteriormente buscamos por fontes documentais e iconográficas que fornecessem informações importantes sobre a história da Fábrica de Cerâmica Castanheira. O levantamento Documental foi realizado no Cartório Regional de São Raimundo Nonato, com o seu proprietário Darlan Ribeiro e as fontes iconográficas foram conseguidas na redação do portal de notícias www.saoraimundo.com.

A análise das fontes iconográficas auxiliou no reconhecimento de alguns espaços industriais desaparecidos ou que foram modificados ao longo do tempo. O intuito dessa análise foi compreender os espaços do cotidiano fabril e detectar as transformações que ocorreram na paisagem ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, Zarankin e Senatore (1996) comentam que nas pesquisas históricas:

La información histórica cumple un papel muy específico dentro de este tipo de investigaciones. En primer lugar es revisada como parte de los antecedentes del tema a ser abordado. Esto permite conocer y definir el contexto histórico general en el cual se inserta el problema arqueológico. Sin embargo es fundamental dentro de este enfoque que la evidencia arqueológica se presenta como base empírica sobre la que se testean las hipótesis de trabajo. Por lo

tanto, las escalas analíticas deben contemplar que los enunciados puedan ser abordados arqueológicamente (ZARANKIN, 1996, p. 4).

Sendo assim, as análises das fontes documentais e iconográficas proporcionaram no primeiro momento o conhecimento prévio do objeto de estudo, em seguida a formulação de algumas hipóteses sobre determinados elementos materiais que estavam inseridos dentro do contexto produtivo e social da Fábrica de Cerâmica Castanheiro.

Por fim, mas não menos importante, realizamos uma prospecção não interventiva em toda a área do sítio, registrando as estruturas e a materialidade associada ao contexto fabril. Assim, fizemos o registro fotográfico em todo sítio, buscando compreender os elementos que compõe a paisagens e identificar os espaços de trabalho e produção que compunham a fábrica. Também foi realizada a medição das estruturas ainda presentes no contexto fabril, com o auxílio de uma trena, na tentativa de dimensionar o local e gerar dados para a realização de uma planta baixa e uma reconstituição ou modelo 3D da fábrica através do software *Sketchup* e *Lumion8*.

A HISTÓRIA DO BAIRRO SANTA LUZIA ATRAVÉS DA LEMBRANÇA DE SEUS MORADORES

Quanto a sua localização, o Bairro Santa Luzia está inserido na cidade de São Raimundo Nonato, no interior do estado do Piauí, a 550 km de sua Capital. São Raimundo Nonato é conhecida como a capital da “Pré-história” devido às pesquisas arqueológicas que a mais de 40 anos ocorrem nessa região que abriga dois parques nacionais - Serra da Capivara e Serra das Confusões (RIBEIRO, 2017). Todavia, apesar disso, as pesquisas arqueológicas sobre o contexto urbano e industrial da região são praticamente inexistentes.

O Bairro Santa Luzia anteriormente se chamava “Barro”, acredita-se que essa toponímia é uma derivação do nome da grande fazenda que existia na área, conhecida como “Barro Vermelho”. Ainda hoje, muitas pessoas continuam chamando o Bairro Santa Luzia de “Barro”. No levantamento que realizamos conseguimos identificar um documento que comprova a compra e a venda de terras no ano de 1965, quando o bairro ainda era denominado como “Barro”, o documento foi cedido pelo Cartório Regional de São Raimundo Nonato. O fato do bairro possuir, atualmente, o nome de uma Santa, indica como o contexto religioso está intrincado no seu desenvolvimento. Uma vez que, o mesmo ocorreu, a partir, da criação da igreja homônima, construída em meados de 1930. Mas, do ponto de vista da burocracia oficial, a transição do nome da localidade ocorreu no Mandato do Prefeito Pedro Macário, na década de 1970.

As primeiras instalações no bairro ocorreram a partir de fazendas, assim como na própria cidade de São Raimundo Nonato, e nas regiões circunvizinhas. Atualmente, no bairro Santa Luzia, ainda existem algumas fazendas, que estão em atividade desde a criação do bairro até os dias atuais.

Segundo relatos orais da Dona Maria Dulcenildes, atualmente, a casa mais antiga do bairro seria uma remanescente das moradias que existiam nas pequenas propriedades rurais que existiam naquele local no início do século XX. Segundo nossa colaboradora, na década de 1960 seu pai comprou uma propriedade que hoje pertence ao hotel Serra da Capivara, a mesma fazia divisa com a propriedade do Dr. Evandro Macêdo. A propriedade do pai da Dona Maria Dulcenildes era ligada as terras da família do Deputado Marcelo Castro e, ao lado dessa propriedade, estavam as terras da Dona Celça Alves de França; e logo mais acima a roça de Sr. Quinco, que hoje é pertencente à família Damasceno.

Segundo Dona Estelita, a casa foi feita em meados de 1916, pelo primeiro dono da propriedade, o Sr. Quinco, pertencente à família Damasceno; posteriormente, a propriedade foi dividida entre os herdeiros. A casa (Figura 1) foi construída em Taipa, também conhecida como Pau-a-Pique, que é uma técnica vernacular em que as paredes são armadas com madeira e preenchidas com barro e fibra, e depois cobertas com telhas ou fibra vegetal.



Figura 1: Visão geral da casa antiga casa do Sr. Quinco, atualmente pertencente à família Damasceno
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 34)

Essas informações indicam que essas propriedades, e a casa do Sr. Quinco, são anteriores ao período da Construção da Igreja do Bairro Santo Luiza, que foi realizada nos meados de 1930, pelo falecido Padre Ângelo. Um cenário corolário ao processo de ocupação do interior nordestino.

De modo geral, no Nordeste, primeiro surgiram as fazendas destinadas a criação de caprinos ou gados; para exercer estas atividades eram trazidas algumas famílias para trabalhar e morar nestes locais, surgindo, assim, os primeiros povoados. Em seguida, a Igreja Católica Apostólica Romana enviava religiosos para difundir no sertão adentro a fé católica, e, logo, eram construídas as Igrejas. Assim, com o passar dos anos, igrejas foram construídas em vários locais, como foi o caso da Igreja de Santa Luzia, cuja maneira mais viável de conhecer sua história é através dos relatos orais e lembranças dos moradores locais, como nos narra Dona Nídia:

(...) Teve as missões não sei o ano ao certo (...). Teve as missões o pessoal diz que a igreja tem entorno de 90 anos, era só uma capelinha pequeninha só de taipa, depois que veio fazer de alvenaria. Está com 17 anos que foi reformada na minha coordenação, que foi implantada a sacristia o Santíssimo, todo conserto foi feito na nossa gestão, a forma de arrecadação da igreja, só tem 10% destinado à nossa igreja, o restante vai para a igreja Nossa Senhora das Mercês, esse ano vai ser destinado 50% do dinheiro dos festejos para nossa igreja (RIBEIRO, 2018, p. 35).

Segundo Dona Nídia, a primeira novena realizada na Igreja de Santa Luzia ocorreu na década de 1930, a missa foi rezada pelo Padre Ângelo, o responsável pela igreja naquela época. A partir daquela data, o novenário foi realizado todos os anos em devoção a Santa Luzia. Nestas

ocasiões é feita uma arrecadação entre os fiéis para o melhoramento da igreja e para os projetos sociais que a igreja apoia.

(...) O primeiro padre a celebrar missa no bairro chamava padre Ângelo, Tia Ana era zeladora, depois passou para Francisca de Assis, nós ajudávamos ela! Ela faleceu, têm uns dois anos (...). (RIBEIRO, 2018, p. 35).

Assim, se no início a área do bairro Santa Luzia era toda tomada por fazendas de vários donos, com o crescimento da ocupação da área, que coincide com o período de construção da Igreja, algumas propriedades foram vendidas e os novos donos foram loteando suas terras. De tal modo, foram se instalando no bairro pessoas que não faziam parte das famílias “tradicionais” que viviam na localidade, e como isso, cada vez mais, o bairro vai adquirindo uma configuração urbana e abandonando a lógica espacial rural.

Questões políticas também influenciaram algumas modificações neste bairro. Em sua gestão o prefeito Pedro Macário fez algumas desapropriações de terras no Bairro Santa Luzia, “cooptando” as terras do Sr. Anfilofilo Alves de França, que era o avô de nossa entrevistada Dona Nídia. Na área desapropriada foi construído o Conjunto Habitacional conhecido como Cohab Santa Luzia. Além disso, entre as propriedades desapropriadas por Pedro Macário, estão as terras aonde se localiza a Fábrica de Cerâmica Castanheiro, que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

Apesar das polêmicas que envolvem esses atos de desapropriação, segundo os relatos de alguns entrevistados, durante seu governo, Pedro Macário fez muitas benfeitorias não só para o bairro Santa Luzia, mas também para toda a cidade de São Raimundo Nonato.

HISTÓRIA DA FÁBRICA DE CERÂMICA CASTANHEIRO

Segundo a versão registrada durante as entrevistas, a Fábrica de Cerâmica Castanheiro foi implantada no bairro Santa Luzia, com o objetivo de contribuir para um projeto de construção de conjuntos habitacionais realizado pelo governo militar em todo Brasil, e que também seria executado em São Raimundo Nonato. De acordo com o relato do Sr. Péricles Macário de Castro, em uma reunião ministerial realizada pelo presidente Figueiredo junto com seus ministros, o mesmo anunciou a construção de conjuntos habitacionais de casas em todo território brasileiro. Nesta reunião o ministro da agricultura Delfin Neto, questionou se o parque de cerâmica industrial do Brasil atenderia a demanda na fabricação de tijolos e telhas para a construção das casas (RIBEIRO, 2018, p. 33). Segundo a versão de nosso colaborador

(...) O ministro Delfin Neto que era da agricultura, já tinha sido ministro do planejamento da fazenda, perguntou na reunião se o parque industrial do Brasil atenderia tanto o material que ia ser usado num período curto de tempo que era pra ser de 80 a 85 que era o final do governo militar, ai foram ver que precisaria financiar a cerâmica e ai o governo federal através do BNH, começou a financiar através do programa de casas de Cohab, as cerâmicas em todo o Nordeste, principalmente aqui nas principais cidades, aqui no Piauí no caso, São Raimundo, Oeiras, Floriano e etc. (RIBEIRO, 2018, p. 38).

De acordo com Viana Filho (2002), só a partir do governo militar, com o surgimento do

SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e com a assinatura da Lei 4.380/64 em 21 de agosto de 1964 pelo então presidente Castelo Branco, é que ocorreram respostas positivas para suprir a carência de moradias naquela época. Esses órgãos faziam uso dos recursos financeiros da caderneta de poupança e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que eram regidos pelo BNH (Banco Nacional de Habitação).

Neste contexto, um empresário da cidade de São Raimundo Nonato, que na época trabalhava na fabricação de balas e doces, conhecido popularmente como Raimundinho da Ótica, considerou uma grande oportunidade de negócio instalar uma fábrica de tijolos e telhas na região. Inicialmente a fábrica se chamava Cerâmica São Raimundo⁸ e iria atender a demanda de todo sul do Piauí, bem como as cidades mais próximas que fazem divisa com outros estados, tais como Remanso-Ba, Pilão Arcado-Ba, Campo Alegre de Lourdes-Ba, Casa Nova-Ba e Petrolina-Pe (RIBEIRO, 2018, p. 39).

Com a ajuda do governo federal, através do BNH (Banco Nacional de Habitação), Sr. Raimundinho da Ótica conseguiu o financiamento para colocar seu projeto em andamento, aproveitando a oportunidade da implantação de outras fábricas nas principais cidades do sul do Piauí, tais como Oeiras, Floriano e Picos. O mesmo inaugurou a fábrica em 1980, comprando todo o maquinário na cidade de Itu, em São Paulo, na empresa Verde, que era especializada na fabricação de maquinários para olaria. No momento de implantação da fábrica a mesma tinha capacidade de produzir 10.000 tijolos por dia. Contudo, esta quantidade não atendia a demanda que era solicitada por todas as cidades vizinhas. Posteriormente, o Sr. Raimundinho acabou vendendo a fábrica por não obter sucesso no seu negócio.

Em 1984 a fábrica foi comprada pelo Sr. Péricles Macário, que é engenheiro civil. Como descrito no relato, a Fábrica foi adquirida em conjunto com o banco do estado. O “fracasso” inicial da fábrica foi ocasionado por um erro do projeto técnico, visto que o maquinário tinha a capacidade de produzir 80.000 tijolos por dia e estava produzindo apenas 10.000. Nas palavras do próprio Sr. Péricles Macário:

(...) Nós já viemos adquirir ela em 1984, deu um problema eu acredito que foi na parte de configuração, ou seja, ele comprou uma máquina muito grande só que os fornos a quantidade era menos, até comparava na época que era como se você comprasse um cavalo mecânico que tem condição de puxar uma carreta de 60 toneladas, aí só queimava 10.000 tijolos por dia, ou seja, era uma carreta puxando uma carroceria de um Chevrolet e aí um caminhão toco, aí tava desconfigurado e aí foi o problema que ele não teve muito sucesso pra frente aí nos adquirimos ela junto ao banco do estado ia leiloar e nós entramos e fizemos uma composição com o banco do estado e com o Raimundinho da Ótica e adquirimos ela de 1984 pra 1985 (RIBEIRO, 2018, p. 39).

Logo após efetuar a compra da fábrica, Sr. Péricles observou esse erro de configuração e tentou solucionar o problema construindo mais quatro fornos com chaminés. Deste modo, a fábrica ficou com um total de dez fornos, para assim viabilizar toda sua capacidade produtiva e atender a demanda que era solicitada.

Quando era de posse do Sr. Raimundinho da Ótica, a fábrica era composta por 20 funcionários, Sr. Raimundinho trouxe um especialista de fora, que era chamado de “Mestre Raimundo”, para

realizar o treinamento com o restante do pessoal que iria trabalhar na fábrica. A maioria dos funcionários era residente do bairro Santa Luzia e moravam próximo da fábrica. Logo após o treinamento, “Mestre Raimundo” acabou se estabelecendo na cidade e residiu em São Raimundo Nonato até seus últimos dias de vida.

A matéria-prima para a fabricação dos materiais produzidos pela fábrica era extraída na Fazenda Lagoa que hoje em dia se chama Novo Zabelê. Sr. Raimundinho comprou uma propriedade na Fazenda Lagoa, com o objetivo de extrair a matéria-prima necessária para a fabricação das telhas e tijolos, contudo, após algum tempo, devido à distância, a extração de matéria-prima passou a ser realizada na localidade Vereda, que fica a cerca de 3km da fábrica, tornado assim mais viável o funcionamento da fábrica. A partir do depoimento realizado por Raimundo (sobrinho do Sr. Raimundinho), mais conhecido com Junior, tomamos conhecimento da procedência dos fatos:

(...) Me lembro bem que, quem veio instalar essas máquinas lá na fábrica foi o já falecido, a gente chamava ele de mestre Raimundo, meu tio buscou ele em uma cidade chamada de Jaicós, aí passou a ser morador de São Raimundo aí ele passou a residir aqui até a morte. O barro para produzir as telhas e os tijolos, o material né, a gente buscava na Vereda, ali próximo, lá localidade Vereda. Mas, de início meu tio comprou uma fazenda chamada Fazenda Lagoa que hoje é assentamento do Novo Zabelê né, lá era a Fazenda Lagoa era dos padres era da Ordem Mercedária, então meu tio comprou essa fazenda lá e aí ele viu que lá tinha um barro que era produtivo, então ele comprou em função essa fábrica, aí entorno dessa fazenda também, já o barro sendo dele também aí com o tempo pegava a segunda parte de trabalho mudaram para vereda que era mais próximo (RIBEIRO, 2018, p. 40).

A partir do momento que a fábrica passou a ser administrada pelo Sr. Péricles Macário, houve um aumento no número de funcionários; em média 60 funcionários trabalhavam diretamente dentro da fábrica; e em torno de 40 funcionários trabalhavam indiretamente na fábrica (extração de argila, madeira, transporte, etc.). A fábrica teve um impacto bastante significativo no crescimento geográfico e espacial do bairro Santa Luzia. A partir de sua instalação, começou-se a construir o conjunto habitacional chamado de “Cohab”, que foi feito pelo Sr. Péricles Macário. Isso acarretou em um crescimento bastante significativo para o bairro Santa Luzia.

A implantação da fábrica no bairro teve um impacto bastante expressivo, principalmente no crescimento geográfico e espacial do bairro, pois atraiu várias pessoas por causa da oportunidade de emprego que a fábrica proporcionava. Deste modo, as pessoas se instalavam na área, promovendo assim o crescimento do bairro. A maioria dessas pessoas eram parentes de alguém que já residia no bairro, os familiares residentes doavam ou vendiam um pedaço de terra para seus familiares e com isto, o bairro foi se ampliando.

A Fábrica de Cerâmica ficou em funcionamento, sobre a posse do Sr. Péricles Macário, durante o ano de 1984 até o ano de 2003. Durante o período de 1984 até 1990, a fábrica se chamava “PM Construtora”, pois o banco precisava de uma empresa que tivesse capital para comprovar renda no seu financiamento. Anos depois, após a vinda da fiscalização no ano de 1990, foi necessário que a Fábrica de Cerâmica mudasse o nome da Razão Social, por que a empresa PM Construtora trabalhava com construção e não com produção fabril. Assim, a partir do ano de 1990, a fábrica passou a se chamar “Cerâmica Castanheiro” e ficou com esse nome até o seu fechamento, que ocorreu no ano de 2003.

(...) É porque era “Cerâmica São Raimundo” aí nos botamos inicialmente o nome da nossa empresa, que era PM Construtora, por que lá pro banco precisava de uma empresa que já tivesse um certo capital, aí nós compramos com o nome de PM Construtora, aí no ano 86 foi quando veio uma fiscalização e disse não tem que botar outra porque essa aí é construtora, não é cerâmica, aí nós foi mudar a razão social, tinha outra empresa a Cerâmica Castanheiro a partir de 90 até 2003 quando ela fechou ficou esses 13 anos como Cerâmica Castanheiro (RIBEIRO, 2018, p. 41).

No ano de 2003 ocorreu o fechamento da Fábrica de Cerâmica Castanheiro, devido, segundo as narrativas coletadas, ao mal planejamento desde o projeto técnico inicial da fábrica até a escolha do local de instalação. Um dos principais motivos que ocasionou o fechamento da fábrica foi a logística para ter acesso à matéria-prima que era usada na confecção dos produtos. Segundo informações do Sr. Péricles Macário:

(...) A nossa parada principal foi porque a nossa matéria-prima, outra coisa, o Raimundinho, instalou erradamente a cerâmica, por que você instala Cerâmica geralmente é no local onde há jazida e material, ele instalou aqui em São Raimundo, tinha pouco material, pra telha mesmo tinha que buscar em Coronel José Dias que era “Várzea Grande”, antigamente e o barro a gente buscava aqui na Vereda, fica perto uns 5 km, mas, mesmo lá foi ficando difícil o material, então estava ficando muito inviável, tanto o material como a argila que era pra fazer o bloco, como também o material de queima que era a lenha por que aqui fica próximo ao parque, tinha que pegar lenha pra outro lado em sentido aqui pra Bahia, a gente tirava lenha pro lado de cá, por que por aqui o IBAMA não permitia (RIBEIRO, 2018, p. 42).

Houve um grande erro na escolha do local da fábrica, pois a mesma ficava dentro do perímetro urbano, e não tinha matéria-prima próxima. Esta deveria ser coletada nas extremidades do Parque Nacional Serra Capivara, sendo este um dos motivos que impossibilitou a extração de toda a matéria-prima, por ser o parque um local de conservação ambiental. A extração era feita em locais que já não estavam mais dentro do perímetro do parque, mais conforme a demanda, a extração da matéria-prima foi ficando escassa, e com isso foi gerando mais gastos na extração de matéria-prima para Fábrica de Cerâmica. Segundo o Sr. Péricles chegou um momento que “não tinha mais local para extrair matéria-prima”, e isso ocasionou o fechamento da fábrica no ano de 2003. Por falta de matéria-prima, a fábrica não teve mais como se manter em funcionamento. Logo após o fechamento da fábrica todo o maquinário foi vendido para as fábricas de Coronel Jose Dias, Anísio de Abreu e Campo Maior.

O fechamento da fábrica acarretou um imenso impacto no bairro Santa Luzia. Foi um momento bastante complicado para os moradores do bairro, várias pessoas ficaram desempregadas, e tiveram que buscar outras oportunidades de emprego.

Após desapropriação da fábrica, o local foi totalmente abandonado. O Sr. Péricles Macário aproveitou os materiais construtivos presentes no contexto fabril (especialmente a madeira dos telhados e as telhas), que foram utilizados em outras construções; uma parte do terreno foi vendida para terceiros, e isso foi acarretando a desconfiguração do conjunto arquitetônico da fábrica. O local atualmente encontra-se totalmente abandonado e de fácil acesso para quaisquer pessoas,

existem poucas estruturas presentes no contexto fabril que serão apresentadas a seguir.

RECONSTITUIÇÃO EM 3D DA FÁBRICA DE CERÂMICA CASTANHEIRO

Como mencionado anteriormente, após o encerramento das atividades produtivas, o conjunto arquitetônico da Fábrica de Cerâmico Castanheiro passou por uma série de intervenções, que promoveram a destruição e desconfiguração das estruturas e espaços fabris. Deste modo, buscamos reunir dados e informações que nos permitissem identificar e compreender os espaços daquela fábrica, bem como elaborar uma reconstituição gráfica da mesma.

Para tentarmos entender como era a ocupação dos espaços dentro da fábrica, cruzamos as informações obtidas através das fotografias, entrevistas e prospecções. Todas essas informações foram essenciais para o desenvolvimento de uma maquete 3D através do software *Sketchup* e *Lumion8*.

O reconhecimento de diferentes elementos arquitetônicos na antiga Fábrica de Cerâmica Castanheiro teve início, a partir de prospecções não interventivas no sítio. Obteve-se a identificação de alguns elementos que faziam parte do contexto fabril e também a identificação de distintos materiais construtivos. A partir da prospecção realizada, pudemos identificar vários elementos arquitetônicos presentes no contexto arqueológico do sítio (Figura 2), algumas estruturas do prédio, chaminés, colunas, caixas d'água, forno e a fachada.



Figura 2: Imagens da chaminé e estruturas da Fábrica de Cerâmica Castanheiro
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 41)

No primeiro momento fomos em busca da planta original da fábrica, contudo, não obtivemos êxito, o proprietário da fábrica nos relatou ter perdido a mesma. Em virtude disso, houve o interesse em produzir um modelo 3D da fábrica, para podermos entender como era o seu funcionamento e a ocupação dos espaços. Cabe mencionar que o antigo proprietário da fábrica, o Sr. Péricles Macário fez um desenho da planta baixa da fábrica, sendo esta referência empregada para elaboração de

um croqui (Figura 3), posteriormente empregado para compreensão dos espaços da fábrica e desenvolvimento do modelo 3d.

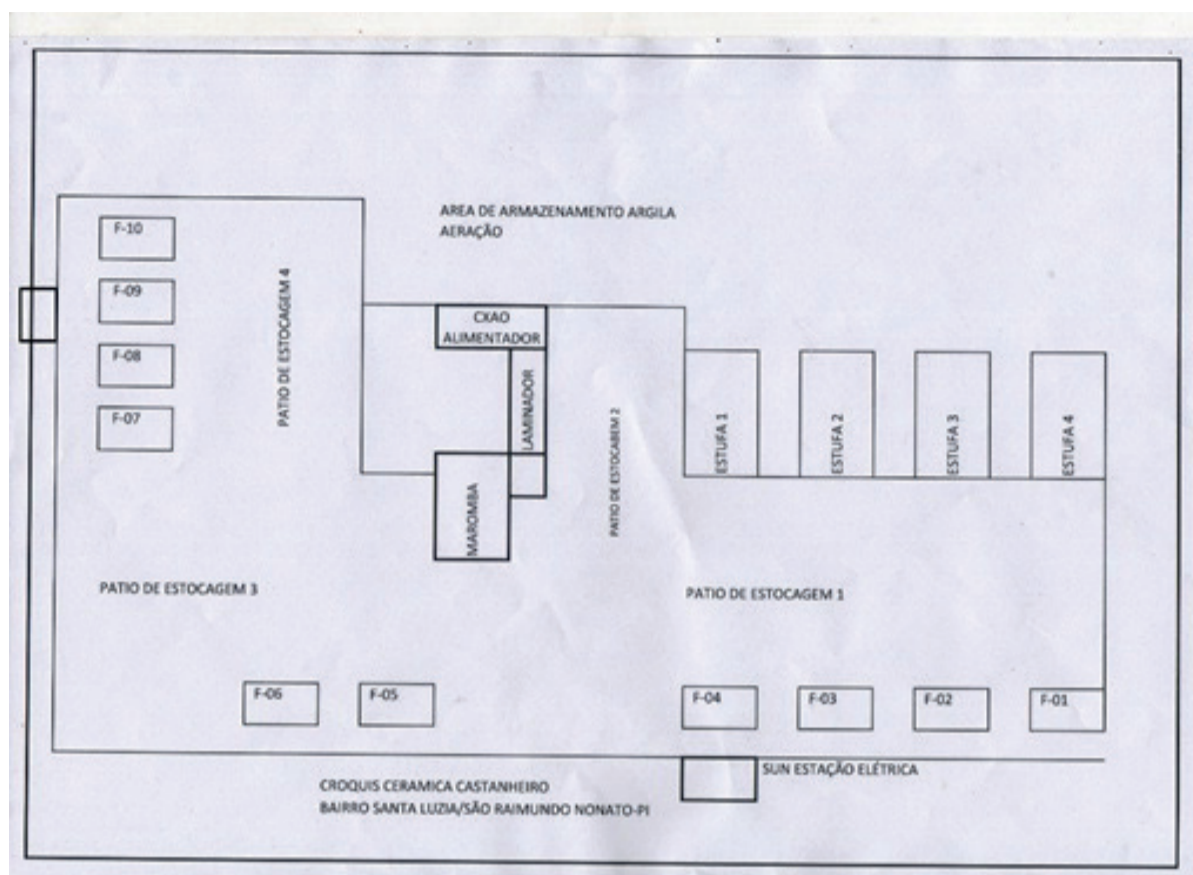


Figura 3: Imagem da planta baixa feita pelo Sr. Péricles Macário
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 69)

Através das informações orais, das fotos cedidas pelo proprietário do site www.saoraimundo.com e da prospecção não interventiva, conseguimos desenvolver um desenho da fábrica, fazendo o reconhecimento de cada espaço através de uma planta baixa em 3D. Conseguimos identificar os quatro pátios de estocagem, o local de produção fabril, as duas subestações (Chaminés), a área de armazenamento da argila e a área dos exaustores, como podemos ver na imagem a seguir (Figura 4).

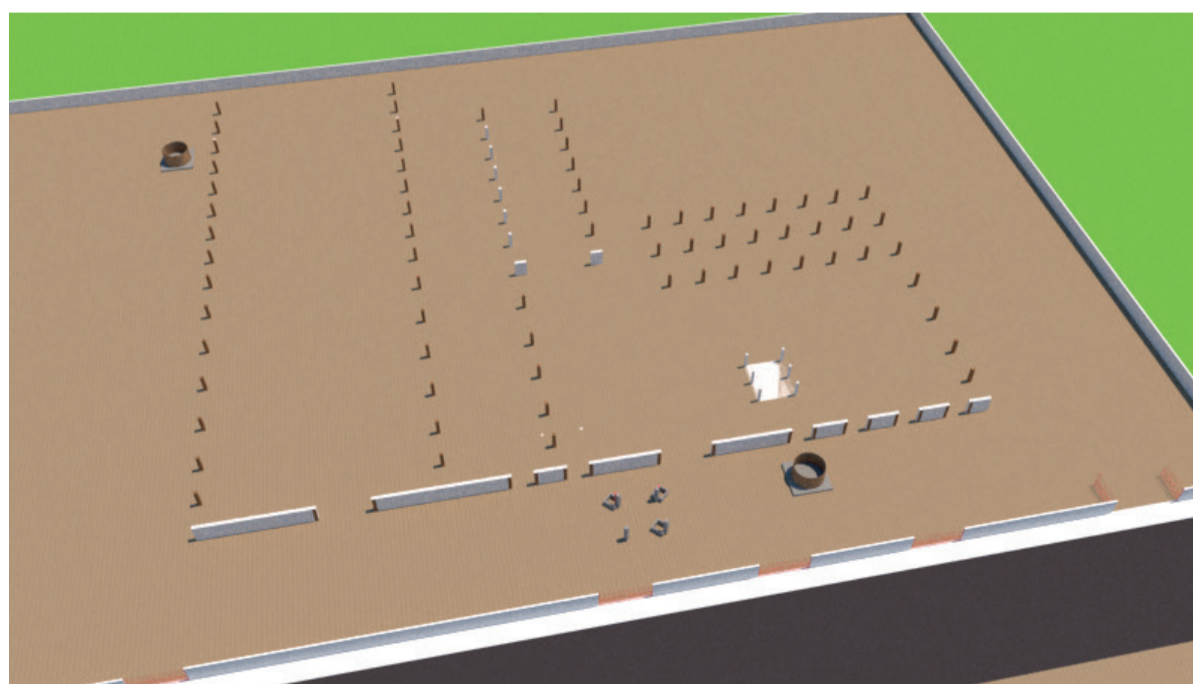


Figura 4: Imagem com a identificação dos espaços na fábrica
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 70)

A análise das fontes iconográficas e o relato do Sr. Péricles Macário, foram de suma

importância para chegar nessa reconstituição em 3D da Fábrica de Cerâmica Castanheiro (Figura 5), bem como na compreensão dos espaços que a constituíam.



Figura 5: Reconstituição em 3D da Fábrica de Cerâmica Castanheiro
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 70)

Através do modelo elaborado (Figura 6), podemos compreender como, possivelmente, ocorria o trânsito dos caminhões para a entrada matéria-prima para o local de armazenamento de argila e a saída de produtos da fábrica.



Figura 6: Imagem lateral da Reconstituição em 3D da Fábrica de Cerâmica Castanheiro
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 71)

Numa visão lateral do modelo 3D (Figura 7), conseguimos representar o local de estocagem dos materiais depois da queima e o pátio de estocagem dos materiais antes da queima.



Figura 7: Imagem do pátio de estocagem dos blocos após a queima
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 71)

Já numa representação dos fundos da fábrica (Figura 8), conseguimos identificar a área de armazenamento da argila, o local de produção fabril e a área dos exatores.



Figura 8: Imagem da área dos fundos da Fábrica de Cerâmica Castanheiro
Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 72)

Por fim, temos uma visão geral do modelo 3D, na qual podemos distinguir todos os espaços da fábrica e ter uma ideia de como se deu a ocupação dos mesmos (Figura 9).



Figura 9: Imagem da visão geral da Fábrica de Cerâmica Castanheiro

Fonte: (RIBEIRO, 2018, p. 73)

Portanto, através da reconstituição da Fábrica de Cerâmica Castanheiro pelo modelo em 3D, conseguimos ter uma representação de cada espaço dentro da fábrica, identificar como eles eram designados e compreender como deu a ocupação de cada espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos elementos presentes no contexto fabril da Fábrica de Cerâmica Castanheiro nos possibilitou inferir e pensar na ocupação dos espaços dentro da fábrica. Os vários elementos arquitetônicos e construtivos presentes em contexto no sítio indicam as diversas intervenções que a fábrica sofreu desde a época da sua inauguração até os dias atuais. Essas intervenções ao mesmo tempo em que formataram o contexto arqueológico hora presente no sítio, também promoveram a “desconfiguração” do conjunto arquitetônico da fábrica, dificultando o reconhecimento de sua configuração espacial original.

Assim, através do contexto arqueológico, dos remanescentes arquitetônicos e das fontes orais e iconográficas, buscamos identificar esses espaços e compreender sua funcionalidade no sistema de produção da fábrica. Neste mister, pudemos determinar que a Fábrica de Cerâmica Castanheiro era composta por no mínimo cinco áreas ou estruturas, com funcionalidades distintas: o pátio de estocagem; o galpão de produção, que abrigava os maquinários; o local de armazenamento de matéria-prima (caixão alimentador); o galpão de secagem; e os espaços e a infraestrutura associada ao processo de queima (fornos/chaminé e sistema subterrâneo de exaustão).

Portanto, compreendemos que o processo de produção se iniciava na extração da argila em jazidas um pouco distantes da fábrica (Novo Zabelê e Veredas). A argila era levada para a fábrica, onde ficava armazenada no caixão alimentador, quando passava por um processo de retirada de impurezas e decantação; primeiramente a argila era inserida no destorroador, onde era feita uma limpeza e retirada dos materiais em seguida a argila passava pelo misturador, que homogeneizava a pasta a ser empregada na produção dos objetos cerâmicos. Posteriormente, essa pasta alimentava os maquinários para a confecção das telhas e tijolos, inicialmente passando

pelo laminador, que lhe conferia um formado de lâminas, e em seguida na maromba, onde ganhava o formato final desejado (telhas ou tijolos). O produto fabricado na maromba seguia para o pátio de secagem, onde permanecia até perder toda a umidade da pasta e atingir o ponto ideal para queima, que acontecia nos grandes fornos existentes no interior da fábrica. Após o processo de queima, as telhas e tijolos eram encaminhados para o pátio de armazenamento e despachados para a comercialização.

Além de abordar os espaços e a lógica de produção na Fábrica de Cerâmica Castanheiro, a presente pesquisa também buscou analisar a correlação desta fábrica com o desenvolvimento do Bairro Santa Luzia. Esta fábrica contribuiu tanto para o crescimento urbano do bairro, fornecendo o material construtivo para instalação do conjunto habitacional (Cohab) responsável por implantar em torno de 200 casas na área; quanto para o seu desenvolvimento socioeconômico, visto que gerou muitos empregos e atraiu pessoas de “fora” a residirem no local. A Fábrica de Cerâmica Castanheiro chegou a empregar, diretamente e indiretamente, cerca de 100 funcionários, demonstrando que a economia do município de São Raimundo Nonato, não se limitava apenas aos setores de serviço e agropastoril, mas, também, possuía uma produção industrial relevante.

Deste modo, a implantação da Fábrica de Cerâmica Castanheiro contribuiu gradativamente para o crescimento urbano do bairro Santa Luzia e para a cidade de São Raimundo Nonato. Visto que a fábrica precisava de muitos funcionários, que foram se instalando próximo ao local de trabalho, ocasionando a expansão geográfica do bairro, bem como fomentando o comércio local.

Portanto, o estudo das evidências do contexto fabril abordado nesta pesquisa, contribui para a compreensão do processo de industrialização local, e traz informações sobre um passado industrial recente, mas, pouco conhecido do município de São Raimundo Nonato. O estudo da Fábrica de Cerâmica Castanheiro, através do ponto de vista da Arqueologia Industrial, nos possibilita compreender parte da industrialização do estado do Piauí e seu impacto no município de São Raimundo Nonato. Além disso, chama a atenção para a importância de uma história que se apaga, na medida em que a fábrica e os elementos associados ao contexto fabril se perdem a partir da sua destruição, sem que haja ações de conservação e preservação, sem que haja um estudo que registre a materialidade e a espacialidade constituídas nesses locais.

No município de São Raimundo Nonato há alguns casarões, monumentos e a Fábrica de Cerâmica Castanheiro, os mesmos não são tombados ou protegidos por leis e ações de preservação, seja no nível municipal, estadual ou federal. Para que ocorra o tombamento desses bens culturais, sabemos que são necessários estudos que demonstrem a relevância histórica e social destes bens. É neste sentido que o presente trabalho buscou discutir e demonstrar como a Fábrica de Cerâmica Castanheira faz parte da história da cidade, e de certo modo, sua história se interliga as transformações sociais, econômicas e urbanísticas que ocorreram no município.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Jorge, “*Arqueologia das Cidades*”, in *Encontro de Arqueologia Urbana* – Braga, Braga, Bracara Augusta, p. 59-60, 1994.

CARDOSO, Rosemary Aparecida. *Arqueologia musealizada e educação patrimonial: Caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, Recife, Brasil. 2013.

CERDA, Manuel. *Arqueologia Industrial*. Universidad de Valência: [s/n], 2008.

CLARKE, Kate. PALMER, Marilyn. NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology, principles and practice*. Routledge. London. 1999.

FOLEY, Vicent P. *On the Meaning of Industrial Archaeology*. *Historical archaeology*. New York, p.66-68.1968.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.

NOIVO, Maria Inês de Brito Câmara. *Trabalho de Projeto de Mestrado em Práticas Culturais para Municípios*. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em Lisboa-Portugal, 2010.

QUARESMA, Silvia; BONI, Valdeti. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica- UFSC. Vol, 2. Nº 1. p.68-80, 2005.

RIBEIRO, Alan Alves; ALVES. Shilton Paes Ribeiro. *Memórias e Histórias do Bairro Santa Luzia em São Raimundo Nonato-PI*. Anais Pet-Arqueologia, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2017.

RIBEIRO, Alan Alves. *Contribuições para a Arqueologia Industrial de São Raimundo Nonato-PI: A Fábrica de Cerâmica Castanheiro e o desenvolvimento do bairro Santa Luzia*. (TCC em Bacharelado de Arqueologia e Preservação Patrimonial). Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, São Raimundo Nonato-PI, 2018.

SANTOS, Ana Flávia. *Potencialidade da Arqueologia Industrial em Sergipe: Estudo de Caso da Fábrica de Tecido Sergipe Industrial*. (TCC de Bacharelado em Arqueologia) Departamento de Arqueologia, UFS, Sergipe, 2014.

SILVA, Rodrigo Banha. *Concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa*, In: *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa: CML, p.229-240, 1999.

THIESEN, Beatriz, Valadão. *Arqueologia Industrial ou arqueologia da Industrialização? Mais que uma questão de abrangência*. Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan, nº 4, 2006, s/p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/arqueologia_industrial.pdf>. Acesso em março de 2018.

ZARANKIN, Andrés & SENATORE, Maria Ximena. *Perspectivas Metodológicas em Arqueología Histórica. Reflexiones sobre la utilización de la evidencia documental*. Páginas sobre Hispanoamérica Colonial. Nº 4. PRHISCO-CONICET, Buenos Aires, 1996.

NOTAS

¹ Trabalho originalmente submetido na Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE-USP em 2019 (no prelo).

² Graduado em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. E-mail: allanalves763@gmail.com

³ Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Campus Serra da Capivara. E-mail: alencar.univasf@gmail.com

⁴Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE. Colaboradora do LAPA-UNIVASF. E-mail: rsmrycardoso@gmail.com

⁵ Como veremos no decorrer deste trabalho, a fábrica desde sua fundação até o seu fechamento, teve três nomes diferentes: Cerâmica São Raimundo, PM Construtora e Fábrica de Cerâmica Castanheiro.

⁶ Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999).

⁷ As entrevistas semiestruturadas, combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (QUARESMA, 2005, p. 75).

⁸ Apesar de este ser o nome original da fábrica, que posteriormente será denominada de “Cerâmica Castanheiro”, optamos ao longo do texto utilizar apenas esta segunda denominação, pois nossas análises das estruturas arquitetônicas, assim como o modelo hipotético elaborado, se referem a este segundo momento de funcionamento da olaria, ou seja, à fábrica da Cerâmica Castanheiro.

CAPÍTULO 6

SÃO FÉLIX DO PARAGUASSÚ: UM OLHAR DA ARQUEOLOGIA PARA UMA CIDADE INDUSTRIAL

Fabiana Comerlato¹

INTRODUÇÃO

Este estudo é um primeiro ensaio na busca de perceber a cidade de São Félix como um projeto industrial. As motivações para esta aproximação inicial com o tema são de cunho pessoal, derivadas da construção de vínculos com meu novo local de morada e trabalho: aos poucos, eu tomava conhecimento de sua história e geografia, seus costumes, práticas e dinâmicas sociais.

Ao longo de 10 anos de vivências em solo sãofelista, sob o som do trem que ainda corta a cidade, fui recolhendo “pequenas pistas”, rastros², traços de memória, elementos que rememoravam o auge da cidade de outrora. Em conversas informais com antigos moradores, é recorrente a menção aos tempos áureos da cidade como “coisa do passado”, em contraposição às baixas expectativas de crescimento econômico e social da atualidade. Grande parte dessa São Félix oponente está em ruínas ou em abandono, outra parte desapareceu; contudo, alguns testemunhos conseguiram se integrar às necessidades de uso atuais.

Durante os Oitocentos e parte dos Novecentos, São Félix vive “à margem” de Cachoeira, uma vila que unia o polo político administrativo às zonas rurais do Recôncavo. Durval Vieira de Aguiar, em *Descrições Práticas na Província da Bahia*, descreve São Félix um pouco antes de sua emancipação:

A freguesia de S. Félix, na outra margem do rio, forma com a cidade um lindo panorama. O povoado da freguesia é bastante extenso, porém em terrenos irregulares, ruas estreitas, tortuosas e mal calçadas; ficando a boa e assobradada edificação, juntamente ao comércio, entre a praça e uma boa calçada rua a que chama *Rua Direita* (AGUIAR, 1979, p. 234-235).

Com a prosperidade do comércio e da indústria, inicia-se um movimento político reivindicatório, apoiado pelo Governo, que culmina na elevação de São Félix à categoria de cidade, em 25 de outubro de 1890 (SOUZA, 2018). Ao título de cidade, agregou-se o fato de que São Félix foi idealizada e projetada sob os auspícios da industrialização. Em oposição, na outra margem do rio, Cachoeira era vista como colonial e imperial, sob a alcunha de cidade heroica, enquanto São Félix advogava-se como uma cidade industrial e republicana. Em 1902, o cronista Moreira Pinto menciona Cachoeira como uma cidade “grande, decadente e velha” (SANTOS, 2018, p. 47). Propositamente, tomo uso desse jogo de antíteses, recurso que os cidadãos de

ambas as cidades costumam por em uso ainda hoje. As cidades iniciavam, portanto, um jogo de estranhamento e de projeto de cidade antagônicos.

A figura que encarnou todo este ideário foi Gerhard Dannemann³. Geraldo⁴ Dannemann, ademais de seu pensamento racionalista e pragmático, usa, em seu projeto de uma São Félix moderna, a arquitetura como símbolo de mudança e vai além ao reestruturar o tecido urbano. Segundo Eloísa Petti Pinheiro, existem duas formas de intervir na cidade industrial: 1) a expansão com espaços novos ou cidades ideais; 2) a intervenção na cidade construída (PINHEIRO, 2011, p. 60). Geraldo Dannemann escolheu a segunda opção, realizando reformas e modificações nas estruturas existentes.

Em sua gestão como primeiro intendente de São Félix (1890/1983), foram feitas várias melhorias urbanas: iluminação pública a querosene, linha telegráfica, calçamento de ruas, melhoramentos no cais, rede de esgoto, plano inclinado entre São Félix e Muritiba, construção de vilas operárias, pontes e cemitérios. Também dotou a cidade com um Paço Municipal, erigindo a Intendência Municipal e a Biblioteca Pública Municipal, além de uma Agência Postal (SOUZA, 2018). Para a época, pode ser considerado o homem mais rico da cidade, com muitos imóveis e propriedades⁵; além disso, possuía um importante círculo de amigos e de relações políticas nas esferas locais e nacionais.

Paulatinamente, estas mudanças atingiram as percepções e influenciaram os pensamentos e sentimentos da população local em relação ao espaço da cidade⁶. A construção desses novos espaços públicos e privados foi uma nova forma de organizar a atividade humana, fazendo da cidade um lugar com aspecto industrial, mesmo que, de fato, ela sempre tenha sido uma cidade voltada à economia rural.

A São Félix industrializada surge de um projeto de cidade que evocava a modernidade⁷, o que se dá a partir do último quartel do século XIX, por meio de investimentos na indústria do fumo, nos transportes ferroviário e fluvial, na geração hidrelétrica e de iluminação e nas comunicações. A cidade adquire então importância nacional e internacional, tornando-se a maior exportadora de charutos da República. As principais fábricas de charutos eram: Suerdierck, Dannemann, Costa Ferreira & Pena, Stender & Cia, Pedro Barreto, entre outras (SCHNEIDER, 2017). Em 1907, entre as 100 maiores firmas manufatureiras no Brasil, a Dannemann & Cia postulava o 39º lugar (FAUSTO, 2006).

Cabe lembrar que esse período dentro da história brasileira é marcado por grandes transformações sociais, culturais, econômicas, ideológicas e políticas: o declínio da lavoura açucareira, as grandes secas, as políticas sanitárias, a questão militar, o movimento abolicionista, a imigração estrangeira, o surgimento de diversos bancos e companhias com capital estrangeiro, o positivismo, a crise cambial, o ecletismo nas artes, a questão religiosa, as ideias liberais e a industrialização. Como aponta Etelvina Rebouças Fernandes:

A economia, essencialmente agrária, transformava-se, aos poucos, em pré-industrialista. Aconteceram as crises sociais nas propriedades rurais, decorrentes da abolição da escravatura, com a transformação das relações de trabalho do sistema escravocrata para o sistema salarial. A mão-de-obra disponível para as indústrias que estavam implantando era composta de maioria de analfabetos, tornando necessário investir na importação de mão-de-obra estrangeira (FERNANDES, 2006, p. 76-77).

As contradições e dilemas sociais neste período pós-abolicionista reforçam os argumentos de uma “maturidade da ordem neocolonial”, com um novo grau de europeização com limites de adaptação (NEEDELL, 1993). Dentro desse contexto de novas realidades sociais, as populações de origem africana, compostas de ex-escravizados e libertos, foram atraídas pelas possibilidades de trabalho em São Félix, visto ser um importante entreposto comercial para “(...) ganhadores, carroceiros, tropeiros, saveiristas, canoeiros, estivadores e marinheiros” (FRAGA, 2014, p. 324).

Os trabalhadores das fábricas de charutos eram formados pela população negra – em grande parte, mulheres e crianças, que residiam nas zonas rurais e se deslocavam diariamente para as fábricas. Em 1877, a fábrica Dannemann empregava entre trezentos e quatrocentos trabalhadores (FRAGA, 2014). Os lugares sociais das populações de ex-escravizados foram se redefinindo, surgindo uma classe operária atenta em romper com a exploração e as condições de trabalho análogas ao período da escravidão (SANTOS, 2018). Em 02 de julho de 1889, tem-se o registro das primeiras manifestações operárias em São Félix, quando os charuteiros da fábrica Dannemann entraram em greve por conta da demissão de um operário (FONTES, 1982).

SÃO FÉLIX: UMA CIDADE INDUSTRIAL “EM CONSTRUÇÃO”

A leitura da cidade de São Félix permitiu identificar as seguintes estruturas: 1) Estrada de Ferro Central da Bahia (estação, caixa d’água, ponte); 2) fábricas de charutos Dannemann; 3) porto de São Félix e, 4) barragem Bananeiras. Todas essas estruturas possuem, em sua materialidade, elementos do tecido urbano, com exceção da barragem Bananeiras, que foi submersa pelas águas do rio Paraguaçu (Figura 1).



Figura 1: Mapa de São Félix com a localização das estruturas pesquisadas. Fonte: (Google Earth, 2019).

Estrada de Ferro Central da Bahia

As ferrovias são elementos fundamentais para alavancar o progresso econômico das regiões baianas, a importância da Estrada de Ferro Central da Bahia advém de seu efetivo papel integrador, ligando o Recôncavo ao Sertão, escoando minerais e produtos agropecuários (ZORZO, 2001). As ferrovias eram elementos cruciais para a interconexão hidroviária-marítima-ferroviária, possibilitando o escoamento dos produtos do interior para os portos do litoral (ZORZO, 2001). Portanto:

A ferrovia também funcionou como um dispositivo de controle da circulação, entendendo-se a circulação em sentido ampliado como uma parte especial da produção, incluindo-se aqui a função comunicacional. A ferrovia, mais do que o antigo sistema viário tradicional dos caminhos e de tropas, proporcionou uma moderna conexão mecanizada entre os nós da rede de cidades, que a partir de então dependeu muito menos dos fatores climáticos e das condições topográficas para o cumprimento das suas funções regionais (ZORZO *et. al.*, 2011, p. 220).

A *Tram Road* Paraguassú ou Central da Bahia deveria ligar Cachoeira e São Félix à Chapada Diamantina, com ramal para Feira de Santana. A concessão foi dada ao inglês Charles Morgan, que começou os trabalhos em 1867. Em 1869, assume a empreitada Hugh Wilson, desta vez com garantia de 7% de juros. A instalação de linha de Santo Amaro, que deveria interligar a zona açucareira do Recôncavo, contou com falhas nas tentativas de sua construção. Nenhum dos particulares encarregados desta empreitada conseguiu levá-la a bom termo; então, pela Lei nº 1812, de 11 de julho de 1878, a província assumiu a obra, que foi concluída em 1917 (MATTOSO, 1992).

O tráfego na ferrovia foi inaugurado em 23 de dezembro de 1881, com o trecho de 84km, de São Félix a Tapera. Em São Félix, estão presentes as seguintes estruturas relacionadas à Estrada de Ferro Central da Bahia: a estação⁸, a caixa d'água e a ponte. A Estação de São Félix foi construída na porção sul da cidade, afastada no eixo urbano principal, sendo inaugurada em 23 de dezembro de 1881. Apresenta uma gare, cobertura em ferro fundido, para a proteção das plataformas e vias, empregadas em edifícios construídos por empresas inglesas ou brasileiras (FINGER, 2013). Para sua construção, foi adotado o modelo de estação ferroviária comumente empregado em países europeus, apresentando três partes:

(...) uma área central destinada à recepção dos passageiros e bagagens, onde se localizavam o vestíbulo, a bilheteria, a sala de bagagens, o escritório do chefe da estação e o serviço de telégrafos, e, no pavimento superior, o alojamento do chefe da estação; uma área lateral destinada às salas de espera para passageiros, com acesso direto para as plataformas de embarque; e outra área lateral que concentrava os serviços de mercadorias e depósitos. Nesta última, eventualmente, também poderiam estar localizados, a bilheteria e a sala da estação, entre outros serviços, dependendo da disposição espacial interna do edifício (MOREIRA, 2007, p. 73).

Em 2010, o edifício da estação foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não incluindo outras instalações e edificações deste sistema ferroviário⁹. Desde sua proteção legal, nenhum investimento foi feito para uma requalificação do lugar, até que, em dezembro de 2017, ocorre um incêndio o qual compromete parte do pavimento superior. Atualmente, o lugar é utilizado como depósito de lixo para reciclagem e de carros velhos; além disso, funciona lá uma academia, uma serralheria, uma funilaria e um salão de beleza (Figura 3).



Figura 2: Fachada da Estação Ferroviária de São Félix. Fonte: (Fabiana Comerlato, 2017).

Parte do sistema ferroviário, a caixa d'água, que servia para o rescaldo das locomotivas a vapor, fica localizada na parte posterior da estação de São Félix (Figura 4). A estrutura foi construída em base circular feita de alvenaria de tijolos, o reservatório é circular e apresenta elementos decorativos, como molduras e frisos.



Figura 3: Vistas da Estação Ferroviária de São Félix: 1) vista dos fundos; 2) vista do interior; 3) vista lateral e 4) caixa d'água. Fonte: (Fabiana Comerlato, 2019).

A construção da Ponte D. Pedro II tem início em 1884, com as batidas das cunhas do vão, e foi acompanhada por engenheiros e pessoas da região. A ponte foi inaugurada em 07 de julho de 1885, unindo Cachoeira e São Félix (AGUIAR, 1979) (Figura 5). Foram utilizadas estruturas treliçadas tipo Warren para a construção da ponte, a qual apresenta as seguintes medidas:

(...) 355,64m de comprimento, 9,13m de largura, dividida em 4 vãos de 91,41m cada um, formados por quatro enormes pilares que representam a cubação de 5.878, 14m de alvenaria com liga de cimento, suportando cada um o peso de 420 toneladas, correspondentes ao peso da sobreestrutura (AGUIAR, 1979, p. 229-230).

A ponte foi feita para a passagem do trem e para o trânsito de pessoas (através de suas vias laterais), sendo cobrada passagem. Somente em 1950 ocorre a ligação ferroviária pela ponte entre os ramais, que saem de São Félix e Cachoeira (SANTANA, 2013).

Em 2002, a ponte foi tombada, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Certamente, dos sítios arqueológicos associados à industrialização, a ponte D. Pedro II é a única que permanece, pela necessidade de seu uso, como um espaço que traz aos seus transeuntes uma experiência prática e emocional mais próxima e concreta¹⁰. A função de ligação entre as cidades de Cachoeira e São Félix – utilizada por pessoas à pé, veículos e locomotivas – carrega camadas de temporalidade vinculadas a tecnologias e ideários progressistas distintos, que podem ser percebidas na atualidade.



Figura 4: Ponte Dom Pedro II. Fonte: (SILVA, [19--]).

Fábricas de charutos Dannemann

No Recôncavo, as primeiras manufaturas de fumo se instalaram em meados do século XIX, próximas aos locais de produção (MOTA, 2014). Em 1842, o português Francisco José Cardoso produz uma pequena produção de charutos em São Félix, feito pioneiro no Brasil. No terceiro quartel do século XIX, os alemães desenvolvem a indústria através do beneficiamento e enfardamento do fumo para exportação (MOTA, 2014). Neste cenário, destacam-se os alemães Gerhard Dannemann e August Suerdick, com fábricas locais que abasteciam suas manufaturas em Bremen e Hamburgo (MOTA, 2014).

Em 1873, foi fundada a primeira fábrica dos Dannemann, na casa da Rua do Dendê; depois, foi transferida para a Rua dos Artistas, atual Rua Coronel João Severino da Luz Neto (PORTO FILHO, 2014b) (Figura 2). Em 1885, na ocasião da visita de D. Pedro II, a fábrica recebeu o título de Imperial Fábrica de Charutos. À frente da fábrica, ficavam os imóveis números 2, 4, 6 e 8, que abrigavam o setor administrativo, local do atual prédio do INSS (PORTO FILHO, 2014b).

O prédio da fábrica ocupa o limite da frente do lote, sendo modernizado e ampliado em 1915, quando adquire uma fachada eclética:

As aberturas do térreo são compostas por sete janelas em duas folhas com caixilho de vidro e almofadas, sobrepostas por bandeira em caixilho de vidro e verga em arco abatido, com folhas de segurança interna e duas portas em duas folhas almofadadas. No pavimento superior, encontram-se nove janelas em caixilho de vidro com verga reta, sendo três janelas rasgadas com balcão com balaústres em argamassa. Há ainda cercaduras, frisos, cunhais e platibanda com balaústres e pinhais, entre outros elementos em argamassa (MOTA, 2014, p. 93-94).

Segundo levantamento das manufaturas que há na região, das trinta existentes, somente oito possuem estruturas remanescentes. Em São Félix, foram encontradas referências de doze fábricas, sendo que a única fábrica que teve seu prédio preservado em São Félix foi a matriz Dannemann (MOTA, 2014). A partir de 1983, a edificação da fábrica de charutos Dannemann foi transformada em Centro Cultural Américo Simas Filho e o edifício foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2010.



Figura 5: Prédio da Fábrica de charutos Dannemann, na Rua João Severino da Luz Neto. À esquerda, situação do edifício na segunda década do século XX; à direita, aspecto do edifício em 2019. Fonte: (Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida e Fabiana Comerlato, 2019).

Porto

O transporte fluvial viabilizava o escoamento das mercadorias do interior e a chegada de novos produtos da capital soteropolitana; porém, em fins do século XIX, precisava de melhoramentos para atender a circulação de mercadorias. O transporte de cargas por via da navegação foi imprescindível para as atividades exportadoras das fábricas de charuto localizadas no Recôncavo, que enviavam seus produtos através do transporte fluvial até o Porto de Salvador, para que então estes seguissem ao exterior.

No governo de Dannemann (1890-1893), foi assentado um guindaste em frente ao armazém no porto e construídos três metros de muralha para o serviço do cais (SOUZA, 2018) (Figura 6). A muralha possui uma parte central com balaustrada e avanço com escadas laterais e, ao centro, a estátua de uma alegoria que representa a Índia Paraguaçu. Em relação às atividades portuárias, identificamos duas estruturas metálicas e um conjunto de alças afixadas na muralha, que serviam de apoio para as atividades de amarração, de carregamento e descarregamento das embarcações (Figura 7).



Figura 6. Construção da muralha do cais do porto de São Félix. Fonte: (Arquivo Público Municipal Dr. Júlio Ramos de Almeida).



Figura 7: Estruturas remanescentes de amarração no cais de São Félix. Fonte: (Fabiana Comerlato, 2019).

Usina Bananeiras

Como parte do sistema de modernização das cidades, a geração e a distribuição de energia elétrica eram fundamentais para o funcionamento dos bondes, da iluminação e da energia

necessária ao maquinário nas indústrias. Em 1907, encontravam-se em operação, no salto das Bananeiras, as obras da usina de Guinle & Co., aprovada pelo Decreto Estadual nº 389, de 27 de março de 1906 (SAES, 2007). A usina de Bananeiras poderia produzir 30 mil KW, com expansão para 50 mil KW, o suficiente para fornecer energia para Salvador, além de Cachoeira, Santo Amaro e São Félix à época (MARCOVITCH, 2005) (Figura 8). A barragem se beneficiava da confluência do rio Paraguaçu e seu afluente, o rio Jacuípe. Posteriormente, esta usina foi desativada em razão da construção da Barragem Pedra do Cavalo, ficando suas estruturas remanescentes submersas no lago da atual barragem. As engrenagens da antiga usina foram removidas e fazem parte do acervo do Museu Arqueológico da Embasa em Salvador (BAHIA, 2013, p. 27).



Figura 8: Barragem Bananeiras. Fonte: (IBGE, 1947).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a formação do projeto da cidade de São Félix passou por uma remodelação urbana no final do século XIX e início do século XX, por meio de um conjunto de construções, cujo funcionamento dava-se de maneira integrada e interdependente. Nos dias atuais, os testemunhos materiais alcançados pelos ideais de modernidade podem ser concebidos como patrimônio industrial. Conforme expõe Deolinda Folgado:

A fábrica, as máquinas adaptadas as novas formas de energia que alteraram os processos de produção, os ritmos e os gestos, que terão reflexos na organização do trabalho, foram protagonistas de mudanças, nomeadamente sociais, que ocorreram num curto e vertiginoso período da História do Homem. É nesta génese de mudança que se sedimenta o Patrimônio Industrial (FOLGADO, 2015, p. 135).

A partir da análise do estado de conservação das estruturas analisadas, podemos pensar a salvaguarda do Patrimônio Industrial de São Félix como uma necessidade premente, em que a arqueologia pode dar um importante contributo. Rui Maneira Cunha nos dá a dimensão da importância da leitura arqueológica no entendimento da sociedade industrial:

O objectivo final da Arqueologia Industrial não é a investigação da cultura material, como um fim em si mesmo, mas o estudo dessa materialidade enquanto manifestação de uma sociedade surgida com o fenómeno da industrialização; por isso, o seu escopo é o estudo histórico dessa sociedade, através de todas as realidades e testemunhos materiais: transformações de paisagem agrícola ou urbana, complexos ou unidades de produção, vias e meios de comunicação, lugares de habitação de recreio, etc. (CUNHA, 2015, p. 99).

Indo além dos olhares e discursos evocativos dos valores coloniais, o patrimônio industrial é símbolo da crença no progresso, no tempo da máquina e na supremacia da técnica; por este ângulo, descortina uma história moderna do Recôncavo da Bahia e a importância deste legado material e imaterial em herança cultural. Cabe à sociedade, aos órgãos de tutela do patrimônio e à academia apropriar-se desta tipologia de patrimônio, sob a baliza da Carta de Nizhny Tagil, de 2003, e dos Princípios de Dublin, de 2011.

Certamente, a questão da preservação do patrimônio cultural, em que se inclui a tipologia industrial, perpassa por novas formas de gestão e de arranjos institucionais na construção de políticas culturais. Cristina Seibert Schneider, em seu estudo sobre as cidades de pequeno porte tombadas após a Constituição de 1988, traz um panorama da situação atual de São Félix e chega à conclusão de que as políticas de preservação adotadas não consideram o caráter dinâmico do espaço urbano nem a situação de vulnerabilidade social da população, a pesquisadora ainda aponta para a urgência de uma nova governança da gestão do patrimônio cultural da cidade (SCHNEIDER, 2017, 2019a, 2019b).

Ao final, pudemos constatar que, durante a história da preservação do patrimônio cultural de São Félix, operou-se o apagamento dos sinais de sua industrialização e materialidade. Encontramos problemas semelhantes à análise que Marly Rodrigues fez dos bens industriais de São Paulo: 1) os órgãos de proteção ao patrimônio não se antecipam à destruição das estruturas; 2) os bens móveis, sobretudo os maquinários, não são preservados, prejudicando o entendimento dos aspectos funcionais dos espaços; 3) os tombamentos se baseiam nas qualidades estéticas dos edifícios e não em suas relações com a paisagem; e 4) não são valorizados os conhecimentos técnicos e a memória do trabalho, fundamentais para o funcionamento das sociedades industriais (RODRIGUES, 2013).

Em relação à estação ferroviária de São Félix, o prédio encontra-se abandonado pelos órgãos públicos, em processo de arruinamento e subutilização de seus espaços internos. Com a extinção da rede Ferroviária Federal S. A., os bens móveis e imóveis foram transferidos à União, cabendo ao IPHAN receber, administrar e zelar por sua guarda e manutenção¹¹. Decorrente das novas atribuições do órgão, cria-se uma legislação específica¹² sobre a proteção da memória ferroviária através da valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário pelo Governo Federal. Em 03/02/2009, a estação ferroviária de São Félix foi declarada patrimônio cultural e passou a integrar a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário¹³. Na atualidade, não existe nenhuma ação de preservação de seus bens móveis e imóveis e da apropriação social da estação ferroviária de São Félix.

No caso da edificação da fábrica Dannemann, hoje Centro Cultural Américo Simas Filho, esta já não possui, em seu interior, elementos que contem a sua história fabril, a isso somam-se as características ecléticas da fachada, semelhante à arquitetura residencial do período, e a venda de todos seus equipamentos e maquinários em leilão, destituindo o local de seus bens móveis (MOTA, 2014).

Vimos, ao longo do texto, de que forma os processos de modernização alcançaram o Recôncavo na Primeira República e o papel relevante da cidade de São Félix, com estruturas de transportes, energias e fabris. Na atualidade, estas estruturas fazem parte um patrimônio industrial, ainda pouco valorizado, e a arqueologia pode contribuir para o entendimento dessa realidade pretérita. Decorrente dessas reflexões, persiste a pergunta: Como garantir a salvaguarda do Patrimônio Industrial da cidade de São Félix?

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- BAHIA, Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Museu arqueológico da Embasa*. Salvador: EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento S. A., 2013.
- CUNHA, Rui Maneira. Arqueologia Industrial: fontes, métodos e técnicas. *Al-Madan*, II Série, no 19, Janeiro 2015, 134-136.
- ELLARD, Colin. *A alma dos lugares – Como a paisagem e o ambiente alteram o nosso comportamento e as nossas decisões*. 1ª ed. Lisboa: Contraponto, 2019.
- FAGUNDES, Marcelo. Natureza e cultura: estudo teórico sobre o uso de paisagem em pesquisas arqueológicas – geografia cultural, antropologia maussiana e o conceito de lugar. TRINDADE, Jeanne; TERRA, Carlos. *Arqueologia da Paisagem: olhares sobre o jardim histórico*. Rio de Janeiro: Rio Book's, p. 30-43, 2014.
- FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FERNANDES, Etelvina Rebouças. *Do Mar da Bahia ao Rio do Sertão: Bahia and San Francisco Railway*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.
- FINGER, Anna Eliza. *Um Século de Estradas de Ferro – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957*. 465 f. 2013. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- FOLGADO, Deolinda. Patrimônio Industrial: um patrimônio para os tempos modernos. *Al-Madan*, II Série, no 19, Janeiro 2015, p. 134-136.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888-1930*. 273 f. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- IBGE. *Ferrovias do Brasil – 1946*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948.
- IBGE. *Barragem de Bananeiras: São Félix, BA. 1947*. 1 fotografia, p&b. Série: Acervo dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>. Acesso: 10 ago. 2019.

- MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOREIRA, Danielle Couto. *Arquitetura ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João del-Rei e Juiz de Fora (1875-1930)*. 313 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007.
- MOTA, Luciana Guerra dos Santos. *Manufaturas de fumo do Recôncavo baiano: vestígios de patrimônio industrial*. 243 f. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação dos modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Geraldo Dannemann: o empreendedor*. Salvador: Ed. do Autor, 2014a.
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *História dos charutos Dannemann*. Salvador: Ed. do Autor, 2014b.
- RODRIGUES, M. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. *arq.urb*, n. 3, p. 31-40, 11 dez. 2019.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa* – Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SAES, Alexandre Macchione. Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 219-238, Dec. 2007, Available from www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 01 de Maio de 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200012>.
- SANTANA, Geferson. *As estradas de ferro nos chãos do Recôncavo: Cachoeira e São Félix no século XIX*. Disponível em <https://www3.ufrb.edu.br/lehrb/wp-content/uploads/2013/06/Geferson-Santana-AS-ESTRADAS-DE-FERRO-REC%C3%94NCAVO-texto.pdf>. Acessado em 01 ago. 2019.
- SANTOS, Fábio Américo Reis. *Trabalho e racialização em São Félix: o caso Dannemann (1889-1940)*. 157 f. 2018. Dissertação (mestrado profissional) – Programa de Pós-Graduação de História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.
- SHNEIDER, Cristina Seibert. *As cidades dos tempos lentos: o patrimônio cultural entre os sinais de letargia e lucidez*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172316>>. Acessado em 01 ago. 2019.
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. As cidades de tempos lentos: patrimônio cultural, desenvolvimento e políticas públicas. *COLÓQUIO* – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara/RS – Edição Especial II SNDR, jan. 2019a. Disponível em: <>. Acessado em 01 ago. 2019.
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. Redes, atores e governança na perspectiva do patrimônio cultural. *V!18*, São Carlos, n. 18, 2019b. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 01 Ago. 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2.^a ed., 2^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Ezequiel. *Estrada de Ferro Central da Bahia*: Ponte D. Pedro II, 366 m. de comprimento (vista interna). Bahia: [s.n.], [19--]. 1 foto, gelatina, p&b, cópia fotográfica de gelatina e prata, 17,3x23 cm em cartão-suporte: 30,2x36 cm. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=38053. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOUZA, Oséas Fernando Oliveira de. *História e memória de São Félix*. Cachoeira; Portuário Atelier Editorial, 2018.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovias no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

ZORZO, Francisco Antônio; VERAS FILHO, Rafael Rodas. A reconcentração dos fluxos e as mudanças na rede urbana do Recôncavo da Bahia nos séculos XIX e XX. GOULART FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. Pp. 219-236.

NOTAS

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa Recôncavo Arqueológico. E-mail: fabilato@gmail.com

² Como expõe Paul Ricoeur, o historiador ao frequentar arquivos, ao consultar documentos, se põe a rastrear o passado (RICOEUR, 1997, p. 209).

³ Existem dois livros importantes que contam a história de Gerhard Dannemann, escritos por Ubaldo Marques Porto Filho (vide referências).

⁴ Depois de naturalizado, seu prenome passou a ser Geraldo.

⁶ Gerhard Dannemann foi proprietário de fábricas de charutos em São Félix, Bremen e Hamburgo. Possuiu fábricas, armazéns, depósitos, oficinas, edifícios residenciais e comerciais em São Félix, Salvador e Rio de Janeiro; em Freiburg in Breisgau tinha um condomínio residencial de luxo e um edifício múltiplo (comercial e residencial) (PORTO FILHO, 2014a).

⁶ Segundo reflexões de Denis Cosgrove (1988), “(...) o espaço é constituído socialmente e, portanto, expressando relações claras de dominação e opressão, muitas vezes nem percebidas pelo indivíduo (FAGUNDES, 2014, p. 23).”

⁷ “Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nesse sentido, como afirma Jacques Le Goff, modernidade é um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, sendo um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. (...). Enfim, a racionalização econômica se materializa no Capitalismo, desde o século XVIII até nossos dias (SILVA, 2009, p. 297-298).”

⁸ Estações: locais de parada de trens com área de passageiros e venda de passagens, depósitos

para mercadorias, desvios, oficinas, abrigos para carros entre outros de acordo com sua categoria (IBGE, 1948, p. 6).

⁹ “A tendência da sociedade em reduzir a complexidade das estradas de ferro à nostálgica estação ferroviária está, também, presente nas avaliações técnicas dos órgãos de preservação, que, muitas vezes, resistem à ampliação do tombamento para representações da complexidade do sistema ferroviário ainda presentes no mesmo ambiente (RODRIGUES, 2019, p. 39).”

¹⁰ Colin Ellard, em suas pesquisas na área de neurociência cognitiva, explica que quase todas as pessoas experimentam espaços construídos em seu dia a dia, possuem sensações e reações emocionais que influenciam o que fazemos nesses lugares. Contudo, alerta que em relação as sensações “(...) muitas vezes não temos tempo nem a propensão para dissecar, afim de as entender, as reações quotidianas ao lugar (ELLARD, 2019, p. 13).”

¹¹ Lei nº 11.483 de 31 de Maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera os dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm. Acesso em 10 ago. 2019.

¹² Portaria nº 407, de 21 de Dezembro de 2010. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da lei nº11.483/2007. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria%20de%202010_12_21%20-%20No%20407%20(1).pdf). Acesso em 10 ago. 2019.

¹³ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2014-11-28%20-%20Veja%20aqui_%20Lista%20do%20Patrimonio%20Cultural%20Ferroviario.pdf Acesso em 10 ago. 2019.

CAPÍTULO 7

CONSERVAÇÃO DE BENS TUMULARES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MURITIBA – BA

Jaqueline Albano de Jesus¹

Fabiana Comerlato²

INTRODUÇÃO

O cemitério extramuros, no Brasil, começa a surgir a partir do século XIX quando chegam ao conhecimento dos governantes as tendências higienistas europeias, deliberando que os corpos deixassem de serem sepultados nas igrejas para serem sepultados em um espaço murado e afastado do centro da cidade (MACHADO, et al, 2016, p. 9). No mesmo período, médicos higienistas passam a intervir na construção de políticas de saúde pública das cidades, disseminando a informação de que os corpos sepultados nas igrejas liberavam gases que contaminavam as pessoas que frequentavam os templos, reforçando assim, a ideia da criação de uma necrópole (RIBEIRO; TAVARES; BRAHM, 2018, p. 32). Mesmo a contra gosto das pessoas mais conservadoras e religiosas da época, cemitérios extramuros foram construídos nas cidades do Brasil ao decorrer do século XIX. Porém, tal fato gerou uma série de conflitos que serão abordados mais a frente.

Como não poderia mais realizar sepultamentos nas igrejas, as famílias abastadas dedicavam-se a encomendar um túmulo que fizesse jus a pessoa do morto com a arquitetura em voga na época, monumentos e ornamentos, escolhendo também o melhor lugar do cemitério. Desse modo, se percebe as distinções sociais existentes dentro de um cemitério, bem como os gostos e costumes da sociedade de uma época. Nesse sentido, Harry Rodrigues Bellomo (2000) explica que através dos estudos cemiteriais podem ser abordadas questões sociais, culturais, religiosas e artísticas de um determinado grupo (BELLOMO, 2000).

A partir dessa abordagem, o cemitério é visto como “Museu a céu aberto” no qual os túmulos se constituem em acervos capazes de comunicar e exprimir a memória de alguém. E, assim como os acervos do museu, os túmulos devem ser conservados para que possam melhor preservar o espaço funerário (RIBEIRO; TAVARES; BRAHM, 2018).

No entanto, quando não há uma conservação adequada dos bens tumulares sua degradação é mais acelerada, interferindo assim, na análise dos dados, bem como na contemplação da arte. Ademais, a conservação destes espaços corrobora para a preservação da memória e das identidades que ali se exprimem. No momento da construção de cada detalhe do túmulo, na escolha da ornamentação e de seus significados, a intenção era de perpetuar a figura do morto. Nesse sentido, a conservação desses espaços interessa não somente a pesquisadores, mas também a comunidade, em especial aos familiares do sepultado.

O Cemitério Municipal de Muritiba trata-se de um cemitério de “pequeno porte”, assim como define Maria Elizia Borges, pois contém “certa homogeneidade visual na maneira de agregar e na

feitura dos modelos tumulares” e que, “geralmente contêm uma gama de túmulos construídos em circunstâncias bem pontuais” (BORGES, 2014, p. 358). Nesse sentido, o cemitério de Muritiba reflete a sociedade da época, tanto no caráter cultural como no âmbito social e econômico, refletindo em composições tumulares com características particulares.

Entendendo o potencial informativo do cemitério através das formas tumulares e estilos artísticos neles presentes, este trabalho se propôs a investigar o estado de conservação dos túmulos do Cemitério Municipal de Muritiba, Bahia, identificando os agentes de alteração que incidem sobre as sepulturas e propondo medidas de conservação ao patrimônio cemiterial. Os sepulcros analisados estão dentro de um recorte temporal de 1891, ano de fundação do cemitério, até 1950. O período até 1950 é delimitado porque é até esse momento que as composições tumulares são dotadas de estilos mais elaborados e com ornamentação. A partir da segunda metade do século XX se intensifica a modernização nos cemitérios, refletindo na mudança dos costumes fúnebres e nas construções tumulares.

Os seis túmulos escolhidos estão dentro de um universo de 35 sepulturas identificadas e registradas com data de sepultamento nesse recorte temporal no Cemitério Municipal de Muritiba. Tal registro foi realizado durante o projeto de pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia entre 2017/2018. O projeto faz parte da linha dos Estudos Cemiteriais no Recôncavo Baiano do grupo de pesquisa Recôncavo Arqueológico do Cahl/UFRB e coordenado pela Professora Dra. Fabiana Comerlato. O “Estudo do patrimônio cemiterial de Muritiba, Governador Mangabeira e Cabaceiras do Paraguaçu”, buscou identificar as formas tumulares, os estilos artísticos e arquitetônicos empregados as sepulturas dessas três cidades (JESUS, 2018). Já a análise do estado de conservação dos túmulos tem início no Projeto PIBIC de 2018/2019 abarcando o Cemitério de Governador Mangabeira e o de Muritiba, ambos com a anuência das Prefeituras Municipais.

A metodologia adotada para a realização do trabalho consistiu em leituras bibliográficas a respeito do tema da conservação em cemitérios, análise documental da construção do cemitério em questão, além da pesquisa iconográfica sobre o mesmo e pesquisa de campo.

Dando início a pesquisa, foram selecionadas bibliografias sobre conservação desses espaços, a fim de nortear os métodos adequados para o diagnóstico. Além dos estudos de ornamentos em ferro e azulejaria histórica em cemitérios, o Glossário do ICOMOS (2008) foi a bibliografia principal para auxiliar na identificação dos agentes de alteração que incidem sobre os objetos.

Por conseguinte, uma ficha de Registro de Conservação de Sepultura foi elaborada para ser utilizada em campo para documentar os agentes de alteração e os danos identificados em cada túmulo analisado. Ou seja, a pesquisa foi feita de forma não interventiva às estruturas, com base na observação direta e registro documental.

A ficha contou com campos para identificação dos sepultados, descrição sumária e dos materiais construtivos de cada túmulo, bem como as principais formas de alteração. Por fim, é qualificado o grau de conservação de cada túmulo (bom/médio/ruim) com base na quantidade de alterações que cada sepulcro apresenta. As fichas foram preenchidas em pesquisa *in loco*, depois analisadas e sistematizadas no Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA) do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Para o registro na ficha de conservação de sepultura foi criada uma sigla tripartida a fim de identificar cada túmulo. A sigla é composta pelas iniciais da cidade e do cemitério mais um algarismo número (ex.: MU.CM.01). A ordem numérica dos túmulos se deu através da posição de cada um dentro do cemitério, contando da capela para frente, da esquerda para a direita.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CEMITERIAL

Segundo Elisiana Trilha Castro, o patrimônio funerário é o conjunto de bens materiais e imateriais, encontrados em locais de sepultamentos, cemitérios e demais espaços e práticas relacionadas com a morte (CASTRO, 2017). Para a autora, este patrimônio abarca os elementos relacionados aos cemitérios, as atividades e ritos como a preparação do corpo do morto para o velório, bem como o ritual das celebrações de datas como Dia de Finados e Missas de Sétimo Dia, entre outros. Sendo assim, as tipologias e composições tumulares presentes nos cemitérios fazem parte desse conjunto, formando o patrimônio material.

Compreende-se que o cemitério faz parte do patrimônio cultural da cidade, uma vez que, a necrópole é construída para a perpetuação da memória do morto, as composições tumulares são dotadas de caráter artístico e simbólico, os ritos fúnebres são dotados de simbologia e preceitos culturais e religiosos.

Estes lugares corroboram com a possibilidade de preservação de memórias individuais e coletivas e permitem o estudo de manifestações e crenças religiosas produzidas em um espaço secular, além de idéias e posturas políticas. Demonstram também o percurso artístico percorrido pela sociedade que balizava as construções tumulares, permitindo o conhecimento da formação étnica do município e o conhecimento da expectativa de vida populacional, propiciando a possibilidade de estudos genealógicos (NOGUEIRA, 2013, p. 14).

Desse modo, observa-se o quão necessário é a conservação do patrimônio cemiterial para as suas respectivas cidades, corroborando para a preservação da memória.

Partindo do conceito apresentado por Salvador Muñoz Viñas, conservar é “adotar medidas para que um determinado bem experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível” (2003, p. 19). Essas medidas podem interferir direta ou indiretamente no objeto, porém, sempre com o mínimo de intervenção possível para que não venha a descaracterizar a obra que se propõe conservar. A exemplo do que ocorre quando a higienização de algum túmulo é feita usando produtos químicos agressivos, como alvejantes, jatos d’água ou até pintado de forma incorreta, escondendo o formato original dos ornamentos ou acarretando em mais problemas de degradação com a “maquiagem” da alteração sem sanar a causa do problema.

No ato da análise e conservação dos túmulos, vários fatores devem ser levados em consideração como materiais construtivos da obra, o espaço em que eles estão inseridos, fatores climáticos, biológicos e mecânicos. Além disso, para obter um melhor resultado, o trabalho deve ser interdisciplinar, unindo profissionais de várias áreas como químicos, biólogos, geólogos, museólogos, arqueólogos, arquitetos, entre outros. Yacy-Ara Froner e Luiz Antônio Cruz Souza apontam que, todo “(...) conservador-restaurador deve procurar amparo em disciplinas correlatas, diretamente associadas à sua atividade ou naquelas em que baseia seu conhecimento sobre as características da matéria” (2008, p. 13).

BREVE HISTÓRICO SOBRE O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MURITIBA

O Cemitério Municipal de Muritiba foi construído em 1891 pela intendência de São Félix, fruto das obras urbanísticas implantadas por Geraldo Danneman e das políticas higienistas que

surgiram no Brasil a partir do século XIX. Porém o início dessa construção se deu anos antes, por volta de 1889, liderado pelo padre e fiéis da Igreja de São Pedro da época.

Anfilóbio de Castro explica de forma sucinta que em 1889, após o falecimento do Padre Tito Livio dos Santos, o qual o chamavam de Vigário velho, o arcebispado nomeia José Martins da Silva para ser o novo Clérigo da Paróquia (CASTRO, 1941). Após sua posse, tratou logo de arranjar um novo local para os sepultamentos que ainda ocorriam dentro da igreja. Porém, apenas os abastados eram ali sepultados, os pobres, como descreve Castro eram enterrados em um terreno ao redor da Igreja.

Entretanto, por que não continuassem os sepultamentos dos ricos a ser feitos dentro da igreja, e dos pobres, no adro, o padre Martins, sentindo, nos primeiros, como os cristãos antigos, uma irreverência ao corpo e ao sangue de cristãos antigos, uma irreverência ao corpo e ao sangue de Jesus Cristo, que nela se consagram; nos segundos, inominável privação de piedade e sentimentos outros com que servimos à paz do nosso espírito e ao céu, lançando-se, de uma rede, onde a pau-e-corda fora conduzido, quase nú, ou envolto em mortalha e madraço, o corpo morto do próximo infeliz, ao fundo da cova grosseira, aberta no campo, e depois socar a terra sobre ele, a punhos agrestes, por meio de pesados maços de âmago, querendo poupar o coração dos seus paroquianos à dôr desse espetáculo desumano e cruel, promoveu e levou a efeito uma série de procissões de penitência, animado, santamente, do religioso escopo de beneficiar a sua freguesia, dotando-a de um cemitério (CASTRO, 1941, p. 53).

No entanto, sobre os sepultamentos ao redor da igreja, em entrevista feita em 2019 com alguns moradores e com o atual Padre da Paróquia de Muritiba, relatam que os sepultamentos dos mais pobres ocorreram no terreno do atual espaço do Ginásio de Esportes da Cidade, onde, na época, era terreno integrado ao da igreja, daí a atribuição de alguns moradores a esse espaço ter sido o primeiro cemitério da cidade. E no terreno do lado do edifício da Igreja, ocorriam sepultamentos também de fiéis abastados da cidade, não somente dentro da Sacristia.

Na visão de Castro (1941), além das questões higienistas, uma das motivações para ser construído um cemitério era acabar com as separações de classes existentes, na qual os ricos tinham lugar diferenciado dos pobres. Nesse caso, em outro local, todos os católicos poderiam ter um sepultamento de forma digna e/ou adequada, além de ocuparem o mesmo espaço.

Com a nova divisão territorial, ocorrida em 1889, a Vila de São Félix torna-se independente de Cachoeira, levando o nome de Cidade de São Félix do Paraguassú, e abarcando o território de Muritiba, Mangabeira, Sapéçu e Cruz das Almas. A partir de 1890 o governo municipal é composto pelo o Intendente (alemão e dono da fábrica de charutos Danneman) Geraldo Danneman, e pelos conselheiros Fernando Vicente D'Oliveira, Coronel Temístocles da Rocha Passos, Tibério Augusto Pereira, Clementino Pereira Fraga e Arthur Furtado de Lima .

Após a emancipação de São Félix e, de maneira inesperada, o tal padre, promotor das obras do cemitério é transferido, senão propositalmente, coincidentemente para a cidade recém-desmembrada. Desse modo, as obras do cemitério são interrompidas. Contudo, ao que consta no Livro de Atas do Conselho da Intendência Municipal da Vila de São Félix (1890-1893), os sepultamentos começam a ser feitos no novo terreno, sendo que sua localização ainda não foi identificada.

Em 1891, o conselho municipal de São Félix dá início a uma série de obras, a fim de urbanizar

a cidade, entre elas estão o calçamento de algumas ruas da cidade, bem como a construção do Cemitério Municipal da Vila de São Félix, do Cemitério da Paróquia do Sapé, do mercado da Cruz das Almas e finalização da construção do Cemitério da Paróquia da Muritiba.⁴

No entanto, até a conclusão do cemitério, muitos foram os embates travados entre a intendência, a comissão responsável pela obra e o arcebispado. Este último, com interesses na tutela do cemitério.

A comunidade muritibana, principalmente o padre da paróquia não aceitavam em hipótese alguma que o Cemitério fosse público, mesmo com a lei de secularização dos cemitérios já promulgada pelo Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890. Havia uma grande resistência sobre a secularização dos cemitérios. Isso significaria tirar da igreja ou de irmandades religiosas o monopólio da administração do cemitério, além de garantir que todo indivíduo, independente do credo ou raça seria sepultado no cemitério (RODRIGUES, 2005).

Anos mais tarde, com a discussão da secularização do cemitério já superada, o Cemitério Municipal de Muritiba passa por ampliações fruto das novas tendências de modernização. No ano de 1986, foi construído com recursos do próprio município, sob o governo de Humberto Oliveira Silva, duas salas para velórios, cantina, banheiros feminino e masculino, além de 350 novas gavetas (utilizadas para dispor os cadáveres) e um jardim na entrada do cemitério.

Observa-se como muda a concepção do cemitério, deixa de ter um cunho católico e passa a ser laico. A criação de novas salas para velório simboliza mais uma mudança nos costumes. A sala quadrada, sem decoração, representa uma neutralidade ao contrário da capela que é naturalmente de seguimento católico.

DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO DOS TÚMULOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MURITIBA

Todo objeto exposto ao tempo é mais suscetível a degradação devido as questões climáticas. Essa degradação causada ao longo do tempo pode ser dividida por agentes físicos, químicos e biológicos. Há também as degradações causadas por intermédio de terceiros, como os agentes antrópicos que são as próprias ações humanas, consistindo na falta ou manutenção inadequada, além de vandalismo ou roubo. Além disso, desastres naturais também podem atingir o patrimônio causando algum dano.

O intemperismo é a modificação das propriedades físicas ou químicas do objeto devido à ação de agentes atmosféricos naturais. Já o termo alteração é utilizado para designar qualquer modificação do material. Podendo implicar na perda do valor do objeto ou não, a depender do grau de alteração, se pode ser revertido ou não. O termo degradação destina-se a qualquer modificação física ou química das propriedades intrínsecas ao objeto que cause perda de valor ou restrições ao uso (ICOMOS, 2008). Os agentes são os meios com os quais essas alterações ou degradações atingem os objetos.

Os agentes físicos são forças físicas, como as vibrações, que causam as microfissuras e fragmentações nos objetos. Os agentes químicos são reações químicas ocasionadas pelo contato com água, dióxido de carbono ou com produtos químicos que causam manchas, descoloração, oxidação no material. Já os agentes biológicos são organismos vivos que atacam o material. A presença desses agentes causam musgos, líquens e plantas. No caso de possuir plantas próximo ao túmulo, estes podem sofrer consequências físicas causadas pelo crescimento da raiz.

Com base nisso, a pesquisa sobre o estado de conservação dos túmulos do cemitério de Muritiba focou na análise de seis jazigos que contém diferentes tipos de materiais construtivos

(pedra, alvenaria, azulejo, ferro) e que possuem caráter artístico, além de fazerem parte do grupo dos mais antigos do cemitério, segundo a data do primeiro sepultamento identificado. Além do potencial informativo de cada túmulo, as condições precárias de conservação chamaram a atenção, bem como o fato de que já não recebem manutenção da família por não ter mais descendentes próximos para conservá-los.

O cemitério localiza-se em uma área plana e murada, no entanto, devido ao crescente desenvolvimento urbano da cidade de Muritiba, ele é rodeado por casas. Apesar das reformas e ampliações realizadas na necrópole, o caminho percorrido entre um túmulo e outro é de terra, propiciando o aumento da umidade do local, bem como a proliferação de insetos e o crescimento de plantas. Tais condições corroboram ainda mais para a degradação das sepulturas. Além disso, alguns sepultamentos que foram realizados diretamente na terra, entre os túmulos, estão sem proteção nenhuma, como um cercado.

JAZIGO PERPÉTUO DA FAMÍLIA MOITINHO (1935) – (MU.CM.01)

O jazigo perpétuo da família Moitinho foi construído por volta de 1935 (ano do primeiro sepultamento). Trata-se de uma composição com monumento funerário em formato retangular construída sob uma base revestida em granito e possui revestimento também em pedra de granito bege – que faz parte do grupo das rochas silicáticas. Apresenta rodapé em granito cinza (*vide* Quadro 1). É composta por cabeceira retangular revestida com mesmo material. Na cabeceira contém a fotografia de um casal em moldura floral de bronze, no topo suporta uma representação do Cristo com um olhar cabisbaixo. Não se tem a identificação do autor da obra nem o ano de confecção. A placa tumular feita em metal com os nomes dos sepultados e datas de sepultamentos é colocada sobre o túmulo.

O estado de conservação da sepultura é mediano, tendo em vista o período de exposição ao tempo e os danos identificados. Observa-se, de forma mais acentuada, a descoloração do granito e alteração cromática na escultura, causada pelas chuvas e o sol; perda de algumas letras da lápide e arranhões na parte frontal (devido a antiga aplicação de placa tumular nessa parte, a perfuração foi feita para melhor aderência da cola) e; oxidação de cor esverdeada na moldura da fotografia. Nesse caso, os agentes biológicos e o intemperismo são os principais causadores dos danos no objeto, sendo que o metal, ao entrar em contato com umidade, tende a ter seus componentes oxidados, resultando na alteração cromática avermelhada dos componentes em ferro e esverdeada nos componentes em cobre ou bronze (KUZMICKAS, 2003).



Quadro 1: Diagnóstico de alteração do Túmulo da família Moitinho: Sepultura MU.CM.01

MAUSOLÉU DA FAMÍLIA ALMEIDA (1930) – (MU.CM.02)

O mausoléu⁵ da família Almeida foi construído na década de 1930 em formato de capela. Feito em alvenaria, possui três sepultamentos. A parte frontal é composta por duas aberturas de formato triangular, com portões de ferro forjado pintados na cor azul. Sua fachada contém elementos do estilo arquitetônico *art decó* pelas formas geométricas e a platibanda terminando em forma escalonada. No topo da capela encontra-se uma cruz latina feita de alvenaria. Suas paredes laterais possuem corpo chanfrado com óculos para entrada de luz.

Internamente, possui um altar com nicho e mesa ornamentada com signo de um querubim. Na parte superior do túmulo, existe um oratório escalonado com um crucifixo no centro. No topo do oratório contém uma cruz latina de cor preta. O piso do mausoléu é revestido com ladrilhos hidráulicos com decoração em formatos geométricos e monocromático.

Segundo informação do zelador do cemitério, o único familiar próximo e que ainda cuidava do mausoléu faleceu. Por isso, justifica o estado de abandono que se encontra a capela. Além das condições precárias de conservação causadas pela ação do tempo e falta de manutenção, observamos que há também a influência de terceiros que depositaram lixo dentro do Mausoléu.

Diante desses fatores, identificamos a presença de oxidação e descascamento de tinta no ferro do portão, descascamento de tinta também em toda parte externa da sepultura, sujidade em toda parte interna, infestação por insetos na parede, bolor e crosta negra na parte superior da parede (*vide* Quadro 2).



Quadro 2: Diagnóstico de alteração no Mausoléu MU.CM.02

As degradações identificadas no mausoléu condizem com a situação a qual ela se expõe. O contato direto com água, nesse caso, com a chuva, faz com que a matéria tenha reações químicas, resultando em alteração cromática, manchas de umidade, descascamento de tinta

e, no caso do ferro, a oxidação em tom avermelhado tanto no próprio material como em outros componentes da sepultura. Além disso, a falta de manutenção contribui para que essas alterações aumentem, ficando cada vez mais perceptíveis e causando danos ao objeto. A sujidade é consequência direta desse fator, bem como a presença das traças. Ocorre também o vandalismo causado por agentes antrópicos que depositam materiais inadequados, como copinhos plásticos dentro da capela.

TÚMULO DA FAMÍLIA CASTRO (1947) – (MU.CM.03)

A sepultura da família Castro foi construída por volta dos anos 40 em formato retangular, feita em alvenaria e revestida com azulejos decorados. É composta por cabeceira escalonada e uma cruz latina no topo. Além disso, contém uma imagem sacra pintada no azulejo da cabeceira, com a seguinte inscrição: “CERÂMICA UDO 555” . A placa tumular encontra-se na parte superior da sepultura com epitáfio gravado em pedra de alto relevo (*vide* Quadro 3).

A pintura em azulejo no túmulo retrata a imagem de um santo vestido com um hábito branco, com olhar cabisbaixo e, ao lado esquerdo do seu pé possui uma caveira, uma bíblia aberta e uma coroa. A caveira, na religião católica representa o *memento mori* significando a finitude da vida. O santo carrega em sua mão esquerda uma cruz latina, a erguendo, e na mão direito um ramo de flores.

Trata-se de São Geraldo, que para os católicos é o santo das grávidas e dos injustiçados. Essa associação se deve ao fato de que por volta de 1754, São Geraldo foi falsamente acusado de ter engravidado uma mulher que se chamava Néria Caggiano. Geraldo, porém, fez uma oração e Néria se arrependeu. Então, ela se retratou e inocentou Geraldo.

Tal obra representa o costume que as famílias abastadas – como a Castro em Muritiba – tinham de encomendar a algum artista renomado para criar uma arte cemiterial específica. No cemitério de Muritiba, esse túmulo é o único com arte sacra em azulejo.

Diante da especificidade da obra e dos estudos que ela pode proporcionar, sua conservação é imprescindível. Sem o zelo e a manutenção da família, ela pode vir a se degradar tendo em vista os fatores ambientais e antrópicos que está exposta.

No entanto, os agentes físicos fazem com que a matéria do azulejo se degrade. Nesse caso, o crescimento das raízes das plantas que, por sua vez é ocasionada pela alta umidade, faz com que ocorram fraturas no objeto. A partir da análise, identificamos alguns danos ao azulejo do revestimento do túmulo, tais como fratura, destacamento de azulejo, escurecimento e colonização biológica devido ao crescimento das raízes das plantas. Na lápide, observa-se a presença de crosta negra ocasionada pela reação química entre a água e os materiais que compõe a sepultura.



Quadro 3: Diagnóstico de alteração do Túmulo MU.CM.03

TÚMULO DO CAPITÃO ALCEBIADES FERNANDES SERRA (1916) – (MU.CM.04)

O túmulo do Capitão Alcebiades foi construído no início do século XX em alvenaria de tijolos, revestido por reboco de cimento e pintado. Possui formato retangular com arquitetura eclética. A campa tem uma tampa em formato piramidal. A cabeceira do sepulcro é composta por pináculos nas laterais, frisos nas horizontais e no centro, um frontão ondulado, contendo no topo uma estátua de figura não identificada. Além disso, a parte frontal da cabeceira possui a ornamentação de uma flor.

A data do sepultamento do Capitão foi 1916, dessa forma, o túmulo completou mais de 100 anos. E está com alto grau de degradação, comprometendo até a interpretação da escultura. A lápide com as informações do sepultado já se soltou e está apoiada na parte superior da sepultura. Além disso, uma parte do reboco se desprendeu. Entre os danos identificados no túmulo estão: perda de material, depósito de materiais, crosta negra, fissura, deformação, descascamento de tinta e colonização biológica (*vide* Quadro 4).



Quadro 4: Diagnóstico de alteração do Túmulo MU.CM.04

Um dos fatores determinantes para causar essas alterações, além dos agentes biológicos, que é o mais recorrente, e o intemperismo, é a falta de manutenção do túmulo, visto que, algumas partes já se soltaram e não foi restaurado pela família. Ocorre que, com a falta de conservação adequada, os agentes continuaram degradando ainda mais o sepulcro podendo resultar futuramente no próprio arruinamento e na perda das informações do sepultado.

TÚMULO DA FAMÍLIA FRAGA (1897) – (MU.CM.05)

A sepultura dos Fraga foi construída no final do século XIX. É composta por dois túmulos retangulares, ambos com cabeceira. Estão cercadas por gradil de ferro fundido com ornamentação de cruz esplendor, ao fundo, e portão em duas folhas, à frente – em forma de lanças – e quatro pináculos nas extremidades, feitos em alvenaria de tijolos. Os epitáfios encontram-se nas cabeceiras, gravados em pedra em baixo relevo, bem como na parte superior da sepultura.

No entanto, a sepultura se encontra em completo abandono apresentando alto nível de alteração, pois um dos túmulos já quebrou. Isso ocorreu por conta do crescimento das raízes da planta que está na lateral e dentro do túmulo, levando a fraturas na sepultura. Dessa forma, as principais alterações identificadas foram fissuras, fragmentação, perda de material, colonização biológica, crosta negra, sujidade e alteração cromática (*vide* Quadro 5).



Quadro 5: diagnóstico de conservação do Túmulo MU.CM.05

Nesse caso, o principal fator que contribui para a degradação da sepultura da família Fraga são os agentes biológicos, ou seja, as plantas que causaram a fragmentação do túmulo através de suas raízes. Além disso, o material que constitui a sepultura é menos resistente a esses agentes.

TÚMULO DO BARÃO DE CAPIVARI: PORFÍLIO FRAGA (1934) – (MU.CM.06)

Barão de Capivari é um título da nobreza, criado por D. João II por decreto de 11 de outubro de 1848, em favor a Joaquim Ribeiro de Avelar (MORAIS, 1994). Porfílio Fraga foi o segundo homem a receber o título de Barão de Capivari na história. Ele foi coronel da Guarda Nacional, agraciado barão em 12 de junho de 1886. Foi um personagem importante para a política de Muritiba, tendo dado muitas contribuições à Intendência de São Félix em 1891.

Sua sepultura no Cemitério Municipal de Muritiba foi feita em mármore (branco nacional) no formato retangular, com quatro gavetas: as superiores contêm puxadores de bronze em formatos circulares e as inferiores possuem a placa tumular, sendo que uma já se soltou. Na parte superior encontra-se uma cruz latina, sob uma pequena base entre dois vasos de mármore.

O túmulo apresenta alguns problemas de conservação ligados ao intemperismo e aos agentes biológicos. Observa-se fissuras no mármore, bem como alteração cromática e crosta negra devido a reação química entre os componentes do mármore, quando exposta a alta umidade (*vide* Quadro 6).



Quadro 6: Diagnóstico de alteração do Túmulo MU.CM.06

Dado o exposto, nota-se que os agentes biológicos são os mais recorrentes na degradação de todas as sepulturas analisadas, principalmente as plantas que, além das raízes provocarem atritos ocasionando fissuras, fragmentações e fraturas nos túmulos, elas corroboram para o aumento da umidade, bem como ao surgimento de outros organismos capazes de causar danos aos materiais. A crosta negra que foi uma das alterações mais recorrente, é ocasionada pela reação química que o material tem em contato com água que, nesse caso, é ocasionada pelas chuvas e alto índice de umidade no ambiente. No entanto, ainda se faz necessário exames laboratoriais ou testes mais específicos para detectar outras patologias.

PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS TÚMULOS

Podemos elencar algumas medidas de conservação e preservação para esses túmulos com base nos Cadernos de Conservação, dirigidos aos concessionários e funcionários (MACHADO *et. al.*, 2016).

Para os túmulos em argamassa recomenda-se apenas a limpeza cotidiana, com a retirada da poeira com o auxílio da trincha, para limpeza das manchas causadas por fungos, as construções tumulares poderão ser lavadas semestralmente com água e sabão ou detergentes neutros, empregado com uma escova macia, preferencialmente de cerdas naturais. É aconselhável que os microrganismos que sobre o túmulo se desenvolveram, causando parte das manchas visíveis, sejam removidos previamente com uma lavagem. Nesses casos o tratamento ideal é a aplicação de um biocida líquido por meio de um borrifador.

Para a melhor conservação dos objetos em bronze, deve-se limpar a peça cotidianamente a seco, com uma trincha macia, removendo a poeira e demais sujidades. Periodicamente, a lavagem é indicada com água e sabão neutro, utilizando para tal uma espuma ou esponja macia. Por conseguinte, pode ser feita a aplicação de uma camada fina de cera incolor pastosa ou cera líquida de parafina a fim de minimizar os danos provocados pela chuva ácida e demais ataques permanentes ao local. Mesmo não sendo o ideal, os especialistas dizem que vale esse esforço. Sendo aplicada em pouca quantidade e retirada o excesso com o auxílio de um tecido que não solte fios.

Para a conservação de túmulos com materiais construtivos em pedra ornamental – o granito (rocha silicática) e o mármore (rocha carbonática) – é indicado a limpeza com água, sabão neutro e uma escova macia de fibras naturais para a retirada de partículas de fuligem, esporos, sementes, folhas, excrementos de animais, casulos de insetos, resquícios de organismos e microrganismos mortos ou qualquer outro tipo de resíduo acumulado.

Os azulejos e ladrilhos, as esculturas em gesso e em cimento, entre outros, quando deterioradas, e necessitando de restauração, exigem o conhecimento de um conservador-restaurador de bens culturais, especializado nesses materiais. No entanto, algumas ações são possíveis para os profissionais que atuam na conservação e limpeza de bens tumulares como a retirada de sujidades e a limpeza com umidade controlada, por meio de cotonetes e pincéis macios, são procedimentos indicados a serem efetuados periodicamente.

Enfim, a limpeza constante é a melhor forma de conservar todos os tipos de materiais por um longo período de tempo. Para demais intervenções, especialistas em conservação e restauração devem ser consultados.

Além das propostas interventivas de conservação, podem ser adotadas medidas de preservação ao patrimônio de forma indireta aos materiais, são elas: o reconhecimento do patrimônio cultural e histórico por parte das comunidades locais, uma gestão adequada; o fomento a atividades de educação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados em campo, bem como o preenchimento da Ficha de Registro e Conservação de Sepultura, obtivemos resultados suficientes para a análise que ocorreu nesse trabalho. Entendemos que a falta de pavimentação em todo o cemitério é a causa maior de todos os problemas, pois, a partir dela, se tem o aumento da umidade favorecendo os agentes biológicos como a colonização biológica, microrganismos e insetos. O crescimento das plantas

é uma das principais responsáveis pelas alterações e degradações identificadas nos túmulos correspondendo as fraturas e fissuras. E a falta de conservação adequada dos mesmos corrobora para o agravamento desses padrões de deterioração.

Além disso, verificou-se que os diferentes tipos de materiais que compõem cada sepultura colaboram ainda mais para sua deterioração, visto que, os materiais de bronze e de ferro ao serem oxidados causam manchas avermelhadas ou esverdeadas no túmulo, seja ele de pedra ornamental ou de argamassa. Diante disso, salienta-se ainda mais o trabalho interdisciplinar da conservação e do restauro, pois é necessário especialistas de áreas distintas do conhecimento para se chegar ao melhor diagnóstico e tratamento possível. Nesse caso, podemos citar que a contribuição de um especialista em metais, um geólogo, entre outros, seriam de grande importância para o avanço da pesquisa.

Objetivou-se, além da identificação dos agentes de degradação, propor medidas de conservação e preservação, dessa forma, a pesquisa corrobora para a futura criação de um plano de conservação que se faz necessário na necrópole, ademais, pode conscientizar a comunidade sobre esse acervo cemiterial e seu valor histórico e cultural para a sociedade.

Contudo, ressalta-se que a pesquisa possibilitou um diagnóstico de conservação, no qual aponta as principais causas das alterações e degradações nos túmulos, levantando propostas de conservação para o patrimônio cemiterial de Muritiba, a fim de preservar a cultura material e a memória que se faz presente nesse espaço.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Público Dr. Júlio Ramos de Almeida. *Livro de Atas do Conselho da Intendência Municipal da Vila de São Félix* (Livro de Atas 1890-1893). 150f.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BORGES, Maria Elizia. Cemitérios secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Claudia Rodrigues; Fábio Henrique Lopes. (Org.). 1ed. Rio de Janeiro: eduerj, v., p.355-378, 2014.
- CASTRO, Anfilófilo de. *História e Estrêla de Muritiba*. São Paulo: Editora Naval, 1941.
- CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio cultural funerário catarinense*. V. 1. Florianópolis: editora FCC. 2017.
- FRONER, Y.A; ROSADO; A.; SOUZA, L. A. *Tópicos em conservação preventiva*. Belo Horizonte: LACICOR-EBA- UFMG, 2008.
- ICOMOS-ISCS. *Glossário ilustrado sobre padrões de deterioração da pedra*. Glossaire ilustra lês formes d 'altération de la pierre. Champigny: Ateliers 30 Impression, 86 p.2008.
- KUZMICKAS, Luciane. *Estado de Conservação dos monumentos pétreos do cemitério da Consolação*, São Paulo. 2003. 197f. Dissertação (Pós-graduação em Mineralogia e petrologia), Instituto de geociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- JESUS, Jaqueline Albano de. *Conservação dos túmulos do Cemitério de Muritiba, Bahia*. 127 f. 2019. Monografia (Graduação) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

MACHADO, D. F. R.; MORI, E. K.; FONSECA, S. U. L.; COMUNALE, V. *Conservação de arte tumular no Cemitério da Consolação, em São Paulo (SP)*. Geonomos, Minas Gerais. V. 24, p.175-179, 2016.

_____. *Práticas de conservação de bens tumulares: publicação dirigida aos profissionais* / Mozart Alberto Bonazzi da Costa, (org.). São Paulo: Limiar, 2016.

MORAIS, Roberto Meneses de. *Os Ribeiro de Avellar na fazenda Pau Grande (Paty do Alferes)*. Rio de Janeiro, 1994.

NOGUEIRA, Renata. *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. 2013, 128f. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, D. L.; TAVARES, D. K.; BRAHM, J. P. S. Entre a vida e a morte: cemitérios, em si próprios, são Museus? In: *Revista Interfaces científicas – Humanas e sociais*. V 6, n. 3, Aracaju, p.27-36, 2018.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. 2005.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría Contemporânea de la Restauración*. Ed. Sinesis, Madrid, 2003.

NOTAS

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: jaquelinealbano9@gmail.com

² Professora do Centro de Humanidades, Artes e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do grupo de pesquisas Recôncavo Arqueológico. E-mail: fabilato@gmail.com

³ Livro de Atas do Conselho da Intendência Municipal da Vila de São Félix (Livro de Atas 1890-1893). 150 f. Arquivo Público Dr. Júlio Ramos de Almeida.

⁴ Idem.

⁵ Monumento funerário de formato grandioso.

⁶ Tal obra foi feita pelo o artista alemão Horst Udo Erich Knoff (1912-1994). O artista viveu no Brasil desde 1938 sendo o autor do livro Azulejos na Bahia - Fundação Cultural do Estado da Bahia, e em 1986 foi professor de cerâmica na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

CAPÍTULO 8

UM OLHAR ARQUEOLÓGICO SOBRE A MORTE NO BRASIL COLONIAL: ESPAÇOS CEMITERIAIS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO DOMÍNIO NEERLANDÊS (1630-1654)

Izabela Pereira de Lima¹

Lucas Alves da Rocha²

INTRODUÇÃO

Durante a Pesquisa da Arqueologia Histórica sobre a morte e os rituais fúnebres das principais religiões que atuavam no Recife do século XVII e sua correlação com os remanescentes humanos localizados em escavações arqueológicas na região metropolitana do Recife, foi possível identificar que em alguns sítios encontrados, passando pelos mais conhecidos, como o denominado cemitério do Pilar-Q-55-PE, que localiza-se no bairro do Recife, e outros, menos conhecidos, como os encontrados no Monte dos Guararapes e na igreja do Rosário da Várzea, sendo estes, apesar de distantes entre si, geograficamente falando, possuem uma ligação pelo viés da história, todos estão dentro do contexto do Brasil holandês, trazendo parte de uma identidade que ficou esquecida sob caminhos e prédios (ALBUQUERQUE, 2006).

Apriori, os dados iniciais desta pesquisa, levantaram dúvidas e questionamentos diversificados, como por exemplo: Quais as práticas funerárias empregadas na inumação daqueles indivíduos? Porque o cemitério, na região do Recife antigo, foi esquecido? O cemitério do Pilar seria parte do hospital localizado no Forte de São Jorge? Os remanescentes humanos localizados na Várzea seriam pacientes do hospital que funcionou naquela localidade?

Eventualmente, com base nestas indagações traçamos como objetivo principal a coleta de bibliografia sobre rituais funerários e sobre outros sítios no Brasil relacionados aos objetos de estudo do presente trabalho³, traçando assim, como variáveis principais, além das características funerárias e seu espaço, as ligações culturais que alguns grupos possuem com seus restos humanos.

A MORTE NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UMA BREVE INTRODUÇÃO

Como era morrer no Brasil colônia? Quais eram os espaços funerários dentro da sociedade daquele período? Alguns pesquisadores como Gilberto Freyre (2004 [1949-1961], p. 44-48) empenhou-se no estudo do tema, o autor dedicou um quarto volume da sua coleção a esta pesquisa, Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil⁴, intitulada “jazidos e covas rasas”, o livro foi dedicado ao conhecimento sobre a morte dentro da sociedade brasileira, o original encontra-se hoje desaparecido. Consagrou outra de suas obras a esse tema: “Em torno de alguns túmulos afro-cristãos”, publicado em 1959 pela Livraria Progresso.

O estudo da sociedade no período colonial possui algumas lacunas que ainda estão sendo estudadas, e pouco a pouco vão se revelando, sejam pelos documentos históricos ou achados arqueológicos, principalmente sobre a morte dentro da comunidade brasileira, nos mais diversos períodos, para compreender como os mortos eram tratados dentro das diversas culturas que existiram no Brasil Colônia.

A visão da Morte Europeia, que veio com os portugueses, é um tema bastante profundo, inclusive podemos mencionar alguns estudos como de Cymbalista (2011) que se dedica à pesquisa das relíquias e das práticas funerárias no território brasileiro nos dois primeiros séculos.

Reis (2012) escreve sobre a transição dos enterramentos dos cemitérios paroquiais, para os cemitérios públicos na Bahia do século XIX, mostrando uma mudança na sociedade da época. O autor menciona ainda alguns fatos sobre os rituais funerários no final do século XVI até o final do XVII.

Existem alguns dados que ainda são ignorados e permanecem esquecidos nas fontes primárias, como o fato descrito por Gabriel Soares de Souza (2000, p. 303) e Cymbalista (2011, p. 243-250), demonstrando que na Bahia de 1587, ocorria a extração de rochas para construção de prédios e para confecção de campas para sepulturas, direcionadas aos ricos, que muitas vezes eram enterrados no interior das igrejas, nos mais diversos locais, seguindo as recomendações dos testamentos.

Nas lápides, que sobreviveram ao tempo, nas mais diversas igrejas e mosteiros do Brasil, percebem-se brasões nobiliárquicos ou episcopais, sejam em baixo ou alto relevo, com a descrição do morto que ali se encontra e seu título, provavelmente foi depositado envolto em mortalha e em um caixão, algumas vezes enterrado diretamente no solo, mas na segunda metade do século XVI, tal ação não era bem vista, podendo demonstrar que o falecido não era cristão, mas judeu (LIMA; ROCHA; SILVA, 2020 no prelo).

A disposição dos membros, a mortalha, a posição em que eram depositados na sepultura, tudo isso era observado pelos parentes, amigos e vizinhos, pois qualquer desconformidade aos preceitos cristãos seria suficiente para os familiares serem denunciados e intimados a comparecer diante do tribunal da Santa Inquisição, mas isso não se limitava somente aos judeus, sendo também voltados aos cripto-judeus, cristãos novos, protestantes e muçulmanos, que provisoriamente ou definitivamente viviam no Brasil, as “denúncias” do Santo Ofício trazem diversas informações sobre a morte e como era vista aos olhos da igreja (LIMA; ROCHA; SILVA, 2020 no prelo).

Nos últimos anos, a arqueologia dos espaços funerários e dos cemitérios relacionado ao Brasil colonial vem crescendo, mas ainda timidamente, pesquisas que apontam desde a possível primeira menção do termo no Brasil⁵ e sua expansão com o tempo (LIMA, 2016; LIMA; ROCHA, 2019 no prelo) até localizações dentro das principais capitais do Brasil (PEREIRA, 2007).

UM OLHAR ARQUEOLÓGICO SOBRE A MORTE: METODOLOGIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RITUAIS FUNERÁRIOS NO BRASIL NEERLANDÊS

Em 2013, foi localizado no bairro do Recife, um conjunto de enterramentos abaixo de fundações de casas, na região hoje conhecida como comunidade do Pilar, que não possuía dados historiográficos até aquele momento.

Os enterramentos estavam organizados, alguns individuais, outros sobrepostos, mas possuíam uma organização, ao aprofundar as escavações notou-se que os enterramentos não possuíam um enxoval funerário visível, não foram localizadas peças de vestuário, pregos ou madeira de caixões, nem resquícios das mortalhas que possivelmente os corpos foram envoltos, o que aumentava o mistério sobre aqueles remanescentes (PESSIS *et al.*, 2014).

Depois de feitas as análises bioarqueológicas, pela equipe da UFPE, responsável pelo acompanhamento das escavações no local, constatou-se que os indivíduos ali enterrados possuíam características de pessoas que vivem em regiões frias, dando assim uma das primeiras dicas, que além de estarem enterrados na estratigrafia, que correspondia ao nível do Istmo original, poderia ser pessoas vinda do norte da Europa, logo remontaram que tal sítio poderia ter ligação com o período neerlandês em Pernambuco (PESSIS *et al.*, 2014; LIMA; SILVA, 2015; LIMA, 2016).

Que população estaria ali enterrada⁶? Alguns sugeriram que fosse um possível “cemitério judeu”, pois como não tinha exoval funerário, associaram essa ausência aos costumes judaicos, além da maioria dos enterramentos estarem posicionados em certa orientação. Outros opinaram⁷ que poderia ser uma “vala comum” (SILVA, 2014, p. 14), outros apontaram a existência de um hospital na região, e que o mesmo poderia ter um cemitério (BELLO; ROCHA; LIMA, 2014; PESSIS *et al.*, 2014; LIMA; SILVA, 2015; LIMA, 2016).

A partir das dúvidas e questionamentos sobre deste sítio, surgiu uma afirmação, pouquíssimo sabíamos sobre a morte e dos espaços funerários dentro do contexto do Brasil colonial, apenas algumas generalizações, como os enterros dentro de igrejas, mas o âmago da questão se limitava a isso? Com base neste problema, foi feito um levantamento detalhado sobre os espaços funerários e práticas funerárias ligadas aos grupos sociais que viviam naquele período e quais pesquisas arqueológicas já foram feitas sobre o tema no Brasil, em especial, em Pernambuco.

O trabalho de pesquisa foi dividido em quatro etapas:

Pesquisa bibliográfica: A pesquisa inicialmente se limitou ao material histórico, mas ao ver “lacunas” de determinados grupos, pesquisas arqueológicas foram incluídas, como: monografias, artigos, dissertações, teses entre outros. (LIMA, 2016; SILVA, 2015; MOURA, 2017), não só do Brasil, como de outros sítios mundo afora. Criando assim uma base bibliográfica para confrontação de dados sobre o tema, vale mencionar, a produção de material para contextualização do período histórico estudado, para evitar anacronismo.

Separação e comparação: Os dados obtidos eram os mais diversos possíveis, por isso era necessário separar por determinadas categorias, fazendo assim a elaboração sistêmica das informações historiográficas da arqueologia, para que as informações fossem organizadas a ponto de apontarem as principais características de cada grupo.

Localização de sítios arqueológicos relativos ao período e/ou aos grupos estudados: nesta etapa da pesquisa buscou-se compilar informações sobre os rituais funerários, os locais de deposição e como outros grupos utilizariam as áreas. Além disso, foram escolhidas variáveis s serem trabalhadas, sendo estas as mais significativas para o ritual, como deposição do corpo, disposição dos membros e presença ou não de exoval funerário. Assim, a partir dessas variáveis, foi necessário localizar sítios arqueológicos já trabalhados ou enterramentos que possuíam caracteres específicos do período ou dos ritos fúnebres (de acordo com cada ordem religiosa), que possibilitassem inferir dados sobre os aspectos culturais empregados. Uma das maiores dificuldades foi encontrar sítios relacionados à cultura judaica, sendo que em sua maioria estão localizados em países da Europa.

Elaboração de trabalhos acadêmicos: Depois da organização das informações e da pesquisa minuciosa, percebeu-se que seria necessário a produção de trabalhos acadêmicos, pois

está ajudaria aos mais diversos pesquisadores que se interessam pelo tema de práticas funerárias a obter mais bibliografia e dados da área.

A princípio, para contextualizar os sepultamentos foi necessária uma escolha minuciosa das variáveis a serem trabalhadas, como foi mencionada acima. Dessas variáveis, foram estabelecidas aquelas que inferiam dados mais significativos, que possibilitassem o reconhecimento dos aspectos culturais empregados no ritual fúnebre do objeto de estudo. As variáveis escolhidas foram:

Preparação e tratamento do corpo: deposição do corpo, disposição dos membros inferiores/superiores e enxoval funerário;

Organização espacial e Orientação: Baseada na análise para identificar o tipo de sítio (vala comum, cemitério, entre outros), no caso do cemitério, a identificação segue os apontamentos proposto por Pearson (2016, p. 12-13), que categoriza as “organizações de cemitério” em cinco tipos: linear, segmentado, concêntrico (ou hierárquico). Os segmentado são subdivididos em dois tipos: Segmentado por alinhamento da cabeça-pés e Alinhamento segmentado lado a lado⁸, além de levar em conta a posição (orientação) das covas e distância entre elas;

Ritos e costumes: É necessário conhecer, ritos e tabus de determinados grupos, para que o pesquisador tenha ciência do que pode ou não fazer durante o estudo e se isso não vai causar atrito com os grupos envolvidos, que possuem ligação com o sítio que vai ser estudado. (PEARSON, 2016; LIMA; ROCHA; SILVA, 2020 no prelo)

Além destes fatores acima citados, pesquisou-se na literatura de referência uma das causas que regem a morte em qualquer cultura, as questões socioculturais de uma determinada população, mais especificamente aqueles voltados ao âmbito de rituais relacionados à religião.

Na questão dos aspectos culturais, a análise considerou todos os dados que caracterizam as práticas funerárias utilizando as informações das principais religiões atuantes na época, a Católica, a Judaica e a Protestante, das quais existiam praticantes no Recife. Assim, tem-se:

O Enterro Judaico

O enterro através da doutrina Judaica tem um cuidado relacionado ao corpo dos mortos, pois, a dor da perda do ente querido é sentida pela família e também pela comunidade. Assim, o corpo deve ser preparado seguindo alguns rituais Judaicos (UNTERMAN, 1992).

O uso das moedas ou pedras nos olhos ou na boca é um ato simbólico. O autor Richard Zimler, do best-seller “O último cabalista de Lisboa”, menciona que depois do massacre realizado em Portugal no século XVI, onde centenas de judeus foram mortos, os que sobreviveram colocavam na boca dos mortos uma moeda, “para pagar a travessia do Rio Jordão” (ZIMLER, 2010, p. 125).

Esse costume é discutível, de acordo com Cascudo (2001, p. 21-28), tal prática vem de hábitos mortuários greco-romanos. Eles colocavam na boca do morto ou sobre os olhos, moedas para o pagamento do Caronte, o barqueiro que fazia a travessia do mundo dos vivos para o mundo dos mortos, hábito depois foi absorvido por outras culturas como as cristãs e judaicas.

O costume de se enterrar (em alguns casos, tinha-se a utilização de caixões) em terreno virgem, não maculado pela mão dos homens, em uma cova profunda, com seus sete palmos de profundidade, sendo sempre individual, seria um aspecto cultural costumeiro, cujos quais estão mencionados em algumas das denúncias feitas ao Santo Ofício quando esteve no Brasil no

final do século XVI (GARCIA, 1929, p. 54).

Fato que, por exemplo, ficou registrado na denúncia de Fructuoso de Moura contra Thomaz Lopes, Jorge Dias e Garcia D’Villa, feita em 10 de novembro de 1593, na qual, sendo os dois últimos denunciados, por terem sido enterrados na ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Olinda, por ali ser “terra virgem”, ou seja, terra não perturbada ou contaminada, de acordo com as práticas dos ritos judaicos (GARCIA, 1929, p. 53-54).

A deposição do morto, segundo as pesquisas arqueológicas podem variar, sendo sua orientação definida como Leste-Oeste ou Oeste-Leste. Além disso, Falcón (2006, p. 327), descreve a inumação dos remanescentes em um cemitério judeu na Espanha, que “Consistia em uma inumação individual em posição decúbito dorsal, com os pés e braços estendidos e as palmas das mãos apoiadas na pélvis ou nas coxas com algumas variações pontuais, o rosto voltado sempre para sul e as covas orientadas no sentido Oeste-Leste”.

Com referência ao estudo de cemitérios judaicos, tem-se pesquisas relacionadas a área forense, podemos mencionar quatro exemplos:

1. O primeiro caso é o cemitério judaico localizado, entre 1982 e 1983, em York, Inglaterra, durante as obras de construção de um supermercado, que foi batizado pelos pesquisadores de “*Jewbury*”. Cemitério que funcionou entre os séculos. XII ao XIII, nele foram localizados mais de 400 enterramentos, sendo um dos pontos de discussão entre os pesquisadores e a comunidade judaica, a orientação dos corpos, que se encontravam no sentido Sul-Norte, e não Leste-Oeste, como recomenda a tradição judaica. Após os estudos, os restos mortais, foram novamente enterrados, seguindo os ritos recomendados pela comunidade judaica (PEARSON, 2016, p.179-180; PAYNE, 2012, p. 56-58).

2. O segundo foi encontrado durante trabalhos realizados entre 2012 e 2014, na Via Orfeo, na cidade de Bologna, na Itália, mais de 400 enterramentos, entre “mulheres, homens e crianças.” Eles foram documentados e a comunidade judaica chamada para ajudar e orientar nos trabalhos (CURINA; STEFANO; BUONAMICO, 2017). O cemitério funcionou entre os séculos. XIV ao XVI, sendo que os túmulos evidenciados estavam alinhados paralelamente na orientação Leste-Oeste, sendo localizados junto aos enterramentos, diversos pertences em: ouro, prata e outros materiais, os quais normalmente não deveriam ser encontrados, pois os mortos de origem judaica, tradicionalmente não são sepultados com seus utensílios e/ou adereços, de acordo com o preceito do Genesis 3:19 “Do pó viemos, ao pó voltaremos”.

3. O terceiro caso é o da necrópole medieval de *Cerro de La Horca*, em Toledo, na Espanha, esse sítio vem sendo bastante trabalhado, foi datado do período compreendido entre os séculos. XIII ao final do XV. Os trabalhos feitos por Taboada (2016; 2015) descrevem a orientação e a deposição dos enterramentos judaicos, as covas estão orientadas para no sentido Sudoeste-Nordeste (TABOADA, 2016, p. 129) ou Oeste-Sul e Leste-Norte (TABOADA, 2015, p. 61). Sobre a deposição dos mortos, o autor descreve tanto textualmente como graficamente a dificuldade do estudo devido à escassez da cultura material que deveria existir, como as lápides com inscrições epigráficas.

Nos três casos mencionados, observamos a ausência das lápides tumulares, que podem estar dispostas tanto na horizontal como vertical (LIMA, 2016, p. 27) e que possuem um significado

importante no ritual mortuário judaico, pois a destruição da memória (*Damnatio memoriae*), no caso do nome ou dos monumentos fúnebres, é uma das piores afrontas que um judeu pode sofrer, baseado no que descreve o salmo 109:13 e 15: “Desapareça a sua posterioridade, e na seguinte geração se extinga seu nome (...). Permaneçam antes nos olhos do senhor, para que faça desaparecer da terra a memória deles”. (UNTERMAN, 1992, p. 149-151; 235-236; RASKIN, 2013).

A ausência de lápides, que segundo o casal Wolff (1989) são partes importantíssimas na ritualística funerária judaica, pode provavelmente decorrer de terem sido destruídas em razão de discriminação, cujas ações são registradas mesmo antes da Idade Média, inclusive há registros de profanações de cemitérios judaicos. Um destes casos é mencionado por Johnson (1995, p. 223), menciona que em alguns locais da Europa, os judeus eram obrigados a ceder cadáveres de pessoas da comunidade para escolas de medicina, destinados a dissecações e estudos anatômicos. Essa ação, na visão do judaísmo, era uma humilhação e privação do falecido a um local de descanso eterno, ou seja, uma sepultura na qual, o morto esperaria pelo dia do juízo final⁹. Em outros lugares os judeus eram jogados em fossos ou rios, se não houvesse cemitérios judaicos no local (SCHMITT, 1999, p. 204-205; LAUWERS, 2015, p. 207-216). Ações como essa poderia gerar, no imaginário sobrenatural, *Dybbuk*, um espírito descarnado que poderia possuir pessoas.

4. O último exemplo é o cemitério judaico de Gurupá, que se encontra no Pará, Brasil. Esse cemitério que data do século XIX foi estudado por uma equipe de arqueólogos do Museu Emilio Goeldi, cujo trabalho teve como objetivo, realizar o levantamento histórico do local, além de localizar as sepulturas que estavam cobertas pela vegetação, aterro e entulhos. Sendo que alguns dos túmulos possuíam lápides, outras eram revestidas de tijoleiras (SANTOS, 2017; CUNHA, et al. 2019).

Dois trabalhos que merecem ser mencionados são: a proposta feita por Ribenboim e Menezes (2005), na qual os autores fizeram um levantamento sobre o histórico da comunidade judaica no Recife, durante o domínio batavo e a importância do cemitério judaico desta comunidade, localizando através de sobreposições de mapas antigos e atuais a região em que se localizava e propondo a escavação arqueológica desta área, para localização de remanescentes deste campo santo.

O segundo é uma obra publicada na Holanda, na qual possui informações importantíssimas sobre como era organizado um cemitério judaico entre os anos de 1639 a 1648 em Amsterdã, nos descreve as regras, como a imposta em 27 de outubro de 1630, na qual: “*Que nenhuma pessoa de hoje em diante faça sepultura levantada e que a pedra de cada uma não seja maior quer dois pés e meio de largura e sete de comprimento (...)*” (HAGOORT, 2008, p. 11), além de identificar a organização do cemitério em “carreiras”, o que inclusive já havia sido registrado em contexto arqueológico em cemitérios judeus na Europa (PEARSON, 2016, p. 12, 15), como as: “Carreira das crianças” (ou Carreira das crianças grandes); “Lugar dos móvitos” (abortos ou carreira das crianças pequenas), “Carreiras dos homens”, carreira comum, sepulturas a parte (comprada por famílias e reservada às mesmas) e uma categoria descrita no documento como enterro de natimortos. “Na praça que esta detrás da casa da mulher” (HAGOORT, 2008, p. 40) cada uma desta carreira possuía um número para identificação. Esse tomo possui ainda informações importantes sobre judeus que vieram ao Brasil¹⁰.

O Enterro Católico

O caso do enterro católico entre os séculos XVI e XVII apresentam poucas variações. Uma diferença era a de classes sociais, pois pode-se dividir os rituais funerários católicos em duas grandes áreas: a da classe mais abastada e a da classe mais humilde, sendo a explicação das duas práticas para uma melhor compreensão da ritualística do funeral católico.

Frequentemente, nos enterros dos mais abastados, descritos pelos historiadores Philippe Áries (2017; 2014, p. 22) e Georges Duby em conjunto com Phillippe Áries (2013, p. 92), nota-se um momento suntuoso, revestindo-se em “espetáculo” no qual sua elaboração começa com a preparação do próprio morto, levando ainda a preocupações como, o modo como será transportado, todo seu enxoval, desde a mortalha até as medalhas e rosários que irão ser sepultados com o corpo e sua deposição na sepultura, sendo esta realizada tanto no interior da igreja ou em alguns casos no cemitério dela. Por causa de toda suntuosidade e pompa essas práticas eram chamadas de “Barrocos”.

Já nos enterros das pessoas mais humildes, têm-se apenas a presença dos familiares, do padre e de alguns conhecidos. O morto era deixado com os pés voltado para a entrada e certos cuidados eram tomados, depois da despedida e do padre haver “encomendado” o corpo, ele era posto no caixão ou enrolado em mortalha que dependendo da condição financeira, poderia ser de boa qualidade ou feita com um tecido mais barato e levado para a sepultura (ARIÉS, DUBY (org.) 2013; p. 92-98; REIS, 2012, p. 73-88).

Todavia o contexto vale apenas para os períodos de Paz, nas guerras que existiam na Europa entre os séculos XVI e XVII, muitos corpos eram abandonados nos campos de batalhas, sem o menor cuidado e sem direito a uma sepultura. Feridos, mendigos e órfãos eram assistidos pelas confrarias que cuidavam dos hospitais, casas de misericórdia, asilos e orfanatos, sendo os dois primeiros mencionados, lugares onde os lesados pelos combates eram tratados e em alguns casos ali mesmo morriam, recebendo então um enterro da melhor forma em que os administradores lhes poderiam proporcionar (ARIÉS, DUBY (org.) 2013; p. 98-100; REIS, 2012, p. 73-88).

A deposição variava, conforme é possível observar em iluminuras, gravuras e até mesmo em quadros que representava à hora da morte na sociedade do século XVII, envoltos em mortalhas ou dentro de caixões, com as mãos sobre o peito, a pelve ou até mesmo estendidas junto ao corpo. Segundo Câmara Cascudo em seu livro, “Anúbis e outros ensaios” o autor registra que: “a mão não pode ir solta e sim com um rosário ou terço amarrado no pulso” (CASCUDO, 2001, p. 21-22; ALBUQUERQUE, LUCENA, 1997, p. 177-179).

Tal costume de levar o rosário ou terço é mencionado pelo cronista francês Pierre Moreau, em “História das últimas lutas entre Holandeses e Portugueses”, que relata à presença de amuletos mágicos como proteção contra as armas inimigas, junto com escapulários que os “brasileiros mortos” portavam (MOREAU, 1981, p. 72; LIMA, ROCHA, SILVA, 2020 no prelo).

Alguns sítios arqueológicos escavados em Pernambuco trouxeram muitos dados sobre os enterramentos católicos. Além dos indivíduos exumados, foram localizados: medalhas, rosários, imagens, cruzes como enxoval funerário. Como exemplo, podemos citar o enterramento que está no Forte do Brum, escavado pelo professor Marcos Albuquerque no Monte dos Guararapes; e os enterramentos localizados na igreja de Nossa Senhora das Graças, em Olinda.

O Enterro Protestante (Calvinista)

Ariés e Duby (2013, p. 110), dissertam sobre o ritual funerário entre luteranos e calvinistas, explicando que seria uma prática “doméstica” e não “pública”, como no caso das missas aos mortos dos católicos, sendo que “nem Lutero, nem Calvino falam sobre o purgatório ou qual ação deve ser realizada para salvar a alma dos vivos e dos mortos” (ARIÉS; DUBY (org.), 2013, p. 110).

João Calvino, um dos pensadores mais importante do protestantismo, morreu no dia 27 de maio de 1564, aos 65 anos, segundo Rops (1996, p. 419-422), seu enterro aconteceu no cemitério de *Plainpalais*, seguindo o que estava escrito em seu testamento, seu corpo foi envolto em “um pano grosseiro cru e depositado em caixão de pinho, semelhantes aqueles com que se enterram os pobres”, sem lápide, ou monumento sobre seu tumulo, hoje se debate em que local se encontram os restos de Calvino.

A deposição em que os corpos eram colocados na cova é muito similar à católica e até mesmo a judaica. Sendo envolto por uma mortalha ou colocados em um caixão, em raros casos como no enterramento de João Ernesto¹¹, o irmão de João Maurício de Nassau-Siegen, registrado por frei Manuel Calado, como também o do almirante neerlandês, Joost van Trappen Banckert, que morreu em viagem de retorno e que teve seu corpo levado para ser enterrado na Holanda¹². Os que eram enterrados no Brasil, bem possivelmente, tinha seu nome registrado nos livros de obtidos das igrejas. (SILVA, 2011, p. 167-169; HAEXS, 1950, p. 72-73; CALADO, 2004, p. 150-153).

Mello (1993 [1972]) ressalta a publicação na Holanda de um livro de batismo da igreja reformada do Recife, que compreende os anos de 1633 a 1654; e que o autor fez uma tradução e seria publicado pela Universidade do Recife, mas a cópia traduzida sumiu. No seu Terceiro relatório nos arquivos europeus, Mello, ressalta a presença nos arquivos de Amsterdam de alguns D.T.B (Inicias das palavras *Doop*, *Trouw* e *Begraven*, ou seja, livros de batismos, casamentos e óbitos), lembrando que poderia existir registro de óbitos relativo aos cemitérios do Recife ou do próprio hospital, em algum destes arquivos, já que ele fazia parte da instituição religiosa.

Um exemplo que podemos mencionar em nível internacional é o cemitério do naufrágio *Batávia*, na ilha de *Bacon Island*, no arquipélago dos abrolhos *Houtman* na Austrália. Um navio de origem neerlandesa, da Companhia das Índias Orientais (VOC) soçobrou em 1629 naquela região, os sobreviventes se dirigiram para essa ilha, mas devido a brigas internas, parte do grupo foi cruelmente massacrado, entre adultos e crianças e enterrados naquela ilha, alguns remanescentes foram encontrados, inclusive uma lápide improvisada. Alguns destes vestígios arqueológicos se encontram no museu naval de *Fremantle* (DASH, 2002, p. 313-321; LEYS, 2009, p. 24).

Uma descoberta interessante, relativa a sepultamento no período holandês no Brasil, aconteceu na Bahia, durante as escavações do mosteiro de São Bento, que foi utilizado como quartel dos invasores. Os estudos que foram iniciados em 1994 conseguiram evidenciar dois enterramentos primários e uma trincheira, na região denominada “claustro I” (ALMEIDA, 2018 [2004]), segundo a reportagem “Mosteiro exhibe relíquias da religiosidade católica”, publicada em 5 de setembro de 2000, esses enterramentos seriam de soldados da WIC, que atuaram na invasão da Bahia, o material estaria sobre os cuidados da UFBA e depois seria “exposto no museu” (AGENDA ESTADO, 2000).

CONCLUSÃO

O trabalho aqui apresentado é uma pequena parte dos dados obtidos durante o levantamento entre 2013 a 2019, nas mais diferentes fontes, e que tem como principal missão transmitir tais informações e indagações ao público interessado, pois muitos destes dados são difíceis de obter

e assim começar a fazer pontes entre pesquisas e pesquisadores para que outras informações sejam trocadas.

A Morte no Brasil Colonial é um tema bastante interessante e que pode trazer, através das pesquisas arqueológicas, informações que já foram perdidas há muito tempo, seja nos documentos escritos ou na tradição oral, podendo fortalecer as ligações com grupos ou comunidades que tenham uma conexão com os sítios estudados.

Assim, com as informações compiladas acima foi possível criar uma tabela resumida (Tabela 1) com as principais características das práticas funerárias pesquisadas, adicionalmente, foi procedida comparação através do registro imagético entre alguns remanescentes humanos encontrados em sítios arqueológicos no Brasil e no exterior, com características de rituais das principais religiões que atuavam no Brasil no período holandês.

Os grupos religiosos (católica, judaica e protestante) que atuavam em Pernambuco no século XVII têm em sua base à origem judaico-cristã. Apresentam suas características de rituais funerários semelhantes e mesmo assim, distintas entre si. Muitas podem ser confundidas, mas se analisadas profundamente percebe-se seus aspectos bem demarcados, porém pode existir variações e isso deve estar na mente dos pesquisadores.

Com relação à pesquisa bibliográfica foram localizados documentos que trouxeram informações relevantes sobre a vida e a morte no Recife no período holandês. Utilizando como referência cronológica os dados das escavações arqueológicas realizadas nos sítios e correlacionando-os com os dados históricos, o cruzamento dessas informações resultou em questões que ajudaram a compreender os remanescentes humanos no contexto cultural em que foram inumados, ampliando, assim, o conhecimento sobre as modificações ocorridas na formação do registro arqueológico do objeto de estudo.

Através desses dados foi possível compilar também informações sobre as condições de saúde/ doença que afligia o Recife no período holandês e a ligação com os locais deposicionais relacionados aos mortos. As doenças no período holandês foram responsáveis pelo maior índice de mortes entre os soldados, muitos dos homens em razão da viagem já desembarcavam com a saúde debilitada, contudo muitas vezes, não resistiam ao clima local ou por questões de adaptação ou insalubridade (MIRANDA, 2014, p. 48). A partir destes é possível aprofundar mais o estudo sobre essas patologias e entender um pouco sobre a morte no Brasil Holandês e conseqüentemente conhecer um pouco sobre os motivos que levaram a criação de certos campos fúnebres em áreas que não são consideradas *ad sanctos*¹³ pelas religiões que atuavam na época.

Alguns sítios ou situações no período aqui não foram mencionados, como “os campos da força”, que segundo as leis vigentes nos Países Baixos na época, são similares as valas coletivas no quais eram enterradas pessoas condenadas por penas capitais (MELLO, 1996, p. 288) e/ ou caso de suicídio ou as punições corporais nos militares, mas serão abordados nos próximos trabalhos, pois alguns destes dados históricos podem trazer explicações de contextos localizados por arqueólogos. (ROCHA, LIMA, GANEM, 2019 no prelo).

O presente trabalho está longe de ser uma obra finalizada ou algo fixo, mas sim, um texto instigador para que outros pesquisadores comecem a observar certos conceitos e pontos que antes eram considerados “imutáveis” como objetos de questionamentos e de novas formulações para que assim não só a arqueologia, como outras ciências possam crescer ainda mais.

OS TIPOS DE ENTERROS E ESTUDOS DE CASOS RELATIVOS ÀS POPULAÇÕES NO BRASIL NEERLANDÊS				
Religião	Deposição do corpo	Deposição dos membros	Enxoval funerário	Observações
Judaísmo	O corpo é colocado em decúbito dorsal estendido, isto é, deitado de costa com o corpo estendido.	As palmas das mãos apoiadas na pélvis ou nas coxas com algumas variações pontuais, o rosto dos indivíduos estudados em alguns sítios estava voltado para o sul, mas pode variar.	Colocar na boca ou sobre os olhos do morto, moedas, pedras ou conchas. Em alguns casos foram localizados anéis e outro adereços menores. Mas segundo os preceitos judaicos, o morto deveria ser enterrado sem nada, e possui uma lápide tumular para assinalar o local.	Envolviam o corpo do morto em uma mortalha branca, em alguns locais era permitido o uso de caixões. A face do morto deveria ser voltada para leste, para Jerusalém.
Catolicismo	O corpo é colocado em decúbito dorsal estendido, isto é, deitado de costa com o corpo estendido.	Os membros inferiores ficam estendidos e as mãos eram colocadas sobre a pelve ou tórax, unidas, na sua maioria com um rosário ou terço entre elas.	Usavam medalhas, cruzes, esfinges, rosários, terços entre outros acompanhamentos. Tais artefatos eram testemunho da fé do indivíduo ali enterrado.	Envolviam o corpo do morto em uma mortalha e depois este, poderia ou não ser colocado em um caixão, dependendo do seu status ou período em que morreu.
Protestantismo	O corpo é colocado em decúbito dorsal estendido, isto é, deitado de costa com o corpo estendido.	Os membros inferiores ficavam estendidos e as mãos eram colocadas lado a lado sobre a pelve ou os braços sobrepostos em paralelo sobre o tórax.	Não usavam nenhum enxoval, pois acreditavam que estavam quebrando um dos mandamentos do decálogo, mais isso poderia variar dentro dos diferentes grupos.	Os seguindo os preceitos calvinista, o corpo deveria ser envolto em um pano simples, ou até mesmo grosseiro e levado ao cemitério, sem canto ou ladainha, e que nenhum monumento se marca o local. Mas, costumes católicos foram assimilados, como colocar cruzes ou lápides e os mortos poderiam ser colocados em caixões.
Origem africana	Isso vai variar entre os diferentes grupos culturais que existiram, ou que ainda existem no continente africano.	Dois tipos foram localizados entre os cronistas: - O corpo era envolto por uma mortalha ou um manto de fibra vegetal e depositado em rios, lagos, lagoas ou no mar. - O morto era enterrado com membros inferiores ficam estendidos e as mãos eram colocadas sobre a pelve ou tórax, unidas, na sua maioria com um rosário ou terço entre elas. Mas o grupo depositava pertences junto com o indivíduo, para sua viagem.	Isso vai variar de grupo para grupo. Alguns deles veem a necessidade de fornecer ao morto, alimentos e bens para sua travessia para o outro lado. Outros grupos já veem o local da deposição como ponto essencial para a partida do morto para o outro plano.	Neste caso o assunto foi mais amplo, e publicado em Lima e Rocha (2019)
Islamismo	O corpo é colocado em decúbito dorsal estendido, isto é, deitado de costa estendido ou “decúbito lateral direito ou semi-decubito lateral direito.” (TABOADA, 2016, p. 142)	Os membros inferiores ficavam estendidos e as mãos eram colocadas lado a lado sobre a pelve ou os braços sobrepostos em paralelo sobre o tórax ou semi-fletido.	Os enterramentos são realizados em covas individuais profundas, mas sem caixão (como no caso dos judeus, católicos e protestantes) e pode em alguns casos possuir enxoval funerário ligado ao islamismo. A face voltada para a Meca e os túmulos com paredes ou de pedra ou tijolos. (NANJI, 2008; MOTTA, 2019; IQARA ISLAM, 2019)	Ainda não houve estudos aprofundados no Brasil, apesar de documentos históricos mostrarem a presença de muçulmanos entre os sécs. XVI ao XIX.

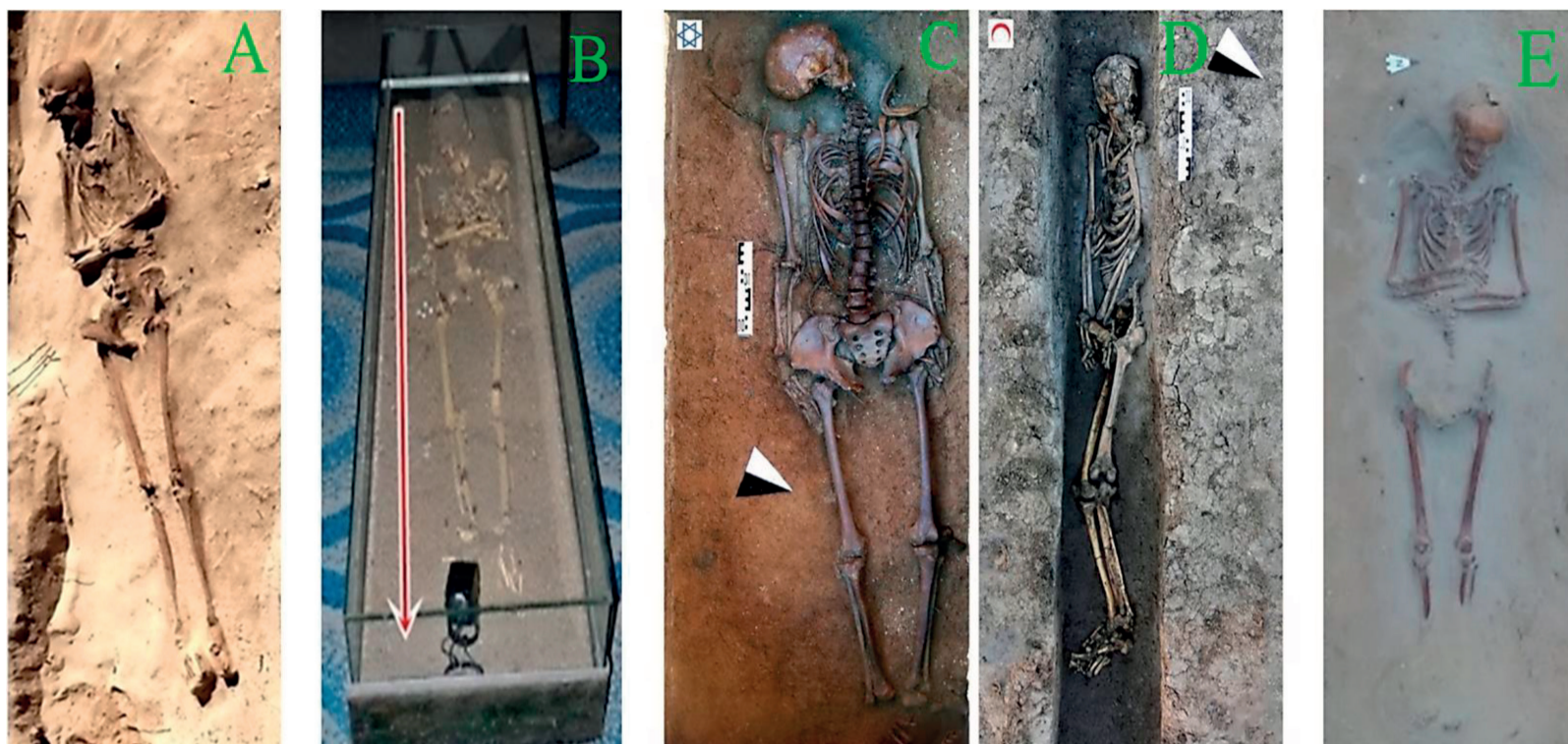


Figura 1: Da esquerda para a direita, temos: A- Cemitério do Batavia (Bacon Island- Austrália), B- Forte do Brum (Soldado do Monte dos Guararapes- PE), C- Enterro Judeu (Cerro de la Horca- Espanha), D- Enterro Mulçumano (Roman Circus- Espanha) e E- Cemitério do Pilar (Recife- PE). (Fonte: LIMA, 2016; TABOADA, 2015).

AGRADECIMENTOS

A todos os envolvidos no 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF. Ao Sr. Narapoam Soares por todo o apoio e incentivo na pesquisa sobre as práticas funerárias judaicas, ao Prof. Pablo Magalhães pela informação importante sobre o enterramento na Bahia e a todos que apoiaram essa pesquisa, nossos sinceros agradecimentos.

REFERÊNCIAS

AGENDA Estadão, Mosteiro exhibe relíquias da religiosidade católica Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-mosteiro-exibe-reliquias-da-religiosidade-catolica,20000905p14699>. Acessado em 10 de fevereiro de 2018.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Valeda. *Arraial novo do Bom Jesus*. Recife: Graftorre, 1997.

ALBUQUERQUE, Marcos. Holandeses em Pernambuco: Rescate material de la Historia. In. PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George F. Cabral (eds.). *El desafio holandês al dominio ibérico em Brasil em siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2006.

ALMEIDA, L. M. R. Reconstituição dos espaços do mosteiro de São Bento da Bahia através dos vestígios arqueológicos. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/restituicao-dos-espacos-do-mosteiro-de-sao-bento-dabahia-atraves-dos-vestigios-arqueologicos>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

ARIÉS, Phillippe; DUBY, G. (org.) *História da vida privada - Volume III: Da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia de bolso, 2013. 500 pp.

ARIÉS, Phillippe. *História da Morte no Ocidente*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira- Ed especial de bolso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 200 pp.

ARIÉS, Phillippe. *O homem diante da morte*. São Paulo, EDUSP, 2014. 690 pp.

BELLO, Mattheus; ROCHA, Lucas Alves da. A; LIMA, Izabela Pereira de. *Forte de São Jorge: Mudanças de uma fortificação através dos mapas dos séculos XVI ao XVII no Recife Colonial*. Comunicação Oral apresentada na III reunião Regional da sociedade de Arqueologia Brasileira. São Luís: 2014.

CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Volume I. Recife: CEPE, 2004.

CASCUDO, Luís Câmara. *Superstições do Brasil*. São Paulo, Editora Global. 2001.

CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2011.

CUNHA, C. Et al. Matzevot kevirah esquecidas: Resgate etnoarqueológico do cemitério Judaico de Gurupá, Pará, Brasil. In. *Antropologia Portuguesa*, vol 36. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2019. p. 141-163

CURINA, R; STEFANO, V; BUONAMICO, L. Bologna medieval Jewish cemetery recovered. Destroyer in 1569, then long disappeared, it hosts 408 graves and is the largest one known in Italy so far. Disponível em: <https://www.jta.org/2017/11/07/news-opinion/world/medieval-jewish-cemetery-uncovered-in-bologna-italy> . Acesso em 10 de janeiro de 2018.

DASH, Mike. *Batavia's Graveyard*. Nova York: Three Rivers Press, 2002.

FALCÓN, Isabel Santana. Excavaciones arqueológicas en el cementerio de la Alama judia de Servilla (1992-2006). Espanha. *Anales de Arqueologia Cordobesa*, Córdoba, N.16-v.II, p. 317-33. 2006.

FREYRE, Gilberto. Introdução à 2ª edição. In. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Em torno de alguns túmulos afro-cristãos*. Bahia: Livraria progresso editora, 1959.

GARCIA, Rodolfo. (Org.). *Primeira visitaçao do Santo Oficio às partes do Brasil: Denunciações de Pernambuco 1593-1595*. São Paulo: Homenagem de Paulo Padro. 1929.

HAGOORT, Lydia. *Livro de Bet-Haim do Kahal Kados de Talmud-Torah: Het begrafenisregiter van de Portugees- Israëlietische gemeente Talmud Torah te Amsterdam 1639-1649*. Amsterdam: Gemeente Amsterdam Stadarchief. 2015.

HAECXS, Henrique. Diário de Henrique Haecxs. Traduzido por Frei Agostinho Keijzers, O. F. In. *Anais da Biblioteca Nacional*, V 69. Rio de Janeiro. Divisão de obras raras e publicações. 1950. p 18-164.

IQARA ISLAM. *A Questão da Destruição dos Túmulos*. Disponível em: https://iqaraislam.com/a-questao-da-destruicao-dos-tumulos/?fbclid=IwAR2MwkVscTFiwAxjyPqATW8_BueKUWMIQx6ipTgc7qX3qcsi5h094bc6y80 . Acessado em 01 de setembro de 2019.

LAUWERS, Michael. *O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente Medieval*. São Paulo: Unicamp. 2015.

LEYS, Simon. *Os Náufragos do Batávia: Anatomia de um massacre*. São Paulo: Contraponto. 2009.

LIMA, Izabela Pereira. *Em busca dos Mortos do Passado: Caracterização Funerária do cemitério Pilar- PE*. 2016. 119 p. Graduação (Graduação em Arqueologia.) UFPE: 2016.

LIMA, Izabela Pereira; SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro. *O viver e o morrer no Recife Holandês: Pesquisa bibliográfica sobre a morte e os rituais funerários coloniais pernambucanos e a sua correlação com os sepultamentos escavados no sítio arqueológico do Pilar, Q-55-PE (1590-1650)*. Banner apresentado no XXIII CONIC/ VII CONITI/ IV ENIC. UFPE, 2015.

LIMA, Izabela Pereira; ROCHA, Lucas Alves. *Entre o cemitério e o mar: Os rituais funerários como indicadores de resistência da cultura africana (1630-1870)*. In. Anais do XII colóquio de história da Unicap/ II colóquio de história do PPGH. Recife: Unicap. 2019.

LIMA, Izabela Pereira; ROCHA, Lucas Alves; SILVA, Juliane Carla Guedes Lima da. Lugar, memória e respeito- cemitério: uma visão arqueológica. In. CARVALHO, Olivia Alexandre; QUEIROZ, Abérico Nogueira de. (Org.). *Uma viagem pela arqueologia nordestina- volume III*. São Cristóvão: Editora UFS. 2020 no prelo.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *Tempo dos Flamengos: A influência da ocupação Holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Editora Massagana. 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *Gente da Nação*. 2ª edição. Recife, Editora Massagana/Fundação Joaquim Nabuco. 1996. 550 pp.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *O “doopboek” de Recife*. In. MELLO, José Antônio Gonsalves. *Tempo de Jornal*, Recife: Editora Massagana. 1993.

MIRANDA, B. R. F. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630- 1654)*. Recife: UFPE.

MOREAU, P. *História das últimas lutas entre portugueses e holandeses no Brasil*. São Paulo: Itatiaia/UNESP, 2014, 1981. 100 pp.

MORENO, Diogo Campos de. *Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita no ano de 1614*. Rio de Janeiro: Editora Alhambra. 1984.

MOURA, Ilca Pacheco da Costa. *Práticas funerárias do sítio do Pilar bairro do Recife-PE*. 2017. 201 p. Dissertação. (Mestrado em Arqueologia.) UFPE: 2017.

MOTTA, Bruno. *E ás cinzas voltarás*. In. Veja. Ed. 2641, ano 52, n 27. Rio de Janeiro: Abril. 2019. P. 86-87.

NANJI, Azim. *Dictionary of Islam*. Nova York: Pinguin books, 2008.

OROZCO, Sebastião de Cobarruvias. *Tesoro de la lengua Castellana, o española*. Madri, Luis Snachez Impresor. 1609.

PAYNE, Sebastian. *Archaeology and human remains: Handle with care! Recent English experiences*.

- in. FOSSHEIN, H (ed). *More than just bones: Ethics and research on human remains*. Londres: The Norwegian national research ethics committees. 2012. p.49-64.
- PEARSON, Mike Parker. *The archaeology of death and burial*. Texas: Texas AM University Press, 2016.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Á flor da terra: o cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond/IPHAN, 2007.
- PESSIS, Anne Marie et al. Evidências de um Cemitério de Época Colonial no Pilar, Bairro do Recife, PE. *Clio-Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 23, p. 1-27, 2013.
- RASKIN, Shlom. *Túmulos dos justos na Alemanha*. São Paulo: Projeto Alef Beit, 2013.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos funerários e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RIBEMBOIM, José Alexandre; MENEZES, José Luiz da Mota. *O primeiro cemitério judeu das Américas: período da dominação holandesa em Pernambuco (1630-1654)*. Recife: Bagaço, 2001.
- ROCHA, Lucas Alves da; LIMA, Izabela Pereira P.; GANEM, Endi S. *Do caminho do “arrecife de areia” à Rua de São Jorge: A evolução histórica, urbana e arqueológica do “fora de portas” do Recife entre os séculos XVI ao XXI*. in. SILVA, S. F. S. M et al. *Arqueologia da morte no sítio do Pilar: Um outro olhar sobre os europeus no Recife do século XVII*. Recife: Editora UFPE, 2019 no prelo.
- ROPS, Daniel. *A igreja da renascença e da reforma vol I: A reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- SALVADOR, Vicente. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- SANTOS, J. *Estudos na maior necrópole judaica de ciclo da Borracha em Gurupá (PA)*. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/node/2886>. Acesso em 28 de julho de 2017.
- SCHMITT, Jean Claude. *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- SILVA, Leonardo Dantas. *Os holandeses em Pernambuco 1630-1654*. Recife: Editora Ricardo Brennard, 2ª edição revisada e aumentada, 2011.
- SILVA, Sergio Francisco S. M. da. *Arqueologia Funerária: corpo, cultura e sociedade. Ensaio sobre a interdisciplinaridade no estudo das práticas mortuárias*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.
- SILVA, I. E. C. *Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar - PE*. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia.). Recife, UFPE, 2015.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Editora Massagana. 2000.
- TABOADA, Arturo Ruiz. Comments on Muslim, Jewish and Christian Burial Practices in Medieval Toledo (Spain).in. *Journal of Islamic Archaeology*. Londres: *EQUINOX*, V. 2, n.1. 2015. p. 51-73. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1558/jia.v2i1.26043> . Acesso em: 10 de dezembro de 2015.
- TABOADA, Arturo Ruiz. El límite sur de la necrópolis medieval judía del Cerro de la Horca (Toledo) y el problema del contacto con otros cementerios. In. *Sefarad*, Toledo: Vol 47, n. 1. jan-jun 2016. p.

121-157. Disponível em: <http://sefarad.revistas.csic.es/index.php/sefarad/article/view/730>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

UNTERMAN, Alan. *Dicionário Judaico de lendas e tradições*. São Paulo: Jorge Zahar editora, 1992.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frida. *Sepulturas IV: Simbolismo e arte sepulcral judaica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Cemitério comunal Israelita. 1989.

ZIMLER, Richard. *O último cabalista de Lisboa*. Rio de Janeiro. Best Bolso, 2010.

NOTAS

¹ Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: izabelapereiradelima@hotmail.com

² Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: Lucas-alves170@hotmail.com

³ Para maiores detalhes ver LIMA; SILVA (2015) e LIMA (2015; 2016).

⁴ Desta “introdução”, as três primeiras obras que a compõem são: Casa-grande e Senzala, Sobrado e Mocambos e Ordem e progresso.

⁵ Aqui devemos pontuar que nos últimos meses um novo panorama foi observado. Através do estudo de dicionários seiscentistas foi possível notar a presença do termo “cemitério” tanto na língua portuguesa como espanhola antes do século XIX e alguns sinônimos ligados, como: “ossuários”, “carneiros”. No dicionário de Orozco (1609, p. 269; 283) define cemitério (que é grafado de duas formas: “cimiterio” ou “cementerio”) como: “o lugar pegado com o mesmo corpo da igreja aonde se enterram os corpos dos fiéis e lá se dá eclesiástica sepultura” e dentro do mesmo poderíamos encontrar os carneiros que eram: “Cova ou sepultura comum aonde [se] lançam nos cemitérios das igrejas, os corpos dos mortos que não tem sepultura própria (...)” (OROZCO, 1609. p. 203. Tradução nossa).

⁶ Segundo informações cedidas pelo professor Drº Henry Lavalle Sullasi não existem até o presente momento trabalhos de mestrado e doutorado sobre análise de DNA dos remanescentes humanos do sítio Pilar-PE. Foram enviadas amostras para a Universidade de Emori – EUA, onde serão feitas tentativas de sequenciamento genético das mesmas pelo professor Jhon Lindo.

⁷ Neste ponto vale salientar que o sítio arqueológico do Pilar, está mais próximo ao um cemitério, pelos fatores que Pearson (2016) aponta, do que uma vala comum, e para sanar tal dúvida foi feita uma comparação com a vala coletiva encontrada na Várzea, que data do mesmo período que o sítio Pilar. Além disso, existe ainda um tabu sobre a utilização do termo “cemitério” no meio arqueológico, por causa do “mito” que os cemitérios só foram implantados no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, o que não corresponde com a realidade mostrada em pesquisas históricas e arqueológicas. Ver exemplos citados neste trabalho e nas referências como LIMA (2016).

⁸ No original: *Linear; segmented; concentric; row segmented head-to-toe; row segmented side-by-side*. Para uma breve abordagem ver LIMA; ROCHA; GUEDES. 2020 *no prelo*.

⁹Sobre a questão da utilização de corpos nas escolas de medicina e o choque cultural, recomendamos a leitura de Reis (2012, p. 83-84), sobre a importância da sepultura no cristianismo e no judaísmo, ver: Cymbalista (2011, p. 243-250), Reis (2012, p. 171-176) e Unterman (1992, p. 235-236).

¹⁰ Dois casos podem ser mencionados: o caso de Diego Dias que “em 6 de setembro de [1643] se entraram uns ossos que vinham em uma caixa de chumbo de um menino de Diego Dias que vieram do Brasil (...)” (HAGOORT, 2008, p. 75) e dados sobre a família Abendana.

¹¹ Neste caso existe a possibilidade dos ossos terem sido levados de volta a Europa, quando seu irmão Mauricio de Nassau regressou, isso pelo visto era algo comum perante as “leis da guerra” europeia, pois em 1614, durante confronto com os franceses, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, em carta ao senhor de Ravardiére “Se deles [isso é, os mortos] algum é necessário, ou os ossos podem livremente vir por eles, sem nenhum interesse (...)” e foi manda resgatar os restos do tenente-general (MORENO, 1997, p. 58-61). Sobre esse tema e a morte na guerra no século XVII no Brasil, os autores estão produzindo um texto com mais informações.

¹² Entra aqui também a descrição do enterro do Coronel D. João Vandort (Johan Van Dort), registrada no livro quinto, capítulo 26 da história do Brasil de Frei Vicente de Salvador, que inclusive, o autor compara o enterro católicos ao protestante. (SALVADOR, 1975, p. 367-369).

¹³ “São locais santos ou sagrados, destinados a oração pelas almas dos mortos que ali repousam, sendo estes públicos ou privados, onde localiza-se suas sepulturas” (ARIÈS, 2014, p. 54).

CAPÍTULO 9

PATRIMÔNIO FUNERÁRIO DOS IMIGRANTES ITALIANOS: NO CEMITÉRIO DE SÃO FRANCISCO DE MOMBAÇA - CONCEIÇÃO DO ALMEIDA – BA¹

Taiane Moreira de Jesus²

Fabiana Comerlato³

Henry Luydy Abraham Fernandes⁴

Sabrina Damasceno Silva⁵

INTRODUÇÃO

Pautado no estudo dos espaços cemiteriais a principal iniciativa desta pesquisa é contribuir para a desmistificação dos cemitérios, apresentando a morte como uma parte integrante da vida e esses ambientes como espaços além de depósitos de mortos. Dado que a morte é cercada por concepções pessoais e sociais, diretamente relacionada com as múltiplas formas de expressões culturais e simbólicas que são inseridas no contexto, tornando os cemitérios ambientes de realizações e representações de cultura.

Pesquisas com esta temática podem ser percebidas com certo espanto pelo senso comum. Afinal, uma série de tabus, sentimentalismos e desconfortos envolvem a morte, sobre a qual “nem é bom falar”. Contudo isto pode ser desconstruindo quando desfazemos os conceitos pré-estabelecidos, observando a sua direta relação da vida e a sua continuação. Diferentes povos possuem conjuntos de práticas e ritos relacionados a conservação dos seus entes perdidos, referente a concepções culturais, filosóficas, religiosas e psicológicas.

Nesta perspectiva foram analisadas a arquitetura e os atributos artísticos das sepulturas dos imigrantes italianos encontrados no Cemitério de São Francisco de Mombaça, na cidade de Conceição do Almeida (Figura 1), no Recôncavo Baiano. Situado na zona rural da cidade, São Francisco de Mombaça é fruto de uma comunidade liderada pelo italiano Padre Achile Rossini, que junto com outros imigrantes italianos proporcionaram transformações e inserção de novas técnicas na região, principalmente no campo agrícola, com a produção do fumo e da mandioca.

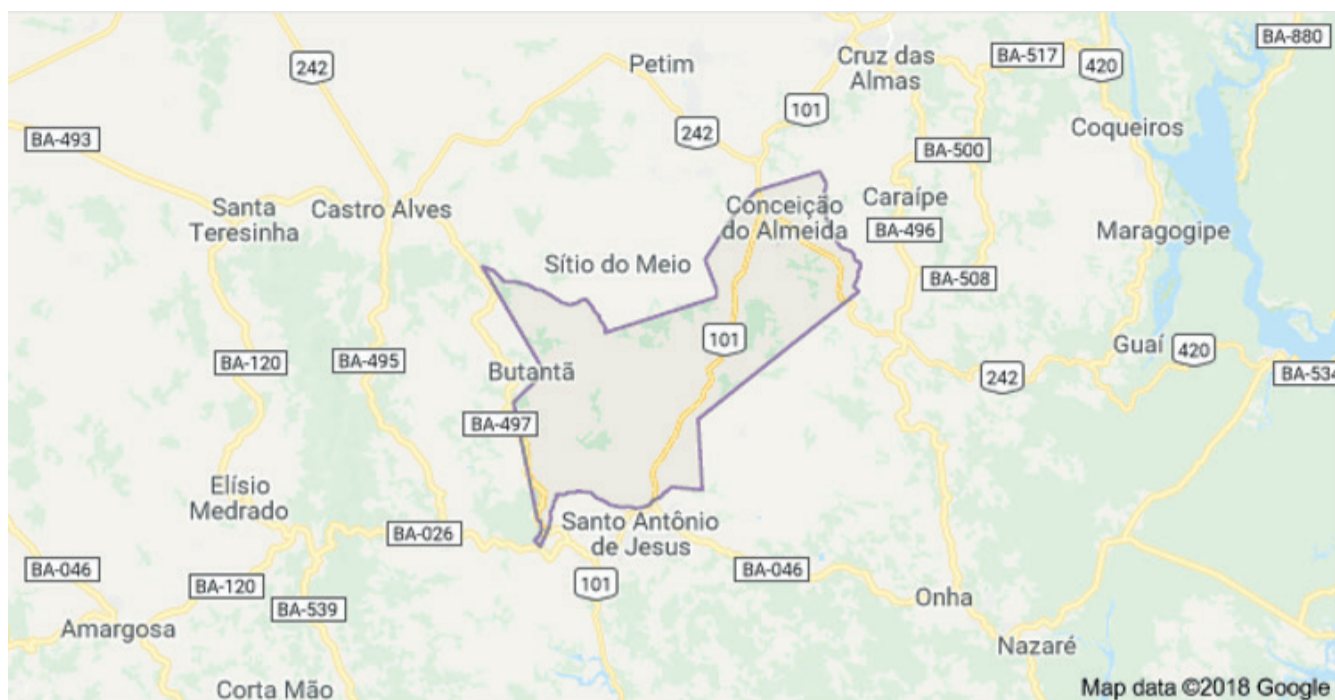


Figura 1: Localização de Conceição do Almeida – Bahia. Fonte: (www.google.com.br/maps)

Por intermédio desta análise foram levantadas múltiplas questões para compreendermos tanto os enterramentos no Brasil, como também os fatores que os incentivaram a deixar a Itália e se deslocarem para o interior da Bahia. Na busca do encontro de tais respostas se fez necessário a construção de um panorama sobre os períodos imigratórios dos séculos XIX e XX, vantagens e ganhos, e quais mecanismos foram desenvolvidos para preservar sua identidade italiana e para a adaptação em terras brasileiras.

PROCESSOS IMIGRATÓRIOS DOS SÉC. XIX E XX

No começo do século XIX na região norte da Península Italiana é iniciada a implantação da industrialização, gerando rapidamente um crescimento econômico. Ao contrário do que se vivia na região sul, onde sua economia se baseava em atividades agrícolas e que estava com dificuldades econômicas. Na busca de melhores condições de vida a população sulista começa a migrar para a região norte, isso produz uma superlotação, acompanhada pelo início de grave crise nos países do sul da Europa, acarretando a necessidade de criar métodos de escoamento (BENEDINI, 2013).

No Brasil o período da inserção da modernidade, principalmente relacionado a produção de mercadorias agrícolas, em especial a produção do café, movimentava a economia brasileira como um dos principais produtos exportados. Para o êxito do desenvolvimento do mercado cafeeiro era necessário que os fazendeiros pudessem assumir todos os investimentos básicos da fazenda, como os gastos com o arado e compras de escravos (ANDRADE, 1992).

Contudo após a Independência do Brasil em 1822, o governo começou a sofrer uma forte pressão da Inglaterra, um dos principais investidores e parceiro comercial, para que abolisse a escravidão e o fim do tráfico de negros. Contrários a libertação, os fazendeiros se juntam com a população livre fazendo oposição, pois entendiam que libertar os escravos iria causar um descontrole social na população brasileira (HUTTER, 1987).

De acordo com Fausto (2009), os fazendeiros eram contrários, pois não possuíam outros meios viáveis para suprir os trabalhadores. Buscando um acordo que beneficiasse ambas as partes o governo inglês desenvolveu uma série de tratos, muitos foram descumpridos, até que em 1850 o

governo brasileiro entra em concordância com os fazendeiros e decreta o tráfico de negros como crime. Atitude que reduz consideravelmente o número de escravos.

Após a definição do decreto ocorre um aumento na demanda de trabalhadores nas fazendas, o que incentiva aos fazendeiros a buscarem outras estratégias para despertar o interesse de trabalhadores assalariados, principalmente imigrantes, em sua maioria, italianos e alemães (FAUSTO, 2009).

Uma grande parte dos resultados da exportação do café era investida na inserção de novas ferramentas de trabalho, possibilitando a entrada da industrialização no país, provocando o desenvolvimento de indústrias. Isso gerou uma necessidade de modernização de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, iniciando a implantação de serviços públicos, entre eles a introdução de bondes, criação de bancos e inclusão de ferrovias (SOUZA, 2007).

As maiores iniciativas de construção de ferrovias no país decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os pontos mais importantes do país. Era preciso superar os inconvenientes resultantes de caminhos precários e das cargas em lombo de burro, que encareciam custos e dificultavam um fluxo adequado dos produtos (FAUSTO, 2009, p. 199).

A inclusão de ferrovias no país além de beneficiar as rotas de escoamento dos produtos agrícolas, permitiu a elevação do número de imigrantes no país, que vinham com o objetivo de trabalhar nas construções e na incorporação de técnicas desconhecidas em terras brasileiras (SOUZA, 2007).

Os imigrantes enfrentavam diversas dificuldades, desde a longa viagem que enfrentavam em meios de transportes precários até a contaminação de doenças, que muitas vezes, causavam um grande número de mortos, fazendo com que algumas famílias viessem e não permanecessem no Brasil (BENEDINI, 2013).

Encontra-se registro da presença de imigrantes italianos desde 1820, geralmente comerciantes que vinham com o propósito de vender mercadorias. Os jesuítas italianos também compunham a sociedade, vindos no período colonial a fim de evangelizar os nativos e por consequência se estabeleceram permanentemente (LANDIM, [19??]).

CORRENTES IMIGRATÓRIAS PARA A BAHIA

Segundo o livro “Italianos e outros temas na Bahia”, do historiador Tales de Azevedo (1989), os grandes momentos imigratórios italianos para Bahia são divididos em o Exílio de 1837, a construção da Estrada de Ferro em 1856 e a Imigração Artificial em 1906.

A Bahia foi o primeiro estado brasileiro a incentivar e se organizar para a chegada de imigrantes italianos. Em 1837 inicia-se o processo com a vinda de presos políticos, este movimento é conhecido como o Exílio. Resultado de um acordo entre o governo italiano e brasileiro, os presos seriam trazidos para o Brasil para servirem de trabalhadores. Muitos vinham com suas famílias em busca de melhores condições de vida (AZEVEDO, 1989).

[...] O recrutamento de trabalhadores livres dispostos a atravessar o Atlântico subvencionado pelo governo realizou-se basicamente na

península ibérica, na Alemanha, e em especial, na Itália, onde multidões viam na imigração para a América o lugar propício para viver. Na Itália, os anúncios apresentavam o Brasil como um paraíso (LANDIM, [19??]. p. 3).

Depois de enfrentarem todas as dificuldades da viagem os imigrantes ainda sofriam com a desconfiança e rejeição da população local. Suas acomodações eram bem diferentes das anunciadas na Itália, geralmente tinham que respeitar restritos horários, viviam em espécies de galpões e toques de recolher indicavam o período de reclusão nos dormitórios (HUTTER, 1987).

Apesar dos obstáculos encontrados muitos imigrantes conseguiram prosperar em terras brasileiras, com a ajuda de colonos iniciaram pequenos negócios como sapateiros, vendedores, agrônomos, mas principalmente no campo do comércio. Tiveram participação no desenvolvimento no cenário político brasileiro, por meio de relações políticas e introdução de inovadoras correntes de pensamento filosófico (LANDIM, [19??]).

Na segunda metade do século XIX, com o crescimento da produção do café, inovações tecnológicas chegaram ao país, entre elas as ferrovias. Na Bahia sua instalação foi feita em Salvador, que tinha um alto valor econômico, considerada por muitos historiadores como um dos mais importantes portos de entradas e saída de produtos da América Latina (SOUZA, 2007).

Construída em 1856, a Estrada de Ferro ligaria Salvador às margens Rio São Francisco em Juazeiro, sendo o segundo grande momento da inserção de italianos, com a chegada de quase mil imigrantes para a produção da obra. E apesar das privações que viviam, em 1870 os italianos constituíam 16,5% dos 2.639 trabalhadores. Apesar de possuírem conhecimentos aprimorados por serem agricultores e comerciantes, em sua grande maioria por falta de recursos preferiam se manter em trabalhos nas indústrias (BENEDINI, 2013).

A Estrada de Ferro abriu novas perspectivas, criando outras alternativas para os italianos exercessem outras atividades, principalmente o comércio, desenvolvimento de outras rotas comerciais contribuindo diretamente para a expansão das cidades e o surgimento de comunidades no interior do Estado. Entre elas a formação da comunidade de São Francisco de Mombaça em 1868, consequência de experimentos realizados pelo Padre Achille Rosini, que com outros imigrantes italianos implantam novas atividades agrícolas e técnicas de comércio cooperando para o fortalecimento da população (AZEVEDO, 1989).

Famílias italianas como Coni, Monaco, Domini, Massa, Ambrozi, Rossini, Pilligrini, Dantuani, Angeli e Alegre se fizeram presente na construção da comunidade. Segundo Geraldo Coni Caldas no livro “Conceição do Almeida: memória, minha terra, minha gente” em São Francisco de Mombaça foi desenvolvida uma sociedade irrepreensível.

Os processos imigratórios dos séculos XIX e XX não correspondem apenas a um redimensionamento das formas de produção agrícola e comercial, mas caracterizam uma trajetória de transformação cultural das localidades envolvidas neles. A incorporação de novos hábitos alimentares, de diferentes idiomas, de uma estética específica, de religiosidades distintas, corresponde às múltiplas faces dessa trajetória. Uma nova identidade foi constituída para a população local através dessa experiência imigratória (LIA; RADÜNZ, 2016, p. 260).

Os crescimentos das pequenas comunidades fortalecem o processo de inclusão dos imigrantes na sociedade brasileira, deixando de ser apenas personagens externos para se tornarem influenciadores diretos nos cenários políticos das cidades, como afirma Maria Luzia Braga Landim

(19??) “os italianos desempenharam importante função social, e não eram somente comerciantes, tinha trânsito nos grupos políticos e eram influentes nas decisões da cidade e região” (LANDIM, [19??], p. 6).

As relações entre os brasileiros e italianos correram de forma positiva até a primeira parte do século XX quando a Itália e o Brasil entram em conflito de forma indireta, em consequência de alianças referentes a Segunda Guerra Mundial. Os italianos que viviam em Salvador começam a ser perseguidos pela população local, tendo seus comércios totalmente destruídos e com a situação insustentável muitos precisaram voltar para as terras italianas. No interior, a perseguição se deu de forma mais branda e com poucas consequências para os italianos. Contudo, após estes acontecimentos a imagem do Brasil perante a Itália fica bastante desgastada, provocando uma drástica redução no número de imigrantes em terras brasileiras (BENEDINI, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o auxílio das Nações Unidas, em 1960, o Brasil com o objetivo de refazer as boas relações com a Itália e outros países europeus, começa uma série de iniciativas conhecida com a Imigração Artificial, na busca de estimular a vinda de novos imigrantes para o país, desta vez de forma controlada pelo governo. Contudo o resultado não acontece como esperado, o Brasil já não era mais tão atraente para os imigrantes, nem mesmo a Bahia que antes era vista como o paraíso (BENEDINI, 2013).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO FUNERÁRIO

Quando quebramos os pré-conceitos e abandonamos a carga emocional que os espaços cemiteriais podem causar, pode-se alcançar múltiplas descobertas com as informações que podem ser obtidas através da materialidade e imaterialidade existente.

Nos cemitérios as concepções sobre a morte são expressadas por meio da arte funerária, que apesar de possuir uma função decorativa nas sepulturas, também está correlacionada com o contexto histórico, ideológico, social e econômico, traduzindo as múltiplas interpretações da vida e da morte, como também mantendo as características que reproduzem a individualidade dos mortos mediante aos símbolos. Os elementos empregados na arquitetura e nos atributos das sepulturas podem ser compreendidos como uma tentativa de perpetuação de memórias individuais e coletivas, a representação da vida, dos feitos e realizações. Peculiaridades que os constroem e que não devem ser esquecidos mesmo com a sua morte, desta forma os familiares buscam uma sensação de imortalidade do ente perdido.

Segundo o historiador Harry R. Bellomo (2008), os espaços cemiteriais e o acervo artístico incluso podem ser explorados em diversas potencialidades. Sendo fontes de dados como estudo da genealogia familiar e local, as formas de preservação da memória familiar, no estudo das crenças, expressões de posições políticas, gostos artísticos, perspectiva de vida e percepções sobre a morte.

Com base nisto podemos considerar os cemitérios como patrimônio cultural das cidades conforme o conceito que a Constituição do Brasil⁷, no artigo 216, apresenta de patrimônio como sendo “os bens de natureza tanto imaterial como material, seja em individual ou em conjunto, que carregue a identidade, a ação e a memória de um grupo da população brasileira”. Os cemitérios são compostos por produto material, a arte funerária (arquitetura, esculturas, símbolos e lápides), e também do imaterial que é constituído das histórias, legados de vida dos sepultados. Com base nisto podemos considerar os espaços cemiteriais como patrimônios, como afirma Nogueira (2013):

O patrimônio cemiterial não é apenas aquele registrado em materiais tangíveis como obras, fotos e inscrições, mas o que todo esse conjunto pode representar, ou seja, o que se pode evocar do passado através dessa materialidade. São representações da memória que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, sendo tais representações pontos que ativam a memória que nos serve de alicerce para o futuro, proporcionando transmissões de culturas de outras gerações, além de constituir material para a construção de identidades culturais (NOGUEIRA, 2013, p. 35).

A partir destes fundamentos, este trabalho buscou estabelecer uma relação entre os conceitos de patrimônio e as representações culturais nas sepulturas, atrelando os vínculos entre os cemitérios, a memória, identidade individual e coletiva. Como também, a legitimidade destes mesmos serem espaços relevantes para a compreensão da construção de histórias das cidades e das suas populações, por serem espectadores de transformações temporais e sociais.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Com objetivo analisar o patrimônio funerário dos italianos em São Francisco de Mombuca e compreender a presença histórica dos imigrantes na cidade o estudo foi elaborado com base no projeto de “Estudos Cemiteriais no Recôncavo”, realizado pelo grupo de pesquisa Recôncavo Arqueológico⁸, que desenvolve pesquisas nos cemitérios de algumas cidades do Recôncavo Baiano, com foco no estudo da arte e arquitetura, como também no estado de conservação das sepulturas.

Com o auxílio de pesquisas exploratórias e levantamento de textos bases são desenvolvidos os trabalhos, que geralmente são divididos em 4 fases: a inicial, que consiste na busca de textos que ajudaram a construir a base teórica-metodológica, voltados para os principais temas que estão envolvidos no objeto de estudo; a segunda fase é a construção do delineamento dos aportes teóricos-metodológicos, processamos os fundamentos para desenvolver a abordagem da Arqueologia Histórica no contexto cemiterial.

Os cemitérios como sítios arqueológicos são constituídos por diversas potencialidades de análise por meio da presença da cultura material, as sepulturas, possibilitando a observação de como foram estruturadas as diferentes representações da morte, as mudanças sociais, como também datação precisas. A arqueóloga Tânia Andrade Lima (1994) apresenta:

Os jazigos constituem artefatos datáveis com precisão, já que nas lápides tumulares ficam em geral impressas as datas de nascimento e falecimento dos indivíduos que aí foram enterrados. Essas datas, salvo em casos de traslados, como ocorre com os ossários, por exemplo, ou em casos de reformas posteriores, coincidem em geral com a época do sepultamento. Outros elementos gráficos e iconográficos apostos às sepulturas (nome do morto, ascendência e/ou descendência familiar, profissão, títulos, termos utilizados em dedicatórias, memoriais, louvações, etc., bem como a própria estrutura desses escritos; adornos, esculpidos nas lajes ou sobrepostos a elas; suas variações através do tempo e sua distribuição espacial) fornecem um campo vasto e fecundo para a pesquisa (LIMA, 1994, p. 88).

A terceira fase é a realização do trabalho em campo onde foi efetuado o levantamento das características gerais do cemitério e das sepulturas estudadas, sendo registradas suas informações específicas na Ficha de Registro de Sepulturas para Arquitetura e Arte Cemiterial, subdivida em 12 categorias: 1) Identificação dos Sepultados; 2) Localização e Orientação; 3) Descrição da Sepultura; 4) Estrutura Arquitetônica da Sepultura; 5) Composição da Sepultura; 6) Ornamentos; 7) Dimensões dos Ornamentos; 8) Tipologia dos Ornamentos; 9) Estilos; 10) Transcrição do Epitáfio; 11) Confissão ou Rito e 12) Dados da Pesquisa.

Para a reconhecimento das sepulturas foi elaborado um código de identificação a partir do nome da cidade e do cemitério, mais o número de localização para registro. Considerando isto foi designado CO.MO.1, sendo CO de Conceição do Almeida, e MO de Mombaça. A representação numérica é a única variável, pois, representa a localização da estrutura, com base da indicação da orientação que devesse começar pela esquerda da Capela, e da parte de traz até a frente.

Após a realização do trabalho em campo iniciou-se a quarta fase da pesquisa, que é o tratamento dos dados encontrados, a organização das fotografias e análise conjunta dos dados, para assim começar a produzir documentos com os dados encontrados, que se tornam agentes de comunicação em trabalhos produzidos.

Situado na zona rural de Conceição do Almeida, foi inaugurado o cemitério de São Francisco de Mombaça (Figura 2), em 14 de fevereiro de 1915, ainda no arraial de São Francisco de Mombaça, contendo uma capela em estilo eclético, foi construída pelo então Intendente João Antônio de Coni, que hoje jaz enterrado no local (CALDAS, 1970).



Figura 2: Localização área de Conceição do Almeida, em destaque a Vila São Francisco de Mombaça. Fonte: (Google Maps, 2017).

Mombaça tem seu nome devido ao seu padroeiro, São Francisco de Assis, santo que renuncia toda a luxúria que a vida pode oferecer para viver humildemente com auxílio de doações, como exercício do chamado que havia recebido (CALDAS, 1970).

Na investigação feita no cemitério foram levantadas suas características arquitetônicas,

podendo observar em sua entrada um portão de acesso de duas folhas arrematado em arco, dando acesso a um caminho revestido por paralelepípedos que permite chegar a capela central. Erigida em patamar único, sem alas de separação por distinções sociais ou religiosas, são encontradas sepulturas de diferentes anos, muitas sem identificação e em diversos estados de conservação.

Referente aos italianos, foram encontradas quatro sepulturas, das quais três serão apresentadas por seu valor quantitativo de elementos, sendo duas em estrutura arquitetônica, campa com cabeceira e um em mausoléu, todos com lápides e elementos decorativos. Para análise arquitetônica e dos seus atributos artísticos foram recolhidas as informações em campo e observação icnográfica e histórica.

ANÁLISE DAS SEPULTURAS

Mausoléu da Família Nicolao de Coni (CO.MO 02)

Localizado a direita do cemitério, em estilo neoclássico (Figura 3), possui dimensões de 4,25m de comprimento por 4,25m de largura. E com colunas de aproximadamente 2,35m de altura. Sua altura total supera a da capela central, como podemos observar na imagem a abaixo.



Figura 3: Imagem frontal do Mausoléu. Foto: (Fabiana Comerlato, 2017).

A construção apresenta elementos como frontão triangular na parte da frente e atrás; o uso de arcos, colunas em estilo toscano, capitel, cúpula que cobre a construção, como também balaústres e frisos em todos os seus lados.

A arquitetura neoclássica busca estabelecer ao exterior dos edifícios uma sensação de grandiosidade e força, com o objetivo de distinção e autoridade, características muito comuns

dos grandes Templos da Antiguidade. A estrutura de mausoléu é geralmente utilizada por grandes comerciantes ou figuras históricas com a intenção de manter o status econômico e familiar (REZENDE, 2007).

No mausoléu foram encontradas três placas de mármore (Figura 4) identificando os sepultados, escrito em baixo relevo, seguindo a ordem da tabela abaixo:



Figura 4: Imagem das lápides presentes com as identificações presente no Mausoléu. Foto: (Fabiana Comerlato, 2017).

Placa 3 (Superior)	Ano de Falecimento
Geraldo Coni Caldas	2001

Placa 1(Direta)	Ano de Falecimento
Pedro Coni	1923
Maria Scanticia de Coni	1923
Nicolao Coni	1916
Joselina Caldas de Coni	1960
João Caldas Coni	1960

Placa 2(Esquerda)	Ano de Falecimento
Mario Coni Santos	1938
Maria Coni Caldas	1985
Geraldo Coni	1924
Diva Coni Caldas	1987
Nilza Caldas de Carvalho	1961
Fernando Coni	1994

No frontão existe a presença de dois símbolos, um signo fitomorfo representando um ramo de palma e o outro uma cruz latina. Analisando os seus significados foi identificado que o ramo de palma pode apresentar diversos significados, misturando a vitória e alegria; a sua relação com o contexto cristão se dá por simbolizar a paz, a vida eterna e a ressurreição. Um detalhe que reforça este contexto é a cor do ramo, verde, a cor da esperança, que pode ser compreendido como a esperança na ressurreição (BELLOMO, 2008).

Sepultura de Úrsula Rosini de Ângelo (CO.MO 03)

Localizada a esquerda da Capela Central (Figura 5), foi identificada a sepultura de Úrsula Rosini de Ângelo (30/04/1840 - 09/11/1924) em estrutura arquitetônica, campa com a presença de cabeceira, oratório e placa metálica em que se encontra o epitáfio. No cume do oratório pode ser observado um encaixe, o que sugere que havia uma cruz, mas por algum tipo de agente deve ter sido alterado.



Figura 5: Imagens da sepultura de Úrsula Rosini de Ângelo. Foto: (Fabiana Comerlato, 2017).

A placa de metálica no interior do oratório (Figura 6) representa um livro aberto com elementos textuais e signos esmaltados. Estão inscritos o nome da sepultada, as datas de nascimento e óbito, além de expressões de saudade e culto a sua memória, além disso, uma representação de uma palma e uma cruz latina.



Figura 6: Imagem da cabeceira com o epitáfio. Foto: (Fabiana Comerlato, 2017).

Transcrição: Aqui jazem os restos/mortais de /Úrsula Rosini de Ângelo - 1840 – 1924. “Que a sua alma boa descanse / na Paz do Senhor. Amém. / Uma prece para a extinta que viveu fazendo o bem. /. A nossa querida e inesquecível/ mãe, sogra, avó e tia, e mais /cruciante dor e a eterna/ saudade dos seus filhos, nora, genro, netos e sobrinhos.”

As epigrafias começam a serem utilizadas no período Greco-Romano como forma de exaltação de suas conquistas e para que seus feitos não fossem esquecidos. Nos cemitérios também atuam com agente memória e valorização de características que são consideradas por familiares ou até mesmo pelo ser. E por meio dessas inscrições perpetuar a memória social e individual do falecido, neste caso, buscou-se exaltar os laços familiares e características benéficas.

Jazigo da Família João Antônio Coni (CO.MO 04)

O jazigo da Família João Antônio Coni (Figura 7) está localizado a esquerda da capela do cemitério, possui dois sepultamentos, sendo o João Antônio Coni e sua esposa. Tem sua formação arquitetônica em campa com a construção de dois patamares de calçadas, pode ser observada também a presença de cabeceira em forma de pedestal e com a uma cruz latina com uma representação de Cristo crucificado. As calçadas são compostas por ladrilhos hidráulicos, compondo um tapete xadrez em cores branca e bordô. Cada lateral do segundo patamar possui vasos de mármore com plantas ornamentais em seu interior. Alguns vasos apresentam os signos de uma cruz trilobada e uma flor, em baixo relevo, é possível perceber que alguns desses vasos possuam períodos diferentes de implantação na sepultura.



Figura 7: Imagens da sepultura de João Antônio Coni. Foto: (Fabiana Comerlato, 2017).

A campa é constituída por concreto sem nenhum tipo de revestimento, na parte frontal é possível encontrar um puxador de bronze junto a tampa tumular. A sua parte superior e a cruz latina são confeccionadas em granito preto. Pode ser observado também que suas quinas possuem arredondamentos, característica que conseguimos relacionar ao estilo *art déco*. Ainda contém inscrições para identificações dos sepultados produzidas em letras de bronze.

A sepultura é encimada por uma cruz latina e imagem cristológica, do momento de Jesus na Cruz. A cruz latina, apresenta a sua vertical mais longa que a horizontal, é válido ressaltar que o uso da imagem de Jesus Cristo crucificado, na cruz é um costume dos católicos, os evangélicos/protestantes costumam utilizar somente a imagem da cruz vazia (BELLOMO, 2008).

A partir de elementos encontrados na sepultura e de pesquisas bibliográficas foi possível traçar uma parte da biografia do patrono João Antônio de Coni, nascido em Rofrano (Salerno/Itália) em 3 de junho de 1880, filho de Pedro Antônio de Coni e Catharina Lucca de Coni. Mudou-se para Brasil em 1886, quando tinha ainda cinco anos de idade, para atender um pedido de seu pai que já trabalhava em terras brasileiras. Da capital Salvador, partiu para o São Francisco da Mombaça, sendo recebido por seus tios Pedro Coni e Maria Scandicia de Coni. Quando adolescente, trabalhou na firma da família “Pedro de Coni & Filhos”, logo tornou-se gerente e aos 24 anos se torna sócio da firma, agora “Nicolau de Coni & Filhos”, sob a direção do seu tio e Coronel Nicolau de Coni (CALDAS, 1970).

Com o passar do tempo João Antônio Coni se torna um dos mais influentes proprietários de terras em São Francisco de Mombaça, por sua influência no incentivo da produção do café na região, e anos depois no cultivo de cana de açúcar e nas plantações de fumo. Casou-se com D. Sinisia Correia Caldas, filha do líder da emancipação política da cidade de Conceição do Almeida, o Cel. Clementino Correia Caldas, e tiveram oito filhos, que seguiram diversas atividades, como medicina, direito e o comércio.

Continuarei pois, aqui, na aprazível Mombaça, animado dos mesmos e sadios propósitos de bem servir esta Terra acolhedora e boa e a este amigo e generoso povo, que durante 70 anos de vida brasileira tão bem vividos, me dispensaram e a minha Família as maiores considerações. Em São Francisco de Mombaça se encontra até o Dia Final o mais humilde conterrâneo sempre pronto a servi-los com afeição e carinho (CALDAS, 1970, p. 318).

No trecho acima podemos observar um fragmento do discurso de João Antônio na Câmara de Vereados de Conceição do Almeida em 1956, quando o mesmo recebe o título de cidadão almeidense, em reconhecimento aos seus anos de dedicação e investimento na cidade. Por meio de suas palavras torna-se perceptível a integração que houve do italiano a cidade do Recôncavo e a vila de Mombaça, justificando seu enterramento fora de sua terra natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi apresentando os cemitérios são importantes fontes históricas para a compreensão de diversos fatores da sociedade, entre eles a formação da cidade e dos grupos pertencentes. O cemitério de São Francisco de Mombaça foi um bom referencial para isto, pois por meio do estudo das sepulturas de um grupo de imigrantes italianos, se tornou possível construir uma parte da influência desta colônia para a cidade e para o Recôncavo Baiano, tendo em vista que os investimentos que foram feitos na Vila de São Francisco de Mombaça e a introdução de novas técnicas agrícolas e comerciais permitiu novas possibilidades para o crescimento de toda a região.

Na análise dos túmulos dos imigrantes italianos podemos identificar uma variedade de estilos artísticos e arquitetônicos, porém houve a recorrência da presença de um signo fitomorfo, o ramo de palma e o outro uma cruz latina, o que pode representar conforme interpretações que os mesmos possuíam a esperança na ressurreição. Arquitetonicamente, o mausoléu da Família Coni apresenta elementos que mais remetem às construções italianas, o que acarreta em destaque pela sua visibilidade, principalmente quando observamos o espaço onde está situado, entre sepulturas simples. Tal edificação demonstra um desejo de exaltar as raízes italianas na 'última morada' desses imigrantes.

Por meio disto podemos perceber que relação dos cemitérios com as expressões de culturas, e, por conseguinte, o patrimônio cultural está além das construções erguidas, se faz presente no conteúdo que pode ser representando, nos significados e propósitos de sua criação, de certa forma, pesquisar isto é estudar as múltiplas formas de ser, entender e viver. Cada sepultura é reflexo de uma vida, constituída de histórias, que estão diretamente relacionadas a construção das memórias e identidades de grupos.

A materialidade presente se propõe como agente de evocação do passado, representação de memórias, que podem ser reestimuladas, ativadas, desenvolvidas e até mesmo resignificadas por meio desses elementos. Assim este conjunto de representações de memórias pode influenciar o futuro, partindo do pressuposto que com a manutenção acontecerá a transmissão das culturas para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Itália no Nordeste*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1992.

AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. *Italianos na Bahia e outros temas*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*, 2ª edição, Revisada e Ampliada, Porto Alegre: EDIPUCRS.,2008.

BENEDINI, Giuseppe Federico. A emigração italiana para a Bahia. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, n. 2, p. 1-20, jul/dez 2013.

BENEDINI, Giuseppe Federico. Italianos na Bahia, sem outros temas: breve resenha histórica sobre a imigração peninsular no sertão (1500-1850). *Revista de História*, 5, 1-2 (2013), p. 30-46.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao. Acesso em: 12/2017.

CALDAS, Geraldo Coni, *Conceição do Almeida: memória, minha terra, minha gente*. Cinigrafi, 1970.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13, ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana: Aspectos gerais do processo imigratório*. Rev. Inst. Est. Bras., São Paulo. 1987.

JESUS, Taiane Moreira de. *Análise da arquitetura e atributos das sepulturas dos italianos do cemitério de São Francisco de Mombaça em Conceição do Almeida – BA*. Monografia (Curso de Bacharelado em Museologia) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

LANDIM, Maria Luzia Braga. *Estrangeiros e Sertanejos a conquista do Sertão Baiano, o Arraial de Jequié*. [19??].

LIA, C. F.; RADÜNZ, R. *Os processos imigratórios dos séculos XIX e XX: diálogos entre o saber acadêmico e a Educação Básica*. Curitiba, Brasil, n. 61, p. 257-272, jul./set. 2016.

LIMA, Tânia Andrade. Dos morcegos e caveiras e cruces e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX. In: *Anais do Museu Paulista: História e cultura material*. São Paulo, V.2, 1994.

NOGUEIRA, Renata. *Quando um cemitério é patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. *Cemitérios*. São Paulo: Editora Necrópolis, 2007.

SOUZA, Robério Santos. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

<https://www.google.com.br/maps>

NOTAS

- ¹ Este artigo é uma adaptação da monografia apresentada como pré-requisito para o título de Bacharel em Museologia, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, orientada pela Profa. Sabrina Damasceno Silva (JESUS, 2018).
- ² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: taianemoreira07@hotmail.com
- ³ Pós-Doutorado em Desenho, Cultura e Interatividade Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: fabilato@gmail.com
- ⁴ Pós-Doutorado em Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luydyabraham@gmail.com
- ⁵ Pós-Doutorado em Museologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: sabrinamuseu@gmail.com
- ⁶ Segundo o IBGE, distrito criado com a denominação de Conceição do Almeida, pela Lei Provincial nº 1872, de 23-03-1872, subordinado ao Município de São Felipe. Elevado à categoria de vila com a denominação de Conceição do Almeida, pela Lei Provincial nº 1176, de 18-07-1890, desmembrado de São Felipe.
- ⁷ BRASIL. [Constituição (1988, p. 230)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- ⁸ Link do Grupo Recôncavo Arqueológico, registrado na plataforma CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6620141491258218>

CAPÍTULO 10

CONSTRUÇÃO, DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DOS ALEMÃES NA CIDADE DE CACHOEIRA - BAHIA¹

Fabiane Lopes Pereira de Lima²

Fabiana Comerlato³

INTRODUÇÃO

O município de Cachoeira está localizado no Recôncavo da Bahia, a 110km da capital, Salvador. A cidade abriga um riquíssimo patrimônio cultural imaterial, reconhecido nas manifestações culturais, que representam a identidade de seus grupos multiculturais; e um belíssimo patrimônio material, representado nas construções arquitetônicas das igrejas, capelas, cemitérios, dentre outras edificações que são frutos do período colonial e imperial, possibilitados pela economia açucareira e fumageira.

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro dessa realidade e teve como objeto o Cemitério dos Alemães, localizado em Cachoeira. O Cemitério dos Alemães é um sítio arqueológico, foi registrado em 2010 no projeto “Mapeamento de Sítios Arqueológicos: municípios de Cachoeira e São Félix” (FERNANDES, 2010, p. 54). Esse patrimônio funerário vem passando por processo de arruinamento, representando sérios riscos de desaparecer.

A pesquisa busca, portanto, compreender o processo de ressignificação do espaço do cemitério ao entrar em abandono, deixando de exercer sua função primária como um local de sepultamento para se tornar um sítio arqueológico com potencial museológico.

Nesse sentido, buscamos suporte nos conceitos da Nova Museologia, que, a partir da década de 1972, rompe com a ideia de museus apenas como espaços institucionalizados e fechados (galerias, centros culturais, etc.), passando considerar novas tipologias, como museus *in situ*, museus territórios, ecomuseus, dentre outros.

Os cemitérios poderiam então adentrar a categoria de museu *in situ*, uma vez que possuem acervos fixos: as sepulturas (que são artefatos datáveis) e demais elementos que compõem a paisagem cemiterial. Os cemitérios, assim como os museus, podem ser considerados mecanismo de educação informal, por cumprir o papel de comunicar através de seus acervos, estes que são objetos de representação social (MOTTA, 2011, p. 280).

Partindo do princípio de que as expressões culturais são elementos significantes para a produção e manutenção da memória de um grupo social, buscamos, através da documentação museológica, reunir e registrar o máximo de informações sobre o Cemitério dos Alemães.

Para o desenvolvimento da proposta, estruturamos o artigo em três tópicos: “Implantação do Cemitério dos Alemães na cidade de Cachoeira”; “Documentação Museológica”; “Metodologia e Análise”.

No primeiro tópico, “Implantação do Cemitério dos Alemães” na cidade de Cachoeira, analisamos o histórico da construção do cemitério, buscando compreender aspectos importantes, como: o que impulsionou a chegada dos imigrantes ao Recôncavo baiano, principalmente às cidades de Cachoeira e São Félix; o que motivou a criação de um cemitério específico para os imigrantes.

O segundo tópico, “A Documentação Museológica”, é uma introdução sobre a documentação museológica e a sua importância como processo inicial da cadeia operatória na gestão das informações intrínsecas e extrínsecas dos bens culturais, uma vez que a documentação dá sequência a outros procedimentos da musealização, podendo facilitar a preservação, comunicação e divulgação do patrimônio cultural.

O terceiro e último tópico, “Metodologia e Análise”, apresenta o passo a passo das atividades de campo, a metodologia utilizada na prática e os resultados alcançados, possibilitando a observação das especificidades do cemitério em estudo.

Essa esquematização permitiu compreender como o Cemitério dos Alemães se transformou em um sítio arqueológico, deixando de exercer sua função primária como um local de sepultamentos, para se tornar um bem cultural, um lugar de memória, que prevalece como intérprete da paisagem e das memórias dos sujeitos do Recôncavo.

IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO EM CACHOEIRA

A cidade de Cachoeira representa um verdadeiro tesouro do legado da época colonial, fruto da exploração da mão de obra escravizada nos engenhos de cana-de-açúcar. Até meados do século XIX, a produção açucareira foi o principal alicerce da economia local, as mais relevantes construções arquitetônicas da cidade são datadas desse período do apogeu da economia açucareira. O solo fértil do Recôncavo proporcionou também a produção do tabaco (fumo), riqueza que durante um período extenso movimentou a economia local (QUEIROZ, SOUZA, 2009, p. 35).

A sociedade cachoeirana do século XIX vivenciou momentos marcantes em seu desenvolvimento social e econômico; principalmente nas últimas quatro décadas, obras significativas se desenvolviam nesse cenário, como: a implantação da estrada de ferro central da Bahia, que visava assegurar uma eficiente comunicação entre o interior e o litoral; a construção da ponte ligando Cachoeira e São Felix e a expansão da indústria fumageira (IPHAN/UFBA, 1979, p. 114).

Com o levantamento documental, foi possível identificar que as primeiras fábricas implantadas na região do Recôncavo eram de origem portuguesa, embora as técnicas de aperfeiçoamento da confecção de bons charutos tenham vindo da cultura alemã. O português Francisco José Cardoso foi o pioneiro com a sua fábrica de manufatura do fumo artesanal, embora sua fábrica só tenha se instaurado oficialmente em 1887 na cidade de São Félix, quando se chamava *Charutos Juventude*; tempos depois, ganhou forma jurídica de *Costa Penna*, considerada a primeira e grande potência fumageira, com fábricas também nas cidades de Cachoeira e Muritiba. Em seguida, vem a *Dannemann*, fundada em 1873, com unidades fabris em São Félix, Maragogipe e Muritiba. Ocupando o terceiro lugar, vêm os *Suerdicks*, com sedes em Maragogipe, Cachoeira e Cruz das Almas, tendo sua fundação em 1905 (PORTO FILHO, 2014a, 2014c).

A investigação aponta que o motivo principal para a chegada da imigração alemã em Cachoeira tenha sido a implantação da indústria fumageira *Dannemann*. O evento proporcionou

a fixação de muitos estrangeiros, que construíram suas residências na cidade (IPHAN/UFBA, 1979, p. 60). Sem sombra de dúvidas, a presença desses imigrantes foi de suma relevância para o desenvolvimento socioeconômico e arquitetônico das cidades de Cachoeira e São Félix.

Na imersão histórica das indústrias fumageiras do Recôncavo, um dos personagens que se sobressai é o alemão Geraldo Dannemann, que exercia grande influência na região, foi o primeiro intendente (prefeito) da freguesia de São Félix e um dos fundadores da Sociedade Bahiana de Imigração. Essa entidade incentivava a vinda de imigrantes europeus para a Bahia, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento agrícola (PORTO FILHO, 2014b, p. 20).

Entre outros cargos, Geraldo Dannemann liderou o Clube dos Estrangeiros, na cidade São Félix, em 1887. Os frequentadores do clube eram os diretores das fábricas produtoras de charutos, empregados graduados e produtores de fumo. O espaço era utilizado tanto para fins de lazer, quanto para trâmites de negócios (PORTO FILHO, 2014b, p. 19).

A agroindústria fumageira se instaura como a segunda grande potência econômica nas cidades de Cachoeira e São Félix, tendo seu auge até 1924. Nos anos seguintes, as fábricas passaram a enfrentar diversas crises de ordem político-econômica, motivada sobretudo pela falta de movimento no porto de Cachoeira, devido à reestruturação do sistema viário estadual. As fábricas de fumo passaram por momentos difíceis até a década de 1940, quando a situação se agravou, levando ao fechamento das mesmas. A partir daí a cidade de Cachoeira entrou no processo de decadência e isolamento, perdendo relativamente a sua importância comercial (IPHAN, 2017).

Com um vasto patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico, Cachoeira é considerada um museu a céu aberto. Dentre as expressões identitárias de valor simbólico, podemos destacar o patrimônio funerário, correspondente aos quatro cemitérios da cidade, dispostos em locais estratégicos e privilegiados em relação às questões sanitárias (NASCIMENTO, 2010, s.p).

O cemitério dos acatólicos ou Cemitério dos Alemães, como é conhecido na comunidade, localizado no bairro do Morumbi, especificamente na Rua Stela, atualmente se encontra em total abandono. Em 2010, foi registrado como sítio arqueológico, pelo prof. Dr. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Luydy Fernandes, no projeto “Mapeamento de Sítios Arqueológicos: municípios de Cachoeira e São Félix” (FERNANDES, 2010, p. 54).

O cemitério é considerado de pequeno porte, medindo 34,60m por 17,10m (591,66m²), o que não interfere nos seus riquíssimos aspectos simbólicos. É um espaço murado e contém um portão de entrada no formato ogival, com detalhes góticos e orientação para o sul (Figuras 01 e 02). Anteriormente, havia na entrada do cemitério uma cobertura sustentada por quatro colunas de ferro fundido. No interior, as sepulturas encontram-se dispostas paralelamente, enfileiradas e delimitadas por trilhos de trem. Seu maior destaque é a arte em gradil, que é um elemento bem comum dos enterramentos protestantes. Até o ano de 2010, existia a casa do coveiro, localizada ao leste do cemitério; atualmente, substituída por uma construção moderna (COMERLATO, 2012, p. 208).



Figura 01: fachada do cemitério com cobertura.
Fotógrafa: (Mônica Scharmm, 1970)



Figura 02: portão de acesso ao cemitério.
Fotógrafa: (Renata Ramos, 2011)

O fato de os imigrantes serem protestantes fez com que providenciassem um cemitério para uso específico dos acatólicos, que vieram para o Recôncavo com o intuito de trabalhar na abertura da estrada de ferro e na indústria fumageira. Esses imigrantes eram de orientação religiosa luterana e presbiteriana e, por conta de seus segmentos religiosos, não podiam ser enterrados junto com as irmandades católicas: “A presença de protestantes ensejou evidentemente a fundação da Igreja Presbiteriana e, conseqüentemente, a construção do Cemitério de Protestantes” (NASCIMENTO, 2010, s.p).

A falta de dados concretos não nos permite afirmar com precisão a data de fundação e funcionamento do cemitério dos acatólicos. Conforme um relato de *e-mail* enviado pelo Sr. Gevaldo Simões, membro da Igreja Presbiteriana, em resposta ao professor Luiz Carlos Nascimento (morador da região e pesquisador em estudos étnicos e africanos), supõe-se que o cemitério tenha pertencido e estado sob administração de tal igreja e que este seria o primeiro cemitério de natureza protestante fora da capital baiana. Ainda nesse diálogo, pontuou que o comprador do terreno e o primeiro sepultado teria sido o Sr. Feliciano José de Araújo; por sinal, não houve nenhum levantamento em túmulos sobre ele (NASCIMENTO, 2010).

A partir dos apontamentos, percebem-se controvérsias em relação à hipótese de a Igreja Presbiteriana realmente ter sido a proprietária do cemitério. Não se sabe ao certo, mas, durante um tempo considerável, a mesma igreja negou que o cemitério fizesse parte de suas propriedades. Ainda nesse cerne, Luiz Carlos Nascimento ratifica, em seu artigo, ter quase certeza de que o Cemitério dos Alemães pertencia à Igreja Presbiteriana de Cachoeira, pois em suas pesquisas teve acesso a cópia do primeiro livro da igreja, onde encontrou informações que o levou a tal suposição (NASCIMENTO, 2010, s.p).

Um dado relevante corresponde a um projeto de reforma para o Cemitério dos Alemães, elaborado pelo Sr. Aníbal Fernandes Garrido, Chefe de Serviço do escritório do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) da cidade de Cachoeira. O projeto foi aberto em 24/03/2009 e protocolado no processo de nº 01502. 000883/2009-14, no IPHAN. Após passar pelos trâmites burocráticos, o superintendente substituto do IPHAN, Sr. Bruno César Sampaio Tavares, licitou a empresa Brandão Busatt, tendo como responsáveis técnicas as arquitetas Isa Brandão Busatt (CREA/BA 21.674-D) e Karina Matos de Araújo F. Cerqueira (CREA/BA 47512). A empresa foi contratada para fazer o levantamento cadastral e a pesquisa histórica do cemitério, objetivando a sua restauração (IPHAN, 2010). Mas não obteve êxito e o cemitério não foi restaurado.

A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

O processo da documentação museológica consiste em fazer com que os acervos existam na condição de documentos históricos, possibilitando-nos entender o contexto do patrimônio, uma vez que este pode sofrer ameaças de integridade física, ou seja, a perda das informações através do processo de degradação dos objetos ou espaço. Por este motivo que a documentação museológica se faz necessária: porque, ainda que o patrimônio sofra danos e deixe de existir enquanto propriedade física, se ele for registrado, suas informações podem ser preservadas na forma documento. No decorrer desse processo, ocorrem atualizações constantes, para que assim a documentação cumpra o seu papel de preservar, comunicar e disseminar informações, como fonte de pesquisa científica.

A ressignificação de um bem cultural pode ser assegurada a partir do processamento da documentação museológica como instrumento propício a vincular pesquisas científicas e preservação, demonstrando referenciais dos fatores extrínsecos e intrínsecos dos objetos. Nessa condução, há certa garantia a respeito da seguridade do registro, uma vez que este deverá ser configurado com o uso de uma linguagem adequada, permanecendo inalterado até a devida atualização.

A autora Maria Helena Dodd Ferrez define documentação museológica como processo de catalogação dos acervos, que podem ser de diversas naturezas, ou seja, encontram-se em museus, galerias, centros culturais, dentre outros espaços que representam seus locais de origem (*in loco*), com as peças depositadas em instituições de guarda, públicas ou privadas; como também em sítios arqueológicos, ou museus a céu aberto, categoria na qual o objeto desta pesquisa se enquadra, ou seja, o cemitério – o “espaço da finitude” (FERREZ, 1994).

Nesse sentido, a documentação museológica se faz por um conjunto das informações intrínsecas e extrínsecas que podem ser analisadas nos objetos, bens e acervos. Essa documentação diz respeito às várias etapas da cadeia operatória da Museologia, como: coleta, tratamento, armazenamento, organização, recuperação da informação e disseminação. Deste modo, a documentação museológica é a primeira etapa do processo de musealização (FERREZ, 1994, p. 64).

METODOLOGIA E ANÁLISE

Para o cumprimento das demandas da pesquisa, na coleta de dados focamos no levantamento sobre os atributos gerais de todo o conjunto cemiterial, reunindo o máximo de informações pertinentes aos fatores intrínsecos inseridos no patrimônio. Para isso, utilizamos: registro fotográfico, limpeza superficial do espaço, medição da área interna e dos sepulcros individualizados, análise dos

elementos decorativos, produção de *croquis* e preenchimentos das fichas de documentação. No momento pós-coleta, realizamos a confecção das plantas digitais individuais com identificação de gênero – masculina e feminina (Figura 03) – para serem indexadas nas fichas de documentação.

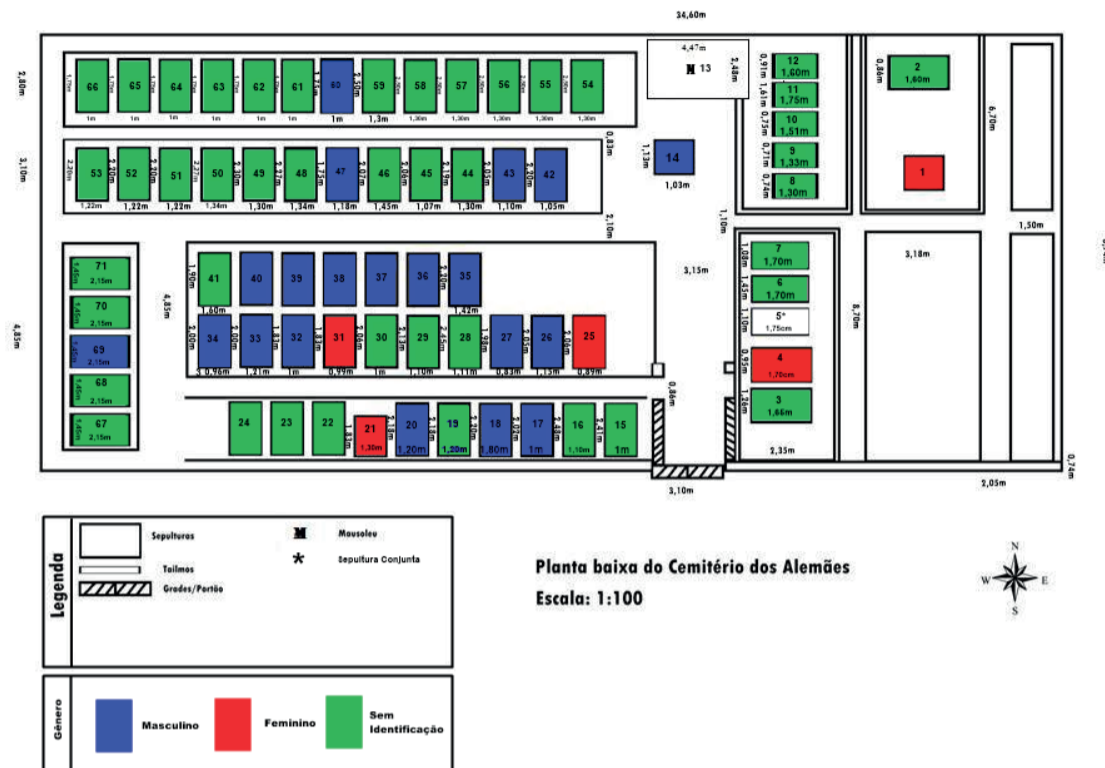


Figura 03: Planta digital do Cemitério dos Alemães. Elaborado por Dante José, Vanderlini Souza e Fabiane Lima, 2016

Com o processo de captura das imagens, buscamos registrar com maior afinco a área interna do conjunto cemiterial, fazendo fotos gerais do espaço; em seguida, partimos para os registros individuais de cada uma das sepulturas (Quadro 01). Para obtermos tais resultados, a captura das imagens foi feita com as ferramentas drone e câmera fotográfica.



Quadro 01: Fotos do interior do Cemitério dos Alemães. Fotógrafas: (Neta Ferreira, fotos de 1 a 6 (2015), e Vanderlani Souza, fotos 7 e 8 (2016)

Os registros fotográficos foram feitos para serem indexados nas fichas, como uma forma de reafirmar o conteúdo descrito na documentação, apresentando o panorama atual de como se encontra o espaço cemiterial (Figura 04): totalmente abandonado, sendo possível perceber áreas queimadas sem as devidas estruturas sepulcrais.

Uma vez que se trata de um trabalho de cunho documental, que almeja descrever os processos ocorridos ao longo do tempo no patrimônio funerário em questão, o uso das fotografias intensifica e certifica os dados apresentados na escrita. Sua aplicabilidade se faz como subsídio capaz de delimitar o patrimônio cultural como elemento do contexto museológico



Figura 04: Foto aérea do interior do Cemitério dos Alemães. Fotógrafo: (Carlos Eduardo Morais, 2016).



A partir do desenvolvimento das atividades de campo, refletimos sobre a ficha utilizada para o registro das informações e optamos por manter os campos que já haviam sido esquematizados na “Ficha de registro de sepultura aplicada à arquitetura e arte cemiterial”, utilizada pelos pesquisadores da temática cemiterial integrantes do Grupo de Pesquisas Recôncavo Arqueológico⁴. A única interferência nessa ficha pré-estabelecida foi o acréscimo de uma coluna específica para o depósito de imagens e planta baixa da respectiva sepultura, com a sua devida localização, o que denota um fator relevante para o reconhecimento visual do bem cultural.

A ficha utilizada para o registro de sepultura possui os seguintes campos: *Número de Identificação*, o qual deve ser preenchido com algarismo arábicos e com a sigla tripartida em ordem sequencial e a sigla alfanumérica tripartida, que é a codificação elaborada a partir de letras e números, a qual sintetiza e identifica o município, o sítio e a numeração de sepultura – ex: CA. CA.01, que significa Cemitério dos Alemães, Cachoeira, sepultura 01. O campo seguinte da ficha destina-se às informações intrínsecas de cunho simbólico referentes à *Identificação do(s) Sepultado(s)*, que estão subdivididas em: presença de lápide, local onde se encontram os epitáfios e inscrições; N° de sepultados, quantitativo de pessoas encontradas no jazigo; nome, identificação do nome do(s) sepultado(s); sexo, masculino ou feminino; nascimento e falecimento, dia, mês e ano de nascimento do sepultado. O campo *Localização e Orientação* correspondem à direção orientada por bússola, que aponta a posição da sepultura dentro do cemitério. O campo *Descrição da Sepultura*, é o detalhamento de tudo que faz parte da estrutura física da sepultura. Já o campo *Composição da Sepultura* refere-se aos fatores extrínsecos – trata das informações do objeto, ou seja, sua constituição material: cabeceira, lápide, gradil e ornamentos especificados. O campo

Dimensão dos Ornamentos entende-se por tamanho ou proporção vistos através da medição. *Tipologia dos Ornamentos* refere-se aos tipos de ornamentos: signos antropomorfos, zoomorfos ou fitomorfos. O campo *Estilos* corresponde ao estilo artístico da sepultura: neoclássico, neogótico, artnouveau, artdecó, eclético, dentre outros. *Confissão ou Rito* se refere à orientação religiosa: cristão-católico, cristão protestante, culto afro, culto popular, anglicano, ausente, não identificado e outros. O último campo refere-se, *Dados da Pesquisa*, é a documentação produzida: fotografias, croquis e planta digital, data da produção e, por fim, informações sobre pesquisador e coordenador: nomes dos responsáveis que assinam a pesquisa (Ver ficha 01).

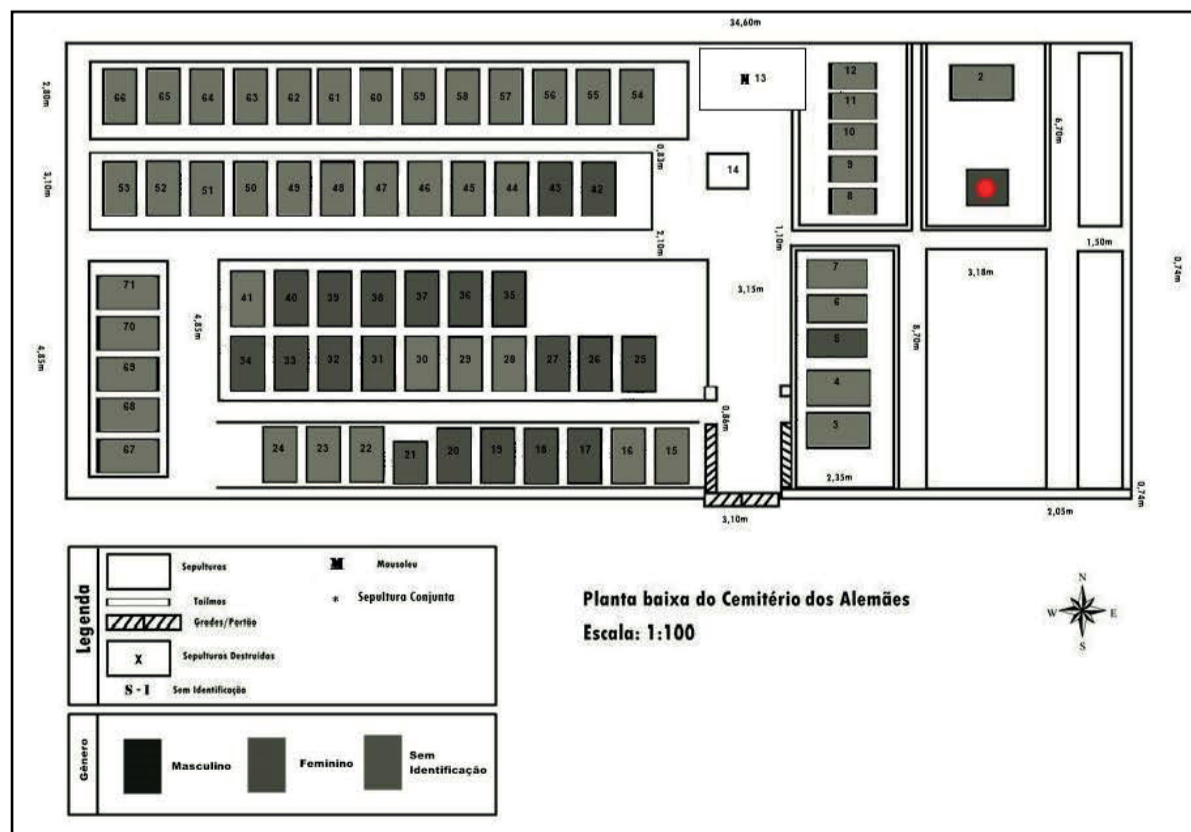
A organização das informações possibilitou a compreensão de aspectos/características de determinada sociedade: a partir da análise morfológica dos elementos constituintes do patrimônio funerário, foi possível distinguir e visualizar o marco simbólico de ideologia acatólica, observando as diferentes formas de ritos.

A partir da análise de tais conformações, percebemos que, no Cemitério dos Alemães, não há a presença de grandes monumentos, pouco se usa de alegorias (comuns nos cemitérios católicos), parte das sepulturas apresentam inscrições nas lápides, com poucos ou nenhum tipo de ornamentos, e os materiais construtivos não são extravagantes, com destaque para os gradis, mármore e ladrilhos hidráulicos.

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUEOLOGIA Rua Treze de Maio, Nº 13, 44300-000 Cachoeira, Bahia, Brasil Fone: (75) 3425-2729 http://www.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico		 Estudos Cimiteriais no Recôncavo	
FICHA DE REGISTRO DE SEPULTURA APLICADA A ARTE CEMITERIAL E EPITÁFIO					
Nº: 01		SIGLA: CACA01			
IDENTIFICAÇÃO DO(S) SEPULTADO(S)					
Presença de lápide <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			Tipo de sepultura		
Nº. de sepultamentos identificados <input checked="" type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> não identificado					
	Nome dos sepultados	Fotografia	Sexo	Nasc.	Falec.
1	Maria Martha Gaschin	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	29.09.1915	20.02.1919
2		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M		
3		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M		
4		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M		
5		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M		
LOCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO					
Código nº da sepultura			Quadra		
Data da compra			Marmoraria		
Data-escultura			Autoria		
Proprietário atual			Orientação		
DESCRIÇÃO DA SEPULTURA					
Sepultamento infantil, apresentado cabeceira e lápide com inscrições em baixo relevo referente a sepultada. Material construtivo: arenito.					
COMPOSIÇÃO DA SEPULTURA					
<input checked="" type="checkbox"/> Cabeceira		<input checked="" type="checkbox"/> Lápide		<input type="checkbox"/> Gradil	
<input type="checkbox"/> Oratório		<input checked="" type="checkbox"/> Ornamento			

Ornamentos					
<input type="checkbox"/> Alegoria	<input type="checkbox"/> Fotografia	<input type="checkbox"/> Pináculo	<input type="checkbox"/> Gradil	<input type="checkbox"/> Oratório	
<input type="checkbox"/> Anjo	<input checked="" type="checkbox"/> Símbolo decorativo	<input type="checkbox"/> Pilastra	<input type="checkbox"/> Portão	<input checked="" type="checkbox"/> Epitáfio	
<input type="checkbox"/> Imagem Sacra	<input type="checkbox"/> Puxador	<input type="checkbox"/> Obelisco	<input type="checkbox"/> Cruz	<input type="checkbox"/> Vaso	
<input type="checkbox"/> Imagem Profana	<input type="checkbox"/> Outro				
DIMENSÕES DOS ORNAMENTOS					
Ornamento	<input type="text"/>	Altura máxima (cm)	<input type="text"/>	Comprimento (cm)	<input type="text"/>
Ornamento	<input type="text"/>	Altura máxima (cm)	<input type="text"/>	Comprimento (cm)	<input type="text"/>
Ornamento	<input type="text"/>	Altura máxima (cm)	<input type="text"/>	Comprimento (cm)	<input type="text"/>
Ornamento	<input type="text"/>	Altura máxima (cm)	<input type="text"/>	Comprimento (cm)	<input type="text"/>
TIPOLOGIA DOS ORNAMENTOS					
Signos antropomorfos		Signos Zoomorfos		Signos Fitomorfos	
<input type="checkbox"/> Figura de Anjo	<input type="checkbox"/> Coruja	<input type="checkbox"/> Águia	<input checked="" type="checkbox"/> Folha		
<input type="checkbox"/> Figura de Criança	<input type="checkbox"/> Morcego	<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Flor		
<input type="checkbox"/> Figura Feminina	<input type="checkbox"/> Serpente		<input type="checkbox"/> Fruta		
<input type="checkbox"/> Figura Masculina	<input type="checkbox"/> Pata de Leão		<input type="checkbox"/> Em moldura		
<input type="checkbox"/> Crânio	<input type="checkbox"/> Abelha		<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>		
<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> Pombo				
Signos do Fogo					
<input type="checkbox"/> Lamparina	<input type="checkbox"/> Objetos		<input type="checkbox"/> Foice		
<input type="checkbox"/> Tocha	<input type="checkbox"/> Urna		<input type="checkbox"/> Bastão		
<input type="checkbox"/> Tocheiro	<input type="checkbox"/> Ampulheta		<input type="checkbox"/> Elmo		
<input type="checkbox"/> Chama	<input type="checkbox"/> Cruz		<input type="checkbox"/> Coração		
	<input type="checkbox"/> Crucifixo		<input type="checkbox"/> Porta-retrato		
	<input type="checkbox"/> Livro		<input type="checkbox"/> Cesto		
Signos de nobreza ou distinção social					
<input type="checkbox"/> Brasão	<input type="checkbox"/> Globo		<input type="checkbox"/> Signos Geométricos <input type="text"/>		
<input type="checkbox"/> Coroa	<input type="checkbox"/> Panejamento		<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>		
<input type="checkbox"/> Macônico	<input type="checkbox"/> Pergaminho				
<input type="checkbox"/> Título/Comenda	<input type="checkbox"/> Trombeta				
<input type="checkbox"/> Arma	<input type="checkbox"/> Cálice				
	<input type="checkbox"/> Âncora				
ESTILOS					
<input type="radio"/> Neoclássico	<input type="radio"/> Art Decó	<input type="radio"/> Modernista			
<input type="radio"/> Neogótico	<input type="radio"/> Eclético	<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>			

<input type="radio"/> Art Nouveau		<input type="radio"/> Vernacular	
EPITÁFIOS			
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Transcrição			
Hier Ruht in Gott Unser geliebtes/ Tochtercher Maria Martha Gäsclin geb.29 september 1915 gest 20 februar 1919			
Localização	<input checked="" type="checkbox"/> Cabeceira/Suporte	<input type="checkbox"/> Tampa Tumular	<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>
Confeção			
<input checked="" type="checkbox"/> Gravado em pedra em baixo relevo	<input type="checkbox"/> Gravado em pedra em alto relevo	<input type="checkbox"/> Gravado em placa de metal	
<input type="checkbox"/> Escrito em letras de metal	<input type="checkbox"/> Papel ou plástico	<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>	
CONFISSÃO OU RITO			
<input type="checkbox"/> Cristão-católico	<input type="checkbox"/> Culto-afro	<input type="checkbox"/> Anglicano	<input type="checkbox"/> Não identificado
<input checked="" type="checkbox"/> Cristão-protestante	<input type="checkbox"/> Culto-popular	<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Outros <input type="text"/>
DADOS DA PESQUISA			
Preenchido por	Fabiane Lima		
Pesquisador (a)	Fabiane Lima		
Coordenador (a)	Fabiana Comerlato		
Data	17/11/2015 á 24/11/2016		
Documentação produzida	Plantas digital individual e fotografia		



Ao considerarmos este cemitério como um objeto cultural, entendemos que ele tem a capacidade de apresentar os valores levantados na sua documentação, a partir da integração entre os atributos de identificação, organização e classificação, sustentados nos elementos físicos e simbólicos.

Após as atividades de campo, com a aplicabilidade da ficha de documentação, pudemos fazer um levantamento e especificamos 71 estruturas sepulcrais, as quais foram registradas e analisadas proporcionando um conjunto de dados arqueológicos e museológicos.

Somou-se um total de 44 sepulturas sem identificação, ou seja, sem os nomes dos sepultados. Nesses casos, a documentação se orientou na descrição do que ainda podia ser identificado nas sepulturas, por exemplo: cabeceiras, presença de lápides com inscrições ilegíveis, restos de alvenaria, gradis, tampa tumular, cruzes, enfim, tudo o que se pôde enxergar nas estruturas remanescentes.

Entre os 27 sepultamentos identificáveis, contabilizamos 6 nomes femininos e 21 nomes masculinos, sendo que apenas 3 sobrenomes se repetem, são eles: Martfel, Gaeschin, Scharmm. Os jazigos dos Martfel são feitos em formatos retangular, com estruturas acimentadas, contendo ladrilhos hidráulicos em sua base, os epitáfios se encontram na tampa tumular. Já a estrutura dos túmulos dos Gaeschin possuem cabeceiras com cruzes e lápides contendo informações sobre os sepultados. As dos Scharmm também são estruturas acimentadas, possuem cabeceiras com mensagem elucidativa nas lápides.

No campo *Composição da Sepultura*, foi possível identificar a presença de 28 cabeceiras, 15 gradis, 27 lápides e 23 ornamentos. Como refletem os gráficos, parte desses sepultamentos não possui os elementos mencionados. Essa ausência permite levantar a questão: as informações se perderam com processo de arruinamento do espaço cemiterial ou realmente nunca existiram?

Em relação ao campo *Tipologia dos Ornamentos*, foi possível contabilizar 27 epitáfios, 15 gradis, 8 pilastras, 5 cruzes e 3 símbolos decorativos. Poucos ornamentos foram encontrados, não se sabe se por conta do elevado grau de degradação ou se porque nunca existiram.

Identificamos que algumas das sepulturas possuem ornamentos das categorias: signos fitomorfos (folhas e flores) e objetos (pergaminho e cruzes), a exemplo da sepultura do alemão Franz Ferverd, sigla CA.CA.17, que apresenta um ramo de rosas. A sepultura do Julius Baus, sigla CA.CA.42, tem seu destaque na cruz com galhos cortados fincada em um montículo, acompanhada de um pergaminho no local da inscrição tumular. Encontramos também uma variedade de cruzes, signo muito usual nos cemitérios no Ocidente: cruz em ferro com uma alegoria feminina reproduzida em sua base, cruz latina, cruz trilobada e cruz celta, esta última mais comum em cemitérios protestantes. Da soma total dos jazigos, 15 deles contêm gradis, com motivos góticos e ecléticos. O pequeno conjunto de ornamentos expressa a austeridade e a forma de sepultar comuns em outras comunidades protestantes.

Com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão, esquematizamos numa tabela os nomes dos sepultados e as datas de nascimento e falecimento ainda existentes nas sepulturas (Tabela 01). A organização das informações na tabela seguiu a mesma ordem das siglas alfanuméricas tripartidas das fichas de documentação.

A partir desta sistematização, foi possível perceber uma variação em relação às informações referentes aos sepultados e suas respectivas datas de nascimento e falecimento: dos 27 nomes levantados, apenas 12 têm as datas completas; 8 deles não possuem datação e as dos 7 restantes se encontram incompletas.

Do total das 71 sepulturas, 27 apresentam lápides, todas com algum tipo de informação dos

sepultados, sendo que 19 delas nos epitáfios possuem mensagens elucidativas e as 8 restantes, apenas datas de nascimento e falecimento, algumas gravadas em baixo-relevo, outras em alto-relevo e apenas 2 em placa de metal, contendo partes ilegíveis.

A análise empreendida permitiu identificar que as sepulturas mais conservadas pertencem à família dos Martfel, cujos descendentes continuam residindo na cidade de Cachoeira, o que justifica o melhor estado de conservação em relação às demais sepulturas.

Considerando que a maioria dos descendentes desses acatólicos sepultados não se encontram mais na cidade, supõem-se que o fechamento da fábrica de charutos teria levado esses imigrantes a se deslocarem. Já que a indústria fumageira era a maior fonte de renda na época, cogita-se que a falta de emprego fez com que os imigrantes saíssem da cidade em busca de outros meios de sobrevivência.

Em contraponto, se observarmos os outros três cemitérios da cidade, é possível perceber que todos eles se encontram mais conservados; ainda que não recebam o tratamento devido, percebe-se que a ligação direta com as suas respectivas irmandades influencia significativamente na conservação desses espaços.

O outro ponto que refletimos com base na análise refere-se ao local mais degradado dentro do cemitério, que fica justamente em sua área leste, espaço que a população residente utiliza como depósito de lixo. Nessa área, as sepulturas estão quase desaparecendo, por conta desse mal uso e do desgaste natural, uma vez que é um patrimônio ao ar livre e em constante exposição a agentes nocivos do tempo. Além disso, não há proteção na entrada do cemitério, possibilitando animais (equinos) adentrarem para se alimentar do capim que cresce entre os túmulos.

Cabe ressaltar que, embora o cemitério esteja num estado alarmante de degradação, ainda contém grande potencial informativo, que pode ser estudado por outras vertentes do conhecimento, reforçando a sua relevância enquanto bem cultural.

A percepção do Cemitério dos Alemães como um artefato arqueológico e museológico implica em reconhecê-lo enquanto objeto transmissor de conhecimento, que comunica e dialoga através das mensagens simbólicas (FERNANDES, BANDEIRA, 2014, p. 82). Nesse âmbito, a produção documental das estruturas remanescentes desse patrimônio funerário se faz relevante para garantir a perpetuação e transmissão das memórias para as gerações futuras.

Neste sentido, Mathilde Bellaigue coloca que os museus *in situ* deveriam ter ligação direta com a consciência do meio físico, social e cultural em que estão inseridos, compreendendo e tornando legível o território e suas particularidades, de forma geral e sistemática, entre a relação objeto e espaço (BELLAIGUE, 2009, p. 87). Sendo assim, o Cemitério dos Alemães pode ser compreendido, conforme as perspectivas investigadas neste trabalho, como um conjunto de objetos oriundos de variadas naturezas capazes de atribuir valor cultural com caráter infocomunicacional (LOUREIRO, 2016, p. 102).

Identificação	Sepultado	Data de Nascimento	Data de Falecimento
CA.CA.01	Maria Martha Gaeschin	★ 29/09/1915	† 20/02/1919
CA.CA.04	Agness Farlani	★ não consta	† 03/05/1895
CA.CA.05	Arthur Elarlie	★ 13/08/....	† 25/05/1889
CA.CA.05	Amélia Luiza	★ 10/03/....	† 05/09/1892
CA.CA.14	George Andrewess	★ não consta	† 03/04/1883
CA.CA.17	Franz Feuerherd	★ 17/01/1876	† 09/05/1931
CA.CA.18	Ervin Stanffet	★ 03/01/1900	† 22/05/1926
CA.CA.20	Franz L. Reiske	★ 28/09/1901	† 01/03/1923
CA.CA.21	Sophia Bertha	★ 16/05/1918	† 31/10/1920
CA.CA.25	Marieta Gaeschin	26/01/1881	† 06/07/1934
CA.CA.26	Rudof Gaeschin	★ 23/11/1977	† 17/01/1938
CA.CA.27	João Tavares	★ 02/08/1872	† 05/01/1944
CA.CA.31	Sophia Martfel	★ 19/03/1870	† não consta
CA.CA.32	Conrado Martfel	★ não consta	† não consta
CA.CA.33	Otto Scharmn	★ 18/04/1869	† 13/09/..19
CA.CA.34	Georje Hirsch	★ não consta	† não consta
CA.CA.35	Oscar Martfel	★ 13/06/1902	† 07/10/1945
CA.CA.36	Arthur Kakuschke	★ não consta	† não consta
CA.CA.37	August Hopfensitz	★ não consta	† não consta
CA.CA.38	Willian Wilson	★ não consta	† não consta
CA.CA.39	Hermann Kuke	★ não consta	† não consta
CA.CA.40	Wendel Schwengerger	★ não consta	† não consta
CA.CA.42	Julius Baus	31/10/1868	10/05/1902
CA.CA.43	Athamasio José	★ não consta	† não consta
CA.CA.47	Carl Dannemann	★ 23/10/1825	† 10/11/1909
CA.CA.60	Firdch	★ 17/08/1874	† 17/04/..99
CA.CA.69	Ernest Jorn	★ 27/11/1884	† 19/02/1910

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender e reunir informações sobre o Cemitério dos Alemães. A proposta fundamentou-se no levantamento documental dos dados físicos, a partir de uma leitura que preza pelo espaço, que ainda se encontra preservado enquanto um lugar de memória, com simbologia marcante que referencia ritos e contextos sociais.

Esse cemitério foi implantado com o intuito de sepultar os imigrantes que chegaram ao Recôncavo na época da construção da estrada de ferro e do auge da implantação da indústria fumageira *Dannemann*. A exclusividade se manteve para os acatólicos, em razão de a Igreja Católica não aceitar sujeitos de ideologias contrárias aos seus princípios nos espaços sagrados,

obrigando os acatólicos a providenciar um lugar para sepultar seus mortos.

A análise quantitativa e qualitativa das sepulturas documentadas possibilitou identificar a presença das seguintes nacionalidades: alemães, ingleses e suíços. Foi possível observar que os enterramentos protestantes têm as suas especificidades. Analisando as medições tumulares, percebemos que há certa regularidade nas estruturas, as formas e os elementos dispostos no ambiente são harmoniosos, apresentam características singelas e criteriosas, como também foi verificado nas pesquisas realizadas por Elisiana Trilha de Castro (2008, 2010) em cemitérios de colônias alemãs em Santa Catarina.

O conteúdo obtido com o processo da documentação museológica permite elencar algumas reflexões sobre o que teria provocado o abandono do cemitério. Durante o período da pesquisa de campo e na concretização da análise dos dados, foi possível verificar que algumas das sepulturas estão mais preservadas do que outras, como é caso daquelas pertencentes à família Martfel, que ainda apresenta descendentes na cidade de Cachoeira, sendo esse o principal motivo de tais jazigos estarem mais conservados.

A observação permitiu interpretar que ausência dos familiares desses acatólicos possibilitou a rápida degradação do cemitério; pois, se ainda residissem nas redondezas, assim como os da família Martfel, provavelmente também zelariam pelos jazigos dos seus entes, o que implicaria numa melhor conservação do cemitério. Cabe ressaltar que, possivelmente, este não seja o único motivo para o cemitério se encontrar em total abandono, mas certamente é um componente para tal descaso com o patrimônio funerário.

É importante frisar que, embora o cemitério não funcione mais enquanto lugar de sepultamento, ainda há práticas voltadas ao culto e veneração, realizadas por alguns familiares dos mortos que ali se encontram, como é o caso dos familiares dos Scharmm e dos Martfel.

Com a análise dos documentos existentes e a documentação produzida, foi possível perceber como se deu o processo de construção, desconstrução e reconstrução do Cemitério dos Alemães, ou seja, o que motivou a sua implantação e a resignificação do seu espaço, quando deixa de exercer a função primária (um local de enterramento), para se tornar um sítio arqueológico (um lugar de perpetuação de memórias e herança cultural). Representando agora um sítio arqueológico, o cemitério é objeto do patrimônio cultural do Recôncavo, integrando o panorama cemiterial da cidade.

REFERÊNCIAS

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. In: *Revista Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 2, p.87-90, 2009.

COMERLATO, Fabiana. O Patrimônio Cemiterial do Município de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. In: *Revista Habitus*, Goiás, v.10, nº 2, p.203-214, 2012.

CASTRO, Elisiana T. *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios protestantes: marcas de um outro sagrado em outra terra. In: *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Universidade Federal de Santa

Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010.

FERNANDES, H. L. A. *Mapeamento Arqueológico: Recôncavo Baiano*. Cachoeira: Bahia Arqueológica; UFRB, 2010.

FERNANDES, Rosane Patrícia; BANDEIRA, Dione da Rocha. Potencialidades da musealização de sítios arqueológicos: caso da APA de Guaratuba-PR. In: *Museologia e Patrimônio*, v. 07, nº 1, p.77-94, 2014.

FERREZ, Helena D. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. In: *Cadernos de Ensaio n. 2, Estudos de Museologia*. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN / Museu Nacional de Belas Artes, p.64-74, 1994.

IPHAN. *Cemitério dos Alemães: Projeto de Restauração*. Cachoeira-Bahia, 2010.

IPHAN/ UFBA. *Evolução Urbana de Cachoeira – Séculos XIX e XX. Vol. II*. Universidade Federal da Bahia. Salvador –BA, outubro de 1979.

IPHAN. Histórico - Cachoeira (BA). 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1390>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

LOUREIRO, Maria Lúcia Niemeyer Matheus. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. In: *III Seminário Serviços de Informação em Museus*. Colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, v. 1. p.91-103, 2016.

NASCIMENTO, Luís Cláudio. *Breve relato histórico sobre a fundação da Igreja Presbiteriana e construção do Cemitério de Protestantes de Cachoeira – Bahia*. Disponível em: <http://cacaunascimento.blogspot.com/2010/04/breve-relato-historico-sobre-fundacao>. Acesso em 10 jan. 2016.

QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. *Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo Baiano*. Salvador: Programa Monumenta / BID / Unesco / Ministério da Cultura, 2009.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *O fim dos gigantes dos charutos brasileiros*. Salvador. Ed. do Autor, 2014a.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Geraldo Dannemann: o empreendedor*. Salvador. Ed. do Autor, 2014b.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *História dos Charutos Dannemann*. Salvador. Ed. do Autor, 2014c.

SANTOS, Giceli Andrade de. Propostas de Musealização de Sítios Arqueológicos Urbanos em Laranjeiras-SE. In: ENCONTRO, *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, São Gonçalo, RJ, 2012. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512980_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETO.pdf. Acesso em 12 fev. 2017.

UFRB. Grupo de pesquisa. Cachoeira, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1390>. Acesso em: 25 de jul. de 2020.

NOTA

¹ Este artigo é uma adaptação da monografia apresentada como pré-requisito para o título de bacharel em Museologia, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob orientação de Fabiana Comerlato.

² Museóloga pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da UFRB. Bolsista CAPES/MEC. E-mail: fabia.ane@gmail.com

³ Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do grupo de pesquisas Recôncavo Arqueológico. E-mail: fabilato@gmail.com

⁴ O grupo de pesquisa Recôncavo Arqueológico, sediado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tem como objetivo o desenvolvimento da arqueologia prioritariamente nesta região, com a formação de novos profissionais dentro da interface com a museologia, fomentando o desenvolvimento de atividades de divulgação científica, de pesquisa em sítios arqueológicos, em acervos museológicos, realização de experimentações arqueológicas e Educação Patrimonial. O grupo estuda dentro das linhas de pesquisa: Cultura Material e Sociedade, Gestão do Patrimônio Arqueológico e Patrimônio, Memória e Identidade (UFRB, 2020).